

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO AMBIENTAIS  
CURSO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**O PRODECER E AS TRAMAS DO PODER NA  
TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO CERRADO**

**MARIA ERLAN INOCÊNCIO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

**Orientador:** Dr. Manoel Calaça

**GOIÂNIA - GO  
2010**

**O PRODECER E AS TRAMAS DO PODER NA TERRITORIALIZAÇÃO DO  
CAPITAL NO CERRADO**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Presidente e Orientador** .....  
Professor Dr. Manoel Calaça

**2º Examinador** .....  
Professor Dr. Marcos Aurélio Saquet

**3º Examinador** .....  
Professora Dra Vera Lúcia Salazar Pessoa

**4º Examinador** .....  
Professor Dr Eguimar Felício Chaveiro

**5º Examinador** .....  
Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça

.....  
Maria Erlan Inocêncio

Goiânia, GO, 20 de maio de 2010.

Resultado: \_\_\_\_\_

*O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um 'processo' do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...], Raffestin (1993 p.7-8).*

*Dedico a minha mãe Antônia, lutadora e incansável  
companheira de todos os momentos. A meu filho Fernando que  
soube transformar a distância e ausência em amor, carinho,  
respeito!*

## AGRADECIMENTOS

Inicio os meus agradecimentos citando Hemingway em seu romance “Por quem os sinos dobram”, quando escreve que “nenhum homem é uma ilha, sozinho em si mesmo; cada homem é parte do continente, parte do todo;” e eu sou parte da humanidade e por isso, não posso construir nada, nem coisa alguma sem as diferentes faces daqueles que me guiaram em direção ao conhecimento. Neste rol, cabem pessoas e instituições que não mediram esforços para que este trabalho pudesse ser concretizado. Dentre estes, agradeço:

Ao Fernando (filho) e Antônia (mãe), companheiros inseparáveis do trabalho de campo e que em alguns momentos roubaram a cena da pesquisa e se desdobraram em cuidados para comigo.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA – UFG, que se dispuseram a colaborar para a realização desta pesquisa, em especial Charles C. Souza.

Ao Senado Federal, Operador Nacional do Sistema Elétrico Brasileiro, Ferrovia Centro-Atlântica, pela disponibilização de mapas e dados;

À banca de qualificação, nas pessoas do Prof. Dr. Eguimar Chaveiro e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, pela reflexão oriunda do debate e provocações instigantes, que me fizeram buscar novas “trilhas” teóricas permitindo assim, a reconstrução das estradas; e a João Alves de Castro, pela disponibilidade em ajudar, contribuir para a construção e divulgação do conhecimento em geopolítica.

À empresa Campo Consultoria e Agronegócio, nas pessoas de Allyson Paulinelli, Álvaro Oriolli, Gunter Hass, Alexander da Silva Pinheiro, Luiz Antonio Soave, Virgílio Amaral e Mitsutoshi Akimoto, que me cederam materiais referentes ao PRODECER, e disponibilizaram tempo para as entrevistas e acolhidas em Brasília, Paracatu e Pedro Afonso;

Aos produtores do PRODECER, cujos nomes não citarei em respeito à confiança em mim depositada, que me receberam para uma conversa demorada sobre o ontem e o hoje do PRODECER, em Coromandel, Guarda-Mor, Paracatu, Ipameri, Campo Alegre e Patrocínio. Nesta cidade, em especial, faço uma exceção a Renato Emanuel Silva e seu pai, pelas preciosas horas de conversa que muito contribuíram para o delinear dos caminhos da pesquisa;

À diretora da UEG, Pires do Rio, Almira Pinheiro de Moura e a todos os professores do curso de Geografia, que sempre me incentivaram na busca de novos conhecimentos. E à

Universidade Estadual de Goiás pela licença remunerada (1 ano), fundamental para a realização da pesquisa;

Aos casais de amigos Liliane Mendonça Silva e Rogério Silva Nascimento, pelas diferentes caronas rumo à capital federal; a Renato Nascimento, Paulina Nascimento e filhos Isabella Helena e Ives Hermínio pelas diversas hospedagens em Brasília;

Ao Prof. Dr. Manoel Calaça, que nas andanças do trabalho de campo se tornou um grande amigo no processo de orientação/construção da pesquisa, e, ainda pelo carinho com que sempre recebeu a mim e à minha família, em especial a minha mãe;

A Maria Augusta Mendes da Costa, pelas valiosas e infindáveis correções gramaticais e que em nenhum dos “rounds” mediu esforços para contribuir com o meu aprendizado; a Juliana Maria Corallo Quinan, que debruçou-se sobre as partes técnicas do trabalho; a Cristiane Dias pela construção dos mapas;

Aos amigos, companheiros de tantas jornadas científicas Cleusa Maria da Silva, Patrícia Francisca de Matos, Ademir Divino Vaz e tantos outros que se fizeram presentes ao longo da jornada estressante de viagens e noites mal dormidas, mas sempre alegrando as conversas regadas a utopia;

Aos companheiros (as) pesquisadores (as) do Núcleo de Pesquisa em Geografia Agrária e dinâmicas territoriais, NEPAT, pelo apoio e incentivo para a conclusão da pesquisa;

A Marcelo Rodrigues Mendonça e Helena Angélica de Mesquita, pelo auxílio nas horas em que o caminho parecia não ter fim;

Às amigas, companheiras do curso de doutoramento, que se arriscaram nas longas noites pelas estradas goianas, sempre a cantarolar poesias de amor à vida, Marise Vicente de Paula e Maria Idelma Vieira D’Abadia;

Aos meus familiares “de lá”, Leila, Ademar, Gabriela, Mariana e Carolina, e aos “de cá”, Ecione, Núbia, Rubiana, Luiz e Maria do Rosário, que, com certeza, não estão dentre os outros, mas são os outros que fizeram a diferença. Esta conquista devo a vocês e à “sustança” do macarrão da Carolina;

A todos, muito obrigada e que as forças superiores e incompreendidas por muitos de nós possam um dia retribuir....

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - BRASIL: Bioma Cerrado .....	39
Mapa 02 - BRASIL: Biomas .....	42
Mapa 03 - BRASIL: Áreas do POLOCENTRO .....	72
Mapa 04 - BRASIL: Projetos do PRODECER I, II e III .....	88
Mapa 05 - CERRADO: o território do PRODECER .....	92
Mapa 06 - Rodovias Diagonais, Transversais, Longitudinais e Radiais .....	122
Mapa 07 - Plano Rodoviário Nacional (1944) .....	157
Mapa 08 - Sistema interligado de transmissão de energia no Brasil Horizonte 2011 .....	159
Mapa 09 - Iraí de Minas (MG): Carta Imagem TM/Landsat 5 (2009) .....	177
Mapa 10 - Barreiras (BA): Carta Imagem TM/Landsat 5 (2009).....	178
Mapa 11 - Pedro Afonso (TO): Carta Imagem TM/Landsat 5 (2009) .....	179
Mapa 12 - Balsas (MA): Carta Imagem TM/Landsat 5 (2009).....	180
Mapa 13 - Campo Alegre e Ipameri (GO): Carta Imagem TM/Landsat 5 (2009) .....	181
Mapa 14 - Paracatu (MG): Carta Imagem +TM/Landsat 7.....	187
Mapa 15 - Soja: evolução da área plantada (1990 – 2006) .....	209
Mapa 16 - Brasil - principais portos de escoamento da soja .....	212
Mapa 17 - Corredores de transporte do Brasil.....	213
Mapa 18 - Brasil - PRODECER: Rede Intermodal .....	216

## LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Chapadão de Catalão. No primeiro plano buriti ainda jovem em lençol afluente. Ao fundo área ripária de vereda mista com presença de buritis de médio a grande porte .....	43
Foto 02 - Rodovia GO 213 (Ipameri-Caldas Novas) – Cerrado rupestre com presença de vereda de terraço por sedimentação em área de encaixe.....	44
Foto 03 - Pedro Afonso (TO). À direita yoorin empilhado. Ao fundo trator utilizado na distribuição do yoorin entre as áreas do PRODECER em Pedro Afonso (TO) .....	89
Foto 04 - Placa da Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial do Cerrado: CEDAC, com sede em Paracatu (MG), junto a área do projeto Mundo Novo.....	93
Foto 05 - Placa alusiva a Fazenda Coromandel, de propriedade da CAMPO. Ao fundo plantação de café.....	93
Foto 06 - Casa padrão, construída em todos os PRODECER. Projeto de Colonização mundo Novo, Paracatu (MG).....	106
Foto 07 - Barracão para estocagem dos maquinários e insumos. Projeto de colonização Mundo Novo, Paracatu (MG).....	106
Foto 08 - Área do Projeto Coromandel. Coromandel (MG). Latossolo Vermelho-Escuro ...	183
Foto 09 - Área do Projeto Guarda-Mor. Guarda-Mor (MG). Latossolo Vermelho-Amarelo	183
Foto 10 - Visão geral da área de acesso ao Projeto Guarda-Mor. Guarda-Mor (MG) .....	183
Foto 11 - Vista geral do Projeto PCPER II. Paracatu (MG).....	183
Foto 12 - Estação meteorológica portátil (WMR928NX). Projeto PCPER III. Paracatu (MG) .....	183
Foto 13 - Vegetação do Cerrado original no Projeto Pedro Afonso. Pedro Afonso (TO) .....	183
Foto 14 - Área de represamento em Paracatu, no projeto PCPER II. Ao fundo áreas esparsas de Veredas e algumas outras Veredas afogadas ao fundo, à direita .....	184
Foto 15 - Represamento em área de Vereda no projeto Paineiras, Ipameri .....	184
Foto 16 - À esquerda concentração de buritis junto a represamento de captação de água para pivô central no PCPER II, Paracatu, MG.....	185
Foto 17 – Area de bombeamento de água para abastecimento dos canais de irrigação do projeto PCPER II, Paracatu (MG) .....	185
Foto 18 - Paracatu (MG). À frente área de Cerrado desmatado. Ao fundo Destilaria Vale do Paracatu Ltda em fase de construção .....	200
Foto 19 - Pedro Afonso (TO). Placa de identificação da Usina de açúcar e álcool pertencente a Bunge Alimentos S.A .....	201
Foto 20 - Pedro Afonso (TO). Ao fundo obras da construção da usina da Bunge Alimentos S/A .....	201
Foto 21 – Porto Nacional (To) - Ao fundo Vista parcial da Unidade da Bunge Alimentos S.A. ....	203



Foto 22 – Porto Nacional (TO) - Placa de identificação da Brasil Ecodiesel e ao fundo vista lateral dos tonéis de armazenamento de biodiesel .....	204
Foto 23 - Pedro Afonso (TO). Área de mudas de cana-de-açúcar plantada em lotes de antigos produtores do PRODECER e hoje pertencentes a Bunge Alimentos S/A. ....	205
Foto 24 - Pedro Afonso (TO) - Vista aérea da cidade. Rio Tocantins (direita) e rio do Sono (esquerda). ....	217
Foto 25 – Pedro Afonso (TO) - Ponte sobre o rio Tocantins. ....	217
Foto 26 - Trecho em construção da Ferrovia Norte-Sul no Estado de Tocantins, próximo ao município de Pedro Afonso (TO) .....	218
Foto 27 Pedro Afonso (TO) – Cerrado nativo e divisão dos lotes do PRODECER.....	235
Foto 28 – Pedro Afonso (TO): enleiramento da mata derrubada .....	235
Foto 29 – Pedro Afonso (TO): detalhe do correntão usado no desmatamento e leiras prontas para serem queimadas	
Foto 30 – Pedro Afonso (TO): lotes do PRODECER demarcados e com madeira enleirada	235
Foto 31 Pedro Afonso (TO): queima das leiras da madeira desmatada.....	235
Foto 32 - Pedro Afonso (TO): área de reserva em condomínio .....	237
Foto 33 - Ipameri (GO): Projeto de Colonização Paineiras - área de represamento em Veredas. Ao fundo corredor de vegetação nativa .....	237

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Área do Cerrado por Unidade da Federação.....	40
Gráfico 02 - Brasil: área plantada de soja e arroz (safra 1978/79 - 2007/08) .....	191
Gráfico 03 - Cerrado - área plantada de arroz (safra 1987/88 – 2007/08) .....	191
Gráfico 04 - Produção de soja: Brasil e Cerrado .....	192
Gráfico 05 - Produção de Milho: Brasil e Cerrado .....	192
Gráfico 06 - Produção de Café: Brasil e Cerrado .....	193
Gráfico 07 - Produção de Algodão: Brasil e Cerrado .....	193
Gráfico 08 - Cerrado: área plantada de soja (safra 1987/88 – 2007/08).....	194
Gráfico 09 - Bolsa de Chicago - Complexo Soja-Grão - Evolução das cotações médias (1998 – 2008) .....	195
Gráfico 10 - Processamento de soja e consumo aparente de farelo e óleo (Safra 1998/99 a 2008/09) .....	198
Gráfico 11 - Exportações complexo soja (1992 - 2009) .....	198
Gráfico 12 - Brasil – Regiões: produção de Soja (safras 1979/80 - 2007/08).....	209
Gráfico 13 – Cerrado: entrada de pessoas por situação de domicílio (1995/2000).....	224
Gráfico 14 - Paracatu: Receita Tributária (2000/2007) .....	226
Gráfico 15 – Pedro Afonso (TO) Balsas (MA): evolução do número de estudantes (1995 – 1998) .....	228
Gráfico 16 - Luis Eduardo Magalhães (BA), Tapurah (MT), Sapezal (MT), Lucas do Rio Verde (MT): Evolução da Receita Tributária (anos selecionados) .....	230
Gráfico 17 - Formosa do Rio Preto (BA): Receita Tributária (2000 – 2007).....	230
Gráfico 18 - Goiás: Cristalina, São João d’Aliança, Ipameri e Campo Alegre de Goiás (2000 - 2007).....	232

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Crédito Rural: agropecuária, financiamentos concedidos por categoria (1965 - 2000) .....	81
Tabela 02 - Projetos do PRODECER por Estados, área ocupada, produtores\assentados e investimentos.....	95
Tabela 03 - Intercâmbio comercial Brasil/Japão .....	125
Tabela 04 - Composição das exportações brasileiras ao Japão (1970-1989).....	138
Tabela 05 - Brasil: Evolução da capacidade de geração de energia elétrica (MW) .....	160
Tabela 06 - Número de contratos do PROFIR por banco financiador.....	168
Tabela 07 - Número de contratos do PROFIR por porte do produtor .....	169
Tabela 08 - Goiás: evolução do índice de eletrificação rural e área irrigada .....	169
Tabela 09 - Ocorrência das classes de solos dos Cerrados .....	174
Tabela 10 - Distribuição das alturas pluviométricas nos cerrados brasileiros .....	175
Tabela 11 - Maiores produtores mundiais de soja em grão (em mil ton.) - década de 2000 .	190
Tabela 12 - Empresas Controladoras do Sistema Ferroviário Brasileiro .....	220
Tabela 13 - Empresas do agronegócio controladoras do processo produtivo do complexo soja no Brasil (2006) .....	220
Tabela 14 - Cerrado (UF): Migração (1986 – 2000) (1000 pessoas).....	223
Tabela 15 - Brasil/Cerrado: evolução da população (1000 pessoas).....	225
Tabela 16 - PRODECER I e II: produtores participantes e outros não vinculados ao programa .....	225
Tabela 17 - BRASIL: População Total dos municípios do PRODECER, por Estado (1970-2008) .....	227

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Política Econômica Brasileira (1986 – 1994) .....	84
Quadro 02 - Relação das cooperativas que participaram da implantação dos Projetos do PRODECER .....	105
Quadro 03 - Condições edafoclimáticas dos Projetos do PRODECER I, II e III (Piloto e Expansão) .....	182

## LISTA DE ORGANOGRAMAS E CROQUIS

Organograma 01 - Órgãos financiadores do PRODECER.....	90
Organograma 02 - Organograma dos Acordos de Cooperação técnica e financeira entre Brasil/Japão .....	167
Croqui - Tipos fitofisionômicos do Cerrado .....	174

## LISTA DE SIGLAS

ADM = Archel Daniels Midland

AGF = Aquisições do Governo Federal

AGRIN = Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

ALL = América Latina Logística

AMAGGI = Grupo André Maggi

AMFORP = American Foreign Power Company

APC = Associação dos Produtores de Coromandel

APRAN = Associação dos Produtores do PRODECER Ana Terra

BA = Bahia

BACEN = Banco Central

BANORD = Banco do Nordeste do Brasil S/A

BASAGRO = Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial

BASEBANCO = Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

BATAVO = Cooperativa Agrícola Batavo Nordeste

BB = Banco do Brasil

BDMG = Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BEMAT = Banco do Estado do Mato Grosso

BID = Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD = Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

BNCC = Banco Nacional de Crédito Cooperativo

BNDE = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNH = Banco Nacional de Habitação

BR = Rodovia Federal do Brasil

BTN = Bônus do Tesouro Nacional

CAC = Cooperativa Agrícola de Cotia - Cooperativa Central

CAI = Complexo Agroindustrial

CAMAS = Coop. Agrícola Mista de Alvorada do Sul Ltda

CAMPO = Companhia de Promoção Agrícola

CAROL = Cooperativa dos agricultores da Região de Orlândia.

CDAC = Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial Cerrado

CE = Condutividade Elétrica

CELG = Centrais Elétricas de Goiás

CEMIG = Companhia Energética de Minas Gerais

CETAPAR = Centro Tecnológico Agropecuário em Paraguay  
CFN = Companhia Ferroviária do Nordeste  
COACER = Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda.  
COACERAL = Cooperativa Agrícola do Cerrado Brasil Central Ltda  
COAMO = Cooperativa Agroindustrial brasileira  
COANOR = Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro  
COAPA = Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso  
COCARI = Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.  
CONAB = Companhia Nacional de Abastecimento  
COOACERTIS = Cooperativa Agropecuária do Cerrado de Buritis  
COOPAGO = Cooperativa Agropecuária do Planalto Goiano Ltda  
COOPERCANA = Cooperativa. Agropecuária Mista Canarana Ltda  
COOPERLUCAS = Cooperativa Agropecuária Lucas Rio Verde Ltda  
COOPERSAN = Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda.  
COOPERTINGA = Cooperativa Agropecuária da Região do Piratinga Ltda.  
COOPERVAP = Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda  
COOPESUBRA = Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil  
COOPROESTE = Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia Ltda.  
COPACEN = Cooperativa Agropecuária do Planalto Central Ltda  
COPAMIL = Cooperativa Agrícola Mista Iraí Ltda  
COPPER = Cooperativa dos Produtores Agropecuaristas do Paraíso e Região  
CPAC = Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados  
CPR = Cédula do Produtor Rural  
CREAI = Carteira de Crédito Agrícola e Industrial  
CREDIREAL = Banco de Crédito Real de Minas Gerais  
CSN = Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda  
CVRD = Companhia Vale do Rio Doce  
DAC = Departamento de Assistência ao Cooperativismo  
DASP = Departamento de Administração do Serviço Público  
DEER = Departamento de Eletrificação Rural  
EEAP = Estação Experimental Agrícola de Patos de Minas  
EEAPADAP = Estação Experimental Alto-Paranaíba  
EEAU = Estação Experimental Agrícola de Uberaba  
EFVM = Estrada de Ferro Vitória a Minas  
EGF = Empréstimos do Governo Federal

EIA = Estudo de Impacto Ambiental  
EIA = Estudo de Impacto Ambiental  
ELETROBRÁS = Centrais Elétricas Brasileiras S.A.  
EMAPA = Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária  
EMATER = Extensão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER = Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENIDS = Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento  
EPABA = Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia  
EPAMIG = Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
ERMIG = Eletrificação Rural de Minas Gerais S.A  
ES = Espírito Santo  
EUA = Estados Unidos da América  
FCA = Ferrovia Centro-Atlântica  
FEMECAP = Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda  
FERROBAN = Ferrovias Bandeirantes  
FMI = Fundo Monetário Internacional  
FTC = Ferrovia Teresa Cristina S/A.  
FUER = Fundo de Eletrificação Rural  
FUNAGRI = Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia  
FURNAS = Centrais Elétricas S.A.  
GEER = Grupo Executivo de Eletrificação Rural  
GEIPOT = Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes  
GO = Goiás  
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMCOPA = Importadora/exportadora e Indústria de Óleo.  
INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDRA = Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrária  
INTA = Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária da Argentina  
IPC = Índice de Preço ao Consumidor  
IPEA = Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
IPEACO = Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste  
IPEAO = Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste



IRPAA = Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada  
Ishibras = Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A  
JADECO = Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola  
JBIC = Japanese Bank for International Cooperation  
JICA = Japan International Cooperation Agency  
JIRCAS = Japan International Research Center for Agricultural Sciences  
JK = Juscelino Kubistchek  
L/A = Loan Agreement  
LD = Louis Dreyfus  
LTDA = Limitada  
MA= Maranhão  
MAG = Ministério de Agricultura do Paraguai  
MAPA = Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
MCR = Manual de Crédito Rural  
MDL = Mecanismos de Desenvolvimento Limpo  
MERCOSUL = Mercado Comum do Cone Sul  
MG = Minas Gerais  
MRS = Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal  
MS = Mato Grosso do Sul  
MT = Mato Grosso  
NAFTA = Acordo de Livre Comércio da América do Norte  
ODA = Official Development Assistance  
OEFC = Formes Overseas Economic Cooperation Fund  
OMC = Organização Mundial do Comércio  
ONG = Organização Não Governamental  
ONU = Organização das Nações Unidas  
ORTN = Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional  
OTN = Obrigação do Tesouro Nacional  
P/A = Project Agreement  
PAC = Programa de Aceleração do Crescimento  
PADAP = Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba  
PAEG = Plano de Ação Econômica do Governo  
PCI = Programa de Crédito Integrado  
PCPER = Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros  
PE = Pernambuco

PER = Programa Nacional de Eletrificação Rural  
PERGEB = Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília  
PGPM = Política de Garantia de Preço Mínimo  
pH = Potencial de Hidrogênio  
PIB = Produto Interno Bruto  
PIN = Plano de Integração Nacional  
PLADESCO = Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste  
PND = Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNDR = Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
PNER = Plano Nacional de Eletrificação Rural  
PNV – Plano Nacional de Viação  
POLOAMAZÔNIA = Programa de Polos Agrominerais da Amazônia  
POLOCENTRO = Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PPA = Plano Plurianual  
PROÁLCOOL = Programa Nacional do Álcool  
PRODECER = Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado  
PRODOESTE = Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
PROFIR = Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação  
PROGEA = Engenharia e Estudos Ambientais  
R/D = Record of Discussion  
RFFSA = Rede Ferroviária Federal S. A.  
RIMA = Relatório de Impacto Ambiental  
SALTE = Saúde, Alimentação, Transporte e Energia  
SAR = Relação de Absorção de Sódio  
SEI = Secretaria do Tesouro Nacional  
SIN = Sistema Interligado Nacional  
SNCR = Sistema Nacional de Crédito Rural  
SNH = Secretaria Nacional de Habitação  
SPVEA = Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
SUDAM = Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia  
SUDECO = Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
SUDENE = Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
SUDESUL = Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul  
TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo  
TO = Tocantins

TPD = Terminal de Produtos Diversos

TR = Taxa Referencial

UDOP = União dos Produtores de Bioenergia

UNB = Universidade de Brasília

UNITINS = Universidade Estadual do Tocantins

USIMINAS = Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

WWF = World Wildlife Fund

ZEE = Zoneamento Ecológico Econômico

## RESUMO

As transformações espaciais, decorrentes do processo de modernização territorial do Cerrado foram guiadas pela reestruturação produtiva do capital que, ao expandir suas fronteiras em direção às terras centrais do Brasil, promoveu uma (re) ordenação dos elementos naturais e artificiais, interferindo, principalmente, no paradigma produtivo do “povo cerradeiro”. As dinâmicas de apropriação desse espaço basearam-se em estratégias geopolíticas de iniciativa estatal, mas que encontraram respaldo no capital privado nacional e internacional. O capital japonês adentrou o Cerrado, a partir de 1970, implantando o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, PRODECER. Esse programa representou um dos maiores investimentos públicos de capital privado no Cerrado e criou eixos de desenvolvimento, capturando e transformando diferentes porções territoriais. Entretanto, se a década de 1970 se caracterizou pelos investimentos privados no Cerrado, o capital estatal esteve presente desde 1930, com a política getulista da Marcha para o Oeste. Consolidou-se no Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, na década de 1950, que além de criar o sistema infraestrutural, que suportaria o posterior processo de inserção capitalista do Cerrado ao circuito produtivo internacional, por meio do Plano de Metas, colocou em prática o projeto de transferência da capital federal para o interior do Brasil, o que sustentou o deslocamento da fronteira em direção ao Cerrado. O Regime Militar, implantado em 1964, efetivou a estratégia de pensar o país a partir do ponto de vista geopolítico, considerando o Cerrado como região de grandes riquezas naturais e bacias hidrográficas, ponto de “encontro” entre o Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, capaz de capturar os espaços vizinhos, disseminando um novo modelo de produção. A esse fato soma-se a conjuntura geopolítica da segurança alimentar, que calcada na mudança dos padrões produtivos internacionais, comandada pelos Estados Unidos, e o pouco interesse norte americano pelo intercâmbio comercial com países latino-americanos, pressionou o Brasil a buscar maior relacionamento com outras nações, em especial, China e Japão, o que redundou em aumento das exportações brasileiras ao continente asiático. O Japão, em particular, pobre em recursos naturais, com território pouco propenso à prática da agricultura, reconhece o Brasil como fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos. O Cerrado, com grande disponibilidade de áreas, baixo padrão produtivo e, portanto, reduzido preço das terras, posição geoestratégica privilegiada, passa a receber os investimentos japoneses que tiveram como foco o desenvolvimento econômico em conjunta atuação com órgãos governamentais e/ou privados de cooperação econômica e técnica. A aplicação desses capitais produziu grande impacto em diversas áreas (siderurgia, papel, celulose, mineração) e principalmente na agricultura, através da qual o capital se propagou pelo Cerrado, desencadeando grandes efeitos territoriais. A pesquisa está centrada no estudo da geopolítica como mecanismo para se compreender a modernização territorial do Cerrado. Alicerça-se, portanto, nas diferentes ações estatais, conjugadas ou não ao capital privado, de origem nacional e transnacional, que modelam o espaço, tendo nos sistemas natural, infraestrutural e técnico o apoio necessário ao processo de expansão capitalista de produção. A partir de 1970, após a instalação do PRODECER, considerado o *big push* da modernização territorial do Cerrado, criou-se uma nova dinâmica produtiva, na qual as tramas do poder colocaram o como centro dinamizador da territorialização do capital no país, e provocaram-lhe alterações sociais, econômicas, ambientais e políticas, de uma forma singular, tanto produtiva como culturalmente.

Palavras-Chave: Cerrado. Modernização. Território. Geopolítica. Poder. Redes. PRODECER.

## ABSTRACT

The space transformations arising from Cerrado's territorial modernization process were driven by capital's productive restructuring which to expand its borders towards the heartland of Brazil, they promoted a reordering of natural and artificial elements, interfering mainly in the productive paradigm of Cerrado's people. The dynamics of ownership of this area were based on geopolitical strategies of state initiative, but which they found that focus on domestic and international private capital, especially for the Japanese ones, whose entered the Cerrado, in permanently way since 1970 to implement the Nipo-Brazilian Cooperation Program for the Development of Cerrado, PRODECER. This program represented one of the greatest public investments of private capital on Cerrado and created development priorities, wich directed the ownership of different territorial portions. However if the 1970s characterized private investment on Cerrado, the state capital has been present since 1930, with the vargas policy of March to the West, unfolding in Terms of Goals of Juscelino Kubitschek in the 1950s, which besides creating the infrastructural system that would support the posterior process of capitalist insertion of Cerrado, to international productive circuit, through the Terms of Goals, put into practice the delivery project of federal capital to the interior of Brazil, what supported, as a matter of fact, the displacement from the border towards Cerrado. The military regime introduced in 1964 effected the strategy of studying the country from the geopolitical point of view, considering Cerrado as region of great natural resources an watersheds, "meeting" point among the North, North-East, South and South-East, able to capture the neighboring spaces, spreading a new production pattern. To this fact adds the geopolitical situation of food safety that grounded in the international's productive pattern changes, commanded by the United States, and little interest by American for commercial interchange with Latin American countries, has pushed Brazil to seek closer relationship with other nations, which resulted in an increase in Brazilian exports to Asia, especially China and Japan. Particular Japan, poor in natural resources, with disinclined territory to agricultural practice, has in Brazil the supplier source of raw materials, mainly food products and basic inputs. And in this context, Cerrado with vast areas of availability, low production pattern, and therefore reduced price of land pieces, privileged geostrategic position, starts to receive Japanese investment which had focused on economic development under the joint action of governmental and private agencies of economic and technical cooperation. The application of these capitals produced a large impact in areas related to steel, paper, pulp, mining, but mainly agricultural, being through agriculture that the capital has spread throughout Cerrado and triggered the largest territorial effects. The research is focused on the study of geopolitics as a mechanism for understanding Cerrado's territorial modernization. Founded, therefore in the different state acitons, combined or not to the private capital, from national and transnational origin, space modelers, which had at the natural, infrastructural and technical system necessary support to the production capitalist expansion process. After installing PRODECER , considered the big push of territorial modernization, from the 1970's, was created a new productive dynamic in which Cerrado is placed as focal point of the territorial capital in the country. Plots of power network in the capital's territorial on Cerrado caused social, economic, environmental and policy changes, which culminated in the territorial modernizations of this space in a singular, both creatively and culturally.

Key words: Cerrado. Modernization. Territory. Geopolitics. Power. Networks. PRODECER.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
<b>1 AS DIVERSAS PAISAGENS: o Cerrado dos valores, dos saberes, dos sabores, dos dissabores das intenções socioeconômicas</b> .....	37
1.1 Vários Olhares, Diferentes Abordagens: o Cerrado em Questão .....	38
1.2 Espaço: A Chave para Compreender o Território.....	50
1.2.1 Território: a Materialidade das Ações Humana .....	57
1.3 As Estratégias Estatutais no Ordenamento Territorial do Cerrado .....	62
1.3.1 Revolução Verde: os Novos Padrões de Produção no Campo .....	65
1.4 Panorama das Políticas Públicas Territoriais no Brasil.....	68
<b>2 ESTADO: a “mão” que embala as dinâmicas territoriais</b> .....	76
2.1 A Financeirização da Terra: os Monopólios Políticos na Territorialização do Capital .....	77
2.2 PRODECER: Estratégia Bilateral para a Territorialização do Capital no Cerrado .....	86
2.2.1 Esquema de Financiamento do PRODECER .....	95
2.2.2 A CAMPO Como Base para a Organização do PRODECER.....	99
2.3 A Solidariedade Cooperativista: as Bases da/para a Territorialização do Capital no Cerrado .....	102
<b>3 A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL NA MODERNIZAÇÃO DO CERRADO</b> ... 110	
3.1 O Cerrado no Contexto Geopolítico .....	111
3.2 O Estado: Base para a Compreensão da Geopolítica de Modernização do Cerrado .....	115
3.3 A Conjuntura Geopolítica e a Modernização Territorial do Cerrado .....	123
3.3.1 A Segurança Alimentar como Arma Diplomática e Estratégica de Expansão das Fronteiras Agrícolas.....	125
3.4 Parceria Brasil – Japão e a Ocupação do Cerrado .....	131
<b>4 A REDES DE PODER NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO CERRADO</b> .....	141
4.1 Redes de Poder: Elementos da Construção Territorial .....	142
4.1.1 Redes, a Expressão Contraditória e Combinada das Relações de Poder.....	145
4.2 Infraestrutura: Condição da Inserção do Cerrado ao Circuito Produtivo Capitalista .....	152
4.2.1 Transporte e Energia: as Veias do “Progresso” .....	154
4.2.2 A Eletrificação Rural no Brasil: Elemento da Modernização Territorial.....	162
4.2.3 PROFIR e a Eletrificação Rural em Goiás .....	167
4.3 A Técnica a Serviço do Capital: o Cerrado Viabilizado .....	170

<b>5 DO SUDOESTE AO CENTRO-OESTE/DO NORDESTE AO NORTE: a fluidez territorial do PRODECER .....</b>	<b>189</b>
5.1 Do Tradicional Arroz/Feijão a Commodity da Soja/Cana: o Processo de Modernização	190
5.2 O Ontem e o Hoje: a Capilaridade Logística do Cerrado.....	207
5.3 Metamorfoses dos Espaços Cerradeiros: as Cidades do PRODECER .....	222
5.4 O Correntão da Modernidade: o Cerrado Pede Socorro.....	232
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>239</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>247</b>

## INTRODUÇÃO

A complexa realidade contemporânea impõe à ciência geográfica novos desafios. Vivemos em um mundo no qual os processos da mundialização do capital alcançaram velocidades nunca vistas, graças à força dos agentes envolvidos e à criação de condições internas propícias a essa transformação. Transformações territoriais que se referenciam no paradigma da modernização, principal viés da interpretação das dinâmicas territoriais do espaço brasileiro.

A compreensão dos novos moldes de produção, criados e recriados pela força do capital sobre os territórios, passa necessariamente pela agricultura e ao se tratar do campo, não há como negligenciar a ocupação do Cerrado, porção territorial do Planalto Central do Brasil; segundo maior bioma do país; ponto de origem das “águas da América do Sul”; patrimônio genético da biodiversidade; mosaico de diferentes fitofisionomias que se aglutinam sob relações de interdependência entre solo, relevo, clima e vegetação; “mar de soja” e “campina de cana”; ambiente, culturalmente uno e diverso de lugares, que abriga o “povo cerradeiro”.

A ocupação do Cerrado ocorreu a partir da década de 1970 e relaciona-se ao processo de reafirmação do modo capitalista de produção que funde seus interesses ao do Estado Nacional. Este apodera-se do espaço de forma a rearticulá-lo a outras áreas mais dinâmicas dentro do circuito produtivo mundial. Assim, o estudo do Cerrado engloba as ações públicas de ordenamento territorial; a conjuntura internacional da mudança dos padrões alimentares; as estratégias geopolíticas de interiorização do desenvolvimento, balizadas pelo apelo público de ocupar os “vazios demográficos”, reforçando a tese de que o Cerrado era um espaço improdutivo e subutilizado que, para não sucumbir ao esquecimento, deveria ser incorporado aos interesses mercadológico através dos avanços técnicos e científicos.

Essas ações foram, sem dúvida, as vias modernizantes do território do Cerrado que ao articular interesses públicos e privados, nacionais e internacionais, estruturaram um conjunto de medidas destinadas a implantar um novo processo produtivo nas terras do Planalto Central. Essas ações, políticas de planejamento econômico e conseqüentemente territorial, desenvolveram-se com maior dinamicidade em três distintos momentos da história brasileira: implantação do Estado Novo (1930); Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1956) e Regime Militar (1964).

O Estado Novo marca o rompimento do modelo agrário exportador de base oligárquica e a inserção do Brasil em uma nova ordem econômico-social e territorial. É a



partir desse ponto que se alicerça o processo de industrialização brasileira; o Norte e Centro-Oeste passam a figurar nos planos de desenvolvimento territorial, através da Marcha para o Oeste e criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA (1953), em 1966, transformada em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, extinta em 2001 e reaberta em 2003.

Juscelino Kubistchek inaugura a fase da implantação e expansão do sistema infraestrutural logístico e energético reunidos no Plano de Metas que propunha, como objetivo-síntese, a construção da nova capital do país, Brasília, deslocando-a do eixo Rio-São Paulo para o interior do país. Este plano, considerado ousado para a época (1956 – 1960), representou a consolidação da ideia de unidade nacional, trazendo maior participação dos Estados e Municípios nas decisões econômicas brasileiras. Goiânia, capital de Goiás, foi também fruto dessa política expansionista de inserção do Planalto Central do país ao circuito produtivo internacional, via interligação rodoviária e elétrica, o que foi importante para o alargamento das fronteiras de produção do País.

Os anos de 1960 a 1980 representaram as etapas mais centralizadoras do poder econômico e político brasileiro, quando o planejamento governamental foi institucionalizado. A expansão das fronteiras nacionais foi a meta prioritária do Plano de Integração Nacional (PIN) e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que estabeleciam políticas de desenvolvimento territorial regional. O Regime Militar, inaugurado em 1964, rompeu com as oligarquias regionais e estabeleceu pactos de modernização do território nacional.

Nesse contexto, ganham destaque discussões sobre a apropriação e produção do espaço, a partir de uma (re) leitura dos clássicos mundiais em geopolítica como Mahan, Haushofer e Mackinder. Porém foi, através das bases modernas da geopolítica, que se firmaram com Friedrich Ratzel e têm como expoentes, no Brasil, Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Meira Matos, que as políticas de planejamento no Brasil (1930 – 1980) incorporaram estratégias de ocupação e interiorização sistemática do território nacional. É o período em que são fortalecidos os vínculos de relação entre território, poder, estratégia e Estado.

Retomando aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, em particular o II PND, sob o qual foi elaborado o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, cabe afirmar que esse plano bem como esse projeto foram obras estrategicamente articuladas de (re) arranjo produtivo do capital, a partir da captura do território do Cerrado por uma agricultura de base técnica.

Dessa forma, o capital se expande e territorializa-se no Cerrado, “negando a trajetória histórica dos camponeses e dos trabalhadores da terra que foram forçados a adotar o moderno [...]” (MEDONÇA, 2004, p.02), ou seja, a seguir um conjunto de técnicas desvinculadas do modo tradicional de vida do povo que ocupa o Cerrado.

Nesta direção, compreender a trajetória de inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista exige buscar elementos, no passado brasileiro, que apontem os caminhos percorridos pelo país ao longo de sua formação territorial e que envolvem o Brasil Central como área construída sob o ideário da produção de mercadorias para exportação, portanto subordinado ao capital, especialmente, o transnacional.

O mecanismo de inserção do Cerrado ao jogo das economias nacional e internacional ocorreu, através das diferentes articulações do Estado com o capital, que, ao longo do tempo/espço, estabeleceu variados métodos e metodologias de intervenção e apropriação do espaço. E nessa direção, o agronegócio afiançou a captura da natureza pelo capital, configurando o compromisso de garantir a sobrevivência e a reprodução do sistema capitalista pelos mais variados espaços territoriais do planeta Terra.

O agronegócio ou negócio agrícola refere-se a todas as atividades do campo, que tenham sido produzidas para atender às demandas do mercado, principalmente, internacional. Este tipo de produção apresenta as seguintes características: especialização dos cultivos; grandes extensões de terra; manejos técnicos, agroquímicos e biotecnológicos; exploração dos trabalhadores; desrespeito às tradições locais e ao meio ambiente por meio de um sistema monocultor.

Este modelo contrapõe-se à agricultura camponesa, baseada em estabelecimentos agrícolas familiares; pequena extensão de terra; policultura; produção de alimentos; fonte de renda de produtores e trabalhadores e produção voltada para o abastecimento do mercado interno. O agronegócio é o modelo neoliberal de desenvolvimento do campo brasileiro sob o domínio dos bancos e transnacionais.

O controle do território pelo capital produz e reproduz relações de produção historicamente específicas. Nesse jogo entre capital e trabalho, o Cerrado foi inserido ao circuito moderno de produção, por meio da expansão do processo tecnológico, concomitantemente em diferentes porções dos espaços, porém “com perfis sistêmicos amplamente diferenciados, repercutindo negativamente sobre qualquer tentativa efetuada de homogeneização de sua trajetória” (OLIVEIRA, 2004, p.261).

Hoje, o Cerrado produz para o atendimento aos mercados estrangeiros, e cada vez menos dedicado à subsistência. A especialização da produção conjugada a uma crescente

concorrência tem levado à diferenciação dos produtores; à concentração dos meios de produção; à transformação das atividades produtivas, ou seja, à estruturação de uma rede de poder articulada ao capital e capaz de modernizar o território. Modernização territorial, pois, cria uma nova configuração do território, com novas cores, sabores e saberes, transformando não somente a paisagem, mas também a maneira de se fazer a produção.

A modernização territorial extrapola os conceitos de modernização da agricultura ou modernização agrícola, apesar de prescindir dele. O processo de modernização no campo se iniciou no Brasil entre 1950 e 1960, nas regiões Sul e Sudeste e se expandiu para o Cerrado a partir da década de 1970.

Teve como principais características: expropriação camponesa; priorização no cultivo de gêneros agrícolas destinados a exportação; atendimento aos interesses da elite rural; impactos ambientais em detrimento do uso de agrotóxicos; aumento do desemprego no campo e consequente êxodo rural, dentre outras consequências. Portanto foi a tecnificação e mecanização das lavouras com desdobramentos no processo produtivo.

Para Mendonça (2004, p. 02), esse processo se estende desde a perda das tradições agropecuárias camponesas à expulsão das “velhas formas de uso e exploração da terra para as áreas de fronteiras, para as áreas urbanas e/ou para os fundos de vales que se tornaram *refúgios* para os camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados”.

Como aborda Graziano Neto (1985) a modernização agrícola é o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às mudanças da economia brasileira. E nesse contexto de modificações econômicas é que a modernização territorial começa a se corporificar.

Modernização do território compreende a reorganização do território em função das necessidades do capital em se expandir e as transformações e persistências diante desse processo, gerado através de estratégias geopolíticas de ordenamento territorial, comandado pelo Estado e executado por diferentes atores, com repercussões tanto no campo quanto na cidade.

Nesta conjuntura, as áreas mais “luminosas”, do ponto de vista infraestrutural e edafoclimático, transformaram-se em celeiros agrícolas de mercado, ou seja, foram cooptadas pelo capital somente as porções territoriais aptas a incorporar novas tecnologias desenvolvidas pelo progresso da ciência e da técnica, principalmente do uso do espaço agrícola.

A adequação do Cerrado à lógica da produção de mercadoria resultou em um espaço nacional sob o controle do capitalismo mundial, e impôs um novo (re) ordenamento do território, em que o aperfeiçoamento da técnica foi fundamental, para que a fronteira se

movimentasse em direção às terras ainda não ocupadas, no contexto do processo global de produção para o capital, mundialização.

Em relação a propagação de meios tecnológicos pelo campo agrícola a EMBRAPA desempenhou papel relevante e em consorciação com capitais estrangeiros, principalmente japoneses, alavancou na produção de novos sistemas de cultivos destinados a modernizar o campo brasileiro e a dinamizar o seu modo de produzir.

Na pesquisa, buscou-se efetuar reflexões sobre como o espaço agrícola ao ser apropriado pelo capital, torna-se o principal veículo das mudanças territoriais que vêm no curso das estratégias do capital para se fixar, produzir e reproduzir relações capitalistas de produção, procurando identificar os elementos que ajudam a compreender o processo de modernização territorial do Cerrado.

No caminho para alcançar este propósito priorizou-se uma política/programa em especial, o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado, PRODECER, por entender que este foi, dentre todas as políticas públicas que intervieram diretamente sobre as terras do Cerrado, a que mais induziu transformações territoriais, colocando-se como paradigma para a implantação de uma agricultura de base técnica.

A escolha do PRODECER como programa a ser priorizado na pesquisa deve-se ao fato de que ele foi o projeto de maior abrangência em termos de resultados, induzindo a anexação de outros espaços ao processo de modernização territorial. Este fato é explicitado, em parte, pelo avanço do cultivo de soja, carro-chefe da moderna agricultura praticada no Cerrado.

O objetivo deste programa foi, através da fusão capital privado/público, brasileiro e japonês, estabelecer áreas de produção agrícola no Cerrado que pudessem abastecer o mercado internacional, como forma de regular a oferta de produtos e conseqüentemente forçar a queda dos preços. O principal cultivo produzido nas áreas do projeto foi a soja, produto considerado base da alimentação de alguns países orientais, com destaque para o Japão.

O preço da soja, no mercado mundial, subiu de forma exponencial, o que levou os japoneses, diante ao monopólio da produção pelos Estados Unidos e a impossibilidade de ampliar sua área de cultivo, a buscarem novos mercados que pudessem suprir suas demandas. A América Latina foi considerada ideal para essa expansão, pois é composta por países subdesenvolvidos, carentes de tecnologia e de capitais. Assim, o Japão escolheu, pelas condições oferecidas pelo Brasil, o Cerrado para ser a nova fronteira sojífera, conduzida pelo Estado brasileiro, mas subsidiada pelo governo japonês.

O Brasil já havia implantado o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, POLOCENTRO; Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, PADAP; e o Programa de Crédito Integrado do Cerrado, PCI, possuindo portanto, uma infraestrutura básica, o que reduzia os custos iniciais de investimentos, que se direcionaram exclusivamente para o preparo do solo para receber os cultivos. Todo o sistema de escoamento da produção ficou a cargo dos governos brasileiros, principalmente a nível estadual. É óbvio que houve melhoria da malha intermodal nacional ao longo dos anos subsequentes, através de financiamentos japoneses, mas a princípio, todo o dinheiro investido tinha a finalidade de aumentar a produção de grãos, com destaque para a soja, mas também sorgo e milho.

O PRODECER se estabeleceu no solo do Cerrado em três etapas: 1980 em terras do Estado de Minas Gerais; em 1987, expande-se para Goiás, Mato Grosso, Bahia e Mato Grosso do Sul, além de incorporar novas áreas de Minas Gerais, em 1995 é implantado no Estado de Tocantins e Maranhão.

Podemos considerar que no Cerrado, mas especificamente em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Maranhão, onde se implantou projetos do PRODECER, desdobra-se um território moderno construído pelo processo de incorporação capitalista do espaço agrário brasileiro. Entram em contato nesses espaços a territorialização do capital japonês, incorporado ao solo através dos cultivos e o processo desterritorializante dos modos tradicionais de vida do “povo cerradeiro”.

Esta ação direta do governo brasileiro ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de grãos exportáveis, no Cerrado, caracteriza a dimensão do poder do capital/Estado na (re) ordenação do território através da agricultura. Para a efetivação desta ação, houve a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade, através do capital estrangeiro, aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, financiadoras de insumos indispensáveis à modernização. Temos, então, a estruturação de um novo sistema de cultivo<sup>1</sup> nos Cerrados, caracterizado por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

As premissas, que norteiam o trabalho, sustentam-se na tese de que as ações que culminaram na modernização do território do Cerrado têm, no PRODECER, o *big push* e que os projetos para as ações territoriais se embasaram nos ideais geopolíticos de ocupação do interior do Brasil, diante a ideologia da “segurança” alimentar, que tinha como princípio

---

<sup>1</sup> A expressão sistema de cultivo ou cultura abrange o conjunto de técnicas aplicadas na exploração da terra para dela retirar renda anual. [...] Trata-se, em primeiro lugar, da combinação de culturas que corresponde com muita exatidão à acepção precisa e explícita do termo, mas de tudo que lhe possa ser integrado. [...] O conjunto das operações produtivas [...]. (GEORGE, 1982, p.105).

expandir as fronteiras capitalistas pelo mundo. A geopolítica se coloca como teoria capaz de explicar essa inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista, pois em seu arcabouço teórico possui elementos, que sustentam os projetos de expansão territorial do capital, induzidos pelo Estado em seu exercício de poder frente ao território nacional.

Os pressupostos geopolíticos vêm inspirando os projetos de ação territorial no Brasil, desde a década de 1930, quando da implantação do Estado Novo e da Marcha para o Oeste, perpassando pela década de 1960, quando os militares assumem o controle do país e se utilizam do poder político-econômico, fazendo avançar a fronteira sobre as terras do interior do Brasil, destacando suas potencialidades e posição estratégica frente às demais porções da América do Sul.

As teorizações geopolíticas, entretanto, não são capazes de explicar, sozinhas, a razão de algumas áreas serem “luminosas” e outras “opacas”; ou seja, de determinadas localidades serem ocupadas e modernizadas, e outras ainda permanecerem obsoletas. Este fato nos leva a associar a estas teorias, outras de caráter infraestrutural, como a capilaridade logística das redes e as condições edafoclimáticas, associadas ao avanço técnico do preparo do solo e melhoria genética das sementes. As redes são importantes nesse processo, pois favoreceram a circulação não só de mercadorias, como também de informações que permitem ao “novo” disseminar-se beneficiando-se das qualidades naturais presentes no vasto território do Cerrado.

Nesse sentido acreditamos ser possível uma leitura da modernização territorial do Cerrado a partir do PRODECER e da lógica de sua expansão e incorporação de novas áreas que ocorre segundo estratégias capitalistas de produção. Assim o Cerrado se revela entre velhos discursos com novas funções e novos discursos a partir das velhas funções.

Nessa trajetória de construção do conhecimento, é preciso reconhecer como conceitos fundamentais para se compreender a modernização do Cerrado, o território, base para o exercício do poder do Estado frente à ação do capital transnacional; o Cerrado como território composto por aspectos socioeconômicos, culturais, naturais e políticos; a técnica e o sistema logístico viário e elétrico como elementos viabilizadores do capital no processo de modernização territorial.

O PRODECER, quando recontado, é capaz, pela riqueza de sua história, de construir um novo caminho para se pensar a modernização territorial do Cerrado. Caminho que pressupõe o descortinar das ações públicas consorciadas às privadas, diante das estratégias conjunturais do (re) ordenamento da produção internacional. Assim, o Cerrado de hoje é fruto de um conjunto de ações gestadas em âmbito mundial.

Após esclarecer de modo mais detalhado o contexto da inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista, em que o Estado foi o interventor territorial e tendo como objetivo compreender, a partir do PRODECER, os caminhos modernizantes do território do Cerrado, tratar-se-á da metodologia que orientou previamente e/ou foi reconstruída ao longo do trabalho, tanto no sentido das técnicas e métodos de investigação, quanto no que se refere mais diretamente ao método de interpretação, que se orientou tanto pela base teórico-conceitual quanto pelo trabalho de campo.

Praticamente, todos os trabalhos até aqui desenvolvidos sobre as transformações territoriais nos Cerrados, menosprezam ou mesmo ignoram a geopolítica como elemento de análise das dinâmicas territoriais, subsumindo-a ao estudo da modernização da agricultura e seus efeitos sobre o sistema produtivo. Pretendemos demonstrar, entretanto, que a modernização territorial do Cerrado foi forjada e/ou manipulada pelo jogo político-econômico do capital internacional que subordinou o capital nacional, estimulando políticas de (re) ordenamento do território de forma a provocar violentas mudanças sócio espaciais, ocorridas a partir de 1970, em especial em algumas áreas estrategicamente localizadas.

Destrinchar a abrangência dessa modernização envolve (re) interpretar teorias à luz da ciência geográfica e da geopolítica; trabalhar a relação indissociável entre espaço e território, ligados por sua vez a concepções de rede e técnica, que atualmente vêm sendo utilizadas em estudos que abordam a caracterização dessas múltiplas formas de territorialização do capital.

Partimos do pressuposto de que a modernização territorial do Cerrado, com a dinamicidade de seu ritmo e sua complexidade, apesar do conteúdo técnico e da conjuntura mundial, teve importantes elementos do meio físico que somados aos demais completam o arcabouço teórico capaz de sustentar o deslocamento da fronteira em direção às terras do interior do Brasil.

No curso deste trabalho, fomos gradativamente construindo caminhos que nos permitiram descobrir a raiz da modernização em suas diversas faces, desde as estratégias políticas para a captura do território do Cerrado, perpassando pelos projetos de ordenamento territorial e conjunto de políticas públicas para a agricultura, até o papel desempenhado pelas cooperativas agrícolas. Não nos esquecemos dos agentes financeiros, organismos privados ou governamentais, tais como a EMBRAPA e a empresa CAMPO, criada dar suporte técnico e financeiro ao PRODECER e que foram fundantes nessa nova estrutura produtiva. Contudo, não pretendemos esgotar todas as dimensões do processo.

Como o PRODECER se territorializou em sete Estados brasileiros e com grandes distâncias entre as localidades; dificuldades de acesso a algumas áreas, por falta de apoio

humano que pudesse retratar o contexto de sua implantação, resolvemos priorizar os Estados de Minas Gerais, Goiás e Tocantins, onde a unidade e a magnitude do projeto são mais evidentes.

Em Minas Gerais, encontram-se onze projetos do PRODECER, de um total de vinte e um. É o Estado que tem a maior quantidade de projetos implantados, seguido por Goiás, que ocupa a segunda posição em número de “assentamentos” do Programa, três ao todo. Já o Tocantins foi o único Estado do Norte do Brasil a receber esse tipo de projeto agrícola. E, através da análise desse projeto, foi possível estabelecer uma projeção do programa no Nordeste brasileiro, no município de Balsas (MA).

Na Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a análise sustentou-se nos dados coletados nas entrevistas, pois todos os entrevistados conheciam o PRODECER desde sua concepção até a estruturação final, sendo que, em alguns casos, ainda permanecem ligados ao Programa por meio das cooperativas que foram criadas para ajudar na efetivação do projeto.

Diante a todas essas questões outras surgiram e instigaram ainda mais o processo de pesquisa, ou seja: o que era o Cerrado para os japoneses? Que recursos o Cerrado poderia oferecer que despertaram os interesses orientais? Que razões levaram os japoneses a escolher o Cerrado? Seria o Cerrado melhor que as terras do Sul e do Sudeste do Brasil para receber tais investimentos? Enfim, por que o Cerrado foi escolhido para sediar um projeto de modernização territorial?

E assim a metodologia foi sendo construída na busca por elementos que pudessem responder aos problemas da pesquisa e suas peculiaridades. A escolha metodológica aflinge todo pesquisador, pois envolve inserir-se no contexto do objeto pesquisado, no caso o PRODECER. Conseguir permissão para estudar, esmiuçar projetos, documentos; ter acesso às pessoas que se quer observar; conversar; entrevistar foi para nós, um desafio.

Diante a composição em mosaico da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa por entender que ela não procura enumerar ou medir os eventos estudados, ao contrário parte das questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

A trajetória do campo demonstrou a importância da proximidade entre o objeto pesquisado e o pesquisador. Partimos assim, da abordagem qualitativa que tem por fundamento “a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...]; o sujeito-observador é



parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado” (CHIZOTTI, 2001, p. 79). O objeto não é um dado inerte e neutro, ao contrário, possui significados construídos nas relações entre sujeitos concretos.

O primeiro contato com o PRODECER ocorreu em 1999, quando ingressei-me no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação para cursar o mestrado e estudamos o projeto de Colonização Paineiras, com o objetivo de demonstrar como o capital se apodera da agricultura, através das políticas públicas agrícolas, e esse fato abriu-nos as portas do PRODECER.

Os produtores do Paineiras possuem uma excelente rede de relações dentro da empresa CAMPO, responsável pela estruturação do projeto, assim fomos colocados em contato com cinco pessoas, consideradas pela pesquisadora, a “caixa registradora” de toda a estrutura do programa. Por outro lado, o fato de sermos apresentados a alguns produtores de Minas Gerais e Tocantins, por pessoas ligadas à CAMPO, trouxe-nos credibilidade. Fato que não impediu que alguns dos entrevistados omitissem dados referentes ao arrendamento de terras; venda de lotes e problemas financeiros.

Foram realizadas entrevistas tanto com produtores ligados ao programa, quanto com os diretores e presidente da empresa CAMPO e também com funcionários, engenheiros agrônomos, que participaram da implantação do PRODECER e permanecem como funcionários da CAMPO em Paracatu (MG) e Pedro Afonso (TO). Entrevistamos também o ex-ministro da agricultura no governo Ernesto Geisel e responsável pela implantação do PRODECER, Allison Paulinelli.

As sedes das entrevistas foram a empresa CAMPO, em Brasília (DF); a Companhia de Promoção Agrícola, CPA, em Paracatu (MG); a Cooperativa Agrícola de Pedro Afonso, COAPA, (TO); a Cooperativa Agrícola Oeste Mineiro Ltda, OESTE MINEIRO, (MG). Os produtores entrevistados pertencem aos projetos do PRODECER em Campo Alegre (GO); Ipameri (GO); Paracatu (MG); Coromandel (MG); Guarda-Mor (MG) e Pedro Afonso (TO).

Os nomes da maioria dos produtores serão mantidos em sigilo, pois não houve por parte deles autorização para que fossem citados. Assim, em respeito à confiança em nós depositada, e por se tratar, na maioria das vezes, de informações pessoais, optamos por resguardar-lhes as identidades. Os entrevistados, ligados à empresa CAMPO, permitiram-nos usar seus nomes junto às informações prestadas.

Ao longo do primeiro trabalho de campo, realizado em Paracatu (MG), percebemos que o roteiro de entrevista e até mesmo o gravador, intimidava, inibia as respostas, chegando ao ponto de um dos produtores nos solicitar que o gravador fosse desligado e eu guardasse o

plano, pois ele queria falar o que pensava sobre o projeto e os problemas, que em sua visão, foram muitos. Em outras ocasiões, a dissimulação das respostas era evidente, algumas demasiado elogiosas, indicando medo do que poderia ser revelado.

Aprendemos logo que a proposta inicial de usar roteiro de entrevista estruturado em todas as entrevistas, não seria muito eficiente. Deixar o entrevistado falar ou se estender sobre determinados assuntos que lhe eram atinentes revelou-se mais produtivo. O gravador foi utilizado, mas sem roteiro estruturado.

Como apoio para as entrevistas não-estruturadas e não-diretivas, foi usado um caderno de campo, como forma de registrar os diversos momentos que envolvem o ato de pesquisar. Assim, traçamos os instrumentos que nos acompanharam nas andanças pelo campo.

As investigações realizadas no Senado e Câmara não se mostraram proíficas, pois não há em nenhuma destas instâncias federais registros do PRODECER, exceto nos recortes de jornais das décadas de 1970 e 1980, com destaque para a ocupação do Cerrado e alguns artigos escritos por pesquisadores ligados a empresa CAMPO. Mesmo assim, as informações foram muito aquém da quantidade de dados encontrados em poder dos entrevistados.

Não foi preocupação desta tese-pesquisa estudar as relações produtivas no interior dos projetos, pois de fato, o que mais nos interessou, desde o princípio, foi entender os meandros que o capital internacional usou para se territorializar no Cerrado, por intermédio do Estado brasileiro, tendo o campo como o lugar escolhido para disseminar e fazer germinar todo o processo de modernização do Cerrado.

Foram anexadas às entrevistas gravadas, anotações do diário de campo e observações pessoais, aliadas à teoria impressa e digital sobre o tema. Não há como negar a importância da internet como ferramenta para a construção do conhecimento, principalmente quando parte da história se inscreve em outro país, sobre o qual se tem poucas informações. Tudo isso não exclui, é claro, a busca em outras fontes, como fotografias e o convívio por mais de dois dias, com os entrevistados. Nas andanças pelos territórios do PRODECER, quando parávamos para um bate-papo, mais informal, muitos fatos eram revelados.

Feitas as devidas ponderações metodológicas, começaremos nosso trabalho pela base histórica na qual foi moldado o conceito de Cerrado para, posteriormente, abordarmos a categoria que embasou toda a discussão, o território e, a partir dessa análise, retomar alguns programas públicos de ordenamento territorial. O território na perspectiva geopolítica, centro das discussões da tese, é concebido a partir dos poderes inerentes aos processos sociais de produção e fruto da lógica de expansão do capital.

A Revolução Verde, criteriosamente planejada e habilmente executada pelas corporações internacionais, principalmente norte-americanas, também fez parte da discussão inicial como forma de traçar as linhas mestras de mudança nos padrões alimentares do mundo e conseqüentemente do Brasil.

Logo após, na segunda parte, enfatizaremos a financeirização da terra com destaque para o Sistema Nacional de Crédito Rural, SNCR e a Política de Garantia de Preços Mínimos, PGPM, por entender que essas facilidades creditícias, aliadas às outras políticas para a agricultura, alicerçaram as bases da nova configuração territorial do Cerrado. Será também discutido o papel das cooperativas de crédito e da empresa CAMPO na viabilização do campo.

Os arranjos dos projetos geopolíticos do Estado na correlação de forças econômicas, culturais, sociais e políticas de hegemonia sobre os territórios, estarão contidos na terceira parte desta pesquisa, assim bem como o Cerrado se articula ante os objetivos expansionistas do capital internacional. O Cerrado com sua disponibilidade de terras e águas, colocaram-no como a área mais propícia a receber investimentos estrangeiros ao final da década de 1970. E na conjuntura geopolítica da “segurança” alimentar, foi incorporado à dinâmica capitalista de produção, modernização territorial.

Na sequência, discutiremos as parcerias entre o Brasil e o Japão e as estratégias de inserção do Cerrado na “trilha dos milagres” de combate à fome. O Cerrado, diante ao quadro da demanda por mais alimentos e do aumento populacional, principalmente a partir de 1970, quando chega ao mundo subdesenvolvido os progressos da Revolução Médico-Sanitária, é reinventado sob a ordem geopolítica de ocupar novas áreas, expandir as fronteiras do capital.

As redes de poder, nas dinâmicas territoriais do Cerrado, estarão contidas na quarta parte da pesquisa, que possui como objetivo compreender como os elementos naturais e artificiais, criados pela técnica, foram fundamentais para a escolha das áreas-núcleos de onde partiram todo o conjunto tecnológico que sustentou a modernização territorial do Cerrado. Redes de poder constituídas por alianças e articulações do poder público e privado, essenciais à construção do alicerce para a mais perfeita remuneração do capital.

O alicerce são as condições edafoclimáticas, tais como o clima, o relevo, a disponibilidade de águas e as redes logísticas, condição *sine qua non* para implantar um projeto de desenvolvimento de base moderna. Assim, a ocupação do Cerrado por padrões de especialização da agricultura parte de sua base natural mais o progresso técnico.

Na quinta parte, apresentaremos a fluidez territorial do PRODECER no Cerrado, através de uma análise que contempla a introdução dos novos sistemas de cultivo, a partir da

soja como indutora dos mecanismos de modernização, e que subsidiou a instalação dos complexos agroindustriais, estimulados pelo aumento da produtividade e proximidade das vias e portos de escoamento. Ou seja, como, através da inserção de novos cultivos, o território se fluidificou, desagregando valores, (des) construindo e (re) construindo os lugares em uma luta constante entre os que estão e os que chegam e aqueles que saem. Também foi possível discutir, a partir de dados demográficos, como a presença do PRODECER, nos Estados onde se instalou, gerou transformações territoriais, sociais, econômicas e até mesmo desmembramentos e criação de novos municípios.

As poucas análises das questões ambientais foram importantes no sentido de explicitar que o PRODECER semeou produtividade e tecnologia, mas colheu desmatamento, compactação do solo, matança de alguns animais silvestres e proliferação de outros, ou seja, agregou valores ao solo, mas desenraizou e enraizou novos modos de vida.

Finalizando, é importante enfatizar que este trabalho foi produzido de forma a correlacionar as teorias sobre a modernização do território do Cerrado e as diversas percepções da fundamentação empírica. Muitas afirmações são feitas entre a fronteira do observado, vivido, experienciado e o arcabouço teórico necessário à sustentação da produção do conhecimento. Há momentos em que o visível aguçou de tal maneira o nosso olhar que nos sentimos compelidos a interpretar os significados dados pelos elementos do campo. Como todo conhecimento é relativo, abre-se, a partir deste ponto, um novo caminho para se compreender a realidade da modernização territorial do Cerrado.

## **1 AS DIVERSAS PAISAGENS: o Cerrado dos valores, dos saberes, dos sabores, dos dissabores das intenções socioeconômicas**

Os estudos sobre o uso e ocupação do Cerrado enfatizam aspectos socioeconômicos, culturais, naturais e políticos, que sugerem o entendimento de como se deu a configuração territorial da região e quais foram suas implicações mediante as mais variadas interpretações e “enveredamentos por caminhos teórico-metodológicos velhos e/ou novos, mas sempre instigantes, desafiadores da ciência e do planejamento” (ALMEIDA, 2005a, p. 09) que conduzem as “lentes do olhar” “[...] ao cerrado da soja [...], ou seja, aos poucos cerrados” (SILVA, 2005, p.25) que foram matas, campos, cerradões, veredas, várzeas, ambientes ciliares, fauna, ocupação humana (BARBOSA, 2005 p. 17).

As dinâmicas de apropriação, desse espaço, pelo capital basearam-se em estratégias agropecuárias implementadas pelas incisivas ações do Estado brasileiro, presente desde a década de 1940, com a “Marcha para o Oeste” de Vargas, reiterada a partir de meados da década de 1950, com a construção de Brasília e retomada de forma mais contundente por volta da década de 1970, quando da implantação de diversos programas de desenvolvimento do Cerrado.

É o conjunto das ações individuais ou coletivas, públicas ou privadas, que moldam o território. Assim, o Cerrado de hoje é fruto pensado da ocupação mineradora do Século XVIII; da expansão ferroviária do final do Século XIX e começo do XX; da ocupação comandada pela Marcha para o Oeste (1940), mas especialmente da ocupação promovida pela agropecuária moderna a partir de 1950 (SILVA, 2008).

Sob esta ótica, as fronteiras do Cerrado foram abertas às lógicas de uso do espaço e relacionamento com o meio natural tendo, como fio condutor, a evolução e diferenciação de seus sistemas naturais e agrários; a inserção de políticas governamentais; as redes logísticas de transporte e energia; as redes tecnológicas; ou seja, ao regime intensivo de apropriação do espaço. Espaço, que “além de ser produto das atividades humanas, tem múltiplas valorizações e caracteriza-se por atributos funcionais, estruturais e afetivos” (ALMEIDA, 2003, p. 71).

A pesquisa e reflexão parte do princípio de que, dentre todas as ações promovidas para a ocupação do Cerrado, as políticas de Estado se destacam e dentre elas o Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados, PRODECER, pois foi o indutor do uso intensivo de tecnologia e capital no campo, apropriando-se de terras de baixo valor agregado, mas favoráveis à mecanização, que compensavam os investimentos destinados ao cultivo do solo.

Pode-se afirmar que foi através desse programa “associado à pesquisa agropecuária, à assistência técnica e à implantação de infraestrutura, assumida em termos de custos e execução quase que integralmente pelo poder público” (FLEURY; ALMEIDA, 2009, p. 8) que emergiram as características que vieram a configurar o atual território do Cerrado. E para isso necessário se faz entendê-lo para além do conceito de bioma e as variáveis que imbricadas possibilitaram a sua modernização territorial.

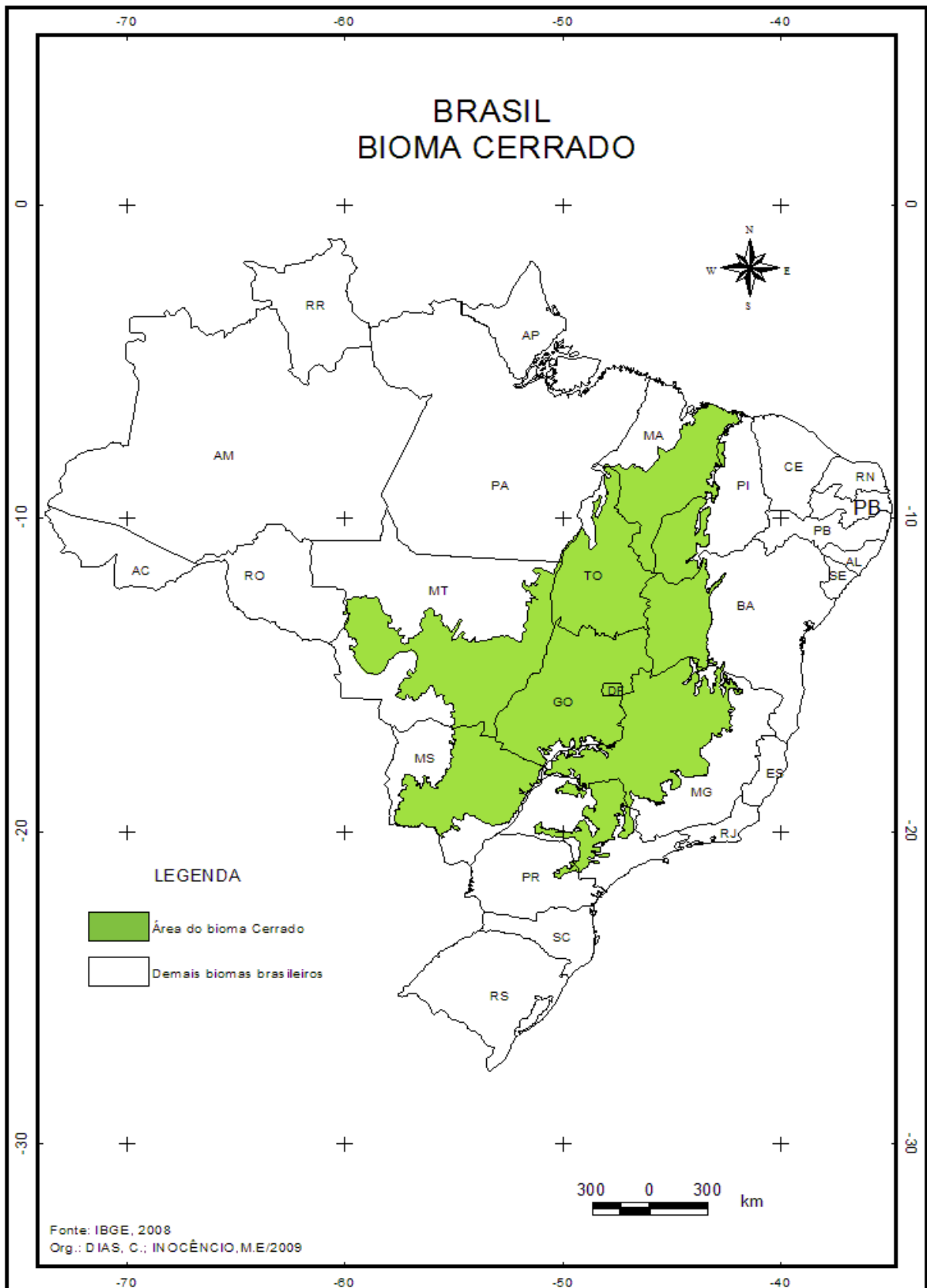
Como sugere Chaveiro (2010a, p. 67), a interpretação do Cerrado “exige que se ultrapasse apenas o pleito da configuração de suas espécies ou da qualidade genética da diversidade biológica de cada fitofisionomia”, conduz à análise construída pelas diversas intenções transformadas em ações “dos sujeitos que com o seu saber advindo de sua cultura, fazem usos e desdobram dos usos a construção de sua vida como ingredientes da construção do território”.

Entretanto, são as ações, “movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros” (SANTOS, 1998a, p. 91) que convergem nas diferentes paisagens dando sentido às práticas de uso e ocupação do Cerrado.

### 1.1 Vários Olhares, Diferentes Abordagens: o Cerrado em Questão

Cerrado, porção territorial que foi ocupada, no contexto geopolítico de integração nacional, por diversos programas que visavam a alargar as fronteiras agrícolas do Brasil. Região que compreende como área os Estados de Goiás, sul do Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul, oeste da Bahia e Minas Gerais, sul do Maranhão, grande parte do Piauí, Distrito Federal e pequeno corredor central em Rondônia, além de pequenas ocorrências nos Estados de Roraima, Amapá e São Paulo (Mapa 01). Mato Grosso era o Estado brasileiro com a maior concentração de cerrado, seguido de Minas Gerais e Goiás, ocupando, 20%, 18% e 17%, respectivamente (Gráfico 01).

A maior parte do Cerrado localiza-se no Planalto Central do Brasil. Se considerado como bioma, ocupa a segunda posição do País, superado apenas pela Floresta Amazônica (NASCIMENTO, 2002). É banhado por três das maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Ocupa uma área superior a 2 milhões de Km<sup>2</sup>, cerca de 23% do território brasileiro (AGUIAR; MACHADO; MARINHO-FILHO, 2004).



Mapa 01 - BRASIL: Bioma Cerrado

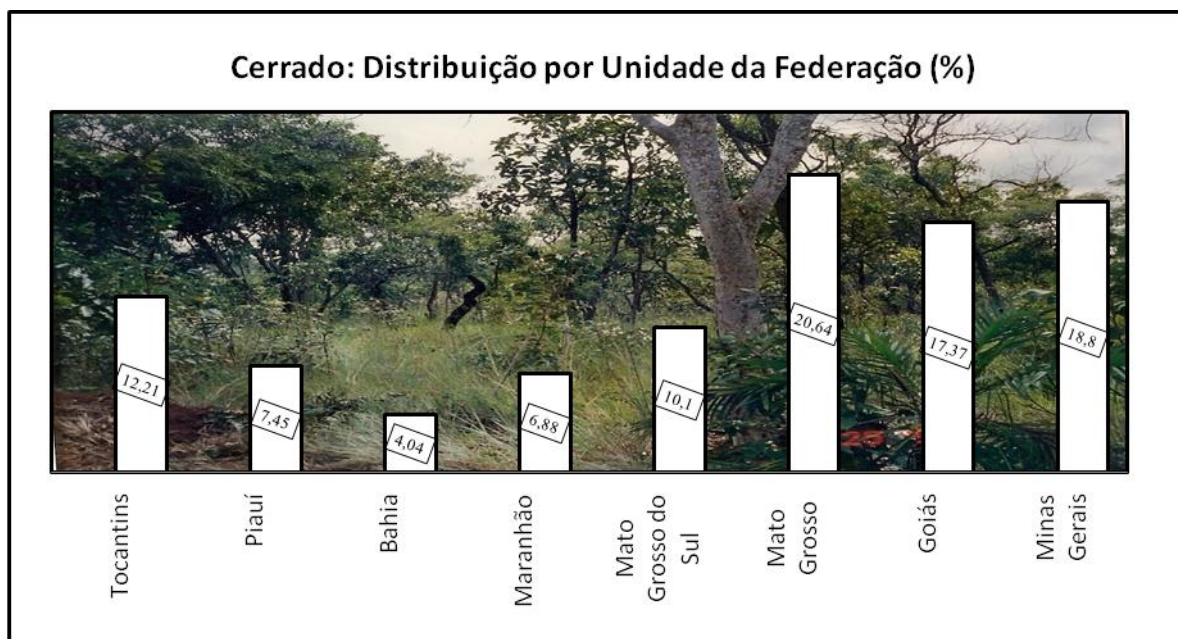


Gráfico 01 – Área do Cerrado por Unidade da Federação

Fonte: MAPA/JICA, 2002.

Org. INOCÊNCIO, M. E./2010

Conceitualmente, como bioma, pode-se definir o Cerrado como vegetação savânica tropical constituída por vegetações rasteiras, arbustivas, arbóreas e principalmente por gramíneas (FERREIRA, 2003), ou seja, é constituído por formações florestais, savânicas e campestres, sendo que muitos desses tipos fitofisionômicos apresentam subtipos (RIBEIRO; WALTER, 1989).

Cerrado é um “mosaico de diferentes tipos de vegetação, reflexo de sua heterogeneidade espacial - é resultado da diversidade de climas, solos e topografia existentes nessa extensa região” (ALHO; MARTINS, 1995). Entretanto, não é um grupo fisionômico homogêneo. É uma unidade ecológica típica da zona tropical, caracterizada por diversas fisionomias, com gradiente associado ao nível do lençol freático, fertilidade, profundidade, geomorfologia do relevo e acidez do solo (ORIOLLI; CAMARGO, 2000; RIGONATO, 2005).

Nascimento (2002, p. 63) afirma que a hipótese mais aceita sobre a origem do Cerrado e responsável pela diferenciação de tipos vegetais nessa região é a “combinação da estacionalidade climática, o baixo nível nutricional dos solos e a ocorrência de fogo”, fatores determinantes primários da vegetação. Ao que Ferreira (2003) acrescenta que a densidade arbórea e a composição florística do Cerrado, em sentido restrito, podem também variar em decorrência do pH do solo, a presença em maior ou menor escala de alumínio, condições hídricas e ações antrópicas, dentre outros fatores.



Chaveiro (2010a, p. 68) destaca que o Cerrado é um bioma que se desdobra em vários ambientes que “podem ser classificados por meio de suas fitofisionomias, em que, respectivamente, aglutinam relações e inter-relações próprias entre solo, relevo, clima e vegetação”.

Considerando os domínios morfoclimáticos de Ab’Saber (1971), o Cerrado, em sua área original, limita-se com o domínio Amazônico, ao norte; a leste e nordeste com a Caatinga; a leste e sudeste com a Floresta Atlântica. Esse contato ocorre através das chamadas “Faixas de Transição” onde espécies de dois ou três domínios morfoclimáticos se interpenetram, dando origem a complexos sub-regionais de paisagens (NASCIMENTO, 2002) (Mapa 02).

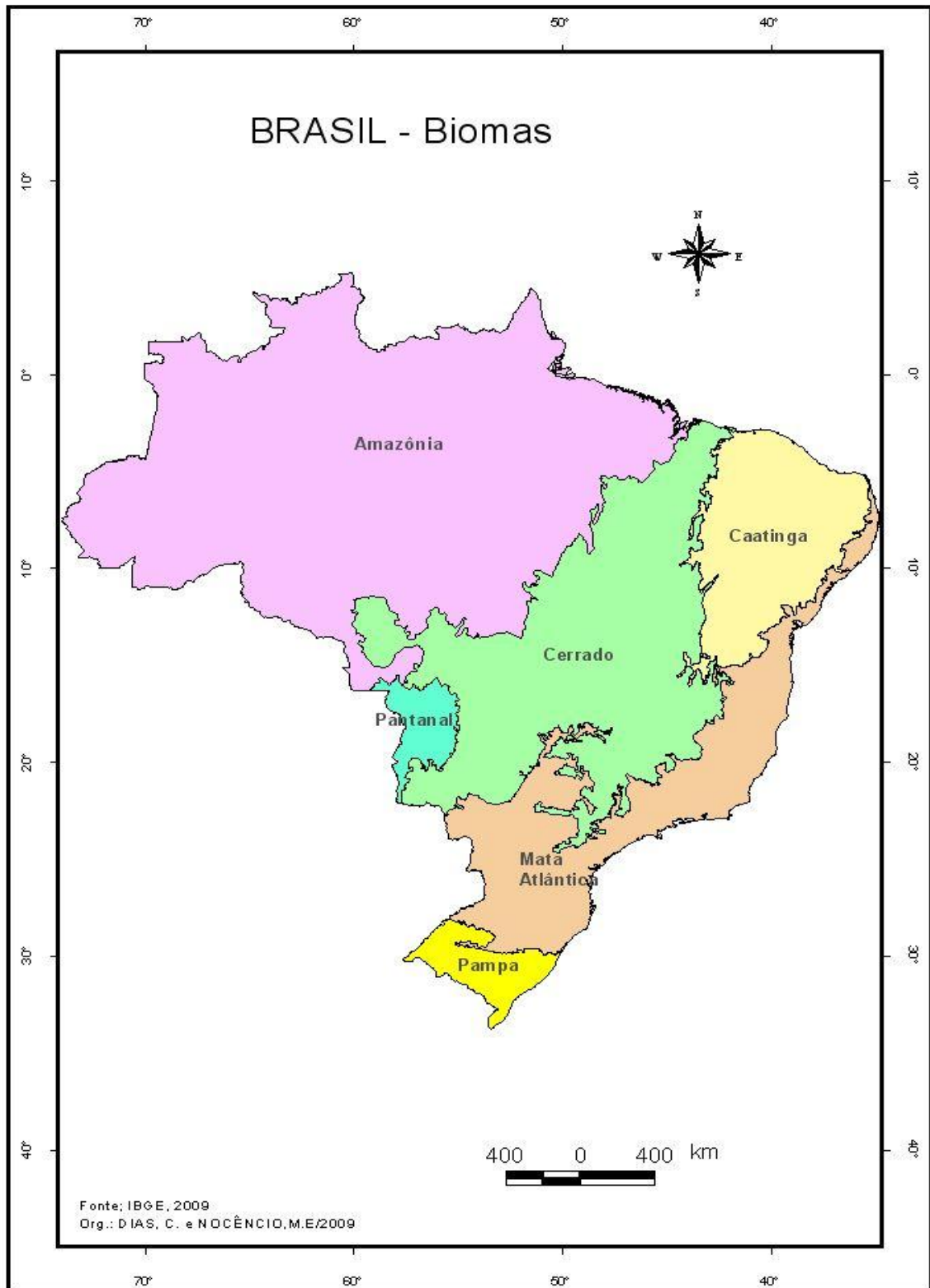
Já Chaveiro (2010a, p. 68), considera esses domínios como “ambientes de Cerrado”, e expõe que “cada uma das fitofisionomias é formada por tipos e quantidades de espécies de fauna e flora. Por conseguinte, a biodiversidade do Cerrado agrega as espécies; a diversidade biológica ou genética e os ecossistemas”. E acrescenta que pela localização relaciona-se com outros “Biomos como o Pantanal, a Mata Atlântica e a Planície Amazônica. Além de ser um fator para a composição da biodiversidade, estipula a quantidade de espécies” (p.69).

De acordo com essas variações, a paisagem apresenta diferenciadas denominações florestais, savânicas e rupestres: Cerradão (Savana Arbórea Densa); Cerrado *scritto sensu*; Campo Cerrado (Savana Arbórea Aberta); Campo Sujo de Cerrado (Savana Parque) e Campo Limpo de Cerrado (Savana Gramíneo-Lenhosa), com gradiente fisionômico associado à fertilidade, profundidade e acidez do solo (ORIOILLI; CAMARGO, 2000; EITEN,1990<sup>2</sup>; NASCIMENTO, 2002).

As formações florestais do Cerrado são constituídas por Mata Ciliar, Mata Galeria, Mata Seca e Cerradão. A Mata Ciliar e a Mata de Galeria são formações ribeirinhas, ou seja, acompanham o leito dos rios. O que difere a primeira da segunda é o tipo de formação arbórea que não compõe galeria e o porte das árvores. Mata Seca é um tipo de formação florestal que não está associada a cursos d’água e apresenta diferentes índices de deciduidade durante a estação seca. Pode ser de três tipos: Mata Seca Sempre-Verde, Mata Seca Semidecídua e Mata Seca Decídua (FERREIRA, 2003).

---

<sup>2</sup> George Eiten faz no primeiro capítulo do livro Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas, organizado por Maria Novaes Pinto e publicado pela Editora Universidade de Brasília, 1990, uma descrição minuciosa dos tipos de vegetação no Cerrado



Mapa 02 - BRASIL: biomas originais

Já o Cerradão é uma formação florestal, que apresenta elementos xeromórficos (adaptações a ambientes secos) de esgalhamento profuso, com grandes folhas coriáceas. Apesar de poder apresentar espécies que estão sempre com folhas (perenifólias), muitas espécies comuns ao Cerradão apresentam queda de folhas (caducifólia ou deciduidade) em determinados períodos da estação seca (NASCIMENTO, 2002).

O tipo fisionômico do Cerrado *strictu sensu*, que tem sido usado para a construção de represamentos, para irrigação das modernas lavouras, são as Veredas. (Foto 01). Vegetação caracterizada pela presença do Buriti (*Mauritia flexuosa* ou *Mauritia vinífera*), palmeira que ocorre em meio a agrupamentos de espécies arbustivo-herbáceas.

As Veredas são encontradas sobre solos hidromórficos e circundadas por Campo Limpo, geralmente úmido. Nas Veredas, em função do solo úmido, são encontradas com frequência, espécies ornamentais de gramíneas, ciperáceas, xiridáceas, eriocauláceas e melastomatáceas (FERREIRA, 2003).



Foto 01 Chapadão de Catalão. No primeiro plano buriti ainda jovem em lençol aflorante. Ao fundo área ripária da Vereda Mista com presença de buritis de porte médio e grande.  
Autor: SANTOS, J.C.V. Nov./2007.

Importante destacar a riqueza faunística deste tipo fitofisionômico. Nesses ambientes, há a presença de diversos animais da fauna terrestre e aquática do Cerrado. As Formações Campestres do Cerrado subdividem-se em Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo. Campo Sujo é uma fisionomia herbáceo-arbustiva com arbustos e subarbustos espaçados entre si. Estabelece-se sobre solos rasos que podem apresentar pequenos afloramentos rochosos ou solos mais profundos, mas pouco férteis.

O Campo Limpo apresenta vegetação herbácea, com poucos arbustos e nenhuma árvore. É comumente encontrado junto às Veredas, olhos d'água e em encostas e chapadas. Pode ser classificado em Campo Limpo Seco, quando ocorre em áreas onde o lençol freático é profundo e Campo Limpo Úmido, quando o lençol freático é superficial.

Campo Rupestre (Foto 02) caracteriza-se como um subtipo de vegetação arbóreo-arbustiva que ocorre em ambiente rupestre litólico ou rochoso (RIBEIRO; WALTER, 1989). Apresenta topografia acidentada e grandes blocos de rochas com pouco solo, geralmente raso, ácido e pobre em nutrientes orgânicos (FERREIRA, 2003).



Foto 02 Rodovia GO 213 (Ipameri – Caldas Novas) – Primeiro plano, campo Cerrado. Segundo plano, presença de Vereda de terraço por sedimentação em área de encaixe. Ao fundo, Cerrado típico.

Autor: Carneiro, V. A. / Nov./2007

O Cerrado merece atenção por parte dos estudiosos, principalmente, porque sua área tem cedido espaço a diferentes monoculturas, principalmente de soja, e mais recentemente de cana, o que tem comprometido todo um equilíbrio natural. A sua ocupação por uma agricultura de base moderna tem ocorrido de forma acelerada. Tendo em vista a forma desordenada e racional de uso da terra para produção de mercadorias, diferentes tipos de solo e relevo já foram cooptados pelo capital e inseridos no processo modernizador da agricultura.

Mendonça (2005, p.283), nessa mesma linha de raciocínio, pondera que “o Cerrado é um ambiente pouco estudado, mas extremamente explorado, especialmente pela agricultura modernizada, que nas últimas décadas modificou drasticamente a paisagem dos extensos chapadões, tornando-os imensos ‘mares’ de soja”. Mas de acordo com Ab’Saber (2003, p. 19) o domínio do Cerrado é uma

Área paisagística ecológica resistente às ações predatórias rotineiras, a despeito mesmo de apresentar casos locais berrantes de ravinamentos. A utilização imediata e pouco racional dos capões de mata “matos grossos” eliminou a cobertura vegetal e estragou os solos de modo quase irreversível (caso dos capões de matas situados no norte de Anápolis e do extenso mato grosso de Goiás, na região de Ceres).

Porém, segundo o PNUD Brasil, o Cerrado mantém pouco mais da metade (51,2%) de sua extensão original. Os outros 995.220 Km<sup>2</sup> foram transformados em pastos, soja, algodão, cana e carvão vegetal, especialmente a partir dos anos 1970, com incentivos governamentais e internacionais, (PNUD, 2009), que buscavam novas áreas para a expansão agrícola. Almeida (2005b, p. 326) ratifica esse conceito ao afirmar que “apenas 1,5% de seu território (Cerrado) encontra-se protegido na forma de Unidades de Conservação”. E que a destruição sistemática do Bioma faz com que o país perca uma “importante alternativa socioeconômica baseada na utilização responsável da diversidade biológica do Cerrado”.

As aberturas das fronteiras agrícolas brasileiras foram, primeiramente, direcionadas para o Norte, mas por esta região apresentar condições precárias de infraestrutura, riscos ecológicos, escasso conhecimento científico e tecnológico para ampla utilização dos recursos amazônicos, fragilidade dos solos, maior distância das regiões mais desenvolvidas, os investimentos foram redirecionados para o Cerrado (FLEURY; ALMEIDA, 2009; PINTO, 1990), onde “do ponto de vista interno e externo, a questão ambiental não aparecia de forma tão polêmica quanto à repercussão que ganharia na Floresta Amazônica” (RIBEIRO, 2005, p.174).

Chaveiro (2010a, p. 71), a esse respeito, expõe que o saber, a ação e a força política; a luta pela hegemonia territorial e a relação entre cultura e relações econômicas, tal como tem sido preconizadas nas diferentes escalas territoriais, faz com que a ocupação do Cerrado ocorra de maneira diferenciada no tempo e no espaço “em consonância com as forças que dominam e controlam o território”.

Assim, cultivos foram introduzidos, impostos ao Cerrado, como produto do jogo de poder, das estratégias de convencimento de que “o de fora é melhor do que o de dentro”, inserções que desconsideraram o potencial natural, descaracterizando e fragilizando a estrutura genética das espécies, descartando o tradicional saber do “povo cerradeiro”, submetendo-os “às lentes do olhar” de “investidores governamentais multilaterais” que vislumbraram no Cerrado a “capacidade de receber população e seu potencial econômico a ser explorado”. Transformaram a “região do Cerrado em uma grande produtora, principalmente de grãos, para o abastecimento do mercado mundial” (ALMEIDA, 2005b, p. 328).

A incorporação do Cerrado “teve uma finalidade economicista, com garantia científica baseada nos processos biotecnológicos”, em que o Estado “subordinado aos ditames da economia internacional, tornou-se agente direto e indireto da consecução de um modelo de desenvolvimento incluyente do Cerrado e excluyente de sua biodiversidade” (CHAVEIRO, 2010, p. 74).

Mas esta ainda não é a reflexão sobre o Cerrado, pois este é muito mais que um bioma, é um ambiente culturalmente diverso e rico de lugares, que abriga um povo ávido de saber, pois como afirma Chaveiro (2005, p. 53) “a modernização apesar de ser avassaladora e hegemônica não erradicou a tradição; esta, embora resistindo, não se impõe. Mesmo que não se imponha, ora converge, ora conflita, ora se adapta aos novos signos modernizantes.”

Nesta leitura, é preciso compreender o Cerrado das plantações de subsistência; da criação de gado curraleiro; das raízes; das ervas medicinais; do artesanato das plantas nativas deste bioma; do doce de compota; da culinária; “dos festivais de violeiros, dos contadores de causos, [...] das festas religiosas; da folia de Reis” (CHAVEIRO, 2005, p. 60); “o Cerrado como componente fundamental da própria sobrevivência das populações residentes” (RIGONATO, 2005, p. 69); enfim o lugar do “povo cerradeiro” (MENDONÇA, 2004).

Cerrado de “pouca gente” e “muita natureza” que foi construído sobre a história do povo que aí viveu desde o século XVIII e vive até a atualidade, fruto do trabalho coletivo, acumulado pelos grupos humanos que “antecederam na convivência do Cerrado, introduzindo aí suas próprias contribuições”. Sociedade e cultura formadas com a participação “indígena, européia e africana” que fez o particular, o diferente do lugar em “uma importante e complexa inter-relação entre o ambiente e a organização social e cultural” (RIBEIRO, 2006, p. 283).

O que hoje constitui o Cerrado foi o ontem do sertanejo, que criava extensivamente o gado, cultivava o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, a abóbora d’água para a subsistência diária; que se banhava no “corgo” após a “lida na roça”; os vários ambientes da casa de pau-a-pique, da reza, da festa e da “comilança” que acontecia no decorrer dos mutirões para “bater pasto”. Nesta perspectiva, o Cerrado foi sendo composto, decomposto e recomposto, permitindo e resistindo às estratégias de reprodução do capital.

Esses vários olhares e diferentes abordagens sobre o Cerrado são necessários para que possa “emergir outras leituras sobre a natureza, outros interesses e novos olhares valorativos” (ALMEIDA, 2005b, p. 325). Ou ainda, como expressa Costa (2005, p. 295) “uma leitura antropológica do Bioma Cerrado requer penetrar no corpo gramatical que o informa, para aproximá-lo da gramática cultural vinculada à população humana que o habita”.

Almeida (2003, p.72) enseja também que este Bioma deve ser analisado em um duplo enquadramento para que se possa dar sentido aos elementos naturais e às práticas culturais do Cerrado, denominada por ela, nesse texto, de Sertão. Esse enquadramento deve ser analisado pela visão “de fora”, dos viajantes e cronistas “cujas narrativas destinavam-se a saciar a curiosidade de outros e a ensinar o que havia no Brasil”, e a visão dos “de dentro”, “vivência adquirida [...], quadro vivido, carregado de significados ligados a uma história, à produção social e simbólica dos seus habitantes”.

Já para Chaveiro (2010, p 69), a base físico-territorial que compreende a “riqueza visível e codificada da biodiversidade, juntamente com os denominados componentes abióticos”, deve ser pensada cultural e socioeconomicamente ao longo do tempo e do espaço, pois as estratégias de usos do Cerrado parte da “trama da apropriação da biodiversidade do Cerrado, além de envolver a cultura como mediação, gerando a culturalização da natureza”.

As diversas paisagens do Cerrado devem, contudo, ser pensadas, no sentido geopolítico, baseando-se na desigualdade de força entre os diferentes componentes territoriais, “de fora” ou de “dentro”. É certo que a visão “do outro”, compatível com o modelo de acumulação vigente, acabou por predominar e “impactar a biodiversidade do Cerrado”, que se constituiu dentro da lógica da rentabilidade econômica, em importante território de disputa, pelas diferentes formas de apropriação, entre o tradicional e o moderno.

Esse processo de “conversão da vegetação do Cerrado” (CHAVEIRO, 2010a), em “celeiro agrícola do mundo” se fez sob a imagem construída pelos brasileiros de que o Cerrado era o local da “letargia social, [...], de solidão [...], da crença de que a natureza tropical devia ser tratada como espaço de intervenção social para a implantação de nova sociabilidade” (ALMEIDA, 2003, p. 78). Ideia que leva à exclusão dos aspectos culturais inerentes às práticas espaciais do “povo do Cerrado”.

Fato também corroborado por Oliveira, I. (2005, p.201), quando fala da visão estereotipada do Cerrado como lugar de vegetação monótona e solo pobre; árvores tortas e feias; campos extensos servindo aos cupins e formigueiros; de região de vazio demográfico; de rusticidade; legitimando a necessidade de uma intervenção direta, moderna e eficiente, que desconsidera a “plenitude de sua biodiversidade”. É a substituição da “riqueza ecológica por uma ‘riqueza’ econômica”.

De forma mais ampla, a modernização territorial do Cerrado aponta para a destruição da “agrobiodiversidade”, definida como

A parcela da biodiversidade utilizada pelo homem na agricultura, ou em práticas correlatas, na natureza; [...] componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação; [...] as variedades e a variabilidade de animais, plantas e micro-organismos, nos níveis genéticos, de espécies e de ecossistemas, os quais são necessários para sustentar as funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos (BRASIL, 2010, p. 1).

Talvez neste conceito resida a grande diferença do Cerrado para o agronegócio e a importância da biodiversidade para as comunidades locais, os agricultores familiares, os assentados de reforma agrária e os povos indígenas, que dependem da biodiversidade das espécies para o sustento do dia-a-dia.

Neste sentido, a análise do Cerrado deve partir do conjunto de práticas, que apesar de terem sofrido transformações importantes, apresentam culturalmente aspectos que permitem compreendê-lo em sua constante metamorfose paisagística. O Cerrado como totalidade, uno e indivisível, fruto da imbricação dos elementos naturais e sociais interagindo sobre o espaço de vivência do homem. Cerrado como conjunto de elementos que dá sentido à vida para além do viés da rentabilidade econômica.

O desafio é refletir sobre um Cerrado em que a modernização chega e impõe novas normas de uso e ocupação do solo, retirando da terra aquele que nela viveu uma “vida inteira”, transformando o homem do campo, produtor de alimentos, em trabalhador, produtor de *comodities*. O Cerrado, fruto das novas formas de uso deste bioma, surgidas nas últimas décadas do século XX, resultou em “novos olhares viajantes pelas paisagens do Cerrado” (SILVA, 2005).

O mecanismo dessa modernização tem explicação na aliança entre o poder público e o capital privado; na financeirização da terra a partir dos incentivos creditícios possibilitados pelas políticas públicas para a agricultura; nas estratégias geopolíticas de deslocamento da fronteira; nas redes logísticas, tecnológicas e no sistema natural que permitiram/viabilizaram o uso racional do Cerrado e principalmente pelos “planos e programas visando à ocupação do Cerrado, com a promoção de produtos destinados ao mercado de exportação” (ALMEIDA, 2005b, p. 329).

Modernização que produz, cria, forma, reforma, recria maneiras de se produzir no campo agrícola; que significou reestruturação produtiva do campo brasileiro; expulsão, expropriação do trabalhador e do pequeno produtor, que cultivava o solo com a certeza da festa na beira da “tua cheia de arroz”.

Apropriação, inserção da “natureza hostil” à civilidade do novo, moderno. E parafraseando Santos (1998a), o despir da roupa da Natureza do Cerrado e o vestir da técnica, que fez do campo o lugar fabricado pelo homem, onde ele impõe a ideia de um tempo



humano contrário ao tempo da natureza e, torna possível o “sonho” do campo reconstruído pelo movimento do capital.

Merecem especial atenção o PLADESCO (Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER, que foi um dos únicos projetos que se mantiveram ativos até o século XXI, perpassando por todo o período ditatorial brasileiro e abertura política do país. E ainda, com base em Almeida (2005b, p. 331), é possível afirmar que “esses empreendimentos consolidam o processo de apropriação dos recursos naturais e sociais em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões estabelecidas sob a égide do capital e do mercado globalizado”.

Assim, o horizonte de trabalho para o campo de conhecimento geográfico exige eleger prioridades e delinear recortes, propostas neste vasto universo de pesquisa que ora se delinea frente ao processo de modernização territorial do Cerrado. Nesse sentido, o debate se procederá sobre a categoria espaço e território, por entender que estas categorias possuem uma inter-relação construída no contexto das relações sociais, que se estabelecem como relações de poder.

Território entendido como espaço onde ocorre a apropriação da natureza pelo homem. Não o território político, econômico, jurídico ou social, mas território enquanto totalidade, cristalização das ações sociais mediadas pelo sistema sócioeconômico vigente, o capitalismo. Território do Cerrado que, em 1970, passa a ser foco de diretivas ações de modernização propostas pelo Estado.

Território em que se privilegiam as relações política e econômica, sem, contudo, desprezar o diálogo com a interpretação cultural, por entender que o “imaginário geográfico” é ação que cria, (re) cria os diferentes territórios do mundo contemporâneo. E que pela visibilidade proporcionada por Haesbaert (2004, p.74) permite “fazer a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural”.

O território equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial, e também fruto da materialidade, produzida pela apropriação de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. As abordagens que se seguem têm por fundamento discutir os conceitos de espaço e território, para balizar as tramas do capital.

A polissemia, que domina os conceitos de espaço e território, tem sido amplamente debatida e difundida no meio acadêmico. Tal polissemia é fruto da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios do saber.

Não faz parte dos objetivos deste trabalho resolver as querelas metodológicas que cercam os dois conceitos. Busca-se discutir as acepções teóricas, de maneira a demonstrar a importância desses conceitos, para se entender as tramas do capital no processo de modernização do território no Cerrado.

É frequente a utilização de espaço como sinônimo de território “o território é o espaço”. Entre os formuladores de políticas públicas prevalece o senso comum de que o espaço é o local onde as ações acontecem, o palco de intervenção, o receptáculo inerte e passivo. Na verdade, como será visto adiante: o espaço não é inerte, tampouco passivo – ao contrário, tem um poder de determinação; e o território deve ser tratado conjuntamente com o espaço.

Buscando dar uma contribuição, mesmo que incipiente, à discussão epistemológica, procurar-se-á discorrer sobre duas noções essenciais, que podem ser consideradas como “espinha dorsal” da ciência geográfica contemporânea: espaço e território.

## 1.2 Espaço: a Chave para Compreender o Território

A discussão sobre o papel do espaço como elemento central da Geografia, e como um dos componentes estruturantes da realidade social, é feita ao longo da sistematização dessa ciência.

O espaço é uma categoria porque possui um significado ontológico, ou seja, existe e é comum a todos os seres (e todas as coisas). O espaço é histórico porque “a história não se escreve fora do espaço”. O espaço é permanente porque sua existência é uma presença constante na vida em sociedade ao longo da história (SANTOS, 1997b).

A primeira definição de espaço foi feita por Aristóteles para o qual este representava o vazio, o lugar como posição de um corpo entre outros corpos, localização. O homem era ignorado como parte constituinte do espaço. No século XVIII, Kant define o espaço como algo não passível de percepção, separando espaço dos demais elementos espaciais, não o concebendo como algo constituído de significados ou estrutura própria.

Mais tarde, outros filósofos inserem o homem como componente essencial para a compreensão do espaço, como ser que cria e modifica espaços de acordo com suas culturas e

objetivos. Na ciência geográfica, os conceitos de espaço diferem um pouco destas concepções filosóficas.

Entre 1870 e 1950, o espaço, embora ainda não fosse considerado objeto de estudo da Geografia, foi analisado por Ratzel (1990) e Hartshorne (1978). Eles foram os primeiros a utilizarem o conceito de espaço, mesmo de modo implícito. Mas o espaço, personificado no espaço geográfico, só aparece com maior ênfase após a década de 1950, sob bases positivistas, quando a Geografia passa a ser considerada como ciência espacial. Para Hartshorne, o espaço é absoluto, receptáculo. Já Ratzel desvincula espaço das concepções naturais atrelando a ele uma relação de poder.

Ratzel (1990), em seu estudo de Antropogeografia, analisa o espaço através da política, tendo no território e espaço vital os seus conceitos centrais. Sofre influências da ecologia e política, afirmando que a natureza influencia o desenvolvimento das sociedades na medida em que define as condições de reprodução destas. Para ele, o Estado é criado para defender o território, necessário ao desenvolvimento das sociedades.

Ao estabelecer a influência do meio geográfico na organização dos espaços terrestres, vinculando espaço, poder e política, introduz os estudos sobre Geopolítica ou Geografia Política, como será mais bem detalhado no próximo capítulo.

Ratzel (1982) elaborou a concepção de espaço vital como forma de justificar a expansão do império alemão, considerando que o território representa as condições de trabalho e existência da sociedade, e, portanto, a perda de território indica a decadência da sociedade e o progresso requer o aumento deste. O conceito de Estado em Ratzel vincula-se a território e fronteiras.

Como no es concebible el Estado sin territorio y sin fronteras, se há constituído bastante de prisa una geografía política, y, aunque en las ciencias políticas en general se há perdido a menudo de vista la importancia del factor espacial, de la situación, etc., queda, sin embargo, descartado que el Estado pueda prescindir del territorio (RATZEL, 1982, p. 193).

No positivismo, corrente filosófica metodológica que predomina no decorrer da sistematização da ciência geográfica, o espaço é abordado associado à localização das atividades dos homens e aos fluxos. Como reação ao positivismo, surgiu ao final do século XIX, o historicismo, que ao acentuar o papel do homem na sociedade, propõe como objeto de estudo da Geografia, a região, ou seja, “o espaço em que se sintetizam o ambiente natural e o aproveitamento que o homem faz do meio” (FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 74).

A partir de 1950, sob o método hipotético-dedutivo, o espaço é considerado como o conceito mais pertinente para se estudar esta ciência social. Ele é considerado sob duas formas que são complementares: de um lado, através da noção de planície isotrópica, ou seja, o espaço é “uma superfície uniforme tanto no que se refere à geomorfologia como ao clima e à cobertura vegetal”; e de outro, como representação matricial (CÔRREA, 1995, p.21).

Sobre a planície isotrópica desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam à diferenciação do espaço. “[...] O ponto de partida é a homogeneidade, enquanto o ponto de chegada é a diferenciação espacial, vista como expressando um equilíbrio espacial” (CORRÊA, 1995, p. 21). Ou, segundo a visão de Hartshorne (1978), a diferenciação de áreas como produto a ser buscado continuamente no espaço geográfico, causa das manifestações humanas sobre o espaço e, sobretudo, das dinâmicas da natureza, ou ambas.

Na planície isotrópica, a variável mais importante é a distância, que determina em um espaço previamente homogêneo a diferenciação espacial. Cabe, nessa concepção, extrair aspectos positivos como pensar o espaço como representação matricial e associá-lo às redes e nós. Entretanto, a visão de espaço é bastante limitada ao privilegiar em excesso a distância.

Entre 1950 e 1970, quando se dão em escala mundial grandes transformações sociais e econômicas, os debates na Geografia procuram romper com os pressupostos positivistas e neopositivistas. Essas correntes filosóficas não forneceram aos cientistas sociais mecanismos convincentes para a compreensão da nova realidade mundial que emergia. Outras doutrinas filosóficas florescem como a fenomenologia e o existencialismo.

Em 1970, com base nos pensamentos marxistas, o espaço reaparece como conceito-chave na Geografia. Interliga sociedade e espaço. Esse período, denominado na ciência geográfica de radical, compreende a Geografia Crítica, de cunho materialista histórico e dialético e a Geografia Humanista, calcada na fenomenologia e no existencialismo, que tem no espaço vivido sua base de análise.

Na Geografia Radical marxista, o espaço não é concebido nem como ponto de partida, nem como ponto de chegada, mas como *locus* da reprodução das relações sociais de produção. O autor, que mais contribuiu para os debates marxistas, foi Henri Lefébvre que influenciou a maior parte dos geógrafos e se apoiou na renovação do pensamento espacial, definindo espaço como produto social e, portanto, centro da luta de classes. O espaço contém e está contido nas relações sociais, logo é historicamente construído.

Lefébvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido. O espaço concebido é o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. O

espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima referentes aos desdobramentos de práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. O espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida programado.

Avançando nessa direção e sob forte influência de Lefébvre, Santos (1997b, p. 49) afirma ser impossível conceber dada sociedade sem recorrer ao espaço, pois este é capaz de demonstrar de forma concreta as evoluções sociais. Nesta linha de raciocínio trabalha com a formação sócio espacial<sup>3</sup>, vez que para ele a sociedade se concretiza no espaço. “A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.”

Modo de produção, formação social, espaço e território, são categorias interdependentes que permitem explicar a sociedade em sua totalidade. Entretanto, esses conceitos só poderão ser compreendidos no conjunto do movimento social. “(...) as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas à lei do todo” (SANTOS, 1979, p.12).

O espaço é uma totalidade, a exemplo da sociedade que lhe dá vida, mas para isso é necessário que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes.

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. (SANTOS, 1999, p. 93).

Santos (1997b, p. 11) afirma que a totalidade do espaço é uma abstração que não pode realizar-se senão por meio de “uma outra totalidade” – a “realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial”. Admite que a noção de totalidade sempre foi confusa, a menos que sua divisão em partes esteja presente. Assim pondera “o espaço deve ser considerado como uma totalidade”. Que, “o espaço como realidade é uno e total”,

---

<sup>3</sup> A concepção de formação sócio espacial que influenciou as obras de Milton Santos, se afirma no momento em que há a necessidade de explicar as mudanças em curso no mundo, operadas pela Segunda Guerra Mundial, que assenta a divisão do mundo em socialista e capitalista, marcando o início de uma Guerra Fria e a necessidade de teorizar com problemas práticos, urgentes e atuais, para a década de 1950.

mas “a sociedade atribui a cada um dos seus movimentos, um valor diferente a cada fração do território”.

E ratifica que o espaço deve ser analisado a partir de sua estrutura, processo, função e forma. A forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, formador de um padrão espacial e que só pode ser compreendido através da função, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto e pela forma. Por sua vez, a forma e função não teriam sentido dissociadas da estrutura e processo, ou seja, se não se conhece a estrutura da qual se originou a forma e o processo de sua construção, não há como decifrar a matriz que justifica as formas e funções do espaço.

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS, 1997b, p.49).

Para ele, a base de toda análise sobre o espaço deve partir dos homens, das firmas, das instituições, do meio ecológico e das infraestruturas, elementos espaciais.

Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, de desempregados ou não empregados. [...]. As firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e ideias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc (SANTOS, 1997b, p. 6).

À Geografia, enquanto disciplina, cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço, ou seja, os primeiros “condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 1999, p.52).

Sistema de objetos definidos enquanto conjunto de forças produtivas e um sistema de ações, conjunto das relações sociais de produção, que conduzirão à construção do espaço, entendido enquanto espaço geográfico, um híbrido. Fruto da intencionalidade das relações sociais de produção que põem em movimento as forças produtivas. “[...] espaço [...] matriz sobre a qual as novas ações subsistem às ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado é futuro” (SANTOS, 1999, p. 84).

É ainda, com base em Lefébvre, que se encontram elementos capazes de explicar as contradições do espaço no processo de sua captura pelo capital, pelo mundo das mercadorias, sendo que o movimento reprodutivo do capital representa mais do que a reprodução do capital, através da mais-valia, mas a tentativa de reprodução incessante do capitalismo, desempenhando o Estado papel fundamental nesse processo, donde a importância da luta de classes.

Para Santos (1996), o espaço deve ser considerado junto à estrutura social que o originou. E pondera que o espaço deve ser visto a partir das qualidades funcionais, como reflexo da sociedade global e das qualidades sistêmicas, tendo a capacidade de condicionar sua própria formação. Para ele, o espaço deve ser compreendido dentro da estrutura econômica, política e social.

O espaço [...] não é jamais um produto terminado, nem fixado, nem congelado para sempre. [...] a estrutura espacial e, também, o passado no presente. Além disso, o espaço ainda no presente é também futuro, pelo fato da finalidade já atribuída às coisas construídas, ao espaço produzido, desde o momento em que ocupam um lugar em um ponto qualquer da superfície da Terra (SANTOS, 1996, p. 150 e 151, passim).

Soja (1993), ao discutir a questão do espaço à luz da teoria social, procura integrar a tradição marxista, social crítica e geográfica. Aponta para as possibilidades da construção da dialética sócio espacial sustentadas pelo espaço, tempo e ser social. Para ele, o social e o espacial são homólogos no sentido de proverem das mesmas origens no modo de produção, como também o são dialeticamente inseparáveis e interdependentes formando e sendo formados pelo espaço.

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais [...] de produção, ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais (SOJA, 1993, p.99).

Em todos os marcos conceituais de referência, a ideia de espaço está associada a uma dada concepção. Uma primeira perspectiva o compreende como suporte para as ações sociais, substrato sobre o qual se localizam os elementos e relações. De outro ângulo, o espaço pode ser interpretado em sua relação com a sociedade. Deste pressuposto podemos extrair as

vertentes que entendem o espaço como produto das relações sociais e as que o entendem como instância de totalidade social.

O espaço é permanente porque sua existência é uma presença constante na vida em sociedade ao longo da história. Essa afirmação é a base do reconhecimento de que há uma relação entre espaço como categoria histórica, permanente, permitindo inter-relacionar a formação econômico-social, território, lugar, paisagem e outras.

Raffestin (1993) afirma que espaço pode ser compreendido sob dois aspectos: um é o plano da expressão, constituído por superfícies, distâncias e propriedades. Espaço visto pela Geografia neopositivista. Outro é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado dado pelos atores sociais. Concepção ligada ao materialismo histórico dialético.

Para Santos (1997b), cada sociedade tem uma forma específica de se apropriar do espaço. Esta apropriação relaciona-se diretamente à maneira pela qual os processos sociais são territorializados e sua filiação com o espaço de decisões sociais em seus diferentes momentos. O espaço é construído como um meio através do qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas.

Se o espaço é produtor e produto, seu entendimento vem do trabalho do homem para transformar a natureza. Daí a definição de espaço geográfico como natureza modificada pelo homem através do seu trabalho. A concepção de uma natureza natural, onde o homem não existisse, cede lugar à construção permanente da natureza artificial ou social (SANTOS, 1998).

Santos (1997b, p. 96) ao dizer “a totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização”, movimento permanente, retrata: “a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que está se fazendo, significada pelo espaço”.

Sobre o território e sua relação com o espaço, constata-se que, nos recortes antes selecionados, Milton Santos, Ratzel e Raffestin ao conceituarem espaço acionaram termos como: território, expressão territorial, base territorial, fração do território, configuração territorial.

Referenciando-se em Steinberger (2007), é possível entender que os objetos geográficos naturais e artificiais, distribuídos sobre o território, aparecem para explicar a essência social do espaço, e a expressão territorial é manifestação das formas-conteúdo que, em conjunto, constituem o espaço.



Já a base territorial concretiza a abstração do espaço como totalidade e a fração do território demonstra a necessidade de dividir a totalidade em partes, as quais a sociedade atribui valores diferentes. A configuração territorial é, portanto, perfeita para estabelecer um confronto com a totalização em movimento que é o espaço. E o espaço revestido da dimensão política, afetiva, econômica e jurídica e do poder, constitui o território.

### 1.2.1 Território: a Materialidade das Ações Humanas

Há várias acepções para a palavra território, mas uma grande parcela de autores compartilha a ideia de que território é a parcela geográfica apropriada por um indivíduo ou uma coletividade. No contexto político, o termo refere-se à superfície terrestre de um Estado, âmbito de validade da ordem jurídica estatal; condição para a existência e o reconhecimento de um país; ou seja, diferentes são os sentidos do conceito.

“O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana de cada país e constitui pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20). Ou, como sugere Haesbaert (1995, p. 56), significa “pedaço de terra apropriada” e seu uso só se difundiu, efetivamente, na Geografia, no final da década de 1970.

Quando se busca a origem da palavra, o termo território deriva do latim “terra” que corresponde ao termo “*territorium*” e se constrói pela adição à ‘terra’ do sufixo ‘*torium*’, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir. Território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. Representa assim uma parcela do espaço terrestre sob o domínio de uma comunidade ou instituição (MACHADO, 1997). Território constitui-se, em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, o espaço, isto é, à organização espacial.

É uma porção do espaço apropriado por dada coletividade que estabelece um controle direto sobre o lugar ocupado ou o segmento apropriado de caráter afetivo, derivado de práticas espacializadas por parte de grupos distintos, definidos, segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. Neste caso, a apropriação associa-se à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Raffestin (1993, p. 144) o compreende como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Insere-se em um espaço demarcado pela ação humana, formada a partir de uma ação conduzida por atores. Já para Santos e Silveira (2001) o território é definido a partir do uso

que a sociedade faz de seu espaço e a sua conceituação ultrapassa o limite da raça humana e prescinde da existência do Estado.

O espaço [...] ‘local’ de possibilidades, é a realidade material (...) será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Temos concepções de territórios vinculados a visões políticas, naturais e econômicas. Todas apresentam limitações. Numa conceituação natural pode ser entendido a partir do poder que os seres humanos são capazes de estabelecer sobre o espaço e a partir dele criar territórios. É uma conceituação considerada antiga e ultrapassada, principalmente por fazer analogia ao território animal, fato contestável.

A visão naturalista de território foi superada quando da “*fluides moderna*, das redes, acabando com a função de refúgio, transpondo fronteiras e limites, interligando pessoas e lugares” (SAQUET, 2007, p.69).

Haesbaert (2004) nos chama a atenção para o perigo de comparar território animal e humano, pois ou descartamos a relação entre os homens e os demais animais ou percebemos o comportamento humano como produto da evolução, sujeito ao esquema explicativo do comportamento animal.

A concepção de território vincula-se as relações sociais. São os agentes sociais que produzem o território, através das relações travadas entre eles e o meio natural, por intermédio do trabalho, para produção do espaço de vivência do homem. “O território é o lugar de todas as relações e sem população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estatístico a organizar e a integrar numa estratégia” (RAFFESTIN, 1993, p.58).

São as forças produtivas e as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território. Essa organização é mediada por relações políticas, que envolvem os conflitos oriundos das relações capital - trabalho. O território, num primeiro plano, é um produto socialmente organizado e, num segundo, é condição para a valorização do capital (SAQUET, 2007, p. 70).

Já a concepção política, envolve uma conotação vinculada às relações econômicas ou de produção, ao espaço físico da terra, estabelecendo fundamentos materiais do Estado, versão iniciada a partir de Ratzel, que precisava justificar a expansão do império alemão sobre a Europa.

Ratzel (1990, p. 74) afirma que “sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado.” É o espaço vital fundando a concepção

biogeográfica de Estado, que compreende a otimização do espaço como fundamento para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização em relação aos recursos disponíveis. Para ele, a natureza exerce influência sobre o homem como indivíduo; acelerando ou dificultando a expansão de grupos étnicos; impondo condições geográficas e influenciando na constituição social de cada povo.

Com base nesse mesmo autor, é possível afirmar que o território aparece vinculado ora ao sinônimo de ambiente e solo, ora como Estado - Nação e dominação. O território se constitui como o substrato para a efetivação da vida humana sob o domínio do Estado.

Perspectiva embasada nas concepções da natureza biológica do homem e que apresenta conclusões importantes em relação ao espaço e ao território, ultrapassando a visão organicista e determinista, atribuída a Ratzel por muitos geógrafos. É incorporada à ideia de território ligado ao movimento e não apenas à fixação, enraizamento e estabilidade. (HAESBAERT, 2004).

Para Saquet (2007), o estudo das diferentes abordagens e concepções do conceito de território na Geografia, evidencia estudos desta e de outras ciências sociais e contribui para o debate teórico-conceitual dessa categoria. Confere ao termo território, o seguinte conceito

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (SAQUET, 2007, p.24).

O conceito de território, em Saquet (2007), expressa a dinamicidade do contexto sócio espacial após a década de 1980, quando o mundo assiste ao acirramento das relações econômicas/comerciais e o capital expande-se, rompendo fronteiras e sobrepondo-se aos interesses nacionais.

Considerando essas diversas posições, pode-se agrupar as diferentes abordagens conceituais de território em três vertentes básicas, de acordo com Haesbaert (2004):

- a) Uma tradicional, que entende o território como espaço de relações de poder relativamente homogêneas, necessárias para garantir acesso e controle aos recursos;
- b) Outra, que compreende a possibilidade de construção territorial a partir das redes, centrando a discussão no movimento e na conexão, e;
- c) A terceira, que entende o território como um híbrido entre o mundo material e ideal, interação sociedade natureza nas esferas econômica, política e cultural.

Saquet (2007) afirma que a abordagem territorial pode ser realizada sob o enfoque do materialismo histórico dialético; sob a perspectiva geopolítica; com base nas dinâmicas política e cultural, centrada na fenomenologia ou voltada para a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local.

Agrupando, ainda, de outra maneira, foi possível apreender três grandes *matrizes* ou *escolas* das abordagens territoriais que foram efetivadas *a partir* dos anos 1950-70: a) a primeira, a partir das argumentações de J. Gottmann, R. Sack e N. Entrikin; b) a segunda, *com* os estudos de G. Deleuze, F. Guattari, M. Foucault, H. Lefebvre e C. Raffestin e, c) a terceira, *com* as abordagens de G. Dematteis, A. Bagnasco, F. Indovina, A. Magnaghi, G. Becattini e M. Quaini (SAQUET, 2007, p. 15, grifos do autor).

A segunda perspectiva, apresentada na citação, denominada de escola francesa, é a mais difundida e conhecida no Brasil, havendo autores que articulam entre a segunda e a terceira abordagem. Há de se considerar que a maioria dos estudos sobre territórios, entre os anos 1960 e 1980, dá continuidade às reflexões anteriormente produzidas, mas apresentam uma contribuição comum, buscam superar as abordagens meramente descritivas, classificatórias e acrílicas (SAQUET, 2007)

Caminhando nessa direção, concebe-se território como o espaço delimitado pelo poder, não homogêneo, mas diverso, que se articula por meio das ações estatais. O território é a base geográfica do poder do Estado, e nessa perspectiva, aproxima-se das concepções ratzelianas.

O fundamental das concepções de Ratzel consiste no seu legado para uma efetiva abordagem do conceito de território. Para ele, o poder, inerente ao sistema territorial, está intimamente vinculado ao aparelho estatal. Defende a ideia de território como imprescindível para alcançar objetivos políticos, vez que o domínio do Estado é exercido sobre um território.

A questão do poder, discutido por Ratzel na tradição geográfica de estudo do território, é referência obrigatória para a Geopolítica e Geografia Política. A limitação reside na vinculação estabelecida por ele entre solo e território, tendo um enfoque unidimensional do poder como monopólio estatal. Sabe-se que o poder é difuso e exercido por diferentes atores que não somente o Estado.

Raffestin (1993, p. 141) e Foucault (1988) tecem algumas considerações sobre o Estado como núcleo de poder. Para Foucault (1988, p. 278) o poder “é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações [...]”

O território, retomando às perspectivas de Ratzel, é um dos elementos, mas não o único, para a constituição do Estado, pois é a base física das ações políticas, onde é permitido

que os atos do Estado sejam efetuados. A abordagem do território, segundo Ratzel, é pertinente, feitas as devidas observações e tendo em mente que o território é fluidez, interconexão e “em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2005, p.101).

O território deve ser abordado em sua multidimensionalidade interagida. Sua essência é social, portanto; suas dimensões são políticas, econômicas, culturais e naturais, tecidas na trama histórica da construção conflituosa da sociedade. Entender território envolve atravessá-lo pelos códigos culturais, econômicos e políticos. O aparato institucional do Estado não deixou de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora dos seus limites territoriais.

As transformações territoriais ocorrem desde que o homem saiu do estágio de nomadismo e se tornou sedentário, entretanto assumem mais dinamismo a partir do crescente processo de interdependência da produção, ou seja, quando os mercados se tornam passíveis de serem integrados.

E como afirma Fighera (1998),

O território, num primeiro momento, não seria mais que a materialização dos limites da sedentarização e o poder político a institucionalização política da sociedade e de seu território. Daí que a expansão dos grupos sociais tenha como pressuposto a existência de um território, além de uma certa concentração de população, trabalho e recursos. (FIGHERA, 1998, p. 109).

As mudanças operadas sobre o território têm na revolução técnico-científica um de seus pilares fundamentais. “Se antes os sistemas técnicos eram locais ou quando muito regionais/nacionais, neste momento são os mesmos em todos os lugares” (SANTOS, 1992, p.2).

As relações de poder se mantêm a partir da política, que é um pressuposto para a gestão do poder sobre a sociedade que habita o território. Isso ocorre, pois a política estabelece objetivos e táticas para que os atores sociais frente a outros membros da sociedade possam se impor perante os demais. Silva (1993, p.47) afirma que a política é um processo territorial, envolvendo apropriação e controle do espaço, portanto gestão territorial. “A gestão territorial procura controlar as relações de poder territorializadas e os conflitos de interesses, que se manifestam na apropriação e definição do espaço”.

Gestão do território pressupõe uma prática estratégica de controle científico-tecnológico do poder sobre o espaço-tempo de forma a absorver os conflitos entre as diversas esferas do poder, garantindo a exploração econômica máxima do território. A gestão

adequadamente construída permite a reprodução ampliada do capital e a manutenção de dados grupos sociais no poder.

A garantia da gestão territorial é mantida por intermédio das políticas públicas territoriais, que se estabelecem como um conjunto de planos cuidadosamente elaborados das formas de atuação, a serem seguidas dentro de um determinado território, de maneira a favorecer aos grupos de interesses controlados pelo poder público.

Poder público, pois, é o Estado, o formulador das diretrizes de administração territorial. “[...] as políticas territoriais têm sido promovidas pelo Estado como um instrumento de promoção do desenvolvimento [...] e de manutenção dos interesses [...]” (SILVA, 1993, p.48).

A relação entre o Estado e o território é dialética. À medida que os elementos que participam da construção dos conceitos se alteram, modificam-se os instrumentos de ação territorial. O território sofre alterações decorrentes do uso das políticas aplicadas sobre ele e, ao mesmo tempo, as políticas devem ser alteradas para melhor se adequarem às novas ordenações territoriais.

A abordagem das políticas públicas nos permite assegurar que elas possuem o poder de ordenar o território, podendo ser pensadas como políticas de ordenamento territorial, no âmbito da organização do espaço. Mas o que vem a ser ordenamento territorial?

### 1.3 As Estratégias Estatais no Ordenamento Territorial do Cerrado

Ordenamento, também denominado ordenação, ou *aménagement*<sup>4</sup>, de acordo com Bertone; Mello (2006), teve origem na França nos anos de 1950, possuindo o sentido de ação de ordenamento voluntária ou refletida de uma coletividade sobre seu território, tanto a nível local, regional ou nacional. Entretanto Trinca (1979) discorda de que a ação seja voluntária, pois para ela o termo ordenação corresponde à ação do Estado na organização da sociedade.

O termo “*Aménagement*”, na Geografia, liga-se ao desenvolvimento do território e propõe-se a entendê-lo como conjunto de intervenções, baseadas em objetivos públicos e em projetos sociais, que visem, dentre outras ações, a aumentar a atratividade e os potenciais de certos territórios, de modo a garantir equilíbrio inter-regional dentro do espaço nacional.

---

<sup>4</sup> Em português, não existe tradução exata do conceito. Ele é muitas vezes utilizado no sentido de “planejamento”, “organização” ou de “ordenamento do território”. O “*aménagement*” implica numa dimensão política do território.

Fischer (2003) afirma que na compreensão de *Aménagement*, como conjunto de intervenções de caráter estatal, o território é definido como instância de poder, exercido pelo Estado, conduzindo-nos às interpretações de território de Ratzel (1982). Já para Raffestin espaço e território são profundamente marcados pela influência de um fator que dá complexidade à dimensão espacial: a diversidade dos atores que intervêm no “aménagement” (população, eleitos, administrações, coletividades, empresas). Assim mesmo afirmando que há uma diversidade de agentes, estes detêm o poder de organizar e ordenar o território.

Em relação às preocupações do “aménagement”, o conceito de território poder ser definido da maneira seguinte: “um espaço delimitado e apropriado, no qual se exercem poderes (controle, organização), se inscrevem projetos sociais coletivos (planejamento, desenvolvimento, “aménagement”), se expressam estratégias de valorização (exploração dos recursos), se afrontam os interesses mais ou menos conflituosos dos diferentes atores” (FISCHER, 2003).

A ação pública se justifica, pois “as políticas de Estado respondem, por meio de suas leis constituintes, ao menos na retórica, aos assuntos julgados importantes pela sociedade, ou parte dela, ou simplesmente os ignoram” (BERTONE; MELO, 2006, p. 135).

O ordenamento territorial tem por fonte e propósito administrar essa base contraditória do espaço que a sociedade tem no alicerce da sua organização geográfica e se expressa por um conjunto das regras e normas do arranjo espacial da coabitação, exercendo os exercícios da administração geográfica da sociedade (...) (MOREIRA, 2006, p. 75).

Para Moreira (2006, p. 74), mesmo não estando explícito em seu texto, o ordenamento territorial também pode vincular-se à figura do Estado, vez que ele se expressa por regras e normas, que são distintas em sua natureza. Pois, enquanto a regra “define e qualifica valores mediante os quais se orientam a distribuição e o movimento dos lugares no espaço”, a norma reafirma e consolida o que diz a regra da normalidade. “Se a regra proíbe ou permite, a norma legitima e naturaliza”.

Ordenamento territorial, para Silva (2006, p. 298), é uma forma particular de uso do território que apresenta um arranjo de objetos sociais, naturais e culturais, historicamente, estabelecidos. E completa que o ordenamento está além do espaço e prescinde do conceito de rede. “O ordenamento é mais do que uma organização espacial, uma ‘forma’, mas um sistema dinâmico formado por objetos e ações articulando lugares contíguos ou não em rede”.

As representações, criadas pelo ordenamento territorial, instauram uma trama de legitimação das práticas de poder e reprodução capitalista no território. Os ordenamentos, resultantes das políticas direcionados ao campo, sempre tiveram o poder de determinar o tipo

de cultivo a ser realizado e a principal técnica a ser utilizada, modificando o modo, historicamente, construído de viver e tratar a terra.

Em se tratando de território brasileiro, as políticas de ordenamento territorial tiveram maior destaque na recente história, notadamente no período dos governos militares, através dos PNDs, e nos últimos anos da década de 1990 (BERTONE; MELLO, 2006). Entretanto, estão presentes, mesmo que indiretamente, desde a formação de fato do Estado Nacional a partir de 1930.

O processo de ação das políticas públicas, políticas de ordenamento territorial, é tarefa interdisciplinar, onde há a dimensão política, econômica e social. Quando pensamos em políticas públicas, logo nos vêm à cabeça as várias funções sociais possíveis de serem exercidas pelo Estado, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras. Na prática se trata disso, entretanto as políticas públicas territoriais podem ser sociais, mas também econômicas, direcionadas a um determinado departamento da economia, sendo denominadas setoriais.

Dentre as políticas setoriais brasileiras, as políticas agrícolas assumem a dianteira do processo de formulação, tendo em vista as diferentes funções delegadas à agricultura, desde o período colonial até o presente, na estruturação econômica do Brasil. No Brasil e demais países, especialmente os mais desenvolvidos, a agricultura sempre foi pauta para a formulação das políticas públicas.

A intervenção do Estado na agricultura tem uma longa tradição, estando presente tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, e seu objetivo é regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, estimulando a produção doméstica (DELGADO, 2001, p. 16).

A organização territorial do campo é marcada pela fragmentação e valorização das terras, principalmente aquelas que possuem condições edafoclimáticas mais favoráveis, como o Cerrado, que foi ocupado pelo capital, a partir dos anos de 1970, no contexto do processo de modernização agrícola.

O Estado brasileiro teve o papel de, através do uso de ações verticalizadas para o campo, aumentar a fluidez do espaço disponível ao cultivo de produtos de demanda externa, articulando inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas visando a aumentar a produtividade do trabalho, superar as barreiras naturais e aumentar a velocidade de rotação do capital. Processo esse denominado de Revolução Verde e que sustentou a mudança na base técnica e social de produção no campo.



Revolução Verde, como ficou mundialmente conhecida, esse conjunto tecnológico foi “um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal” (BRUM, 1988, p. 44); ou seja, visava a intensificar a oferta de alimentos a partir do uso da mecanização e modernização de todo o processo produtivo agrícola.

Esse processo foi o responsável, em anos posteriores, pelo desenvolvimento de plantas modificadas geneticamente, imune a pragas e adaptadas aos mais distintos climas do mundo e serviu para escamotear os poderosos interesses econômicos, políticos, ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização.

### 1.3.1 Revolução Verde: os Novos Padrões de Produção no Campo

A Revolução Verde foi criteriosamente planejada e habilmente executada pelas grandes corporações internacionais, principalmente norte-americanas. Suas ações desenvolveram-se em duas dimensões: “infraestrutura da produção e controle da articulação dos produtores, através da assistência técnica e orientação do crédito rural” (BRUM, 1988, p. 45).

A expansão dos negócios econômicos, o fornecimento de máquinas e insumos, a viabilidade do comércio mundial, o beneficiamento das indústrias de transformação dos produtos agropecuários e o financiamento aos países que aderissem ao processo da Revolução Verde representavam os principais interesses das corporações internacionais.

Ainda, tendo por base os escritos de Brum (1988, p.45), é possível dizer que a introdução de novos processos na produção agrícola começou a ser pensada desde 1935 diante do eminente segundo conflito mundial que ameaçava desarticular a produção de alimentos, até então “concentrada fundamentalmente nos Estados Unidos, Canadá e Europa”.

Enquanto o flagelo da fome rondava somente as nações subdesenvolvidas, a discussão de propostas para uma produção alimentar melhor sustentada, esteve longe dos debates políticos nacionais ou internacionais. Entretanto, quando houve a necessidade de expandir mercados nos setores de sementes, fertilizantes, pesticidas e maquinarias, foi apresentada ao mundo sob o rótulo de “ajuda humanitária” financiada pela ONU, Organização das Nações Unidas, o programa Revolução Verde, para aperfeiçoar e aumentar a produtividade agrícola, combater a fome.

Apesar do emprego de diversas tecnologias ter desencadeado um aumento na oferta de alimentos, a Revolução Verde não resultou em respostas positivas em relação à sua proposta

inicial. Seus objetivos não foram alcançados além do questionamento de seus resultados para o meio ambiente e o desenvolvimento de novos tipos de vírus e bactérias, que têm assolado boa parte da população mundial, em especial, àquelas de países mais pobres (GONÇALVES, 2006).

Os resultados da Revolução Verde se revelaram “sombrios”, pois em todos os países onde se implantava o conjunto tecnológico, eram ocupadas as melhores terras ou aquelas que poderiam ser melhoradas pelo uso da técnica e quem se beneficiava dos resultados eram os produtores com melhores possibilidades financeiras. E como consequência houve uma “rápida e excessiva alta nos preços dos arrendamentos e no valor das terras; expulsão dos camponeses do campo; concentração de propriedades; lucros de poucos a ruína de muitos” (GUIMARÃES, 1979, p. 225). Aumentou a venda de insumos agrícolas modernos: “máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc” (BRUM, 1988, p. 49).

Brum (1988) divide a Revolução Verde em duas fases: a pioneira (1943 a 1965) e a fase de grande expansão, a partir de 1965, quando é difundido pelo mundo o processo moderno de produção; há uma mudança na política de exportação de cereais do governo norte-americano e a internacionalização da pesquisa agrícola.

A internacionalização da pesquisa agrícola processou-se, através da criação de centros internacionais de pesquisa em países estratégicos, de forma a cobrir as diferentes regiões do planeta, voltadas à pesquisa de determinados produtos agrícolas, de acordo com os interesses e a orientação das grandes corporações. Como forma de inserir o Brasil na vanguarda da modernização e articular o país, atrasado em relação à pesquisa agrícola, é que foi criada, no início de 1970, a EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

A Revolução Verde também incentivou o cultivo de monoculturas que se destinam ao mercado externo, não sendo a produção direcionada ao sustento alimentar da população produtora, criando a dissociação entre “plantar e comer”. Esse problema é consequência do “desvio” da produção, ou seja, os alimentos produzidos em países subdesenvolvidos não atendem, em muitos casos, ao mercado interno e sim ao mercado externo, especialmente, a países desenvolvidos.

Diante de tantos resultados negativos, é importante destacar que nos países onde a implantação da Revolução Verde foi acompanhada de uma redivisão e redistribuição de terras, com alguma alteração estrutural na forma de propriedade, posse e uso da terra, os resultados foram significativamente positivos, com benefícios sensíveis para a maioria ou a totalidade da população. Fato contrário ao que ocorreu no Brasil, onde a Revolução Verde não

foi acompanhada de mudança na estrutura agrária e, portanto, beneficiou uma parcela diminuta da população (BRUM, 1988, p.50).

É nesse sentido que se emprega o termo modernização conservadora, pois mudou radicalmente as relações de produção e as forças produtivas, mas se manteve a estrutura agrária, aprofundando a internacionalização da economia e agravando a dependência financeira.

Segundo a ONG ActionAid, que trabalha em mais de 40 países para vencer a pobreza no mundo, é possível reunir em dez pontos os mitos sobre a fome e as razões que levaram alguns países subdesenvolvidos a adotar a Revolução Verde: não há alimentos suficientes para satisfazer a demanda; a culpa da fome generalizada é da natureza; há gente demais no mundo; existe um conflito direto entre as necessidades do meio ambiente e a necessidade de mais alimentos; a Revolução Verde é a resposta; precisamos de grandes propriedades agrícolas; o livre mercado pode acabar com a fome; os pobres do mundo estão famintos demais para lutar por seus direitos; mais ajuda dos EUA vai auxiliar as pessoas com fome; vai ser caro demais enfrentar a fome.

No Brasil, as produções de Josué de Castro são consideradas marcos na discussão da fome, salientando, nos diversos debates suscitados nos livros escritos por ele, as perspectivas políticas da fome e da produção de alimentos. É pouco conveniente, entre os povos bem alimentados, discutir a fome dos menos abastados e acrescenta que a fome tem sido, através dos tempos, a mais perigosa força política (CASTRO 1954). Tais argumentações coincidem com as exposições de Guimarães (1979), quando discute a escassez de alimentos e o “agropoder”.

A “trilha dos milagres” de combate à fome, no sentido *lato sensu* não possui absolutamente nada. A grande preocupação, principalmente dos Estados Unidos, era de suprir a sua própria demanda ameaçada pela destruição do território europeu, consequência da Segunda Guerra Mundial e pelas constantes catástrofes climáticas, que assolavam a produção de alimentos em diferentes países da Ásia, África e América Latina.

Mas foi através de políticas como a Revolução Verde que novos mecanismos de produção foram criados, viabilizando a produtividade, inserindo o mercado brasileiro no contexto dos países que adotaram novas técnicas de manejo do solo e cultivo de produtos.

A ação do Estado sobre a agricultura, através de políticas públicas<sup>5</sup>, em especial no Brasil, tornou-se mais frequente a partir do momento em que o governo, representante legal do povo, viu a necessidade de encontrar saídas para que o capital pudesse circular de forma plena pelo território nacional. Nesse contexto, o campo assume papel de destaque, posto como lugar a ser desenvolvido, razão do atraso econômico do país e, portanto, *locus* da modernização para a inserção no mercado econômico mundial.

Na sequência será observado como foi a origem e a evolução das políticas públicas de ordenamento territorial no Brasil, que criaram infraestrutura, bens e serviços, capacitando o crescimento, o desenvolvimento não só da agricultura, mas também da economia e da sociedade.

O intuito da apresentação das principais políticas de ordenamento territorial no Brasil tem como fundamento sustentar a assertiva de que o Estado sempre esteve, direta ou indiretamente, comandando as ações que construíram, desconstruíram e reordenaram as múltiplas configurações territoriais do espaço do País.

#### 1.4 Panorama das Políticas Públicas Territoriais no Brasil

O desenvolvimento e as ações das principais políticas públicas territoriais se tornaram presentes no Brasil a partir da década de 1930 e influenciaram diretamente a configuração territorial. Foi o início do planejamento estatal. As iniciativas das ações territoriais se fazem presentes ao longo dos mandatos presidenciais (MORAES, 2008).

Os períodos do Governo Vargas (1930-1945/1951-1954) podem ser considerados marco no desenvolvimento de uma nova ordem econômico-social e territorial. Desencadeou o processo de industrialização no país, a partir da transição do modelo agrário exportador para o modelo urbano-industrial. Representou a evolução da política brasileira de base oligárquica, para as políticas populistas centralizadoras e construção do Modelo Desenvolvimentista de formulação e implementação de políticas<sup>6</sup>.

Nesse período, não houve a criação de um plano nacional de ordenamento territorial, mas merece destaque a criação, em 1936, do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), instituição de função orçamentária; fundação do Banco Nacional de

---

<sup>5</sup> As políticas públicas têm o objetivo de responder às demandas de setores considerados vulneráveis ou marginalizados e estimular a economia de um país. São necessárias para regular conflitos entre os diferentes atores sociais e exprimem opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder.

<sup>6</sup> Este modelo de desenvolvimento é uma teoria defendida pela Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, que propunha a centralidade do Estado no processo de orientação do desenvolvimento da economia nacional.

Desenvolvimento Econômico, BNDE (1952), e criação da Petrobrás (1953). Órgãos que foram vitais para o início do planejamento centralizado brasileiro (IANNI, 1996).

Dentre as políticas regionais, merece destaque a “Marcha para Oeste” que teve como meta prioritária estimular o avanço da ocupação territorial interligando a Região Centro-Oeste à Sudeste. Foram criados também o Banco do Nordeste do Brasil, BNB, (1952); o Projeto Vale do São Francisco e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA (1953) (BRASIL, 2002).

Entre os dois governos de Vargas, esteve no poder Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que implantou a Fundação da Casa Popular (1946), “cujos objetivos compreendiam a construção de moradias e a implantação de projetos de saneamento.” (MORAES, 2008, p.48). Mas o maior destaque é dado pelo Plano SALTE que foi interrompido em menos de um ano. A denominação SALTE deriva das letras iniciais correspondentes aos setores considerados prioritários: saúde, alimentos, transporte e energia (ACCARINI, 2003).

Tendo como slogans “Cinquenta anos em cinco” e “Energia e transporte” Juscelino Kubitschek (1956-1961), sob o trabalho conjunto do BNDE e do Conselho de Desenvolvimento para a Coordenação Econômico-Financeira, implanta o Plano de Metas, que dedicou-se a identificar os setores carentes de investimentos pelo Estado, iniciativa privada e capital estrangeiro, propondo 30 metas, organizadas nos setores energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação e mais uma, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a consequente transferência da capital federal para a região do planalto central brasileiro (BECKER; EGLER, 1994).

Os pontos fortes do Plano de Metas foram a construção de Brasília e a expansão da malha rodoviária pelo interior do Brasil e, nas políticas regionais, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE (1959). O desenvolvimento desse plano, principalmente no que tange à malha rodoviária, foi importante para o posterior alargamento das fronteiras econômicas nacionais.

Para Moraes (2008, p. 55), a criação da SUDENE fez com que o desenvolvimento regional pudesse “ser pensado como parte do projeto de desenvolvimento nacional, havendo uma descentralização da política regional, embora a União tenha mantido o seu papel de coordenação”.

O Plano de Metas da era JK visou, principalmente à ocupação territorial e ao desenvolvimento econômico, rompendo com a “economia de arquipélagos” e consolidando economicamente a unidade do país. Foi a primeira tentativa de êxito de planejamento em escala nacional, embora apresente falta de uma visão global integrada da economia.

A década de 1960 representou a centralização do poder sob o Regime Militar, implantado em 1964, com planos de cunho mais econômicos, como o Plano Trienal (1963-1965) e o Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG (1964-1967), que reorganizaram a ação do Estado, preparando-o para as próximas etapas de alto intervencionismo governamental na economia, com a institucionalização do planejamento governamental.

Foi criado, em 1964, o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, mais tarde Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (IPEA), com a proposta de acompanhar as medidas do governo. Data desse período, também, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), integrado ao Secretaria Nacional de Habitação (SNH). Em termos de espaço agrário, as políticas lançadas pelo governo entre 1963 e 1964 foram o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, melhor detalhados no item posterior (INOCÊNCIO, 2002).

Regionalmente, e inspirados na SUDENE, os governos militares redirecionaram a discussão territorial e adotaram políticas de desenvolvimento regional a partir do eixo de integração nacional proposto pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Criaram as superintendências regionais, com vista a neutralizar as oligarquias regionais, através de novos pactos, estabelecendo as bases para a modernização. Implantaram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) (CAVALCANTI, 2009).

O PIN que objetivava financiar as obras infraestruturais no Nordeste e na Amazônia, promovendo a integração econômica territorial dessas duas regiões, deu início à programação de obras que prosseguiram com os PNDs.

A década de 1970, no Brasil, é caracterizada por forte concentração urbana, consequência da migração campo-cidade, que se acentuou devido ao desenvolvimento industrial. Teve nos PNDs, o ponto forte do processo político. Estes estiveram presentes na economia nacional entre 1970 e 1980. Foram projetados em três etapas, sendo que somente as duas primeiras tiveram pleno desenvolvimento.

A implantação do I PND coincidiu com o “milagre brasileiro”, ocorrido entre 1968 e 1972. Período de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e forte expansão das indústrias de bens duráveis, sustentados pelo desenvolvimento anterior da base produtiva industrial e por um alto custo social (BECKER; EGLER, 1994). O objetivo principal foi a execução de obras de infraestrutura, ligadas aos transportes, corredores de exportação e telecomunicações, prosseguindo à expansão capitalista e reestruturação territorial nacional iniciadas pelo Plano de Metas.

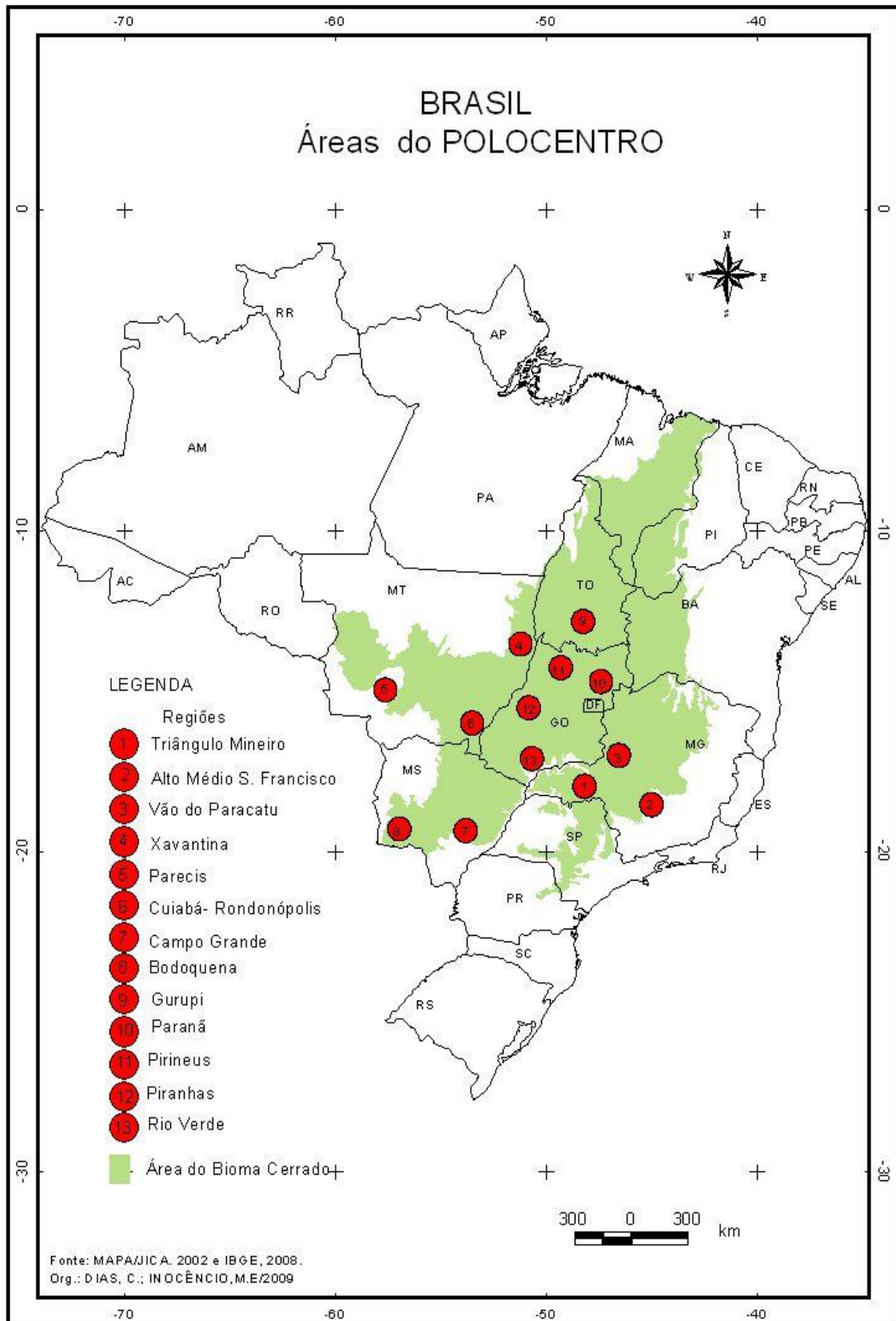
Inserem-se também no I PND, programas como o PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), que se caracterizava juntamente com o Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal “pelo esforço da pesquisa em desenvolver sementes de soja adaptadas às condições edafoclimáticas do Cerrado e pela melhoria da infraestrutura” (HESPANHOL, 2000, p.15).

Ao longo do desenvolvimento desse Plano, foi criado um aparato institucional para o processo de modernização capitalista no campo: o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEAO); o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO); a Fundação Zoobotânica de Brasília, a Universidade Nacional de Brasília (UNB) e as Secretarias dos Estados do Centro-Oeste que passaram a investir em pesquisas destinadas ao fomento e à viabilização da agricultura moderna nas zonas do Cerrado (HESPANHOL, 2000).

Inserido também nesse plano merece atenção a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, (1973), e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Todos estes órgãos tinham como objetivo modernizar a agricultura, especialmente na região dos Cerrados, tornando-a uma nova área de fronteira agrícola, através da inserção de novas culturas adaptadas às condições climáticas e ao solo da região (SHIKI, 1997).

O II PND deu continuidade ao crescimento acelerado e à desconcentração industrial, através de investimentos governamentais na indústria de base nas regiões periféricas. Alguns programas especiais de desenvolvimento regional foram implantados nesse contexto com destaque para: o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZONIA); o POLOCENTRO; o PRODECER; o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB).

Destes, o POLOCENTRO e o PRODECER são os que assumem maior importância para o estudo do processo de territorialização do capital no campo, nas regiões de Cerrado. O POLOCENTRO, criado no início do governo Geisel, em 1975, “destinava-se à construção de armazéns; ao apoio à pesquisa; assistência técnica; ampliação do sistema de transporte e rede de energia e exploração do calcário” (SHIKI, 1997, p. 145), nas regiões Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais (Mapa 03).



Mapa 03 - BRASIL: Áreas do POLOCENTRO



Dentre as 3 áreas polos, 10 estavam localizadas no Centro-Oeste, sendo 03 em Mato Grosso (Xavantina, Parecis, Cuiabá-Rondonópolis); 02 em Mato Grosso do Sul (Campo Grande e Bodoquena) e 05 em Goiás, (Paraná, Pirineus, Piranhas, Rio Verde e Gurupi<sup>7</sup>). (BANDEIRA, 1999).

O POLOCENTRO foi projetado para um período de 10 anos, porém foi desativado no início da década de 1980, por apresentar baixo crescimento da produção e da produtividade em relação aos recursos investidos. Para Salim (1981) os objetivos sociais do programa, também “não ultrapassaram o nível do discurso oficial, pois os instrumentos de ação utilizados, dos quais se destaca a política de crédito rural, favoreceram muito mais a concentração do que a distribuição de renda” (p.80).

Mesmo tendo sido desativado, sua vigência favoreceu um padrão de acumulação monopolista prevalecente no setor urbano-industrial da economia brasileira e acelerou o processo de penetração capitalista no campo e de transformação da estrutura produtiva no Cerrado.

O II PND foi elaborado em virtude das profundas alterações ocorridas no cenário mundial, tendo como referência a crise do petróleo e a estrutura produtiva nacional, com o esgotamento do “milagre”. Esse plano apresentava como meta prioritária manter o crescimento acelerado dos últimos anos; reafirmar a política gradualista de contenção da inflação; manter em relativo equilíbrio o balanço de pagamentos; realizar política de melhoria da distribuição de renda; preservar a ordem social e política; realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e devastação dos recursos naturais (GONÇALVES NETO, 1997).

No âmbito deste PND, o Cerrado teve grande destaque, pois foi considerado área potencial para a produção de alimentos, além de ser importante para a integração nacional - política do regime militar - na direção da região amazônica. De acordo com Bandeira (2000), para esta região foram estabelecidas três funções: produzir alimentos e matérias-primas; absorver e reorientar as correntes espaciais de mão-de-obra e servir como área alternativa para descentralização industrial do país.

Pertence a este PND a criação do PRODECER, que representou o programa de maior abrangência e resultados, dentro do Cerrado. Promoveu, até 2001, o assentamento de agricultores experientes no uso de tecnologias no Cerrado. Foi financiado com empréstimos

---

<sup>7</sup> Gurupi quando da instalação do POLOCENTRO era um município do Estado de Goiás. Em 1988 com a criação do Estado de Tocantins, este incorporou o município.

da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), tendo a contrapartida do governo brasileiro e apoio da iniciativa privada. (ALHO; MARTINS, 1995)

O PRODECER é o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado. Idealizado em 1974, negociado entre os governos do Brasil e do Japão durante 5 anos e implementado a partir do ano de 1978, tendo sido o coordenador político-institucional, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a coordenadora de implementação, a CAMPO, financiado pelos Governos do Brasil, do Japão e bancos privados japoneses. (CAMPO, 2001).

O III PND, previsto para ser implantado em fins de 1979, não se desenvolveu, pois o Brasil passou a enfrentar sérias dificuldades de financiamento, comprometendo a sua capacidade de colocar em prática os programas de desenvolvimento econômico. A década de 1980 é considerada como a “década perdida<sup>8</sup>” em virtude do baixo desempenho econômico.

Na década de 1980, elaborou-se o III PND. O Plano não teve a mesma importância dos anteriores. Foram definidas como prioridades a agricultura e o abastecimento, o setor energético, o social e a infraestrutura. Procurou-se a despeito da crise econômica, dar ênfase à agropecuária e à agroindústria. Destaca-se, nesse período, a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo, o financiamento do custeio agrícola e o crédito rural. (BANDEIRA, 2000, p.47).

A recessão que se seguiu nos anos 1980 e 1990, o arrocho salarial e a queda do poder aquisitivo tiveram como consequência a perda da capacidade de planejamento e investimento, resultando no desmonte do aparato planejador do Estado. Este modelo de desenvolvimento foi abandonado na década de 1990, quando o Brasil aderiu ao modelo neoliberal de mercado e adotou os Planos Plurianuais, (PPA).

O primeiro PPA foi implantado entre 1996/1999, “Programa Brasil em Ação” e se caracterizou por formar parcerias entre o governo federal, estados e municípios e setor privado. Criou os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento<sup>9</sup>, como referência espacial e geográfica de desenvolvimento e representou o auge do processo de modernização agrícola e desenvolvimento da agroindústria. Foi o período de maior privatização das empresas públicas.

---

<sup>8</sup> Compartilhamos com Brum (2003) a idéia de que a década de 1980 foi também uma década de muitas vitórias: redemocratização do país; volta às eleições diretas para governador de Estado; retorno de um civil ao comando da Nação; eleições diretas para presidente; reorganização dos sindicatos; dentre tantas outras ações que demonstram que os anos de 1980 foram importantes para o Brasil no cenário político, administrativo e econômico, mesmo cientes de que houve aumento dos déficits públicos. Já Graziano da Silva (1996) afirma que esta década foi perversa, pois voltou-se para o combate à inflação e para o ajuste externo, afetando a estrutura de produção, comercialização e preços, aumentando a concentração fundiária e influenciando significativamente a formação e organização das classes sociais no campo.

<sup>9</sup> No PPA 1996/1999 foram definidos cinco eixos de integração nacional e dois de integração continental e no PPA 2000/2003 nove eixos. Sobre os eixos ver Moreira (2008, p. 76 – 81).

O segundo PPA (2000/2003), “Programa Avança Brasil” fundou-se nos mesmos conceitos do PPA predecessor, trazendo uma nova concepção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDS). Já o PPA (2004/2007) estabeleceu o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e a reforma agrária. O ZEE foi uma política de ordenamento ambiental e a Reforma Agrária de ordenamento fundiário. É no contexto deste PPA, que se criou, para reduzir as desigualdades regionais, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proposto no período 2007/2010, inaugurou uma nova fase na política econômica brasileira, recolocando na agenda do País a temática do crescimento, que permaneceu praticamente ausente, na maior parte das últimas décadas da política econômica, dominada, com poucas variações e escassa criatividade, pela obsessão dos ajustes macroeconômicos.

A parte econômica do Programa apoia-se em três pilares: a) maciço investimento em infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos, etc), geração de energia e infraestrutura social (saneamento e habitação), com forte participação das Empresas Estatais e Bancos Públicos; b) um conjunto de incentivos tributários e c) a redução progressiva da taxa básica de juros da economia.

Para se ter a dimensão do processo, é preciso recuperar a maneira pela quais os monopólios financeiros se tornaram estratégias de transformações do campo, prioritariamente, a partir do início do século XX, por entender que é nesse contexto que surgem as principais mudanças no meio rural, induzidas pela superação do modelo agroexportador e inserção de uma economia urbano-industrial.

A pesquisa/tese prosseguirá entendendo que o Estado teve grande influência sobre o ordenamento e gestão do território, dinamizando o espaço, em especial o agrário. As políticas de origem estatal definem e orientam o desenvolvimento do território nacional, e as redes, geopoliticamente estabelecidas, tornam-se a base da modernização territorial, em específico no Cerrado.

## 2 ESTADO: a “mão” que embala as dinâmicas territoriais

A proximidade entre o estudo das políticas públicas e o ordenamento do território constitui um traço marcante na evolução econômica brasileira. Traduzir todos os efeitos das políticas territoriais não é operação simples. Mas sem essa análise é impossível constituir um arcabouço teórico capaz de produzir, dignamente, um conhecimento sobre como a evolução territorial do País sempre esteve atrelada às ações das políticas públicas.

Uma vez delineada as principais políticas de ordenamento territorial brasileiro, cabe compreender a inserção do setor agrário nesse contexto, e indagar: quais as transformações operadas no campo? De que forma o campo foi viabilizado para o capital? Como se comportaram as forças políticas durante esse processo? Qual o papel dos organismos financeiros na captura do campo pelo capital?

“O Estado tende a monopolizar os procedimentos de organização do território” (FIGHERA, 1998, p.109), exercendo um domínio sobre a base espacial onde se ergue determinada sociedade. O que mantém o domínio é o poder exercido sobre dada porção da superfície terrestre. Este poder é territorial e político. Inscreve-se como territorial por três fatores básicos.

Primeiro, a necessidade de que a estrutura social permita sua própria reprodução e haja coerência entre as relações de poder e articulação do espaço (...). Segundo, é o domínio do espaço por grupos sociais ao se apropriarem e imporem sua hegemonia sobre o território. Em terceiro, no interior das relações de poder territorializadas, a localização dos centros de gestão e decisão deverá permitir a consecução da organização territorial a fim de alcançar os objetivos propostos (SILVA, 1993, p. 46).

A análise da importância do Estado como regulador da economia, do planejamento e das políticas públicas nacionais, passa necessariamente pela análise dos dois movimentos da história: a mudança do papel do Estado na economia e o avanço da cidadania, que traz progresso ou retrocesso às políticas públicas aplicadas.

Seja qual for o lado escolhido, é preciso ter claro que o Estado sempre atuou de forma a intervir nas relações sociais e econômicas, nas quais o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais. A ação pública estatal, na maioria das vezes, é exercida por meio de instituições financeiras, com aval do Estado e que se tornam responsáveis pelos novos rumos das políticas públicas setoriais.

Essa transferência funda-se no fato de que as instituições financeiras possuem condições técnicas e creditícias capazes de sustentar os processos de mudança, além de não se submeterem às incertezas dos ciclos eleitorais, mantendo sua continuidade e coerência.

Na sequência, o estudo verticaliza-se sobre as principais políticas que sustentaram as mudanças de base técnica operadas na agricultura. E para apreender o papel da agricultura, nesse processo, é tomado como exemplo o PRODECER, aqui considerado como o *big push* das dinâmicas territoriais que ocorreram no Cerrado. Este programa foi tanto uma política pública de ordenamento territorial quanto uma política de Estado para a ocupação do Cerrado.

Assim, é possível construir um arcabouço teórico capaz de explicar as tramas do capital, para que o interior do País pudesse ser o palco de novas configurações territoriais a partir da década de 1970. Nessa linha de pensamento, é salutar perceber de que forma ocorreu a financeirização da terra do Cerrado pelos monopólios bancários e o papel do sistema cooperativista na metamorfose da “terra de trabalho em terra de negócio”.

A atuação do Estado abre um leque de possibilidades das transformações territoriais, reordenando elementos políticos, econômicos e sociais. Desse modo, a análise procurou pensar os conteúdos culturais e naturais do Cerrado e constituir uma compreensão dos fatores organizativos e produtivos relacionados ao território, mediatizados pelos componentes econômico-financeiros, acordos e estratégias igualmente importantes no processo modernizador territorial do Cerrado.

## 2.1 A Financeirização da Terra: os Monopólios na Territorialização do Capital.

Desde o início do século XX, a política agrícola no Brasil tem como atribuição básica a busca de um mecanismo, para realizar o crédito agrícola de forma eficaz e promover a “ocupação dos vazios demográficos”, por meio de absorção dos excedentes populacionais que faziam pressão no Centro-Sul do País.

Na tentativa de alcançar este objetivo, foi criado o Banco do Brasil, na década de 1930, seguido da criação de um sistema de cooperativas de crédito, adotando assim, a política de promoção da agricultura. Entretanto, o sistema de crédito agrícola, criado nesta época, sofria grande influência da economia externa, impedindo a expansão dos créditos agrícolas de longo prazo.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, criada em 1937, destinou-se a fomentar a produção e modernizar as atividades agrícolas. Esse processo teve início nas operações de crédito aos produtores rurais de melhor capacidade financeira,

que passaram a ser atendidos por uma política creditícia oficial. No entanto, os resultados obtidos não foram satisfatórios (RAMOS, 2001).

Segundo Ianni (1996), os anos posteriores à Revolução de 1930 foram propícios ao desenvolvimento do Estado burguês<sup>10</sup>, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês. Portanto, representou o rompimento político e econômico, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores.

O Estado oligárquico brasileiro é fruto de uma sociedade agrário-mercantil, baseada internamente em uma formação sócio-econômica pré-capitalista, marcada profundamente pela herança colonial. É instaurado com a independência política do país e caracteriza-se, principalmente, pelo seu pouco poder político sobre os grupos dirigentes (MENEZES, 1999, p. 57).

A partir desse momento, o poder teve de se reorganizar, começando pelos órgãos governamentais. Novos elementos tiveram que se acomodar mediante interesses que surgiam com a crise cafeeira. Gonçalves Neto (1997, p.24) afirma que,

As repercussões da crise econômica mundial dos anos 30 sobre a economia brasileira, secularmente voltada para a produção de produtos primários de exportação, foram violentas e atingiram fundamentalmente nossa capacidade de importar. Nessas condições, de escassez de divisas, urgia mudar o curso do intercâmbio internacional, ficando a um nível absolutamente essencial às importações.

No contexto de substituição das importações, a agricultura passa a ser vista como setor capaz de solucionar a crise econômica. Nesse pressuposto estava implícita

A convicção de que a revolução brasileira em curso (superação do passado colonial em sua aliança com o imperialismo) se fazia sob a hegemonia da aliança burguesia nacional/proletariado urbano, cabendo ao campo, no decorrer do processo, que se previa ser longo, a função de produzir alimentos e matérias-primas, de um lado, e, de outro o consumo de produtos industriais (LINHARES; SILVA, 1981, p.40).

Sob os auspícios do discurso nacionalista de Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945) pretendeu-se construir um Estado capaz de quebrar os desequilíbrios regionais pela implantação de uma política demográfica. Uma dimensão-chave desse projeto era a geopolítica, que tinha no território seu foco principal. Representou o projeto estratégico de Vargas de criar um Brasil urbano, industrial, moderno e com alto padrão de vida.

---

<sup>10</sup> O Estado burguês baseia na concepção de que este se organiza de um modo particular a dominação de classe e corresponde a relações de produção capitalistas. (SAES, 1994).

A emergência da Segunda Guerra agravou a crise mundial e conseqüentemente a brasileira, levando ao fim o processo de substituição de importações, enquanto modelo de desenvolvimento<sup>11</sup>. Houve a necessidade de transitar para um novo modelo, verdadeiramente autônomo, cabendo ao Estado a sua criação através de investimentos governamentais, substituindo o impulso externo (GONÇALVES NETO, 1997).

Consolida-se a transformação da agricultura em instrumento de desenvolvimento, no processo de industrialização, em substituição às importações. As políticas adotadas para influir nesse processo apoiaram-se no reforço da infraestrutura, principalmente na construção de estradas, na ampliação da capacidade de armazenagem, na criação e aumento de serviços de extensão rural, na melhoria do sistema de crédito e no subsídio à importação de insumos e equipamentos. Todo esse aparato financiado pelo Estado.

A expansão da agricultura, entre as décadas 1930 a 1960, apoiou-se no acelerado crescimento da industrialização e contribuiu para produzir mudanças importantes, tanto nas condições internas do processo evolutivo agrícola como nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia (PESSÔA, 1988).

A Marcha para o Oeste, considerada projeto geopolítico de ocupação do “sertão”, que se desdobra na construção de duas capitais, Goiânia (GO) e Brasília, capital federal, deslocou populações para os sertões e possibilitou que os equipamentos da vida urbana chegassem ao “coração” do Brasil. Mais que isso, levou o poder central para o interior e serviu para iniciar um processo de deslocamento da fronteira agrícola brasileira do Centro-Sul para o Centro-Oeste.

As linhas mestras estabelecidas nos governos Vargas, JK e Militar, considerados os de maiores intervenções territoriais, foram as políticas de povoamento, regulando o deslocamento populacional, as políticas de transporte e de comunicação. JK, com a transferência da capital federal para o Planalto Central brasileiro, realiza o sonho de completar os “vazios do território” e preencher as lacunas da nacionalidade.

Graças ao incremento na pesquisa agrícola, desenvolvida principalmente pela EMBRAPA, o Cerrado consolidou-se como importante área de expansão da agropecuária nacional. Assistiu-se a um acelerado processo de expansão da área cultivada, diversificação de culturas, intenso processo migratório. Os investimentos direcionaram-se às inovações

---

<sup>11</sup> É preciso distinguir desenvolvimento econômico de crescimento econômico. Crescimento trata-se de uma das partes do desenvolvimento, processo esse que inclui outros componentes essenciais normalmente relegados a segundo plano, como educação, produção científica e sustentabilidade ambiental.

tecnológicas, bioquímicas, técnicas de manejo do solo e adaptações de cultivos às condições agroecológicas do Cerrado.

A estrutura sócio-econômica-cultural foi drasticamente alterada, com a redução da participação relativa das tradicionais culturas, principalmente arroz e feijão, e aumento da importância de culturas voltadas à exportação, à geração de energia, às matérias-primas agroindustriais e à inserção de um novo ator social, o migrante, desvinculado do modo de vida cerradoeiro.

Em síntese, a modernização territorial do Cerrado, nas décadas de 1970 e 1980, teve como principal ator o Estado, através do planejamento regional e financeirização da terra. Esta modernização alicerçou-se sobre os subsídios do crédito rural e o financiamento da infraestrutura de apoio técnico, além dos incentivos fiscais, definidos nos programas especiais dos PNDs.

Outro elemento importante na financeirização da terra, entre 1964 e 1970, foi a política agrícola que teve forte presença do Estado, predominando instrumentos como crédito, seguro e preços mínimos. De 1970 a 1980 há, por parte do governo, uma redução dos subsídios e uma busca pela “autorregulação” com o fortalecimento de atores e de instituições nas quais o aparato público tem peso cada vez menor. Esta tendência é aprimorada a partir de 1990, quando se implanta de fato a desregulamentação econômica.

De 1970 até 1973, o governo procura dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado. Propõe a incorporação de “espaços vazios”, no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com destaque para os Cerrados (INOCÊNCIO, 2002).

O crédito subsidiado foi o mais importante instrumento da modernização agrícola, sendo que os recursos do governo federal destinados a custeio, comercialização e investimento na agropecuária foram volumosos, principalmente entre 1975 e 1983 (Tabela 01).

A institucionalização do crédito rural, no Brasil, data de 1965, e teve como objetivo estimular os investimentos rurais, favorecer o custeio da produção e comercialização, fortalecer produtores rurais e incentivar a modernização. Os agricultores, nesse período, endividaram-se com o SNCR, adquirindo novos insumos para se manterem competitivos no mercado. Este fato reforçou a ideia de que a política de crédito rural dos anos 1960/1970 beneficiou, sobretudo, às multinacionais do setor químico presentes no Brasil.

Segundo Gonçalves Neto (2000), entre 1975 e 1983, o campo brasileiro sofreu uma intensificação do desmatamento, fertilização e construção de estradas, açudes, benfeitorias



diversas, eletrificação, drenagem, irrigação, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, regularização fundiária até projetos de investimentos agropecuários.

As variações dos financiamentos de custeio, investimento e comercialização decaem a partir da década de 1990, coincidindo com a redução dos subsídios do governo para a agricultura. Em 1995, o setor agrícola passou por uma crise, devido a vários fatores como, o câmbio valorizado, preços em queda e taxa de juros em elevação. Deste modo, a redução da concessão de financiamentos foi acentuada, isto sugere que o SNCR encontrava-se numa crise de longa duração.

Tabela 01 Crédito Rural: agropecuária, financiamentos concedidos por categoria  
1965 - 2000

Anos	Custeio	Investimento	Comercialização	Total (US\$ Milhões)
1965	562,40	156,60	54,30	773,30
1966	673,30	252,20	116,40	1.041,90
1967	861,00	267,10	181,10	1.309,20
1968	965,80	313,70	195,10	1.474,60
1969	1.732,70	460,60	1.160,10	3.353,40
1970	2.112,00	666,50	1.112,90	3.891,40
1971	2.446,80	910,60	1.272,90	4.630,30
1972	2.972,90	1.479,90	1.460,80	5.913,60
1973	4.706,90	2.028,70	2.144,20	8.879,80
1974	6.948,10	2.767,30	3.131,80	12.847,20
1975	8.481,90	4.357,80	4.718,30	17.558,00
1976	9.372,40	4.328,40	4.837,50	18.538,30
1977	9.751,60	3.692,30	5.026,10	18.470,00
1978	9.750,70	3.360,40	4.479,20	17.590,30
1979	12.253,00	3.606,90	4.581,90	20.441,80
1980	12.261,20	2.799,20	4.447,90	19.508,30
1981	11.841,20	2.318,60	4.817,70	18.977,50
1982	12.644,70	1.776,90	4.054,10	18.475,70
1983	7.250,20	1.604,80	2.260,30	11.115,30
1984	5.033,80	646,60	1.075,10	6.755,50
1985	6.100,60	800,50	1.438,40	8.339,50
1986	9.127,00	2.978,70	2.146,80	14.252,50
1987	9.885,30	1.740,20	1.954,80	13.580,30
1988	7.736,10	1.643,40	1.852,90	11.232,40
1989	10.897,80	1.236,10	1.304,10	13.438,00
1990	6.546,50	588,20	1.310,00	8.444,70
1991	6.527,20	445,80	776,70	7.749,70
1992	5.149,70	794,70	2.165,90	8.110,30
1993	4.262,80	1.198,80	1.898,20	7.359,80
1994	5.442,10	1.295,60	3.165,60	9.903,30
1995	3.995,30	819,20	1.207,40	6.021,90
1996	3.986,10	571,80	357,80	4.915,30
1997	5.207,06	804,91	799,77	6.811,74
1998	5.809,16	1.578,62	918,35	8.301,13
1999	4.399,88	1.115,54	975,44	6.490,91
2000	4.878,58	1.263,55	1.372,80	6.514,97

Fonte: IBGE (1965 a 1968) – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)); BACEN (1969 a 2000) – Banco Central do Brasil ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). Disponível < [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br) > acessado (17/02/2002).

Nos anos subsequentes a 1985, houve uma unificação orçamentária e encerramento da conta movimento junto ao Banco Central (BACEN), com a redução das facilidades e da participação do Tesouro no financiamento do programa, quando criou-se novos instrumentos de captação de recursos, como a poupança rural e a emissão de títulos privados.

Leite (2001) afirma que, a partir da criação do SNCR, a política de crédito rural no Brasil pode ser dividida em dois grandes períodos: um que abrange o intervalo de 1965 a 1985; e outro de 1986 a 1997. Os vinte anos iniciais da política de crédito rural caracterizaram-se pela relativa facilidade de expansão creditícia e condições de repasse aos beneficiários, através da presença significativa do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil, como agentes intermediários.

O setor agroindustrial brasileiro beneficiou-se sobremaneira pela PGPM, política estruturada através dos mecanismos de Aquisições do Governo Federal – AGF (direta e indireta) e empréstimos do governo Federal – EGF (com ou sem opções de vendas). A partir de 1980/81, quando a ênfase da política agrícola voltou-se para a política de preços (indexação do preço mínimo e aumento no volume de crédito), a PGPM reforçou seu poder de captar interesses agroindustriais (LEITE, 2001, p. 59).

A política de suporte de preços, no Brasil, é antiga, mas adquiriu significado especial para o Cerrado na década de 1980. Até recentemente, os preços de suporte para os produtos cobertos pela política eram os mesmos em todo o país, independentemente da localização da propriedade rural. Além disso, até 1984 os preços mínimos tenderam a ser fixados abaixo dos preços de mercado, nas épocas críticas de comercialização dos produtos, e o impacto da política foi diminuto (ALHO; MARTINS, 1995).

Já os anos 1990 foram marcados pelo desmonte das instituições e dos instrumentos que nortearam a Política Agrícola e Agroindustrial, como o SNCR, com a perda do poder regulatório e da capacidade de planejamento pelo Estado.

Collor, que assumiu o governo brasileiro em 1990, decretou um plano de combate à inflação<sup>12</sup>, sequestrando os recursos financeiros, deixando a maioria dos agricultores com dificuldades para dar continuidade até mesmo às atividades da colheita. Foi implantada uma nova política agrícola, anunciada nas Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura que, administrativamente, modificou o aparelho governamental.

---

<sup>12</sup> Plano Collor é o nome dado ao conjunto de reformas econômicas e planos para estabilização da inflação, criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello entre 1990 e 1992. O plano era oficialmente chamado Plano Brasil Novo, mas ele se tornou associado fortemente a figura de Collor.

A década de 1990, principalmente a partir do Governo Fernando Collor, mas de forma bem acentuada nos anos do presidente Fernando Henrique Cardoso, assistiu a uma tentativa muito forte de quebrar a velha tradição intervencionista do Estado na economia (GONÇALVES NETO, 2000, p. 220).

Os choques econômicos marcaram os anos de 1980 e 1990 (Quadro 01) provocaram a remodelação da atuação do Estado no setor primário, no qual houve um forte discurso político pela equivalência de produtos. “O mecanismo de equivalência consistia na conversão da dívida do produtor em sacas de produtos, de acordo com o tipo financiado, usando o preço médio do mês anterior, conforme levantamento das Secretarias de Agricultura onde o plano fosse adotado” (INOCÊNCIO, 2002, p.28). A equivalência por produto, na verdade, faz uma troca de produtos agrícolas por produtos industriais como mecanismos para reativar as indústrias (SOBOLI, 1993).

No contexto desta década, os produtores do maior programa de tecnificação da produção no Cerrado, o PRODECER, se viram sem condições de financiamento para custeio. Com a mudança dos planos econômicos, as dívidas de financiamento para o plantio subiram de maneira exorbitante e a maioria dos produtores do projeto não conseguiu mais pagar em dia os seus créditos.

Um dos produtores, entrevistado em Paracatu, afirmou que nesse período a maioria dos agricultores do projeto ficaram endividados, pois a mudança dos planos econômicos elevou a dívida contraída para financiamento da produção junto aos bancos.

Na época em que foi instalado esse projeto houve várias mudanças de planos de governo, e o que ocorreu foi um aumento do valor da dívida exorbitante. Em três, quatro meses você podia chegar ao banco que dobrava sua dívida, aí ocorreu um endividamento total, não tinha mais como suportar. Quem tinha seu pé de meia negociou os demais, o banco começou a eliminar [...], esse cara não quero mais porque está inadimplente [...]. (INFORMAÇÃO VERBAL)

Em 1994, foi instituída a Cédula do Produtor Rural (CPR), o que significou um avanço ao permitir a venda antecipada de parte ou a totalidade da produção do agricultor, em qualquer de suas fases. A CPR cumpriu dois objetivos básicos: abriu espaço para a comercialização/abastecimento, capitalizando os produtores através de sua atuação no mercado a termo e, ao mesmo tempo, atuou como instrumento de especulação em bolsas de mercadorias.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Cruzado (fev./1986)</li> <li>• Troca da unidade monetária: Cruzeiro para Cruzado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tentativa de conter a inflação, pelo tabelamento de preços e salários, e fixação do cambio.</li> <li>• O fracasso do plano, no final do ano de 1986, deu margem ao ressurgimento da inflação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Bresser (Jul./1987)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este plano foi decretado quando a inflação atingiu 26% a.m, com a adoção da meta de congelamento de todos os preços e dos salários durante 90 dias.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Verão (Jan./1989)</li> <li>• Troca da unidade monetária: Cruzado para Cruzado Novo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Também conhecido como novo plano cruzado, esta medida visou ao congelamento de preços e salários aliada à medida de contenção financeira e à taxa de cambio nominal.</li> <li>• A inflação de março de 1990 atingiu 81,3% a.m, marcando o fracasso do plano após 1 ano de existência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Collor 1 (Mar./1990)</li> <li>• Troca da unidade monetária: Cruzado Novo para Cruzeiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este plano previa o congelamento de preços e confisco de depósitos bancários, consistindo nas medidas de contenção da inflação por meio da valorização da moeda nacional, abertura da economia, internacionalização, abertura do mercado, abertura da importação, modernização da indústria e privatização.</li> <li>• A taxa cambial passou de US\$ 1,00=CZ\$80.00 com uma desvalorização de quase 50%.</li> <li>• Estas medidas causaram grande impacto aos produtores rurais, especialmente os que tinham sua produção agrícola voltada para exportação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Collor 2 (Fev./1991)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Este plano previa uma série de medidas estruturais, com base na política financeira e no tabelamento de preço, como nos outros planos.</li> <li>• Após uma trégua temporária, já em dezembro 1991, a escalada das taxas de inflação volta aos patamares acima de 22% a.m, em decorrência da liberação de preços, ajuste de preços relativos, entre outros.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Medida Econômica de Emergência (Jun./1993)</li> <li>• Troca da unidade monetária: Cruzeiro para Cruzeiro Real</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esta medida corresponde à primeira fase do Plano Real. Foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), na tentativa de reduzir o déficit público pela redução da despesa financeira e do incentivo a privatização.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Estabilização Econômica (Jul./1993)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Corresponde à segunda fase do Programa, que antecede a adoção do Plano Real, e consiste, principalmente, nas medidas de estabilização financeira do estado, e da redução do déficit público.</li> <li>• Foi introduzida a Unidade Referencial de Valor (URV), tentou-se ajustar as diferenças de preços existentes entre os vários setores da indústria com base na taxa de inflação de cada mês.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Real ( Jul./1994)</li> <li>• Troca da unidade monetária: Cruzeiro Real para Real</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As principais medidas do plano consistiam em: <ul style="list-style-type: none"> <li>a)Contenção da inflação, vinculando o real, a nova moeda nacional, ao Norte-Americano (R\$ 1,00 = US\$ 1,00);</li> <li>b) Contenção do consumo e aumento da taxa de reserva de depósito a vista, por meio, da política de elevação dos juros;</li> <li>c)Incentivo maior a abertura de mercado;</li> <li>d) Fixação das tarifas públicas;</li> <li>e)Criação do fundo de amortização da obrigação do tesouro nacional;</li> <li>f) Livre negociação de Salário.</li> </ul> </li> <li>• Este plano é considerado exitoso em comparação aos planos econômicos anteriores, no que diz respeito à medida de contenção da inflação e pelo grau dos objetivos traçados.</li> <li>• Causou grande impacto no gerenciamento agrícola, uma vez que a medida de elevação taxa de juros acabou por elevar a taxa de juros real, bem como a estabilização dos preços dos produtos agrícolas.</li> </ul>

Quadro 01 Política Econômica Brasileira (1986 – 1994)

Fonte: BRASIL, 2002.

Org. Maria Erlan Inocêncio.

Outros instrumentos de política agrícola têm sido criados pelo Estado ante as novas necessidades sociais rurais e urbanas. Há a necessidade de um redesenho nas formulações da intervenção estatal, buscando compatibilizar um ajustamento da agropecuária que culmine com a elevação da produção e da produtividade de uma forma menos excludente.

A agricultura brasileira, em especial a de pequeno porte, não conta mais com a abundância de financiamentos que marcaram as políticas agrícolas entre as décadas de 1960 e 1980. Atualmente, a tendência das políticas creditícias tem sido distanciar-se do financiamento direto e usar outras fontes de recursos para o crédito rural. Desde 1980 alternativas de crédito para o campo têm sido viabilizadas pelo setor privado (entidades financeiras, agroindustriais, fornecedores de insumos, entre outros, e os próprios produtores), que se tornou responsável por considerável parcela dos recursos aplicados na agropecuária.

O que tem ficado explícito é o não comprometimento do governo quanto ao financiamento da produção, obrigando os agricultores a disputarem os recursos diretamente no mercado financeiro. Esse novo encaminhamento levou os produtores a pagarem juros reais por seus empréstimos, o que fez aumentar suas dívidas junto às instituições financeiras, lançando-os no mercado especulativo, principalmente centrado nas empresas multinacionais, para aquisição dos insumos necessários à produção.

As transformações na agricultura sempre estiveram na pauta dos programas governamentais e em consonância com as políticas econômicas mundiais. Cabe destacar que, mesmo delegando funções à iniciativa privada, ao Estado brasileiro, em relação à agricultura, coube manter programas de financiamento de custeio, de investimento e comercialização, e também gastos diretos da União com programas e ações governamentais no setor.

A recente e sucessiva expansão das fronteiras agrícolas nos obriga a buscar novas interpretações que expliquem as atuais características da incorporação do território do Cerrado ao processo capitalista de mercado e a conseqüente organização do espaço no campo, de forma a atender à racionalidade do capital na busca da otimização dos lucros. Para Ramos (2001, p.375), “essa racionalidade se traduz na produção agrícola por políticas que favorecem superposições de tecnologias, derivadas, sobretudo, de pesquisas científicas, e inovações na gestão e controle da produção sob o comando de grandes empresas”.

A modernização do território do Cerrado parte da estratégia governamental de “ocupar o interior” do Brasil, diante ao quadro das transformações na política de desenvolvimento agrícola. O capital expande e ocupa as porções melhor servidas pelo conjunto de redes, estrategicamente distribuídas pelo território nacional.

Foi, através da implementação do PRODECER, veículo criado e “motorizado” pela fusão capital/Estado que os “hábitos” de cultivo dos solos do Cerrado foram drasticamente alterados; assim bem como se acentuou o processo de expropriação do pequeno produtor rural. Este programa foi, dentre todos os outros que visavam a ocupação do Cerrado, o de maior abrangência, pois tornou tecnicamente viável a inserção deste território ao circuito produtivo capitalista, de acordo com a análise tecida no próximo item.

## 2.2 PRODECER: Estratégia Bilateral para a Territorialização do Capital no Cerrado

O PRODECER é um projeto de cooperação econômica bilateral Brasil-Japão, específico, de grande porte, e que cumpriu três papéis importantes no processo de territorialização do capital no Cerrado.

Primeiro teve como objetivo o desenvolvimento da fronteira agrícola no território do Cerrado, abrangendo extensas áreas. Segundo, buscou aumentar a oferta internacional de alimentos, através da exportação de produtos agrícolas, com repercussão a nível mundial. E terceiro, teve longa duração, tendo desenvolvido estratégias próprias de incorporação do campo brasileiro ao circuito produtivo capitalista mundial.

Esse projeto, através da financeirização da terra pelo capital internacional verteu a favor dos médios e grandes proprietários a solidariedade cooperativista, que converteu o sistema tradicional de cultivo em um moderno mecanismo de produção no Cerrado.

Para o Brasil (2002), o PRODECER foi um programa baseado na complementaridade da cooperação econômica e reciprocidade de interesses mútuos entre o Brasil e Japão. De um lado, o Brasil recebia investimentos japoneses destinados a financiar a pesquisa agropecuária; e de outro, o Japão se beneficiava da maior oferta de soja no mercado internacional. Todo esse esquema fez com que o Cerrado se colocasse como *locus* para que a ação territorializante do capital se concretizasse e produzisse os frutos necessários a sua expansão.

A complementaridade econômica traduz-se no jogo de interesses que envolveu a implantação desse projeto, que baseava-se na questão da alimentação humana. Segundo os idealizadores do programa seria necessário expandir a área cultivada no país, para suprir as necessidades de uma população em expansão. Ou seja, foi criado para atender aos interesses internacionais através da venda de máquinas, insumos e cultivo de produtos destinados ao mercado externo.

O projeto, segundo Akimoto<sup>13</sup>, não previu o escoamento da produção de soja diretamente para o Japão, pois a distância entre os dois países é grande e o preço dos fretes muito alto. O objetivo era que “a produção fosse tal que teria excedente exportável do Brasil para o mercado mundial e com isso equilibraria o preço de oferta no mercado mundial” (INFORMAÇÃO VERBAL). A assertiva de Akimoto ratifica os interesses geopolíticos presentes no desenvolvimento do Cerrado.

Foi executado como um programa conjunto entre os dois países, com duração de mais de 30 anos, em três fases, (Mapa 04), transformando, induzindo ao desenvolvimento aproximadamente 345 mil hectares de Cerrado. A sua concepção básica é promover o desenvolvimento de polos de colonização com agricultores de porte médio, organizados em cooperativas, com a utilização de modernas tecnologias agrícolas (JICA/MAPA 2000).

Teve como objetivo a “materialização de um celeiro capaz de alimentar uma importante fração da população mundial, tomando em consideração o desenvolvimento econômico e social do Brasil no século XXI” (BRASIL, 2002, p. 3). “Celeiro de soja, milho, trigo”, produtos distantes da base alimentar do brasileiro, mas tecnicamente modernos, especulativos e predatórios do meio ambiente.

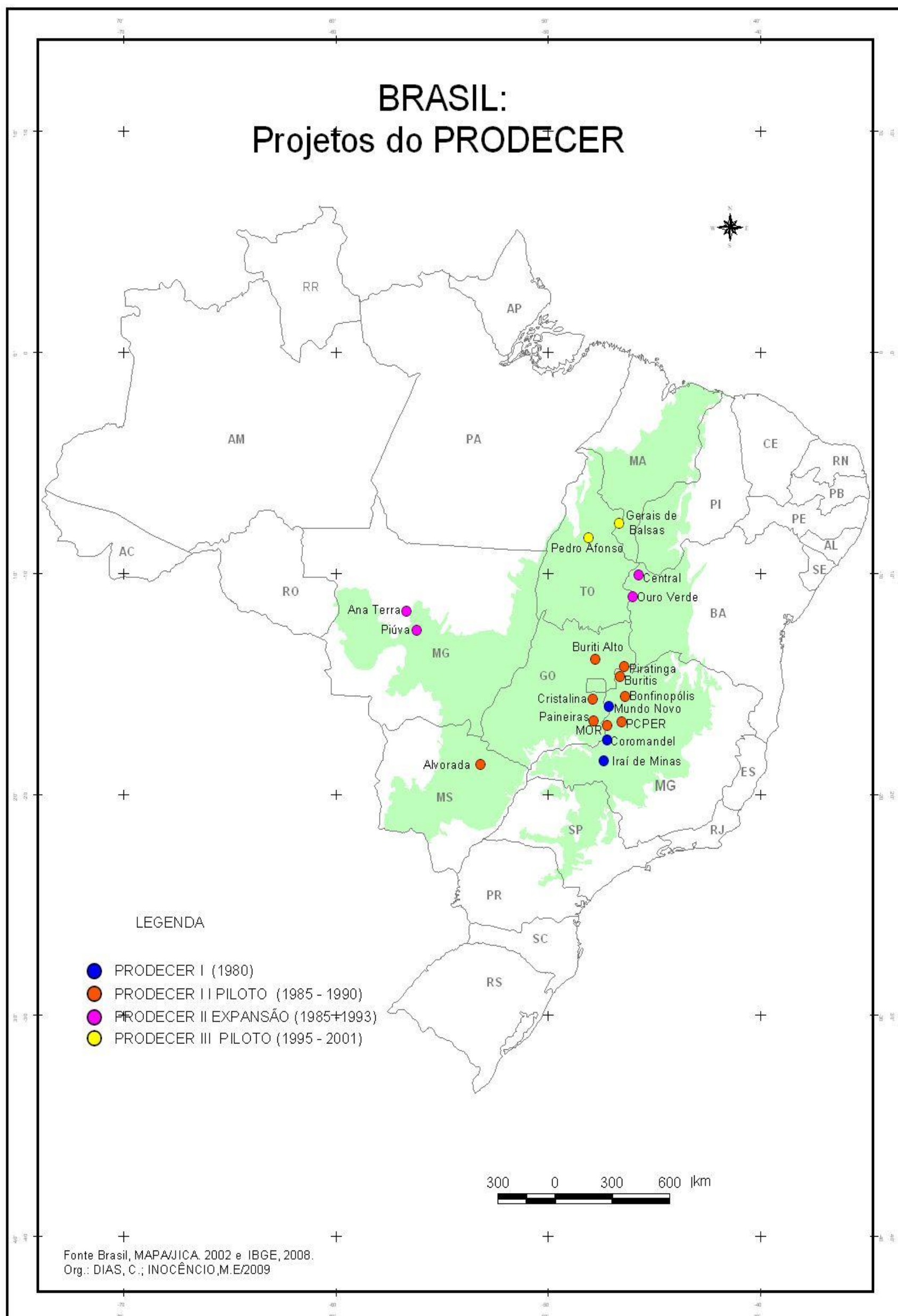
Esse projeto cumpriu o seu principal papel, que foi articular o capital público ao privado de forma a estabelecer, em definitivo, todas as condições para que houvesse a territorialização do capital no Cerrado. A territorialização ocorreu por etapas, porém todas seguiram as mesmas bases traçadas inicialmente.

O empreendimento foi feito de forma integrada, englobando as fases de produção, comercialização e industrialização e para sustentar o projeto criou-se duas holding, com associação de capitais governamentais, através de agências oficiais, transferência de capitais públicos e privados de ambos os países (ÁREA, 1975).

Cabe observar que, mesmo o Brasil tendo se beneficiado com financiamentos para a pesquisa tecnológica, o que colocou o País como um produtor de tecnologia agrícola, o Japão se favoreceu duplamente, pois teve o preço e a qualidade da soja, produto primário de grande consumo interno, regulado pela maior oferta no mercado e ainda vendeu fertilizantes para a abertura das áreas de Cerrado. E a partir da melhoria dos portos de escoamento de produção, o Japão também passou a comprar soja diretamente do Brasil.

---

<sup>13</sup> Mitsutoshi Akimoto faz parte da diretoria da CAMPO desde 1978, tendo participado de todas as etapas de implantação do PRODECER. É o atual (2010) vice-presidente do grupo. A entrevista foi realizada na sede da empresa em Brasília, DF, em 09/06/2009.



Mapa 04 - BRASIL: projetos do PRODECER I, II e III



As ações para que o PRODECER se concretizasse fizeram com que o capital japonês encontrasse campo para se expandir no Brasil. Pois, se por um ângulo o Japão enviou dinheiro para a abertura das fronteiras do Cerrado; de outro, implantou filiais de suas empresas como forma de garantir o processo de territorialização do capital.

O uso do Yoorin, fertilizante fosfatado produzido pela Mitsui & Co., Ltda, empresa japonesa que se instalou no Brasil, em Araxá, Minas Gerais, em 1966, aproveitando-se da matéria-prima nacional (Apatita, Silicato de Magnésio), foi o mais consumido fosfatado nos projetos do PRODECER (Fotos 03) e, confirma a tese de que o projeto priorizou os interesses internacionais e favoreceu o mercado externo em detrimento do consumo nacional.



Foto 03 - Pedro Afonso (TO). À direita yoorin empilhado. Ao fundo trator utilizado na distribuição do yoorin entre as áreas do PRODECER em Pedro Afonso (TO).  
Fonte: AMARAL, V. A. /1998. (Arquivo pessoal)

Todo o programa foi baseado na assinatura de acordos, firmados entre os dois países, cujas diretrizes de implantação foram norteadas pelo

R/D<sup>14</sup>, registro das discussões que direcionaram as diretrizes básicas dos dois países em relação ao PRODECER. O L/A<sup>15</sup> que estabelece o financiamento do lado japonês, a alocação de recursos pelo lado brasileiro, o sistema de financiamento aos produtores, etc. o P/A<sup>16</sup> estabelece o escopo da sua execução, com base no estudo realizado para as Fases I, II e III do programa. O P/A é onde está o cerne da concepção de desenvolvimento de cada uma de suas fases e estabelece, claramente, as responsabilidades do governo federal, dos governos estaduais, das instituições financeiras, da Campo, das cooperativas, etc., visando a execução eficiente do programa (BRASIL, 2002, p. 3-6).

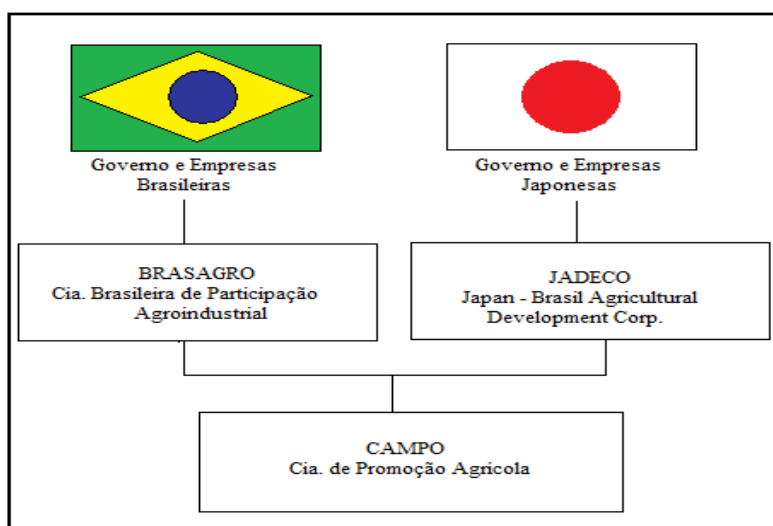
<sup>14</sup> R/D (Record of Discussion).

<sup>15</sup> L/A (Loan Agreement).

<sup>16</sup> P/A (Project Agreement).

Assim o PRODECER, para ser estruturado, contou com o apoio do governo federal, que repassava os financiamentos e dos governos estadual e municipal que ficaram encarregados de melhorar a infraestrutura socioeconômica, além da iniciativa privada. Sua viabilização no Cerrado se deu através da criação de programa articulado e impulsionador, no qual foi concebida a presença de um órgão coordenador, a CAMPO.

A CAMPO foi criada em 1978, através da constituição de duas holding: uma brasileira e outra japonesa. Do lado brasileiro a holding é a BASAGRO (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial), que conta com 51% do capital da empresa. [...] A holding japonesa JADECO (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), com 49% do capital da CAMPO (PESSÔA, 1988) (Organograma 01).



Organograma 01 - Órgãos financiadores do PRODECER

Fonte: BRASIL, 2002.

A *holding* brasileira ficou assim constituída: Banco do Brasil, BB; IBRASA (Subsidiária do BNDE); Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais; Companhia Vale do Rio Doce e de um banco privado. Já a *holding* japonesa foi formada pela JICA e bancos privados japoneses, entre eles o “*Long Term Credit Bank of Japan* e o Banco *Mitsui*.” Os recursos foram administrados pelo Banco Central, que assumiu o risco cambial e fez os repasses segundo a determinação do Conselho Monetário Nacional para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, agente financeiro da primeira fase do PRODECER (BRASILEIROS, 1977; PAULINELLI<sup>17</sup>, 1977; EXPLORAÇÃO, 1978).

<sup>17</sup> Alisson Paulinelli foi ministro da agricultura entre 1975 e 1979 (Governo Geisel) e secretário da agricultura de Minas Gerais por três vezes. Quando secretário projetou o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba). À frente do ministério da agricultura foi o autor de projetos como o POLOCENTRO e o PRODECER. Mesmo oficialmente distante do executivo, continuou a participar como conselheiro de instituições

O território do Cerrado, ocupado pelo PRODECER, teve início em 1980 com a implantação do programa no oeste de Minas Gerais (PRODECER I) e em 1987 expandiu-se para áreas em Goiás, Mato Grosso do Sul, e Bahia, (PRODECER II). A partir de 1995 atingiu os estados do Maranhão e Tocantins (Mapas 05).

O PRODECER I e II abriu uma área de 270 mil hectares, em 19 projetos de colonização, dos quais onze projetos em Minas Gerais, três em Goiás, dois no Mato Grosso, dois na Bahia e um no Mato Grosso do Sul. E com o PRODECER III estão sendo incorporados mais 80 mil hectares de terra, no Maranhão e no Tocantins, com o assentamento de 80 famílias (PÉRET, 1997, p.356).

Segundo Luis Soave<sup>18</sup>, a CAMPO estabeleceu diferentes áreas ao longo de cada etapa do PRODECER. Em Paracatu (MG), os lotes tinham uma extensão de 200 a 300 hectares, no projeto Entre Ribeiros I, II, III e IV e, em Mundo Novo 500 hectares. Já as empresas rurais, Cural do Fogo Agroindustrial (Unaí, MG) e a Fazenda Coromandel (MG), 5000 hectares. A Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial Cerrado, CDAC, e a Fazenda Santa Maria, em Paracatu (MG), possuíam área de 10 mil hectares.

A CAMPO chegou à conclusão, após as duas primeiras etapas, que o tamanho ideal dos lotes deveria estar entre 500 e 1000 hectares. Porém, a

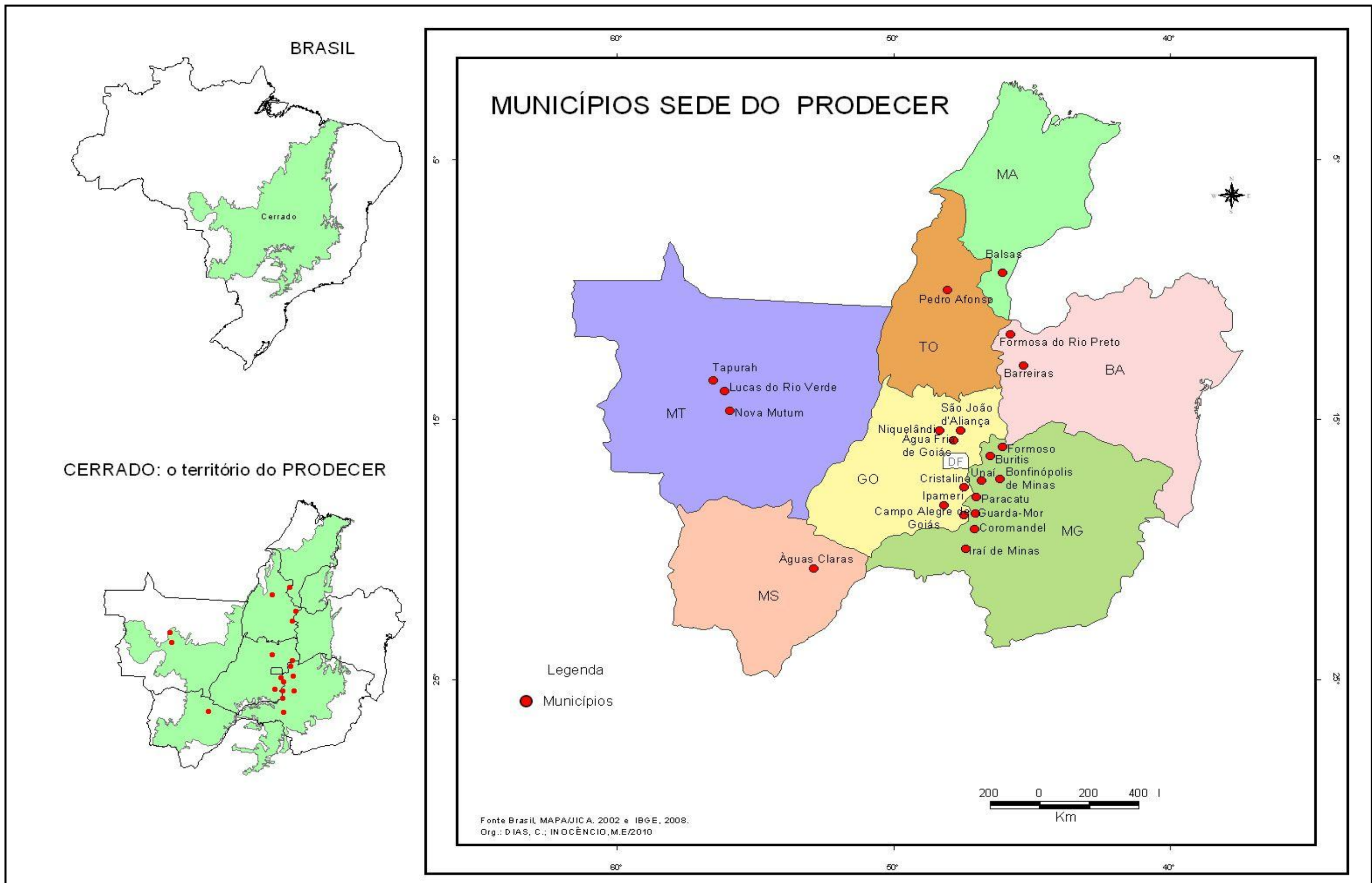
Área média dos lotes é de 400 ha no PRODECER Piloto I; 410 ha no PRODECER Piloto II e 350 ha no PRODECER Expansão. No PRODECER III, como já sabiam a rentabilidade das terras, a área média de cada lote foi um pouco mais que o dobro das fases anteriores, com mil hectares. (BRASIL, 2002, p.3-26).

Da área total do projeto piloto, implantado em Minas Gerais, de 60 mil hectares, 10 mil foram destinados ao desenvolvimento de culturas; sete mil para demonstrações; três mil para a CDAC; vinte mil para a formação de uma associação de empresas brasileiras e japonesas, com vistas à execução de empreendimentos conjuntos, *joint-ventures* e 20 mil para cultura individual (BRASILEIROS 1977).

---

públicas, como a EMBRAPA, e privadas, o Grupo CAMPO. Empresa criada no período em que ele foi ministro da agricultura. Recebeu-nos para entrevista em 10 de dezembro de 2009, na Sede da Empresa CAMPO, Brasília, DF.

<sup>18</sup> Engenheiro agrônomo, atualmente consultor da CAMPO e ex-presidente da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda, uma das cooperativas que participaram do PRODECER I, e que fez parte da implantação dos projetos de Paracatu Entre Ribeiros I, II, III e IV, PCPER, e dono de uma das propriedades, denominadas pelo programa de “lotes”, no PCPER IV. A entrevista foi realizada em novembro de 2008 quando da visita ao projeto em Paracatu.



Mapa 05 - Território do PRODECER no Cerrado

A CDAC, (Foto 04), com 10,1 mil hectares; o Curral do Fogo Agroindustrial com 4,3 mil hectares e a Fazenda Coromandel (Foto 05), que ocupa uma área e 5,4 mil hectares, são empresas que foram criadas a partir do PRODECER. Localizam-se em Minas Gerais, nos seguintes municípios, Paracatu, Unaí e Coromandel, respectivamente.



Foto 04 - Placa da Companhia de Desenvolvimento Agroindustrial do Cerrado: CDAC, com sede em Paracatu, junto a área do projeto Mundo Novo.  
 Autora: INOCÊNCIO, M. E. Nov./2008.



Foto 05 - Placa alusiva a Fazenda Coromandel, de propriedade da CAMPO.  
 Ao fundo plantação de café.  
 Autora: INOCÊNCIO, M. E. Nov./2008.

Se compararmos os anos de implantação das 3 fases do PRODECER, é possível analisar que no auge da crise petrolífera, em 1973, as relações Brasil/Japão se expandiram. Sendo que em 1980, o PRODECER I iniciou suas atividades e o PRODECER II teve a aplicação da tecnologia desenvolvida no Projeto Piloto I. E no Projeto de Expansão foi aplicado os recursos não gastos no PRODECER II Piloto e disponíveis no Brasil, ou seja, em

1980, não houve novos investimentos para aplicação de tecnologias no Cerrado, mas o aproveitamento das verbas já existentes.

A CDAC pertenceu à colônia japonesa, depois foi vendida aos irmãos Condé, na pessoa jurídica da Elo Forte Armazéns Gerais Ltda. A Curral do Fogo Agroindustrial é de dois empresários rurais de Paracatu, as duas com participação de 30% da CAMPO. Já a fazenda Coromandel, pertencente à CAMPO, foi criada nos mesmos moldes das duas outras empresas agrícolas, como garantia patrimonial aos acionistas.

Funcionava como “fazenda modelo”, pois na “época 1979/1980 não tinha muitas grandes fazendas agrícolas na região de Cerrado [...] e os acionistas obrigaram a manter uma área que fosse de demonstração para possíveis interessados em seguir o mesmo tipo de atividade de desenvolvimento agrícola na região do Cerrado”. (AKIMOTO, INFORMAÇÃO VERBAL). A área de demonstração da fazenda era de 3 mil hectares.

A implantação das “fazendas modelos” atendia aos interesses expansionistas e concentracionistas da estrutura fundiária nacional. Foi o “modelo” de expulsão do trabalhador do campo e pequenos produtores, que por não disporem de capital suficiente para se adaptar ao modelo de modernização da agricultura, também foram obrigados a migrar para as cidades, engrossando as fileiras do subemprego ou mesmo do desemprego, ocasionando sérios problemas socioeconômicos. Um dos reflexos desse fato é a ampliação desordenada das favelas, que cobrem grandes áreas, principalmente nas regiões menos valorizadas das grandes cidades.

Akimoto ratifica que o PRODECER só conseguiu permanecer ao longo dos últimos 30 anos por ter se assentado sobre bases sólidas de desenvolvimento, viabilizadas, em parte, por programas anteriormente implantados, como o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP<sup>19</sup> e o POLOCENTRO.

O PADAP contribuiu substancialmente para uma nova configuração do território no Cerrado, implicando mudanças sociais, econômicas e ambientais. Controlou o processo de produção diretamente nas propriedades; contou com amplos subsídios e infraestrutura fornecidos pelo governo mineiro. Sua relevância deve-se ao caráter inovador, na medida em que demonstrou a viabilidade econômica da produção agrícola do cerrado, por meio de empresários rurais, em bases modernas, o que até então carecia de factibilidade (PIRES, 2000).

---

<sup>19</sup> O projeto iniciado em 1973, consistiu na instalação de quatro núcleos de colonização em municípios da região do Alto Paranaíba, (MG) e teve como objetivo central, proporcionar a exploração capitalista da terra, por meio de empresários rurais que receberiam incentivos para a intensificação da demanda de máquina, equipamentos e fertilizantes.

Sobre os financiamentos para o desenvolvimento dos projetos, os recursos foram viabilizados pelos governos do Brasil e do Japão, tendo procedência tanto pública quanto privada. Os recursos do Brasil e do Japão foram divididos equitativamente no PRODECER I e II. Para o PRODECER III, 60% dos recursos foram provenientes do Japão e 40% do Brasil - 30% são do governo federal (Tesouro Nacional) e 10% de agentes financeiros participantes do programa.

### 2.2.1 Esquema de Financiamento do PRODECER

O projeto de cooperação, aprovado para o aproveitamento agrícola do Cerrado, PRODECER, contou inicialmente com investimentos integralizados entre a *holding* brasileira e a *holding* japonesa (OS JAPONESES, 1978). Houve, por parte dos japoneses, interesse pelas áreas de Cerrado beneficiadas com o lançamento do POLOCENTRO (ESTUDA-SE, 1975).

Inicialmente, o governo brasileiro queria que os japoneses apoiassem um projeto definitivo de ocupação agrícola do Cerrado, porém o governo japonês preferiu iniciar por um projeto piloto em Minas Gerais e caso surtisse os efeitos desejados, ampliaria os investimentos e a área ocupada. O que se concretizou, pois o PRODECER ocupou 345 mil hectares, se somadas as áreas do projeto nos sete estados onde se desenvolveu e assentou 717 produtores de um total planejado de 760 (BRASIL, 2002) (Tabela 02).

Tabela 02 - Projetos do PRODECER por Estados, área ocupada, produtores\assentados e investimentos.

Projetos/Estados	Área (ha)	Produtor es	Investimentos US\$ (100 milhões de iene)		
			Brasil	Japão	Total
PRODECER I (MG)	60,000	92	25	25	50
PRODECER II PILOTO (BA) (MT)	65,000	165	50	50	100
PRODECER II EXPANSÃO (MG) (GO) (MS)	140,000	380	137,5	137,5	275
PRODECER III (TO) (MA)	80,000	80	55,2	82,7	137,9
TOTAL	345,000	717	267,7		562,9

Fonte: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados: estudo de avaliação conjunta – relatório geral. BRASIL, janeiro de 2002.

Os principais agentes financeiros foram o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) que financiou o PRODECER I. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT), Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia

(BASENBANCO) e o BDMG, repassaram os recursos para a implantação do PRODECER II. O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BANORD) e Banco do Brasil (BB) liberaram os recursos para o PRODECER III. Dentre eles, os que mais concederam crédito foram o BB, BNCC e BDMG (BRASIL, 2002).

Para a abertura inicial das fronteiras, foram necessários investimentos da ordem de 562 milhões e 900 mil dólares e o sistema de financiamento baseou-se em empréstimos ao governo brasileiro, liberados por meio do Banco Central do Brasil. Os recursos eram repassados às instituições bancárias que ficavam encarregadas de financiar os produtores e as cooperativas. (ESPECIALISTA, 1976)

A ação planejada, conjuntamente, previa a alocação de recursos financeiros para os produtores, com juros baixos. Paulinelli, afirma que o “governo japonês emprestou o dinheiro a 3% ao ano, com 5 anos de carência e 20 anos para pagar. O Banco Central aplicou com o produtores a TR mais 12%, 14%, ou seja bagunçaram o crédito”. E que especificamente no PRODECER II, o Brasil recebeu dinheiro a juros de 2,5%, e passou ao produtor a 29% (INFORMAÇÃO VERBAL).

Essa situação desencadeou um endividamento crescente dos produtores, chegando ao ponto de a soma dos bens materiais da propriedade adquirida, via financiamento, não ser capaz de cobrir a dívida junto à instituição bancária. Ou seja, os tantos planos governamentais, anteriormente apresentados, foram os grandes vilões do processo produtivo no campo, em especial para os agricultores do PRODECER. Para o Produtor, entrevistado em Guarda-Mor

O maior problema na realidade nossa foi o Plano Cruzado, o governo incentivou investir, [...], depois o Plano Bresser em 1988, juro estourou. Então quem não teve crédito, quebrou. Agora o desastre maior, eu, por exemplo, estou sofrendo até hoje, o que foi o plano Collor. Em março de 1990, [...] minha dívida subiu 84% e o preço mínimo corrigiu 42%, ai o que aconteceu foi um descasamento entre a receita e a dívida [...] o banco deu um rebate de 10% , 74% pra gente pagá aquelas dívidas que sofreram essa correção [...]. (INFORMAÇÃO VERBAL)

Cabe considerar que houve dois tipos de financiamentos, os que contavam com recursos repassados do Fundo de Investimento e Financiamento, diretamente ao Banco Central do Brasil, com juros mais baixos, PRODECER piloto. E os financiamentos realizados pela *Japanese Bank for International Cooperation, JBIC (ex-OECF, Formes Overseas Economic Cooperation Fund)* que provinham do Fundo de Financiamentos para Projetos em Geral e foram emprestados ao Banco Central do Brasil pela JADECO, em condições favoráveis, PRODECER expansão (BRASIL, 2002).



O governo brasileiro assumiu o risco cambial que eventualmente incidisse sobre os recursos japoneses, garantindo, dessa forma, o pagamento de juros e a devolução do principal. Assim, por meio do esquema abaixo, é possível observar como ocorreu o financiamento do projeto e a liberação dos recursos, de forma a reduzir os encargos.

Nos PRODECER I e II, o Banco Central foi o tomador do empréstimo japonês por meio da JICA; já no PRODECER III o órgão intermediário foi o Ministério da Fazenda e os recursos também vieram da JICA. Os recursos do PRODECER II eram administrados na conta da Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia, FUNAGRI, transferida do Banco Central para o Ministério da Fazenda. Para o PRODECER III ficou acertado que se criaria, dentro do orçamento do Ministério da Fazenda, as contas PRODECER III – Projeto Piloto, e ambos os lados estudariam formas de controlar a totalidade dos recursos do lado brasileiro (PÉRET, 1997).

Os termos e condições para os produtores do PRODECER foram estabelecidos como especiais e bastante favoráveis, como pode ser visto no P/A do PRODECER II, firmado pela JICA:

Os termos e condições de qualquer empréstimo ou crédito concedido a qualquer participante do projeto sob os termos do Programa Especial, nos casos em que os empréstimos ou créditos comparáveis poderiam ser obtidos através de outros programas de crédito agrícola existentes na República Federativa do Brasil, não serão mais onerosos para os participantes do projeto do que os termos e condições mais favoráveis aplicáveis aos empréstimos ou créditos comparáveis disponíveis a outros tomadores na República Federativa do Brasil, especialmente aqueles localizados na Região dos Cerrados (BRASIL, 2002, p. 3-10).

Tal afirmação leva a considerar que todos os produtores do projeto contaram com condições especiais de financiamento, porém ao longo do tempo as condições foram alteradas de acordo com a conjuntura do momento, especialmente a partir da segunda etapa do PRODECER.

O financiamento era integrado, ou seja, contemplava crédito fundiário, de custeio e de investimento. Os prazos de financiamento variavam entre 12, 15 e 20 anos para investimentos; entre 01 e 03 anos para custeio e 20 anos para o fundiário. A carência para fundiário e investimento de 06 anos e de custeio 01 ano, com limite de adiantamento entre 80% e 100% (BRASIL, 2002).

As características dos financiamentos fizeram-nos bastante atraentes a inúmeros produtores, que demonstraram interesse em vir de outras regiões do Brasil, para o desenvolvimento de fronteiras agrícolas no território dos Cerrados. Os agricultores do

Cerrado eram considerados pelos órgãos que financiaram e executaram o PRODECER, despreparados tanto técnica quanto financeiramente.

Os produtores dos Estados, onde o projeto foi desenvolvido, apresentaram três aspectos que não se encaixavam nos quesitos de escolha do agricultor: não sabiam “lidar” com a tecnologia; não estavam vinculados a nenhuma cooperativa de crédito, como exigia o programa; e não dispunham de capital suficiente para o investimento inicial exigido que era entre 10% e 20% do investimento total.

Virgílio Amaral<sup>20</sup>, afirma que “o produtor tinha que ter 20% de todo o investimento. Aqui em Pedro Afonso a contrapartida foi de 10%, ou seja, o investimento foi de 700 mil dólares, 10% dá 70 mil dólares. Só que a relação dólar e real era de 1 para 1, ou seja, 70 mil reais”. Para Virgílio essa contrapartida era uma forma de compromisso com o Projeto.

Além das exigências acima, era necessário: ser brasileiro; não ser proprietário rural; possuir espírito associativo; comprometer-se a residir no lote ou na sede do município; exercer a agropecuária como sua atividade principal; possuir informações cadastrais satisfatórias, dentre outras referentes ao compromisso com o Projeto (BRASIL, 2002). As taxas de juros foram baseadas no Manual de Crédito Rural – MCR – definido pelo Banco Central do Brasil.

No PRODECER I foi de 3% + ORTN (Obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional). Entre 1987 e 1988 a taxa era de 9% + OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) para investimento fixo e semifixo, e 3,6% e 8% + OTN para custeio. A partir de 1989 foi aplicada a taxa de 12% + IPC (Índice de Preço ao Consumidor). As taxas foram reduzidas para 9% + BTN (Bônus do Tesouro Nacional) a partir da segunda metade de 1989, mas a partir da primeira metade de 1991 subiram novamente para 12,5% + TR (Taxa Referencial). A partir de 1994, foi introduzida a taxa de 6% + TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) que continuou até o fim do programa. (BRASIL, 2002, p. 3-12).

A exposição das taxas de juros é ilustrativa dos diferentes planos econômicos que foram viabilizados no transcorrer do desenvolvimento dos projetos do PRODECER. E, claro, também explica, em parte, a razão dos endividamentos dos produtores do PRODECER II. Em parte, pois além da crise monetária que afetou a economia nacional, todas as pessoas entrevistadas foram unânimes em afirmar que faltou administração dos produtores.

De outro ângulo, Akimoto justifica a alteração dos juros da seguinte forma, o PRODECER II Expansão, como já contava com a experiência dos projetos pilotos I e II, teria “condições de pagar um pouco mais de encargos, juros anuais, então isso era repassado para

---

<sup>20</sup> Engenheiro Agrônomo. Funcionário da CAMPO consultoria. Participou da implantação do PRODECER em Minas Gerais, Mato Grosso e Tocantins. Atualmente (2010) é funcionário, também, da Vale e um dos diretores da Cooperativa Agropecuária de Pedro Afonso (TO).

TJLP mais 6%, então para o tomador final, o produtor, continuou sendo caro”. Mas também pondera que os diversos planos econômicos de estabilização da inflação, e a má administração de alguns lotes pelos proprietários foram causas secundárias do endividamento do produtor.

Para Paulinelli, reforçando as teses anteriores, os planos econômicos após 1982 foram uma insensatez dos governantes e “destruíram o processo produtivo brasileiro e duas classes pagaram por isso: a classe assalariada e os produtores que não são organizados para “botar” preço nos seus produtos”. Neste contexto, a criação da empresa CAMPO e o sistema cooperativista foram fundantes para que o Projeto pudesse ser implantado dentro dos moldes estabelecidos pelo Brasil e o Japão.

### 2.2.2 A CAMPO Como Base para a Organização do PRODECER

A implementação e a assistência técnica dos projetos, no decorrer dos três primeiros anos, ficaram a cargo da CAMPO, que também possuía as funções de: levantar, planejar e coordenar o programa; definir a área do projeto; selecionar os participantes do projeto (produtores e cooperativas); elaborar o plano de administração rural, por meio de projeto técnico individual; recomendar e supervisionar a liberação dos recursos de financiamento e administrar os campos das empresas de demonstração e/ou produção e distribuição de sementes. Decorridos três anos da instalação, a assistência técnica ao produtor foi repassada à cooperativa. (BRASIL, 2002).

Coube à CAMPO, também, a construção do Plano Básico de Assentamento (Master Plan); o levantamento topográfico, aerofotogramétrico, planialtimétrico, pedológico; viabilidade técnica e econômica do projeto de irrigação e drenagem; anteprojeto do loteamento; medição e demarcação dos lotes; engenharia do projeto de irrigação e drenagem; topografia de irrigação e drenagem e projeto conservacionista integrado (EIA, Pedro Afonso, 1996).

A CAMPO foi a empresa que articulou a criação dos diversos órgãos dos governos brasileiro e japonês e da iniciativa privada, coordenando a execução geral do PRODECER em suas três etapas. Assumiu também algumas ações executivas relacionadas ao desenvolvimento do programa como a aplicação/uso dos recursos.

Aproveitando-se dos conhecimentos adquiridos com a implantação do PRODECER, a CAMPO, com autorização de seus acionistas, diversificou as suas atividades e as suas fontes de receita. Criou um departamento específico para o projeto; estabeleceu um departamento de consultoria; biotecnologia; análise do solo e nutrição vegetal e de produção (BRASIL, 2002).

Essa diversificação foi primordial para que, após o fim do PRODECER, a empresa continuasse atuando no desenvolvimento do campo brasileiro.

O Japão, em 2002, após ter encerrado o PRODECER no Brasil, vendeu suas ações da empresa CAMPO aos funcionários que se organizaram e compraram parte desses títulos. Mas não foram todos os funcionários, apenas aqueles “mais antigos”, os executivos, que dispunham de capital suficiente para a aquisição. Para Paulinelli, a CAMPO foi uma espécie de “guarda-chuva” do processo moderno de produção no campo brasileiro hoje. Ela ousou em coordenar um projeto inovador e em garantir aos empresários o retorno dos investimentos, razão pela qual não podia ser simplesmente fechada.

A participação japonesa no PRODECER e nos demais programas com financiamentos do Japão representam os interesses internacionais nos Cerrados, como uma área estratégica de suprimentos agrícolas na divisão internacional do trabalho, o que acabou se concretizando com a cultura da soja.

Esta ação direta do governo ao assinar o acordo com os japoneses para a produção de grãos exportáveis, no Cerrado, caracteriza a dimensão do poder do Estado na ocupação, ordenação e reordenação do território, no caso exposto, através da agricultura.

Para a efetivação dessa ação, houve a necessidade de ampliar os meios e instrumentos de geração de produtividade, através do capital estrangeiro, aumentando a implantação das empresas agropecuárias no país, que financiam os insumos indispensáveis à modernização. Tem-se então a estruturação de um novo sistema de cultivo nos Cerrados, caracterizado por novas técnicas químicas, biológicas, mecânicas e gerenciais.

O mecanismo impulsionador dessas novas configurações territoriais é o capital que expande incorporando áreas que apresentam, do ponto de vista geográfico, maior proximidade com o eixo econômico do sudeste e condições naturais, tais como clima e pluviosidade favoráveis. A modernização territorial do Cerrado emergiu com os novos sistemas de cultivo introduzidos no campo. Estes se conformaram em modernas e sofisticadas técnicas de produção, em que o emprego de capital é o fator propulsor desta etapa de incorporação de novas áreas ao processo de modernização do campo.

O PRODECER significou um novo (re) ordenamento territorial do Cerrado, pois reestruturou o sistema produtivo, baseando-se na competitividade do mercado. O que para Oliveira (1999) significou a “combinação contraditória e desigual da expansão da agricultura especificamente capitalista [...]” (p. 94).

Duas estruturas foram fundamentais para a execução do PRODECER, além dos beneficiários finais – os produtores: a CAMPO, como coordenadora da execução e as

cooperativas, como mecanismo de organização dos produtores, com responsabilidades executivas, tanto na implantação, como na consolidação dos projetos. Ou como afirma Virgílio Amaral, os projetos do PRODECER se mantiveram, pois assentam-se sobre um “tripé: financiamento via instituições bancárias; coordenação da CAMPO e sistema cooperativista” (INFORMAÇÃO VERBAL).

A atuação das cooperativas na estruturação do PRODECER é ilustrativo do modo como elas vêm se firmando como instrumentos privilegiados da modernização e expansão da produção via incorporação de capital. Elas cedem à pressão das forças de mercado que as levam a alterar sua conduta, para que possam sobreviver no mercado competitivo, e produzem uma série de questionamentos a respeito dos princípios que norteiam sua natureza.

Funcionam como empresa, na qual os cooperados adquirem cotas de seu capital, com o objetivo de produzir serviços de que necessitem, assumindo, então, a função de usuários; e/ou assumem a natureza orgânica como associação, grupo cooperativo. Essa natureza dúplice constitui uma das características fundamentais desse tipo societário.

A associação é a entidade formada pelo agrupamento de pessoas com interesses semelhantes, enquanto a empresa é a unidade econômica criada pela associação para produzir bens e/ou serviços requeridos pelos indivíduos cooperados. Coloca-se, portanto, como “modelo de natureza econômico-social orientado para a transformação das relações prevalentes no sistema social” (VALADARES, 1998, p. 02).

Enquanto instrumento econômico propõe uma maneira particular de articulação dos fatores produtivos, excluindo relações de exploração capitalista. Em sua natureza social, procura superar a dominação mediante a geração de uma resposta positiva e coletiva ao sistema capitalista. Mas no caso do Cerrado, as cooperativas se articularam como instrumentos de viabilização econômico-produtiva do processo de modernização tecnológica e estratégica da territorialização do capital.

Neste contexto, no item a seguir, estaremos verificando através do estudo do PRODECER, como as forças de mercado impulsionaram a organização cooperativa a se comportar como elemento mediatizador entre o capital e o Estado, no processo de modernização territorial do Cerrado. Foram também verificados quais os propósitos da fundação cooperativa, o contexto no qual ela se desenvolveu, bem como sua capacidade de articular os produtores para que esses se tornem totalmente inseridos ao processo capitalista de produção.

### 2.3 A Solidariedade Cooperativista: as Bases da/para a Territorialização do Capital no Cerrado

O cooperativismo, desde seus primórdios em Rochdale, na Inglaterra, onde um grupo de artesãos criou a primeira cooperativa de consumo, em 1844, tem sido edificado sobre os valores da solidariedade e equidade, tendo se espalhado pelo mundo através de cooperativas agrícolas, de crédito, de consumo, de produção, entre outras que, apesar de suas particularidades, encontram-se sob uma doutrina de princípios comuns, que foram sendo reformulados, tendo em vista a evolução do mercado num sentido cada vez mais competitivo.

Para Rocha (1999, p.26), a reformulação da doutrina cooperativista ocorre, pois “o movimento cooperativista se constrói a partir do reconhecimento de que, entre a percepção da ideia cooperativa e a sua aplicação prática, levando em consideração a realidade sócio-cultural, existe uma distância”.

Dentre os diferentes tipos de cooperativas, as agrícolas e agropecuárias foram as que apresentaram maiores discussões, nas últimas décadas, por representarem uma das poucas possibilidades de agregação de valor à produção rural, além da inserção de pequenos e médios produtores em mercados concentrados (FERREIRA; BRAGA, 2004).

As ideias cooperativistas começaram a ser pensadas sob influência do pensamento econômico e social dos chamados socialistas utópicos, franceses e ingleses, do século XIX, num ambiente fecundo ao surgimento de movimentos sociais. Teve como pressupostos básicos a solidariedade, a equidade, o trabalho em grupo e a liberdade e como principais idealizadores Owen, Fourier, Buchez, Blanc (ROCHA, 1999).

A organização cooperativista não esteve presente na vida cotidiana das pessoas, sendo-lhes desconhecida até bem pouco tempo atrás. Ou ainda, em se tratando desta organização, a associação feita era em relação às grandes cooperativas de produção agrícola ou agropecuária. Este cenário sofreu mudanças no final do século XX e hoje é comum se falar em cooperativas de trabalho, de crédito, de consumo, de produção e outras, não apenas no meio profissional e acadêmico, mas também em ambientes populares (PINHO, 1966; FLEURY, 1983).

O cooperativismo, no Brasil, surgiu no último quartel do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos, com o objetivo de se protegerem contra as adversidades naturais (solo, clima) e sociais (cultura, língua, etc.).

As primeiras cooperativas agrícolas que vingaram, alcançando êxito na proposta de criação de canais alternativos para comercialização dos produtos de abastecimento, foram

fundadas no final de 1920, por produtores de origem japonesa. Porém, há registros de cooperativas agrícolas de laticínios do início do século – 1906 (FLEURY, 1983).

Em 1932 foi promulgado um decreto-lei versando sobre a constituição e funcionamento das cooperativas no Brasil e criado o DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), como estratégia para a fundação de diversas cooperativas com o intuito de incentivar a produção de gêneros para o mercado interno. Em termos de agricultura, o Estado pretendia agilizar a produção agrícola facilitando suas relações com o mercado.

A realidade concreta evidencia que o cooperativismo moldou-se à dinâmica do capitalismo, alterou seus métodos organizacionais e operacionais, buscando incessantemente a eficiência, racionalidade econômica e restringindo a participação dos associados no processo decisório. Com o processo de modernização da agricultura, principalmente após 1970, e as mudanças no mercado em geral, o cooperativismo elevou seu patamar para empresa agrícola e tornou-se macro-organização (PANZUTI, 1997).

Para Muller (1981), a cooperativa se torna um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês sem, entretanto, destruí-lo, ou seja, pode se constituir em um eficiente instrumento de subordinação de agricultores camponeses ao capital. A cooperativa passa a atuar como mediadora, facilitando a sujeição da renda da terra ao capital.

O Estado desempenhou papel importante na vida das cooperativas agrícolas, pois, em determinados momentos, dotou-as de recursos necessários para enfrentar vicissitudes de origens diversas e, em outros, utilizou-as para facilitar a implementação de políticas agrícolas (ROCHA, 1999).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o sistema cooperativista foi importante agente de condução da política do governo federal. As cooperativas tinham amplo acesso ao crédito subsidiado que podia ser repassado diretamente aos seus associados. Estes repasses foram importantes para suprir a falta de recursos necessários ao financiamento das safras agrícolas, aumentando a participação dos associados em suas cooperativas. No entanto, foi a partir dessa viabilização creditícia que as cooperativas se capitalizaram no setor bancário, gerando falta de liquidez dos créditos junto às instituições credoras (GIMENIS, 2004).

De acordo com Bialoskorski Neto (2000), as mudanças econômicas afetaram sobremaneira o cooperativismo agropecuário, pois influíram nos padrões de política agrícola e de competitividade. E o afastamento do Estado de suas funções tradicionais, assistência técnica, política de preços mínimos e crédito, levou a um aumento do passivo de curto e de longo prazo das cooperativas.

Em 1971, a Lei 5.764 ao permitir a participação da cooperativa em sociedades não cooperativas, flexibilização cooperativista, faz com que estas sejam instrumentos importantes do processo de modernização da agricultura, isto é, de expansão do capitalismo no campo. (ROCHA, 1999; MULLER, 1981).

Este foi o caso típico do que ocorreu com o PRODECER no Cerrado, que teve como estratégia de territorialização do capital, além do conjunto de viabilidades técnicas e financeiras, públicas e privadas, as cooperativas às quais os produtores deveriam estar vinculados para que pudessem participar do programa.

Neste sentido, várias cooperativas foram selecionadas, para participarem do PRODECER, em um total de 16 e uma associação de produtores (Quadro 02). A escolha das cooperativas ocorreu através da análise cadastral feita pela CAMPO. As interessadas em incorporar o projeto tinham como exigência possuir tradição na atividade agrícola, experiência no recebimento, armazenagem e comercialização da produção.

Para Péret (1997), as cooperativas agrícolas, no PRODECER, além de assumirem o sistema de produção e de comercialização, exerceram um papel de influência e de demonstração para os produtores de outras regiões, fora do Cerrado e principalmente para os agricultores, que não acreditavam na experiência tecnológica de uso do solo. Foram instituições estratégicas na territorialização do capital no campo.

Como forma de atender às condições mercadológicas competitivas, as cooperativas impuseram aos seus associados condições de produção cada vez mais distantes dos princípios cooperativos, distanciando-se do sistema da solidariedade cooperativa, base da coesão entre os cooperados e a cooperativa.

Os principais estímulos à especialização e competitividade cooperativas seguem três principais caminhos, segundo Bialoskorski Neto (2000): via associados; via sistema bancário e através da abertura de empresa cooperativista, sendo este último a alternativa viável ao movimento cooperativista. O primeiro esbarra na dificuldade financeira do setor agropecuário e, em particular, do próprio agricultor cooperado que empurra a cooperativa a buscar capitalização no sistema bancário.



Projetos de Colonização	Localização	Cooperativas de Implantação	Sigla	Cooperativas/Associações Atuais	Sigla
<b>Ana Terra</b>	Tapurah (MT)	Coop. Agropecuária Mista Canarana Ltda	COOPERCANA	Associação dos Produtores do Prodecer Ana Terra	APPRAN
<b>Alvorada</b>	Águas Claras (MS)	Coop. Agrícola Mista De Alvorada do Sul Ltda	CAMAS	Coop. dos Prod. Agropecuaristas do Paraíso e Região	COPPER
<b>Bonfinópolis</b>	Bonfinópolis e Unai (MG)	Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias Ltda.	FEMECAP	Cooperativa Agropecuária do Noroeste Mineiro	COANOR
<b>Brasil Central</b>	Formosa do Rio Preto (BA)	Cooperativa Agrícola do Cerrado Brasil Central Ltda	COACERAL	Cooperativa Agropecuária do Cerrado de Buritis	COACERTIS
<b>Buriti Alto</b>	Niquelândia, São João D'Aliança, Água Fria e Alto Paraíso (GO)	Cooperativa Agropecuária do Planalto Central Ltda.	COPACEN	_____	_____
<b>Buritis</b>	Buritis (MG)	Coop. Agropecuária do Planalto Goiano Ltda.	COOPAGO	Cooperativa Agropecuária do Cerrado de Buritis	COOACERTIS
<b>Coromandel</b>	Coromandel (MG)	Associação dos Produtores de Coromandel	APC	_____	_____
<b>Gerais de Balsas</b>	Gerais de Balsas (MA)	Cooperativa Agrícola Batavo Nordeste	BATAVO	_____	_____
<b>Guarda-Mor</b>	Guarda-Mor (MG)	Coop. Central Agrícola Sul Brasil	COOPSUBRA	Cooperativa Agrícola Oeste Mineiro Ltda.	OESTE MINEIRO
<b>Iraí De Minas</b>	Iraí de Minas (MG)	Coop. Agrícola Mista Iraí Ltda	COPAMIL	_____	_____
<b>Mundo Novo</b>	Paracatu (MG)	Coop. Agrícola de Cotia - Cooperativa Central	CAC	Cooperativa Agrícola Mundo Novo	COOPERNOVO
<b>Colonização Ouro Verde</b>	Formosa do Rio Preto (BA)	Cooperativa. Agrícola de Cotia - Cooperativa Central	CAC	Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia Ltda.	COPROESTE
<b>Paineiras</b>	Ipameri e Campo Alegre (GO)	Coop. dos Cafeicultores de Mandaguari Ltda.	COCARI	Cooperativa Agrícola do Cerrado Ltda.	COACER
<b>Paracatu Entre Ribeiro – PCPER I, II, III e IV</b>	Paracatu (MG)	Coop. Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda.	COOPERVAP	_____	_____
<b>Pedro Afonso</b>	Pedro Afonso (TO)	Cooperativa Agropecuária Mista de São João Ltda.	COOPERSAN	Cooperativa Agrícola de Pedro Afonso	COAPA
<b>Piratinga</b>	Formoso (MG)	Coop. Agropecuária da Região do Piratinga Ltda.	COOPERTINGA	_____	_____
<b>Piúva</b>	Lucas do Rio Verde (MT)	Cooperativa Agropecuária Lucas Rio Verde Ltda.	COOPERLUCAS	_____	_____

Quadro 02 - Relação das cooperativas que participaram da implantação dos Projetos do PRODECER.

Fonte: PROJETOS de colonização. Disponível em< <http://www.campo.com.br/grupo>>. Acesso em 08/03/2009

Competia às cooperativas, no PRODECER, a função de selecionar os produtores; adquirir e “distribuir” as terras, os insumos, maquinários e equipamentos para a produção e comercialização dos produtos; construção de instalações coletivas, casas e infraestrutura dentro da área do Projeto (Fotos 06 e 07) e assistência técnica, após o terceiro ano de implantação do projeto. Para isso, construíram escritórios, silos, depósitos, instalações de secagem, etc.

Para os produtores do PRODECER, em Coromandel, a cooperativa “é o centro da coisa, pois nós dependemos de um armazenamento de produtos e uma entrega de produtos mais próximos”; “[...] o sistema cooperativo dá sustentabilidade ao sistema produtivo no Brasil” (INFORMAÇÃO VERBAL).



Foto 06 - Casa padrão, construída em todos os projetos do PRODECER. Projeto de Colonização Mundo Novo. Paracatu (MG).

Foto 07 - Barracão para a estocagem dos maquinários e insumos. Projeto de Colonização Mundo Novo. Paracatu (MG).

Autor: INOCÊNCIO, F. J. Nov./2008.

Na verdade, a empresa cooperativa agrícola torna-se, de um lado, uma unidade de procura das multinacionais, demandando produtos, tais como: insumos, adubos, tratores, máquinas e equipamentos o que significa apoio dessas empresas; e de outro, uma unidade de oferta para as indústrias processadoras (agroindústrias) de seus produtos in natura (PANZUTI, 1997, p. 96).

As transformações na agricultura nos últimos 40 anos, os ajustamentos por parte das cooperativas agrícolas e a redefinição que o Estado lhes imprimiu, levando-as a se tornarem empresas sem perder as características de sociedade cooperativa, desencadeou um processo de concentração via fusões e incorporações cooperativistas o que levou à liquidação de diversas cooperativas.

No caso das liquidações, um dos exemplos que se situa no contexto do PRODECER no Brasil, é da CAC, que na conjuntura da crise brasileira da década de 1990, foi liquidada. Esta cooperativa participou da implantação do já referido projeto em sua fase inicial em Paracatu/MG e Formosa do Rio Preto/BA.

Para Rocha (1999, p. 32), referindo-se à redefinição do papel do Estado e às mudanças nas políticas agrícolas, com tendências à redução do apoio à agricultura e por um alinhamento cada vez maior sobre os princípios de uma economia de mercado “as cooperativas estão sendo forçadas a reflexões, a precisar seu lugar na economia e a repensar sua identidade”.

Já para Panzutti (1997), o processo de fusão e incorporação do sistema cooperativista levou a cooperativa a desempenhar outras atividades, tais como: a manufatura, a distribuição de insumos para a unidade produtiva agrícola e também a exercer operações como armazenamento, processamento, industrialização, distribuição de produtos agrícolas e seus subprodutos e outros.

Na opinião de Koslovski (1998), as cooperativas agropecuárias, para sobreviverem neste novo ambiente competitivo, deverão desenvolver estratégias que lhes permitam inserir-se nesse contexto de modernização, analisando três aspectos importantes: o mercado, a empresa e o campo.

Schweinberger (1994, p. 157) destaca que para dar “consistência às políticas agrícolas e resgatar a importância da agricultura para o próprio País, propõem-se as cooperativas agropecuárias como instrumento de implementação das políticas agrícolas” (p.145) e complementa: “as cooperativas foram fundamentais para a formação e consolidação do modelo agrícola, da monocultura, a serviço dos interesses de outros setores da economia, em prejuízo da formação de um setor agrícola, diversificado, orgânico e autônomo”.

A participação das cooperativas no processo de modernização da agricultura baseou-se em quatro pontos fundamentais: incentivo à exportação; concessão de crédito subsidiado, instrumento-chave da política de modernização; incentivo à pesquisa e extensão rural e estreita relação com a indústria de insumos e bens de capital agrícolas, facilitando ao produtor o acesso aos setores a montante da agricultura (ROCHA, 1999).

O acesso a créditos subsidiados permitiu às cooperativas o investimento e expansão da capacidade instalada e a diversificação de sua linha de produção. Coube a elas, nesse contexto, o papel de promover mudanças tanto a nível econômico quanto a nível social, no espaço em que atuam. Ao que Schneider (1983, p. 04) pontua que “no atual modelo de desenvolvimento agrícola a cooperativa consciente ou inconscientemente, voluntária ou

involuntariamente, atendeu a interesses da política governamental e não aos verdadeiros interesses dos associados”.

Em 1982, algumas medidas governamentais<sup>21</sup> reduzem as fontes de recursos às cooperativas desencadeando dificuldades financeiras, pois, a partir de então, deixa a critério do produtor a escolha do tipo de insumo e do local de aquisição, o que antes cabia à cooperativa que comprava grandes estoques e os repassava a preços mais acessíveis aos produtores. E desobriga os bancos de aplicarem recursos nas cooperativas, os quais eram usados para adiantamentos aos cooperados quando da entrega de seus produtos à cooperativa.

Nesse contexto, as cooperativas, ao final de 1970 e início de 1980, encontravam-se envolvidas com a valorização dos produtos agrícolas em nível de comercialização e transformação e, neste sentido, o movimento cooperativista, que surgiu com o objetivo de corrigir o social pelo econômico, utilizando-se de associações, transformou-se em alternativa para gerir os negócios do mundo capitalista, principalmente no campo, submetendo-se às estratégias do capital, como forma de “sobreviverem”.

Sem capital próprio, a cooperativa perde a autonomia e a independência. Dessa forma, a dependência de recursos externos é relevante fonte de financiamento para o seu crescimento e fator de subordinação ao sistema capitalista de produção. Outra forma de capitalização, utilizada pelas cooperativas agropecuárias, é abrir-se ao capital externo de forma indireta, estabelecendo alianças estratégicas com empresas não-cooperativistas. É o que ocorreu na implantação do PRODECER, quando as cooperativas foram inseridas no processo de modernização da agricultura no Cerrado, via empresa CAMPO.

As alianças estratégicas são alternativas de recomposição da estrutura de capital das cooperativas agropecuárias, possibilitando a realização de novos investimentos a um custo de capital mais baixo. O financiamento e a capitalização das cooperativas agropecuárias concentram-se, basicamente, em três formas: financiamento externo, financiamento interno e alianças estratégicas (GIMENES, 2004).

O sistema cooperativista assumiu vital importância no processo de modernização territorial do Cerrado, onde as cooperativas tornaram-se, tradicionalmente, propulsoras do desenvolvimento, principalmente após a década de 1970. É um movimento de mudança nos papéis desempenhados pelo Estado, que se coloca como *locus* da ação dos poderes privados.

Nessa linha de raciocínio, o Estado sustenta o desenvolvimento do campo, com base no rearranjo produtivo, comandado pelo poder dos capitais privados e públicos, nacionais e

---

<sup>21</sup> As medidas governamentais referem-se às Circulares 666 e 706 publicadas pelo Banco Central em 1982.

internacionais e traça o marco divisório do antes e do depois do Cerrado. O processo de modernização territorial do Cerrado, comandado pela lógica financeira na produção material e imaterial, inclui a política dos Estados como estimuladoras das ações territoriais de modernização.

A organização sociopolítica cooperativista foi a alternativa, estabelecida pelo PRODECER, para que o capital se territorializasse no Cerrado. As cooperativas tornam-se instrumentos que garantem ampliamente a inserção do Cerrado ao circuito mundial de produção e a reprodução combinada e contraditória do capital, que exclui de forma continuada homens e mulheres do processo de produção no campo.

As estratégias geopolíticas de ocupação territorial das áreas distantes dos centros dinâmicos do poder, viabilizadas pelos progressos técnicos, científicos e informacionais, redes, funda-se na geoestratégia como mecanismo de controle das ações que sustentam o processo de modernização territorial do Cerrado e compõem a teia de fundamentos da expansão da fronteira agrícola em direção as áreas de máximo aproveitamento produtivo.

### **3 A GEOPOLITICA INTERNACIONAL NA MODERNIZAÇÃO TERRITORIAL DO CERRADO**

Neste capítulo estar-se-á discutindo a forma de apropriação e produção do Cerrado a partir do século XX. Busca-se resgatar a contribuição exercida pela geopolítica mundial no processo de modernização do território do Cerrado, ou seja, de que forma a estratégia espacial de ocupação do interior do Brasil, o Cerrado, foi obra pensada e articulada pelo Estado.

Não se trata de uma análise histórica, mas de investigar de que forma a conjuntura Geopolítica dos anos de 1970 contribuiu para viabilizar o território do Cerrado para a modernização. Para tanto, é preciso reconhecer que o elemento-chave para a discussão é o Estado.

O conceito de geopolítica começou a se delinear a partir do século XIX, quando os países europeus iniciaram a consolidação de suas condições de estados - nação, ou seja, começaram a estruturar um espaço geográfico que, munido de recursos naturais, bacias hidrográficas e sistemas econômicos produtivos, passaram a disputar entre si, o espaço geográfico europeu, exercendo poder hegemônico sobre o território e, dependendo das circunstâncias, absorvendo os Estados vizinhos mais fracos.

A geopolítica tem como preocupação fundamental “a questão da correlação de forças – antes vista como militar, mas hoje como econômico-tecnológica, cultural e social – no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial” (VESENTINI, 2005, p.10). As geopolíticas clássicas foram elaboradas primeiramente por militares (Mahan, Haushofer e outros) e, em segundo lugar, por juristas (Kjellèn) ou geógrafos (Mackinder).

As bases modernas da geopolítica, entretanto, segundo Andrade (2001, p.08), firmam-se no pensamento do “geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que dava grande importância à integração do Império Alemão e procurava justificar a sua expansão como uma necessidade e uma fatalidade histórica”.

É possível considerar que a geopolítica é o “corolário da competição e/ou dominação econômica” (VESENTINI, 2005, p.38), entre os territórios; tentativa de análise científica sobre a importância dos Estados “em face de sua extensão, sua população e sua posição geográfica, integradas com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados [...]” (ANDRADE, 2007, p.07).

A geopolítica é uma palavra que evoca o tradicional equilíbrio das potências da diplomacia clássica e permite colocar o termo no espaço territorial e no meio físico em detrimento da ideologia. Amplificará a noção de potência e do interesse nacional. Justificará

as apropriações do espaço e dos recursos. Implicará em uma diplomacia brutal, eventualmente uma guerra total. Decretará aos governantes uma conduta diplomática militar contrária aos ideais universais materializados no respeito aos direitos humanos, desenvolvimento econômico em benefício de todos, controle de armamentos, combate pacífico para surgir uma nova ordem mundial. Por último, em sentido mais amplo, a geopolítica é o sinônimo da política de poder praticada em um âmbito das relações internacionais (BINIMELIS, 2006).

Se para alguns a geopolítica é “consciência geográfica do Estado”, para outros “proporciona as bases para os projetos de uma estratégia global”, sendo a estratégia política sinônimo da arte do estadista. Para o brasileiro Meira Mattos, “é a política aplicada aos espaços geográficos” (1977, p.103), ou seja, é ampla a gama de definições.

Esse contexto permite relacionar as estratégias geopolíticas mundiais e a captura do território do Cerrado pelo capital. A análise verticaliza-se sobre a geopolítica à luz da ciência política, por entender que o nível de engajamento do estudo que mais se adéqua aos objetivos da pesquisa-tese é de ordem estratégica nacional-estatal e que o Estado concebido é fruto de contradições internas e do movimento histórico das lutas de classes.

### 3.1 O Cerrado no Contexto Geopolítico

No Brasil, a geopolítica esteve presente desde o período colonial, quando o País expandiu-se para o oeste a partir da incorporação de terras espanholas, Tratado de Madri. Todavia, o período mais forte de estratégias geopolíticas, que teve maior efeito sobre o interior do País, ocorreu no governo de Getúlio, com a Marcha para o Oeste e no decorrer dos governos militares (1964 – 1985), quando a porção central do território Brasileiro é incorporada ao jogo político/estratégico do capital.

Se associarmos as políticas do período getulista de ocupação do interior do Brasil e os Programas e Planos de Integração do Território Nacional, é possível conceber que a ocupação do Cerrado, coincide exatamente com esses períodos.

Sobre o caráter geopolítico de 1930, Andrade (2007) assevera que foi grande a influência de Backhauser<sup>22</sup> (1952), Freitas (1941) e Rodrigues (1947), que baseados nos ensinamentos de Ratzel e de seus discípulos, inspiraram os ideais revolucionários do Estado Novo, quando o governo federal desenvolveu a política em favor da Marcha para o Oeste e da

---

<sup>22</sup> Everardo Backhauser começou a produzir nos últimos anos da década de 1920. Foi professor do Curso de Geopolítica na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro e pregou suas idéias geopolíticas durante vários anos, principalmente pelas colunas do Jornal do Brasil. É considerado o sistematizador da geopolítica no Brasil. Suas idéias largamente difundida em artigos de jornais e revistas desde os anos 30 foi condensado no seu livro “Geopolítica Geral do Brasil”.

criação de territórios federais, em uma clara política de racionalização da utilização e expansão do território nacional.

Outro momento da história do Brasil, relacionado à incorporação do Brasil Central, no contexto geopolítico, foi a construção de Brasília em terras do Planalto Central brasileiro, o que “significou maior segurança política, uma vez que no interior o governo ficaria menos exposto a um ataque externo e contribuiria para fazer avançar o povoamento, a ocupação do território” (ANDRADE, 2001, p. 47). Enfim, as estratégias geopolíticas de ocupação da porção central do País estiveram presentes ao longo da formação territorial do País.

Fato verdadeiro, se o foco for direcionado para a ocupação do Cerrado a partir de 1970, tendo no Estado a figura que alavanca as políticas de ação, porém o movimento de inserção executado por sujeitos ou atores privados, geralmente ligados a interesses externos.

A análise da região Centro-Oeste, contemplando o seu significado no contexto geopolítico brasileiro, equivale a trabalhar com o pressuposto de que estudar esse território significa, necessariamente, levar em conta sua inserção no Bioma Cerrado. À luz desse pressuposto, o corte analítico aqui adotado privilegiará alguns elementos da conjuntura internacional, no contexto de uma nova geopolítica esboçada no Brasil, a partir do Centro-Oeste, em que pese a questão da “segurança alimentar”, o papel desempenhado pelos Estados Unidos e Japão na inserção do território do Cerrado, ao processo moderno de produção e a intervenção estatal.

A inserção do Centro-Oeste na “lógica geopolítica que conferiu papel estratégico à região” (STEINBERGER, 2000, p. 32), vem sendo responsável por um crescente processo de construção de novas territorialidades, que começaram a se delinear a partir da década de 1930, com a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas. Entretanto, essa região, “espelhada em um processo mudancista” (GUEDES & NATAL, 1997) foi definitivamente incorporada à dinâmica capitalista do país na década de 1970.

O Estado ocupa posição de destaque, nesse contexto, por ter transformado em celeiro da produção nacional, o Cerrado brasileiro. Este pode ser lido como um território que vem assumindo a marca do processo moderno de produção agrícola brasileiro, a partir das ações políticas e econômicas do Estado.

A posição geográfica de centralidade nacional e ponto de encontro tanto em termos fisiográficos, como socioeconômicos, culturais e políticos, coloca o Cerrado como a área mais dinâmica, territorialmente, do Brasil. A dinâmica se deve à associação entre as características intrínsecas e extrínsecas ao espaço geográfico onde se assentou e às características adquiridas a partir da continuada intervenção estatal.



As intrínsecas, de acordo com Steinberger (2000, p.34), ocorrem “pela localização no Planalto Central, que abriga o centro de dispersão de águas em uma área do Distrito Federal conhecida como Águas Emendadas”. O Cerrado se coloca como “ponto de encontro” entre dois outros grandes ecossistemas brasileiros: a floresta tropical e o Pantanal.

Dentre as características extrínsecas, destacam-se as estratégias de ocupação do Cerrado no contexto das conjunturas geopolíticas nacionais e internacionais de (re) ordenamento do capital produtivo. Nessa mesma linha de pensamento, pode-se recorrer a um dos grandes estrategistas brasileiros do período militar no Brasil, general Golbery do Couto e Silva, nas décadas de 1950/1960, que afirma “o Centro-Oeste constitui-se em geoestratégia nacional em face da dinâmica própria dos centros externos de poder (COUTO e SILVA, 1967, p.137 e 138)”.

“Os movimentos centrípetos e centrífugos resultam de políticas e programas estatais dirigidos a promover a interiorização do desenvolvimento do país por meio de um modelo agrário de capitalismo de fronteira” (STEINBERGER, 2000, p. 34). O Cerrado se coloca como corredor de passagem e de ligação entre o Sul-Sudeste e o Norte-Nordeste do país. Abriga a capital Federal, Brasília, o centro de poder político e de tomada de decisões nacionais e internacionais.

No Brasil, três autores, em particular, analisaram a posição do país do ponto de vista geopolítico, Mario Travassos, considerado precursor da geopolítica no Brasil, o General Golbery do Couto e Silva e Carlos Meira Mattos. Todos atuaram durante a ditadura militar de 1964 a 1985 (VIEIRA, 2006).

O que chama a atenção das teorizações de Travassos<sup>23</sup> é que ele faz uma consorciação das Teorias do Poder Terrestre, Marítimo e Aéreo<sup>24</sup>, propondo a construção de uma malha hidrográfica navegável, ligando as bacias Amazônica e Platina e um sistema rodoviário, que permitisse o cruzamento da Cordilheira dos Andes. Além da adequação de bitolas da malha ferroviária para permitir o trânsito de composições de maior porte e a implantação de aerovias (TRAVASSOS, 1942).

---

<sup>23</sup> As obras de Travassos importantes no contexto geopolítico brasileiro são: Introdução à Geografia das comunicações brasileiras (Col. Documentos Brasileiros; nº 33; pref. Gilberto Freire). Rio de Janeiro: José Olympio, 1942 e Projeção continental do Brasil (Col. Brasiliana; no 5; 3a ed.; pref. Pandiá Calógeras). (s.l.): Brasiliana, 1931.

<sup>24</sup> Mackinder desenvolveu a Teoria do Poder Terrestre, que divide o mundo em três grandes áreas: ilha-mundo (Europa, Ásia e África), ilhas do exterior (Américas e Austrália) e massa líquida (oceanos); Já William Mitchell, J.F. Von Seectet, Alexander P. Seversky e J. Douhet estudaram o poder aéreo e Mahan desenvolveu a teoria do poder marítimo. Para maiores detalhes sobre o debate geopolítico, ver Miyamoto (1995) e Costa (2008).

Essas ações dariam ao Brasil a hegemonia sobre o continente sul-americano e demonstra a atualidade do pensamento de Travassos em consonância com as políticas de planejamento dos governos do Brasil, com destaque para a política getulista de 1930 a 1945, quando foi implantado o Plano Nacional de Viação e a ampla aplicação empírica em projetos do governo brasileiro ao longo de grande parte do século XX, chegando até o presente.

As obras de Travassos constituíram um fio condutor que guiou as contribuições de Couto e Silva e de Meira Matos, permeando ainda atividades de pesquisa militar como a Escola Superior de Guerra e de pesquisadores civis como Everardo Backheuser e Therezinha de Castro<sup>25</sup> (VIEIRA, 2005). O tema comunicações, como estratégia de integração do território brasileiro, permanece na obra de Golbery do Couto e Silva, o que demonstra a influência de Travassos (COUTO e SILVA, 1967).

Couto e Silva (1967) fez a divisão da América do Sul em cinco grandes unidades: "Plataforma central de manobra", (região Sudeste, Estado de Goiás e Distrito Federal); "Área da Amazônia", (Amazônia brasileira, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas); "Área Platino-Patagônica", (integrada pelo Sul brasileiro, Argentina, Chile e Uruguai); "Área Continental de Soldadura", (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bolívia e Paraguai); e "Área do Nordeste", (Nordeste brasileiro).

Essas áreas ao se relacionarem por meio de uma rede infraestrutural de transporte, constituiriam o "império brasileiro, ou sul-americano, cujo heartland seria a "Plataforma Central de Manobra". Os ideais de Couto e Silva foram a base sobre a qual foi pensado o processo de ocupação do Cerrado pelo capital. Esta porção do centro do Brasil, desde os anos de 1970, constitui-se em uma das principais áreas produtoras de grãos do país, tendo apresentado o melhor resultado percentual de crescimento da produção, ao lado das regiões Sul e Sudeste.

Para Meira Mattos, o poder seria o caminho/consequência do desenvolvimento, entendendo que a Geopolítica é uma indicação de soluções políticas condicionadas pelas realidades e necessidades geográficas. É a aplicação da política no espaço geográfico. Para ele, o território condiciona a vida de um Estado e limita suas aspirações; a Geopolítica é uma fonte de poder, concordando nesse ponto com a tese de Ratzel (BRASIL, 2007)<sup>26</sup>.

Nesse caso, cabe interpretar os nós de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes e das manifestações do poder

---

<sup>25</sup> Therezinha de Castro aparece nos estudos de geopolítica brasileira na década de 1970, e deixou inúmeros livros, entre os quais, na área específica da geopolítica se destacam: "O Brasil da Amazônia ao Prata, África – Geohistória, Nossa América – Geopolítica Comparada, Geopolítica – Princípios, Meio e Fins".

<sup>26</sup> Sobre a Geopolítica brasileira consultar < <http://www.cepen.org/pdfs/art07.pdf>>.

em geral. Como afirma Machado (2000, p.10) “não se pretende reconstituir ou resumir a história do Estado e dos nacionalismos contemporâneos”, mas registrar as relações entre o território e o poder, que se colocam como objeto e meio do poder exercido pelo Estado.

### 3.2 O Estado: Base para a Compreensão da Geopolítica de Modernização do Cerrado

O Estado, uma instituição político-social, juridicamente organizada, que ocupa um território definido, onde a lei máxima é uma Constituição escrita e dirigida por um governo, que possui soberania reconhecida interna e externamente, foi o responsável pelo “corte tipológico entre as sociedades ditas “primitivas” e as “civilizadas”, pela transformação do tempo mítico em secular, definindo-se nesse momento como categoria histórica” (MACHADO, 2000, p 13).

Como construção política, o Estado renova-se em contextos diversos, acompanhando a evolução socioeconômica e política da civilização, mantendo o seu caráter universal e sua principal característica, a concentração de poder, independentemente dos seus elementos determinantes.

O Estado detém o poder de criar leis que regulam o uso social do território e, portanto, toda a sociedade; tornou-se o maior criador e controlador de normas sociais. O poder do Estado é exercido sobre uma dada população que habita determinado território. Para que possa existir Estado tem que ter obrigatoriamente uma população sedentária, um grupo que possa construir o seu sistema político.

O Estado, enquanto ator político, “é o verdadeiro e legítimo representante de uma população que, por definição, quer viver e sobreviver num território” (RAFFESTIN, 1993, p. 236) e complementa “está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações” (p.152).

Neste sentido, a estrutura de poder político-territorial do Estado definiu os rumos da história do século XIX e início do XX, e se constitui como “refúgio de valores simbólicos e de interesses que resistem à circulação imposta pela globalização” (CASTRO 2005, p. 107).

Santos (2000, p. 85), ao discutir o contexto da globalização e o papel desempenhado pelo dinheiro na organização e fragmentação do território, afirma que a competitividade entre as empresas arrasta “o Estado e sua força normativa na produção de condições favoráveis àquelas dotadas de maior poder” e “que o território pela sua constituição se coloca como instrumento do exercício dessas diferenças de poder”.

A propagação do discurso do “fim do Estado” que Haesbaert explora como “desterritorialização política”, com base no déficit público depois das crises da dívida externa dos anos 1980, quando o Fundo Monetário Internacional, FMI e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD impuseram medidas de ajuste fiscal que erodiram os Estados, não condiz com o crescimento do papel do Estado e das forças sociais descompromissadas com a orientação planejada dos recursos materiais e humanos e nem com a conquista de poder de decisão para recuperar o sentido da autodeterminação do Estado.

Forrester (1997) relata que o Estado está cada vez mais desestruturado em suas funções, pois a privatização de diferentes setores estatais transformou-o em “espaço de carreira” para velhos funcionários públicos. Isso, porque ele precisa manter e dar continuidade e plasticidade à cenografia invejável que desempenhava até então.

Contrariando essa abordagem, Machado (2000, p.72) afirma que o Estado continua “como força política de maior resistência, [...] principal estratégia de desenvolvimento e sobrevivência nacional”, principalmente de economias subdesenvolvidas como a brasileira. Ideia complementada por Haesbaert (2004) ao assegurar que o papel do Estado alterou-se no cenário econômico e político nacional e internacional, mas continua a exercer, juntamente com as corporações internacionais e algumas outras nacionais, um poder paralelo na organização territorial.

A ideia de Estado, enquanto organização presente nos diferentes tipos de relações de produção (escravista, feudal, asiático, capitalista e socialista), é trabalhada também por Buonicore (2004) que analisa a formação do Estado burguês no Brasil.

Lefévre (1974, p.431), ao discutir dominação (Logos) e apropriação (Eros) do espaço, afirma que, Logos representa as forças que visam a controlar e dominar o espaço “a empresa e o Estado, as instituições e a família, o estabelecimento e a ordem estabelecida, as corporações e os corpos constituídos” e Eros “as forças que tentam a apropriação do espaço: as diversas formas de autogestão das unidades territoriais e produtivas, as comunidades, as elites que querem mudar a vida e que tentam sobrepujar as instituições políticas e os partidos”. Ideia de criação de contra-espacos autônomos.

Essas são algumas das razões para retomar o tema Estado como necessário à compreensão da Geopolítica. O Estado é o responsável pelas principais políticas de ordenamento territorial e social comandado pelas relações capitalistas de produção.

Ideia corroborada por Haesbaert (2004), quando afirma que a implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa evidente a necessidade de considerar duas características básicas do território:

[...] seu caráter político, no jogo dos ‘macropoderes’ políticos institucionalizados e os ‘micropoderes’, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador, o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os ‘ambientes’ capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2004, p.76)<sup>27</sup>.

Parafrazeando Santos (2000) e tendo por base o exposto acima, é possível dizer que o processo produtivo reúne aspectos técnicos e políticos. Os primeiros têm mais a ver com a produção propriamente dita e sua área de incidência. Já a parcela política, ao contrário, relacionada ao comércio, preços, subsídios etc., tem sua sede fora da região e seus processos geralmente escapam ao controle dos principais interessados, os produtores, e da sociedade civil como um todo.

Santos (1996, p.181) define o Estado como o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional. “Cabe-lhe decidir a abertura para a entrada das inovações, dos capitais e dos homens e assim ele se torna responsável pelas consequências de sua cumplicidade ou de sua resistência em relação aos interesses do sistema capitalista mundial”.

Castro (2005, p.111) por sua vez afirma “o aparato institucional do Estado ainda não deixou de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora dos seus limites territoriais,” (p.78). E complementa “o Estado moderno definiu o marco da centralidade da territorialidade territorial e institucional do poder político”.

Nessa perspectiva, o Estado é a instituição política, da modernidade, responsável pela criação, delimitação e (re) criação do território e exercício do mando e da obediência, segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas.

Moderno, pois se constitui soberano, distinto da sociedade civil, mesmo sendo a expressão desta, reconhecendo a propriedade privada separada do Estado, ao contrário do Estado patrimonial medieval.

Para Haesbaert (2006, p.89), o Estado - nação surge para promover a territorialidade no sentido do controle de acesso e também para classificar, nomear as pessoas conforme seu lugar de nascimento. “Toda existência ‘legal’ dos indivíduos dependerá de sua condição territorial nacional”.

Machado (2000), ao discutir a falência do estado neoliberal, afirma que seja qual for a concepção de Estado que adotemos, suas relações com a economia e a sociedade são de caráter interativo e que, mesmo no capitalismo liberal mais ortodoxo, nunca esteve ausente da

---

<sup>27</sup> A ideia de macropoder e micropoder pode ser concebida segundo a perspectiva de Raffestin (1993) quando discute o Poder, com maiúscula, e, poder com minúscula.

economia, e que desde a economia clássica, “o Estado exerce o papel, senão de agente, pelo menos de indutor da acumulação e reprodução de capital e que seu papel extrapola a proteção da estabilidade econômica na sociedade de classes, da propriedade privada” (MACHADO, 2000, p.50) e complementa, “a globalização afirma de maneira candente a pertinência dos Estados nacionais como categoria básica do desenvolvimento”(p. 66).

Analisando a base marxista de Saes (2004), é possível entender que a função precípua do Estado é assegurar a coesão vigente na sociedade de classes, mantendo sob controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo, dessa forma, que tal conflito deságue na destruição desse modelo de sociedade e que se configura como instituição especial, voltada para a defesa e a preservação da comunidade. E como surgiram na História da Humanidade diferentes tipos de sociedade de classes, em cada um deles “o Estado assume uma configuração institucional particular e desempenha de um modo também particular a sua função social permanente” (SAES, 2004, p. 114).

E com vistas a contribuir para a compreensão da apropriação do território do Cerrado pelo capital, busca-se na estreita vinculação, ou na fusão entre os interesses do capital industrial e o Estado, que se configura como imperialismo clássico, resultante do monopólio do capital financeiro e do controle exercido por estes sobre a produção industrial, as múltiplas possibilidades analíticas abertas pela matriz conceitual da geopolítica, as bases explicativas que estas oferecem para dar visibilidade aos atores políticos dessa inserção territorial.

O poder do Estado repousa na dimensão espacial, incorporando seus elementos materiais e culturais. O espaço físico é concebido como integrante inalienável do Estado e do poder nacional. As relações entre espaço e poder são conhecidas desde a Antiguidade. [...] o espaço intervém de várias formas na vida socioeconômica e política, portanto na manifestação do poder, tanto pela regulação das atividades, como pela sua organização jurídica e percepção simbólica da nacionalidade cultural. (MACHADO, 2000, 75).

A análise da conjuntura geopolítica das décadas de 1970 e 1980 são pontos chave, que permitem ir além dos limites do visível, para se compreender a ocupação do território do Cerrado por uma agricultura de base técnica.

A dimensão política e o olhar geográfico se tornaram fundamentais para descortinar a complexidade dos fatos entrelaçados, aparentemente paradoxais, porém identificáveis a partir do estudo da conjuntura geopolítica mundial.

Segundo Moraes (2000, p. 62), “o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial” e nesse

sentido trabalha na ótica ratzeliana de que “sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado”.

A perspectiva teórica de Ratzel, ao atrelar Estado e território, vincula-se ao conceito de “espaço vital”, sem o qual não se daria o “progresso” social. Este conceito se inspirou na natureza biológica do homem para apresentar algumas de suas conclusões mais importantes em relação ao espaço e ao território. Esta rica perspectiva não se aplica em absoluto à visão organicista e determinista que muitos atribuem a Ratzel.

Na visão de Haesbaert (2006, p. 66), o “espaço vital seria o espaço para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis, que devem ter uma relação de correspondência com as dimensões do agrupamento nele existente”.

A dimensão política do território, segundo Raffestin (1993), é a que melhor responde pela conceituação de território. Não a visão limitada que restringe território às sociedades modernas articuladas em torno dos Estados nações, de acordo com Badie (1996). Mas o território definido enquanto “referência às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2006, p. 78).

Assim, a geopolítica se estabelece como instrumento capaz de explicar os mecanismos fundamentais que regem a ocupação do Cerrado por uma agricultura de base tecnológica, tendo, nos processos político-territoriais, a base estratégica da mobilidade da fronteira agrícola brasileira em fins dos anos de 1970 e início de 1980.

A conjuntura geopolítica internacional deve ser pensada como elemento capaz de propiciar o desvendar da ocupação do território do Cerrado por uma modernidade induzida, no contexto da fusão dos interesses do capital com os interesses do Estado, coincidindo com uma produção territorial desvinculada das bases tradicionais de uso do território.

Importante considerar que a modernização territorial extrapola a modernização da agricultura. Para explicar as diferenças, referenciamos-nos primeiramente em Santos (1996), para afirmar que a modernização do território deve ser compreendida como um conjunto de elementos capaz de criar uma nova configuração territorial, ou seja, o espaço composto por um conjunto indissociável dos sistemas de ações, imbricação entre os objetos naturais e as obras de diversos agentes territoriais, com destaque para o Estado.

Já a modernização da agricultura, embasada em Oliveira (1997), refere-se a expansão da fronteira agrícola, a partir de 1970, em direção ao Centro-Oeste brasileiro e Amazônia, que até então possuía baixa densidade de ocupação e grande disponibilidade de terras, que passou a receber camponeses expropriados de outras regiões e produtores, com capacidade de

investimento produtivo e especulativo, em sua maioria, capitais facilitados pelos projetos de colonização públicos e privados em uma parceria entre Estado e capital.

Nesse movimento, de construção, (des) construção e (re) construção o todo<sup>28</sup> é convidado a adaptar-se às novas formas de ser e de agir, mesmo provocando, no contexto preexistente, grandes problemas sociais e ambientais, inclusive com a realocação da maior parcela de mão-de-obra.

O novo acaba por destroçar/transformar as antigas estruturas sociais de produção e por impor uma nova (re) organização do processo produtivo, cujo epicentro é o capital internacional, que obriga “o local à obediência” dos interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. Porém como todo processo produtivo e de expansão do capital é contraditório, o novo também gera (re) existências.

O Cerrado ganhou novos ingredientes a partir de 1970. Criou-se, paralelamente, incompatibilidades entre “velocidades diversas” e os “portadores de velocidades extremas” que buscam induzir os demais atores a acompanhá-los, procurando disseminar as infraestruturas à desejada fluidez nos lugares que considerados necessários para a sua atividade” (SANTOS, 2000). Há, todavia, uma seletividade na difusão tecnológica, separando os “espaços da pressa” daqueles outros propícios à lentidão. Processo esse que permitiu às áreas de chapadas do Cerrado de Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia a incorporação ao tempo rápido da produção.

Os “espaços da pressa”, no Cerrado, incorporados pelo PRODECER, possuem um conjunto de redes que permitiram, no primeiro momento, a instalação dos projetos de colonização. Tais áreas funcionam sob um regime obediente à lógica distante, Japão, externa em relação à área da ação. Mas essas lógicas internas, regulações locais ou nacionais, só foram passíveis de realização porque o aparelho estatal criou as condições necessárias para sua instalação.

“O Estado desempenhou funções decisivas para o funcionamento e expansão do capitalismo monopolista no Brasil” (IANNI, 1996, p. 17). E dentre suas principais ações, para que o capital se expandisse em direção as regiões centrais do Brasil, pode ser destacada: a construção de Goiânia; a expansão do sistema viário e a construção de Brasília.

Brasília foi uma estratégia estatal com ramificações na economia, sociedade e consequente (re) estruturação territorial da porção onde se instalou. A capital federal foi

---

<sup>28</sup> O todo envolve a noção de totalidade, espaço como fator-instância social, de formação sócioespacial, mediação técnica das relações sociais e sociedade-natureza, rugosidade, assim como reflexões sobre lugar, território, o espaço banal, a vida cotidiana (SANTOS, 1996).



transferida para o Planalto Central exatamente no momento em que o governo brasileiro abre as portas ao capital estrangeiro e cria as condições essenciais para a posterior captura do Cerrado pelo capital internacional.

A construção de Brasília e o Plano de Metas, conjunto de medidas que teve como principal foco o investimento estatal em infraestrutura, energia elétrica e transporte, estímulo à produção de alimentos, impulso para o setor de produção de bens de capital e intermediários e introdução da produção de bens de consumo duráveis, demonstrou claramente a implementação da geopolítica, ou seja, o “Estado procurando dar unidade ao território nacional, melhorar a estrutura burocrática, preservar sua integridade física e garantir a soberania nacional” (DINIZ, 2006).

A concretização de Brasília representou para a geopolítica, segundo Backauser (1947), a integridade que o Brasil precisava para se constituir em um Estado forte e soberano. Já Travassos (1942), quando aplicou a teoria do poder terrestre de Mackinder, ressaltou a importância da expansão para o oeste, tendo em vista que a ocupação do território nacional centrou-se até o século XIX no litoral. Miyamoto (1995) também faz uma breve discussão sobre a localização da nova capital, mostrando que prevaleceram critérios geopolíticos.

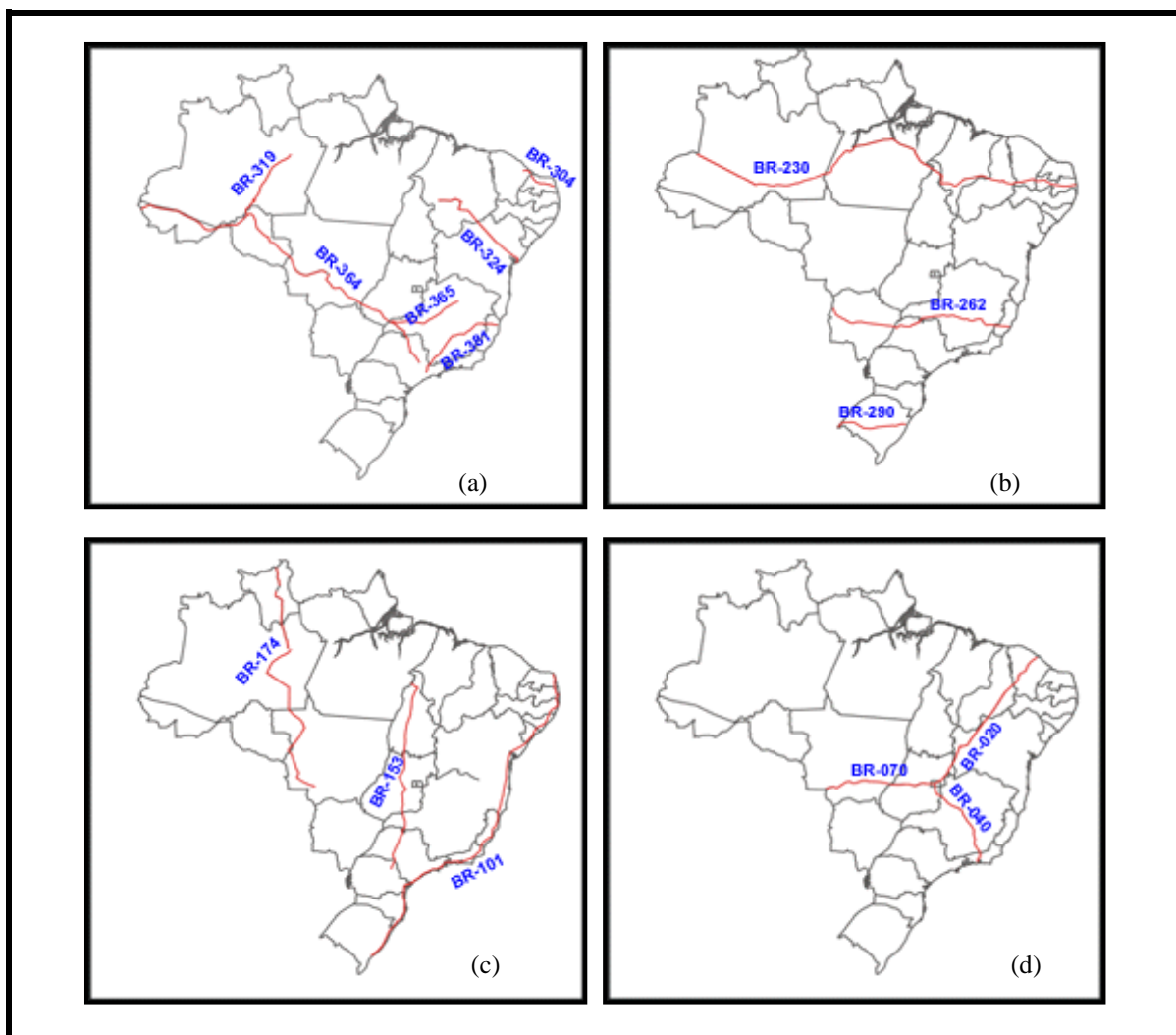
Nesta mesma linha de raciocínio Vesentini (1986) expõe que a capital de um país “é a cabeça do Estado” e deve estar protegida, resguardada das pressões econômicas e das inquietações políticas da massa, de forma a permitir ao governante tranquilidade para governar o país.

Andrade (2007) acrescenta que a transferência da capital federal para o Planalto Central ocorreu por “razões geopolíticas conservadoras”, pois a capital deveria se colocar “em ponto mais distante, [...], construída com condições de mais fácil movimentação de tropas e onde os governantes pudessem tomar as suas deliberações políticas de forma menos dependente da pressão popular” (p.50).

“A localização da capital de um país é sempre alvo das preocupações geopolíticas do Estado, pois constitui elemento vital para a sobrevivência do próprio Estado, ou seja, para manutenção de seu território e sua expansão”, como nos coloca (DINIZ, 2006, p.67).

A ideia da transferência da capital federal veio sendo articulada desde o império como forma de se manter a integridade do país, que possui uma grande dimensão territorial. A interiorização da capital criaria uma espécie de força centrípeta capaz de conectar as províncias ao centro irradiador de poder, fazendo com o governo melhorasse as comunicações com o restante das regiões do país (VESENTINI, 1986).

À propósito, Andrade (2007, p. 50) afirma que a construção da nova capital federal, inaugurada em 1960, permitiu o planejamento e a abertura de uma “série de estradas de grande valor geopolítico que a ligaria aos mais diversos pontos fronteiriços do país [...] e a valorização de terras a serem utilizadas pela agricultura” (Mapa 06)



Mapa 06 - Rodovias Diagonais (a), transversais (b), longitudinais (c) e radiais (d) do território brasileiro.  
Fonte: <http://www.dnit.gov.br/rodovias/rodovias-federais/mapas>. Acesso 15/01/2009.

As estradas a que Andrade se refere são as rodovias federais radiais, longitudinais, transversais, diagonais e de ligação, construídas a partir da transferência da capital para o interior do país e que de maneira geral cortam terras do Distrito Federal.

Outro elemento destacado por Andrade (2007, p. 49) é que a área escolhida para sediar a capital federal deveria ser no “Planalto Central” onde se edificaria uma “cidade [...] em área de formação das três grandes bacias hidrográficas brasileiras – do Amazonas, do São Francisco e do Prata.”

A ocupação do Cerrado brasileiro, a partir da década de 1970, situa-se no contexto das estratégias geopolíticas brasileiras de domínio territorial e marca o estreitamento das relações entre Estado, poder, economia e território. Destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, em particular a indústria e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro.

A apreciação das perspectivas abertas pelo Estado a essas áreas do Cerrado, que foram modernizadas, com tendência a particularizações, deve levar em conta o contexto geopolítico internacional em todas as suas dimensões e baseia-se, em maior ou menor grau, na abertura do Brasil ao capital internacional.

Nessa perspectiva, visualizamos a ocupação do Cerrado dentro dos padrões do pensamento geopolítico brasileiro, destacando a conjuntura internacional como o fator preponderante da inserção desta área ao processo moderno de produção territorial, tendo no discurso da “segurança alimentar”, a base da análise.

### 3.3 A Conjuntura Geopolítica e a Modernização Territorial do Cerrado.

Pensar nos arranjos espaciais, que estão se delineando no decorrer do Século XXI, é um exercício que exige refletir sobre o legado do Século XX, com seus avanços tecnológicos, fragmentações, conexões, desconexões dos lugares, enfim um conjunto de incertezas e dificuldades inerentes à evolução histórico-social. Porém, este é, com certeza, o ponto de partida para se pensar os espaços políticos, como contraface dos espaços econômicos.

Refletindo sobre os acontecimentos das últimas décadas do Século XX e os primeiros anos do Século XXI, é possível perceber que os arranjos espaciais foram alterados em decorrência das mais variadas mudanças nas relações econômicas entre os países. As relações comerciais internacionais vêm sendo ampliadas de forma consistente como parte das forças políticas externas que afetam o destino das nações, em especial, a política externa.

As relações econômicas internacionais têm sido formuladas e edificadas sob um conjunto de relações entre países democráticos, soberanos, independentes, com fronteiras bem definidas e regras internas próprias de convívio político-social. “Nestas relações evidenciam-se o comércio exterior, o fluxo de capitais, a transferência de tecnologias e a própria movimentação de pessoas” (NASCIMENTO, 2003).

Tal olhar caminha na direção de entender as relações internacionais como parte integrante dos processos estatais. Assim, as relações entre os Estados resultam de situações políticas internas onde os governos dos Estados, através de suas agências internacionais, movem-se na arena internacional. Porém, a política internacional é gerada a partir das

condições nacionais, como bem aborda Machado (2000) “o estatal e o interestatal<sup>29</sup> ou global não ficam isolados uns dos outros, estão intimamente relacionados”.

A compreensão do contexto geopolítico internacional é importante para explicar a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista do século XX, mas não se deve esquecer que as condições conjunturais mundiais foram criadas por situações nacionais de diferentes países democráticos. E no contexto analisado, a conjuntura geopolítica nacional dos Estados Unidos e Japão foram o marco para que o Brasil cedesse outros espaços para a ação do capital. A geopolítica, a geoestratégia e o território ressurgem para explicar a política internacional.

A geopolítica determinou, por longos anos, os rumos das relações externas entre diferentes países e deverá determinar os novos caminhos e estratégias de ação dos estados, na garantia do processo de acumulação em base nacional.

O advento da globalização acirrou o comércio internacional que passou a ter um peso muito grande no desempenho das economias nacionais. O controle público do comércio de cada país teve um papel importante na reconstrução da economia mundial no pós-guerra e, principalmente, no desenvolvimento dos países periféricos. O comércio somente ganhou força após a reconstrução da Europa e do Japão.

Com a liberação do comércio altera-se o quadro geopolítico mundial, e o Brasil altera o seu paradigma, baseado na aliança estratégica com os EUA, abrindo-se aos investimentos de outros países. “Os Estados Unidos envolvidos com as questões de segurança internacional e o Brasil na busca de instrumentos que possibilitassem o seu desenvolvimento econômico” (OLIVEIRA; MASIERO, 2005, p. 5).

O pouco interesse dos Estados Unidos em ampliar seus intercâmbios comerciais com países da América Latina, exceto o México, pressionou o Brasil a buscar um maior relacionamento com outros países. Nesse cenário ocorre a ampliação de um relacionamento comercial/político mais intenso com alguns países da Ásia, em especial China e Japão. Essas iniciativas se apresentaram fortemente vinculadas ao poder estatal.<sup>30</sup>

O Japão se coloca como importante aliado no comércio exterior brasileiro, à medida que assume, entre 1950 até 1980, o papel de um dos maiores investidores no Brasil (UEHARA, 1999), colocando-se, a partir de 1960, como o segundo mercado individual para

---

<sup>29</sup> O sentido trabalhado por Machado (2000) para estatal refere-se a nacional, portanto interestatal é concebido como relações entre os Estados a nível internacional.

<sup>30</sup> As relações com a China e Japão datam do século XIX quando tornou-se necessária a ampliação da migração de mão-de-obra externa para as lavouras de café. A assinatura do Tratado de Amizade Comércio e Navegação com a China é de 1881 e com o Japão é de novembro de 1895.

as exportações brasileiras e terceiro maior investidor externo no Brasil” (OLIVEIRA; MASIERO, 2005, p. 13).

A tabela (03) permite avaliar a evolução das relações comerciais com o Japão e o crescimento das exportações, no período entre 1953 a 2008. Da análise fica evidente o aumento substancial tanto nas exportações quanto nas importações entre esses dois países.

Tabela 03 – Intercâmbio comercial Brasil/Japão  
(US\$ FOB Milhões)

<b>ANO</b>	<b>*EXP US\$ F.O.B.</b>	<b>*IMP US\$ F.O.B.</b>
1953	40	9
1960	30	34
1970	144	159
1976	639	900
1989	34.382	18.263
1990	31.413	20.661
2000	55.118	55.850
2001	58.286	55.601
2002	60.438	47.242
2003	73.203	48.325
2004	96.677	62.835
2005	118.529	73.600
2006	137.807	91.350
2007	160.649	120.617
2008	197.942	172.984

\* Os valores expressam somente o ano e não a década.

Fonte:SECEX/MDIC

A intensificação das relações comerciais entre Brasil e Japão, ocorre em meio à “crise mundial de alimentos” e a solidariedade internacional, posta em prática como alternativa que eliminaria da face da terra esse problema. Portanto, a “ideia apocalíptica” de um mundo sem alimentos e faminto serviu de base para que o termo, “segurança alimentar”, cunhado no início dos anos de 1970 para referir-se aos países que enfrentavam problemas de abastecimento, fosse usado como arma diplomática.

### 3.3.1 A Segurança Alimentar Como Arma Diplomática: Estratégia de Expansão das Fronteiras Agrícolas

Entre 1950 e 1970, a noção de “segurança alimentar” invade os meios de comunicação incentivando os países a adotarem um conjunto de medidas que teria como objetivo “sanar a fome do mundo”, através do aumento da produção de alimentos por meio do uso de tecnologias.

Guimarães (1979, p. 222) escreve que a partir da década de 1950, quando se acelera o processo de industrialização da agricultura e a formação do complexo agroindustrial, profundas mudanças passaram a ocorrer na estrutura de produção e da comercialização da agricultura, ou seja, “uma nova estratégia passou a ser implantada nas relações entre o mundo capitalista desenvolvido e o mundo subdesenvolvido”.

Porém, o marco da disseminação do termo foi a Conferência Mundial de Alimentação, realizada em 1974, onde “segurança alimentar” foi definida como a garantia de adequado suprimento alimentar mundial, para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços.

Este conceito não considera a possibilidade de que o país tenha alimentos e a população não possa ter acesso a eles, nem tampouco “alimento seguro”, livres de contaminação de natureza química, biológica, física ou qualquer outra substância que possa colocar em risco a saúde dos homens.

“Segurança alimentar” não é a garantia de acesso ao consumo de alimentos, que deveria abranger o “conjunto de necessidades para a obtenção de uma nutrição adequada à saúde.” Nesta direção, Gonçalves (2006, p. 213) afirma que o termo “segurança alimentar é deslocada pela lógica mercantil” que visa, com a monocultura introduzida com a Revolução Verde, a alimentar não quem produz e, sim, a mercantilização do produto.

Gonçalves (2006) acrescenta que a segurança alimentar advém da agricultura e não do agronegócio. O que move o corpo é a energia que vem do alimento e não o dinheiro obtido com o comércio de alimentos. Toda a questão que permeia o uso da “segurança alimentar” insere-se no conjunto das estratégias usadas pelos governos em nome do Estado, para fazer circular o mercado de capitais.

A perda da produção de alimentos, em diversos países pobres e fornecedores destes recursos ao mundo desenvolvido e o papel desempenhado pela mídia na divulgação dos princípios da Revolução Verde, provocaram uma rápida elevação dos preços dos alimentos e das matérias-primas energéticas, consequência da crise mundial do petróleo, deflagrada em fins de 1973.

O Japão, como grande importador de produtos primários, começou a se preocupar com o seu abastecimento alimentar. Os jornais Folha de São Paulo e Gazeta Mercantil (1978) (PERALVA, 1978; DANILO, 1978) são unânimes em afirmar que o dilema para a economia japonesa é a suposta falta de alimentos no mundo, pois “[...] o grau de autossuficiência japonesa em alimentos é de apenas 34%, dependendo, portanto, de importações em 66%” (PERALVA, 1980), além da possível escassez de petróleo.

O principal exportador de cereais ao Japão, os Estados Unidos, considerados pela Folha de São Paulo (1980) como “a cesta de pão” do mundo (PERALVA, 1980), tiveram queda na produção de trigo e soja e, como os seus produtos regulavam o mercado mundial, os preços dos alimentos subiram exageradamente e os japoneses ficaram assustados diante da possível falta de alimentos em seu país, o que os levou a buscarem alternativas para suprir suas demandas. A Folha afirma ainda que em “1976, só de alimentos o Japão estava importando cerca de dez bilhões de dólares” (PERALVA, 1980).

Guimarães (1979, p. 211) acrescenta que, dentro dessas novas condições, surgidas no segundo pós-guerra, o Estado foi forçado a adotar medidas protecionistas a alguns produtos, aumentando os subsídios em “13 bilhões de dólares na Comunidade Econômica Europeia, a 10 bilhões de dólares nos Estados Unidos e a mais de 3 bilhões de dólares no Japão”.

Além desse problema, outro tirou o sono dos dirigentes nipônicos, o desequilíbrio na balança comercial entre Japão, Estados Unidos e Europa, em favor do primeiro país, o que levou o governo norte-americano a adotar medidas drásticas quanto à exportação de grãos para o Japão.

A repercussão deste fato no Brasil foi noticiada por jornais como a Folha de São Paulo (1978; 1980); Gazeta Mercantil (1978), dentre outros, que assim se referiram ao fato: “O Japão encontra-se numa curiosa situação perante os Estados Unidos: está sendo forçado a comer o bolo e a guardá-lo ao mesmo tempo”, pois de um lado cobra-se um maior crescimento japonês, para continuar ao lado da Alemanha e dos EUA, como a “locomotiva da economia mundial”; de outro, exigem-lhe que restrinja suas exportações para os Estados Unidos e aumente suas importações (NEVES, 1978).

Em setembro de 1977, como parte do jogo estratégico dos Estados Unidos para reduzir o superávit japonês em relação a sua balança comercial, foi criado um comitê nipo-americano, cujo objetivo era aumentar as exportações americanas para o Japão. Este fato significou a subordinação do Japão ao interesses norte-americanos (PERALVA, 1978).

A Gazeta Mercantil (1978) assim se refere ao fato: as dificuldades de relacionamento comercial que vinham se manifestando desde o aparecimento do déficit comercial americano, em 1971<sup>31</sup>, tornavam aconselhável não só multiplicar as fontes fornecedoras, mas também abrir, fora do Japão, novas bases para o desenvolvimento mercantil (PERALVA, 1978).

---

<sup>31</sup> Houve uma redução drástica do excedente comercial produzido pelos EUA, como consequência do desequilíbrio entre a produção de bens de equipamento, que somavam 11 milhões de dólares e, os bens de consumo e intermediários que produziram um déficit de 10 milhões de dólares. Como as trocas de matérias-primas, de energia e de produtos agroalimentares também eram deficitárias, ocorreu em 1971 o primeiro déficit comercial americano desde 1893 (VEIGA, 2007).

Portanto, a solução encontrada para suprir as fontes alimentícias e de matéria-prima foi diversificar suas fontes de suprimento de cereais, incluindo áreas como a Austrália e América do Sul.

O Japão deveria elaborar uma estratégia global concreta a fim de assegurar o abastecimento de gêneros alimentícios (PERALVA, 1980). É neste contexto de busca de novas áreas agrícolas que o Cerrado passa a ser incorporado a dinâmica produtiva capitalista, recebendo grandes somas de capitais japoneses, que tinham como único objetivo, tornar o Cerrado produtor de *commodities*.

Em outubro de 1978, o Conselho de Política Agrícola do Japão apresentou um relatório sobre o problema da “segurança nacional no setor de alimentação”, sublinhando as possibilidades de uma “perturbação no sistema mundial de abastecimento de gêneros alimentícios, em consequência de guerras e outros conflitos [...] além de que o fornecimento de alimentos pode ser usado como arma diplomática, à semelhança do petróleo” (PERALVA, 1980). Ideias como estas fizeram parte do contexto da implantação da Revolução Verde no mundo pobre.

A Gazeta Mercantil (1978), o Estado de São Paulo (1975, 1976), e o Diário de Brasília (1975) acenam para o possível investimento do Japão em solo do Cerrado a partir de “amplos projetos de produção de alimentos [...] utilizando tecnologia avançada”, (DANILO, 1978; JAPÃO, 1975; BOA, 1976), necessitando para isso somente maior estímulo do governo do Brasil. “O Japão, apesar de não ter experiência em áreas de Cerrado, está acostumado a lidar com solos fracos, devido a sua pouca disponibilidade de terras férteis” (ÁREA, 1975).

O aumento dos estoques de alimentos e a promoção de acordos bilaterais de importação fora das áreas tradicionais, representadas pelas nações asiáticas, fizeram parte das ações propostas pelo Conselho de Política Agrícola Japonês. O Japão passou a aplicar uma espécie de política exterior agrícola - “diplomacia da fome” - a exemplo de seu principal parceiro comercial na década de 1970, os Estados Unidos. Cabe destacar que o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, foi assinado em 1971 e promulgado em 1974, exatamente depois da crise do petróleo.

Para o Japão, a busca de alimentos que pudessem sustentar o seu povo se insere como Segurança Alimentar, pois era necessário garantir a suficiência de alimentos com equidade, ou seja, assegurar suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade.

Pode parecer estranha a afirmação da “Segurança Alimentar” diante do fato de o Japão incentivar a produção de soja. Entretanto, cabe considerar que o padrão alimentar do oriental é bem diferente do ocidental, especialmente do brasileiro e que esta oleaginosa é a base da



alimentação do japonês, que a consome em “forma de molho shoyo, miso, tofu” (AKIMOTO,2009).

E pensando no escoamento dos excedentes, produzidos no Cerrado, o Japão é convidado pelo Brasil a realizar cooperação técnico-financeira para estudos de implantação de um programa integrado de escoamento da produção agrícola da região dos Cerrados e a examinar os aspectos ferroviários da área dos corredores de exportação. Posteriormente, os investimentos foram acordados. Nesse contexto, as fronteiras agrícolas do Brasil foram alargadas em direção ao interior do País e o PRODECER implantado.

Se de diversos ângulos os investimentos japoneses, no Brasil, foram frutos da crise alimentar que assolou os países entre 1950 – 1980, e da crise petrolífera de 1973, o Brasil, em contrapartida, teve papel relevante ao aceitar empreendimento do porte do PRODECER.

A implementação do PRODECER era vista como o “maior projeto agrícola do mundo, em território selvagem quase tão grande quanto a totalidade da superfície arável da Europa Ocidental” (JAPÃO, 1975).

Segundo o jornal O Estado de São Paulo (1976), a definição japonesa pelo Cerrado se baseou nas seguintes vantagens: “disponibilidade de terras baratas; topografia dos cerrados favorável à mecanização; clima favorável e resultado positivo das primeiras experiências de exploração da área, como o [...] PADAP, desenvolvido pela Cooperativa de Cotia” (BOA 1976).

Por outro lado, segundo o mesmo jornal, para o Brasil, a associação com o Japão representava a dinamização da exploração agrícola dos Cerrados, só iniciada em 1972, quando se verificou que representava a alternativa para a expansão da fronteira agrícola do País, principalmente porque o custo de suas terras é um décimo do preço das terras de culturas tradicionais.

Somando-se a esses fatores temos: os solos do Cerrado se tornam produtivos com a correção de sua acidez; o programa de crédito integrado e incorporação do Cerrado já havia atingido uma área de 68.256 hectares, com produção de soja, arroz, milho, algodão, feijão, sorgo, trigo, amendoim e citros; dois anos depois o PADAP já havia instalado 28 das 300 famílias de colonos que iriam ocupar uma área de 61 mil hectares (BOA, 1976).

Foi a partir dos investimentos japoneses no Brasil, no contexto da “segurança alimentar”, que o processo de modernização do território do Cerrado se concretizou. A parceria entre esses dois países foi importante para ambos, pois de um lado permitiu o desenvolvimento de uma agricultura de base técnica nas regiões centrais do Brasil e de outro,

através da importação de matéria-prima agrícola, não necessariamente diretamente do Brasil, mas do mercado mundial, possibilitou ao Japão maior oferta de alimentos, a preços módicos.

Por certo é que o desencadear dessas novas estratégias comerciais ligam-se a soma de fatores como: às crises na produção de alimentos em decorrência das graves secas que assolaram o mundo em 1967, 1972 e 1975 e ao aumento populacional, fruto da Revolução Médico-Sanitária nos países subdesenvolvidos a partir de 1950. Os Estados Unidos foi o principal país a impor mudanças na produção alimentar, incidindo no setor de produção e comercialização de alimentos.

Isso acontece, pois o mundo, entre as décadas de 1960 e 1970 esteve na dependência das exportações dos Estados Unidos, de trigo e outros grãos destinados à alimentação animal, comercializadas internacionalmente. E como os cereais constituem a base da alimentação humana assim como outros grãos, consumidos diretamente (trigo, milho, aveia etc e seus derivados) pelas populações de baixa renda, e indiretamente (fabricação de rações animais que se convertem em ovos, carne e leite) pelas populações de alta renda (GUIMARÃES, 1979), (BRUM, 1988), quem controlasse o mercado “controlaria o mundo”.

A exportação do padrão alimentar e de consumo norte-americano tendo como base o consumo de cereais, ovos, leite e carne para outros países foi uma das causas que desencadeou o controle ‘diplomático’ dos alimentos pelos Estados Unidos.

Primeiro, eles difundem o consumo do trigo como alimento nobre; depois, a partir de 1923 em um processo de aliança entre governo, indústria e agricultores ampliam seus rebanhos e aviários e passam a ser o principal produtor de soja, “oleaginosa conhecida há milênios na China, no Japão e em outras partes da Ásia”, desbancando a produção chinesa, considerada “desde sempre o principal produtor e o único exportador até as primeiras décadas do século XX” (BRUM, 1988, p. 33, 34).

Nesse contexto, de substituição da proteína animal pela vegetal na alimentação humana, é que o cultivo de soja vai se expandir pelo mundo e chegar ao Cerrado brasileiro, como cultura de exportação, na década de 1970, subsidiada pelo Estado e financiada por capitais japoneses.

Evidente que o “poder dos alimentos” foi utilizado como “arma diplomática” e passou a permear os acordos internacionais assinados pelas potências industriais do mundo capitalista. De acordo com Guimarães (1979, p. 212), “a realidade é que o mercado de alimentos é agora uma das alavancas do capitalismo monopolista de Estado, acionada pelos interesses de algumas potências que dominam as exportações de grãos e integrada à estratégia global das corporações multinacionais”.

As transformações na apropriação e comercialização de alimentos, verificadas notadamente a partir da década de 1950, nos Estados Unidos e demais países capitalistas, produziram uma combinação de interesses entre o Estado, os grandes proprietários rurais, os oligopólios e as grandes cadeias alimentares.

O Estado é o controlador dos subsídios à agricultura; os grandes produtores rurais, proprietários da maior parcela das terras e da renda da terra; os oligopólios produtores de insumos agrícolas e processadores de alimentos; e as grandes cadeias alimentares distribuidoras e exportadoras dos produtos agrícolas.

Na medida em que o mercado mundial de alimento tornou-se “arma diplomática” das nações capitalistas desenvolvidas, o comércio de produtos agrícolas passou a ser controlado por empresas multinacionais que passaram a monopolizar o setor.

### 3.4 Parceria Brasil - Japão e a Ocupação do Cerrado

O início das relações com os países asiáticos, em especial com o Japão, sempre foi uma alternativa ao relacionamento com os Estados Unidos. Hoje, a região asiática para o Brasil é um espaço especial, considerando-se a grande demanda por investimentos e por acesso a tecnologias de ponta, bem como por ser um mercado com alta capacidade de consumo (OLIVEIRA; MASIERO, 2005).

Historicamente, o Brasil suscita interesses na Ásia por se caracterizar como uma importante fonte supridora de matérias-primas, principalmente produtos alimentícios e insumos básicos. À medida em que a Ásia se dinamiza e se especializa em produtos manufaturados, é mantido ou ampliado o interesse na importação de produtos básicos do Brasil.

O Japão, em particular, tem interesses em países que possam suprir suas necessidades de matérias-primas diante do quadro de dependência de importação de 80% de recursos minerais, vegetais e gêneros alimentícios. E o Brasil, país de grande extensão territorial, diversidade climática, sempre despertou atenção de investimento por parte dos japoneses. Ideia compartilhada por Oliveira e Masiero (2005) e Akimoto que falam em diversificar a fonte fornecedora de alimentos, em especial a soja, e ter produto disponível no mercado durante o ano todo e, conseqüentemente, com preços mais baixos.

Hemisfério Norte o sistema de plantio é primavera, março, abril, colheita em /setembro/outubro, novembro, e o hemisfério sul é exatamente o contrário, plantamos em outubro/ novembro, Paraná para baixo, é outubro, região de Cerrado é meados de novembro, até princípio de dezembro e colhemos em princípio de abril, maio, então produtos recém colhidos em abril/maio é muito maior o rendimento do que produto colhido em setembro, do ano passado, além desse temor de crise alimentar, segurança alimentar, tinha outra vantagem que tem um rendimento muito maior em produto colhido recentemente, então é interesse deles que fosse variada a fonte de fornecimento (INFORMAÇÃO VERBAL).

O Japão tem buscado incessantemente novas áreas de investimentos agrícolas. O financiamento de cultivos como soja, milho e algodão tem sido realizado na África, Moçambique, o que evidencia a apreensão cada vez maior dos japoneses em busca por novas fontes de alimentos, em meio à crescente concorrência que a China tem representado após 2000.

De acordo com a APROSOJA BRASIL<sup>32</sup> (2010),

Desde que a China começou a importar soja, em 2000 – depois de se juntar à Organização Mundial do Comércio (OMC) -, as importações chinesas anuais aumentaram de 13 milhões de toneladas para um volume estimado em 50 milhões de toneladas neste ano, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

A situação acima descrita coloca a economia japonesa em situação de alerta máxima, pois precisa concorrer, no mercado internacional, com um país que compra mais de dez vezes as 3,6 toneladas que recebe por ano. Assim o Japão perde o poder de barganha e encontra-se em desvantagem competitiva ante o poder de compra da China (APROSOJA BRASIL, 2010).

Até a década de 1970, as relações do Brasil com a Ásia restringiam-se às relações com o Japão, de caráter mais político e com a República Popular da China. A partir do final de 1970 e no decorrer de 1980, as crises sucessivas interferem nessas relações, que sofrem retração, mas que são retomadas a partir de 1990.

Há de se considerar que o Japão afunila as relações com o Brasil, principalmente a partir da década de 1970, para reduzir sua dependência em relação à importação de produtos primários de países como os Estados Unidos e Canadá, por exemplo. Do lado brasileiro, a abertura aos capitais japoneses representou a possibilidade de desenvolvimento tecnológico no país e alargamento das fronteiras agrícolas.

Yokota (1997) aprofunda a questão ao afirmar que o Japão não estava interessado somente no abastecimento de matérias-primas ao investir no Brasil, mas, que desde o fim da

---

<sup>32</sup> Associação Brasileira dos Produtores de Soja. Tem como membros, produtores dos Estados de MT, MS, RS, BA, PI e PA. E segundo a própria Associação engloba produtores de todos os portes no Brasil. Maiores informações consultar o site <<http://www.aprosoja.org.br>>. Acesso em 05 de março de 2010.

Segunda Guerra Mundial, o país enfrentava graves problemas com o excedente de mão-de-obra qualificada e sua economia estava destrozada pela guerra não oferecendo perspectivas aos jovens, que enfrentavam o desemprego, além de necessitar de novos mercados para os seus produtos da indústria pesada.

De outro lado, o Brasil, mesmo que distante, tinha recebido antes da guerra um grande contingente de migrantes japoneses, era um país carente de mão-de-obra qualificada, e também tinha carência de equipamentos para a sua industrialização.

Somando-se a tudo isso, o Brasil possui uma “grande potencialidade e a maior força de crescimento entre os países latino-americanos; estabilidade política; tradição de mais de 70 anos de imigração japonesa; e diversos acordos de cooperação econômica, técnica e cultural assinados pelo presidente Geisel, em 1977” (EXPORTAR, 1978).

Entretanto, a maior parte da ajuda econômica em investimento direto estrangeiro no Brasil foi viabilizada no decorrer do processo de consolidação industrial e teve como suporte a política de substituição de importações, que coincide com o Governo de Juscelino Kubitschek.

O Japão vem contribuindo para o embasamento do desenvolvimento econômico do Brasil, sob atuação conjunta dos órgãos governamentais e privados, no que se refere à cooperação econômica e técnica, realizando grandes projetos, como o *Fuji Bank* América do Sul (1954); a instalação da *Ishikawajima* do Brasil Estaleiros S/A, *Ishibrás* (1954); a entrada de diferentes *trading companies* (1955)<sup>33</sup> e a construção da Usina siderúrgica de Minas Gerais S/A, USIMINAS (1956), entre outros como os investimentos em logística da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) o que abriu caminho para outros empreendimentos, como o de Carajás com o porto de Itaqui (MA) (BRASIL, 2002).

A cooperação vem sendo realizada sob a forma de colaboração técnica e financiamento reembolsável. Simultaneamente, atraídas pelas infinitas possibilidades do Brasil, muitas empresas japonesas se estabeleceram em diversos setores como produção, prestação de serviços, agricultura e mineração, ampliando decididamente o intercâmbio comercial entre os dois países.

Dentre as *trading companies* que chegaram ao Brasil a partir de 1955 pode ser destacado: “a *Mitsubishi, Nichimen, Toyo Menka, Nomura, Marubeni, Nissho-Iwai, Kanematsu Goshu e a Itochu*, praticamente todas as japonesas mais expressivas” (AKIMOTO, INFORMAÇÃO VERBAL).

---

<sup>33</sup> Até 1955 o Brasil recebeu 6 *trading*. No período de 1956 - 1960 o número de empresas japonesas no Brasil atingiu 35.

Os investimentos japoneses, no Brasil produziram grande impacto no país e se concretizaram em cinco áreas relacionadas com o desenvolvimento de recursos naturais: siderurgia, papel e celulose, agricultura, alumínio e mineração. O empreendimento de desenvolvimento de recursos naturais no setor agrícola de maior expressividade foi o PRODECER (BRASIL, 2000).

O desenvolvimento dos Cerrados, através do PRODECER, teve sua intenção de cooperação para implementação divulgada através de comunicado conjunto dos dois países em 1974 (Acordo de Cooperação Técnica Brasil – Japão) e foi realizado através de acordo assinado entre os Governos do Brasil e do Japão em 1976. “O acordo final foi assinado em setembro de 1978 pelo presidente Geisel, durante sua visita ao Japão” (PAULINELLI, 1977).

Importante observar que entre a concepção, o planejamento e a execução do PRODECER decorreram-se 6 anos. Estes anos se subdividiram em estudos preliminares, planejamento da estrutura do projeto, formatação do sistema de financiamento, administração etc., pelos governos e setores privados dos dois países. Após esse período, foi finalmente iniciada a implantação, em 1979, do PRODECER I.

Os pontos principais da cooperação técnica foram definidos entre fevereiro e março de 1975, quando o país recebeu duas missões do governo japonês. Estas missões tinham o objetivo de discutir o desenvolvimento de um projeto agrícola para a produção de alimentos (JAPÃO, 1975). O PRODECER nasceu no contexto das relações Brasil – Japão e se constituiu como o maior projeto público de ocupação privada das terras do Cerrado. Para Akimoto este programa foi

Fundamentado na ideia de poder público, inicialmente o governo do Japão através da Agência de Cooperação Internacional do Japão, através do governo central, com o ministro da agricultura e relações exteriores naturalmente envolvendo o financiamento, então sempre foi baseado nos entendimentos públicos e não privados. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Os principais órgãos criados no Brasil por meio da cooperação técnica, no decorrer da implantação do PRODECER, foram: a CAMPO; a CPAC, Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, transformada em EMBRAPA CERRADO, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Cerrado e Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia, EPABA; Empresa de Pesquisa Agropecuária do Mato Grosso; Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária, EMAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, EPAMIG respectivamente mais a EEAU, Estação Experimental Agrícola de Uberaba; EEAP, Estação Experimental Agrícola de

Patos de Minas; EEAPADAP, Estação Experimental Alto-Paranaíba;; UNITINS, Universidade Estadual do Tocantins (BRASIL, 2000).

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Japão, previu também bolsas de estudo a brasileiros, para treinamento técnico no Japão; o envio de peritos japoneses ao Brasil; o fornecimento de equipamento, maquinaria e material ao Governo da República Federativa do Brasil; o envio ao Brasil de missões encarregadas de analisar projetos de desenvolvimento econômico e social; prestação de qualquer outro tipo de cooperação técnica acordada entre os dois Governos (BRASIL, 1974).

Cabe observar que no acordo de cooperação há entre os itens um que prevê a vinda de técnicos japoneses para o Brasil, o que coincide com o problema de desemprego para os jovens, mão-de-obra qualificada, no Japão no pós-guerra. Este fato demonstra os interesses estratégicos do auxílio técnico entre Brasil-Japão, principalmente no desenvolvimento das novas tecnologias para a prática da agricultura, em particular, no Cerrado.

No projeto de colonização do Cerrado, PRODECER, o Japão enviou ao Brasil, ao longo das três fases que compreendem o programa, 101 peritos nas áreas de “fitopatologia, entomologia, sistema de cultivo, relação entre solo, cultura, disponibilidade hídrica, cultivares, agrometeorologia, administração agrícola e análise financeira” (BRASIL, 2000, p. 2-2).

Em contrapartida, o Brasil enviou ao Japão com bolsa de estudo para aprimoramento técnico, 63 brasileiros. Uma diferença favorável ao Japão de 38 pessoas. Se considerarmos que o Japão enviou mais 25 peritos para a pesquisa sobre cultura de sequeiro entre 1972 – 1996, o número de brasileiros que receberam bolsas de estudo, no Japão, é inferior ao de japoneses que vieram ao Brasil.

Em termos de doação de equipamentos, como previsto no acordo de Cooperação, o Brasil recebeu ao longo de 22 anos, (1977-1999), aproximadamente 3 milhões de ienes, o que equivale em moeda corrente do Brasil a mais de 57<sup>34</sup> bilhões de reais (BRASIL, 2002).

Mais recentemente, a partir de 1993, foi realizado pela EMBRAPA, com o apoio do Japão, levantamento sobre as características da agricultura e das tendências para o melhoramento do nível tecnológico na América Latina, desenvolvendo estudos sobre o sistema de integração agricultura – pecuária sustentável na região Centro-Sul do Brasil; desenvolvimento integrado da tecnologia de produção com alto padrão de qualidade e da tecnologia de uso da soja nos países da América do Sul.

---

<sup>34</sup> Conversão feita com base na cotação do Banco do Brasil no dia 13/10/2009.

No caso da soja na América Latina, pesquisa iniciada a partir de 1997 com perspectivas para os 10 anos subsequentes, contou com o apoio além da EMBRAPA, do INTA, Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária da Argentina e MAG, Ministério de Agricultura do Paraguai, tendo como instituição vinculada, os Campos Experimentais JICA no Paraguai (JICA – CETAPAR).

Foram realizados em 1998, levantamento sobre as “linhas de pesquisa atuais e futuras do sistema de plantio direto da soja na América do Sul”, com apoio da *JIRCAS*, *Japan International Research Center for Agricultural Sciences* e *JICA-CETAPAR* (Centro Tecnológico Agropecuário em Paraguay). Todas essas ações, desenvolvidas pelos japoneses em território americano tem como objetivo básico produzir *commodities*, que equilibrem a balança comercial japonesa e sustente sua posição de potência mundial, sem risco de uma crise alimentar, fazendo frente a seus opositores, Estados Unidos e mais recentemente, a China.

Do exposto, é possível afirmar, que a organização territorial de diferentes áreas de países da América Latina sofrerá a intervenção direta do Japão. Fato comprovado por intermédio dos diferentes acordos estabelecidos entre países da América do Sul e Central e o Japão para levantamento e análise das características da agricultura e rumos do melhoramento tecnológico nas Américas do Sul e Central, com destaque para os países do Mercado Comum do Cone Sul, MERCOSUL.

Dentre as principais ações desencadeadas, após a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Japão, podem ser destacadas: implementação do programa Corredores de Exportação; apoio para a construção do parque industrial da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, CSN, que contou inicialmente com a ajuda norte-americana; ajuda financeira para a conclusão da Companhia Siderúrgica de Tubarão, além dos investimentos já destacados.

Posteriormente, outros investimentos se concretizaram como a criação do grupo *Mitsubishi* pelos membros da família *Iwasaki* e do Banco de *Tokyo*, instalado no Rio de Janeiro. Quanto às atividades desenvolvidas pelos imigrantes japoneses no Brasil, com permanência consolidada, constituíram a Cooperativa Agrícola de Cotia e a de Juqueri (Sul-Brasil), que participaram do processo de instalação dos colonos do PRODECER.

Esta complementaridade nipo-brasileira, que perpassa por momentos de aproximação e outros de distanciamento, vêm adquirindo diversificação e complexidade, podendo ser apresentada sob quatro fases: a primeira, extensa e de poucos resultados econômicos, mas que correspondeu ao maior fluxo de japoneses para o Brasil, que hoje possui a maior comunidade



nipônica fora do Japão. Coincide com a assinatura do Tratado de Amizade até a Segunda Guerra Mundial (1895-1950).

Durante a Segunda Guerra Mundial, apesar de não ter havido um conflito direto entre o Brasil e o Japão, as relações diplomáticas entre os dois países foram interrompidas. A retomada ocorreu em 1952, quando o crescimento japonês impulsionou a realização de investimentos diretos no exterior pelas empresas japonesas, constituindo-se o início da segunda fase, 1950 – 1980 (UEHARA, 1999).

O período de consolidação de base das relações econômicas posteriores à década de 1950, pode ser chamada, de acordo com Yokota (1997, p. 55), de “alvorada das relações econômicas nipo-brasileiras”, quando os investimentos foram direcionados ao desenvolvimento de ambos os países no pós-guerra. Entre 1960 e 1970 com o afrouxamento do conflito bipolar, o Japão buscou parceiros alternativos e ao final de 1970, o relacionamento Brasil-Japão vivia um processo de intensificação e aprofundamento impulsionado pelo aumento do PNB japonês, que emergia como novo polo capitalista, ao lado de outros países europeus.

A conjuntura da primeira crise do petróleo, em 1973, levou diferentes países a repensarem o modelo de desenvolvimento adotado, em especial aqueles que dependiam quase que exclusivamente da importação de matérias-primas minerais e produtos agrícolas. O que se aplica diretamente ao Japão que se abriu a investimentos diretos no exterior e fora da Ásia que se encontrava em situação belicosa.

A terceira fase corresponde à década de 1980, quando a dívida externa e os problemas internos causados pelas altas taxas de inflação somados à instabilidade econômica, esfriaram o relacionamento entre os dois países. Nesse momento, os interesses japoneses deslocaram-se para os países desenvolvidos que ameaçavam, frente às exportações japonesas, impor medidas protecionistas contra as importações (UEHARA, 1999). Por causa dessa nova preocupação, os países supridores de matérias-primas e recursos naturais, como o Brasil, passaram para um segundo plano (Tabela 04).

Tabela 04 - Composição das exportações brasileiras ao Japão  
(1970 – 1989)

Ano	Produtos		
	Básicos	Industrializados	
		Semi Manufaturados (%)	Manufaturados (%)
1970	87,2	8,0	4,7
1975	86,1	2,2	11,3
1980	65,6	12,3	22,0
1995	57,6	15,8	26,6
1986	49,6	18,1	32,3
1987	43,4	30,3	26,3
1988	37,9	36,8	25,3
1989	38,5	41,7	19,8

Fonte: Banco do Brasil, CACEX. In: OLIVEIRA; AMORIN, 1991.

Da análise da tabela, é possível extrair que as exportações brasileiras ao Japão entre 1980 e 1989, caíram de 65,6% para 38,5%, o que representa uma retração de 27,1%. Se os anos de 1980 se caracterizaram pela retração das exportações ao Japão, por outro lado houve um crescimento do “fenômeno Dekassegui”, ou seja, o fluxo migratório de descendentes de japoneses para trabalho no Japão.

A quarta fase inicia-se a partir de 1990, com a retomada dos investimentos diretos. Essa fase caracteriza-se pelo amplo processo de privatizações ocorrido no Brasil e pela estabilidade política e monetária. É o período de crescimento da interdependência mundial, com destaque ao apoio financeiro recebido pelas economias dos países em desenvolvimento, trazendo perspectivas de novas oportunidades ao Brasil.

Porém, os investimentos para o desenvolvimento agrícola dos países subdesenvolvidos, em especial o Brasil, representaram uma estratégia japonesa para suprir seu mercado interno, frente ao receio provocado pela medida de proibição de exportação de soja, adotada pelos Estados Unidos e a busca de novos mercados para importação de alimentos e exportação de tecnologias.

Se de determinado ângulo, a preocupação do Japão em investir fora de seu território representou a quebra de um longo período de isolamento internacional, no qual o seu relacionamento com o mundo ocidental era mínimo, restrito às trocas comerciais com a Holanda; de outro, foi obrigado a se abrir para o comércio internacional cedendo às ameaças dos Estados Unidos (UEHARA, 1999).

Akimoto pontua a importância dos investimentos diretos japoneses, ao final do Século XX, no Brasil, tendo em vista o acordo estabelecido entre Brasil e Japão de aplicação de capitais na África. Este acordo denominado Sul-Sul, por se tratar de países do hemisfério sul,

teve como objetivo apoiar o Brasil como membro do Conselho de Segurança da ONU. A África foi o único continente em que alguns países votaram contra essa permanência. “*Know how* do Brasil e recursos técnicos econômicos do Japão para ajudar no desenvolvimento de outro país do sul, e esse outro país seria o continente africano hoje” (INFORMAÇÃO VERBAL, 2009).

Este fato foi assim expresso pelo jornal japonês Nihon Keizai Shimbun,

Brasil e o Japão concluíram o acordo básico de parceria para Empreendimento Conjunto de Desenvolvimento, tendo por objetivo preconizar a produção e/ou aumento de produção de alimentos (apoio agrícola) da região de Savana Tropical da África. (...) o pano de fundo da parceria atual de Empreendimento Conjunto de Desenvolvimento da região de Savana Tropical da África tem por objetivo, também, de mediante esse apoio de cunho tanto quanto social aproximar dos países africanos e, estrategicamente, preconizar, novamente o apoio dos países africanos para ingressar no rol dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (IWASHIRO, 2009) <sup>35</sup>.

Importante destacar que, quando Akimoto fala do *know how* do Brasil, refere-se às técnicas desenvolvidas pelo Brasil no cultivo do solo do Cerrado e que contou com o apoio financeiro do Japão e são amplamente divulgadas pela EMBRAPA Cerrado e se concretizaram no projeto de modernização nipo-brasileira para o Cerrado, PRODECER.

A década de 1990, em decorrência do fim da Guerra Fria e início do processo de redefinição do sistema internacional, bem como das regras que passaram a configurar o novo padrão de relacionamento internacional, o Brasil, como parte da política estratégica, vislumbra a Ásia do Leste, como área de expressão do processo de inserção internacional política e econômica brasileira (OLIVEIRA; MASIERO, 2005).

Os investimentos japoneses, no Brasil, representam o acirramento do processo de dependência financeira e marcam uma das maneiras pela qual o Estado e os agentes econômicos se relacionam e exprimem, necessariamente, as relações e influências recíprocas entre o poder político e o poder de transformação do território, geopolítica.

De toda a conjuntura internacional que influenciou os investimentos no Brasil pelo Japão, na ocupação do Cerrado, destaca-se a questão da “segurança alimentar”, mediante a pressão exercida pelos Estados Unidos no equilíbrio da balança comercial japonesa.

A necessidade de refletir sobre o que representa a “segurança alimentar”, torna-se, assim, fundamental para entender os interesses japoneses sobre outros territórios capazes de

---

<sup>35</sup> O texto jornalístico publicado originalmente no Japão e escrito por Iwashiro, foi traduzido por Akimoto. No Brasil este acordo de Cooperação Sul-Sul pode ser melhor estudado a partir do texto publicado na página eletrônica da JICA < [http://www.jica.org.br/br/cooperacao\\_sulsul/oquee.php](http://www.jica.org.br/br/cooperacao_sulsul/oquee.php)>.

suprir suas necessidades alimentares básicas e a mudança do padrão tecnológico produtivo de nações subdesenvolvidas, usado pelo Japão como estratégia de domínio territorial e como bem nos assevera Andrade (2007, p. 61) “o controle econômico permite o controle do território”.

É por meio do discurso de “segurança alimentar” que o novo padrão alimentar expande-se pelo mundo pobre. Estabelece-se, assim, uma íntima relação entre alimentos e a questão social, econômica e política do mundo moderno. Alimentos usados como estratégia de dominação e manobra social.

Cabe, a partir deste ponto, questionar se os elementos até aqui apresentados foram os únicos condicionantes da ocupação racional do Cerrado pelo capital japonês, ou se outros se somaram aos já expostos. Deste princípio é possível levantar que um outro conjunto de fatores, constituído pelas redes viárias, condições edafoclimáticas e principalmente por uma rede de poder estatal também viabilizaram a captura do Cerrado por uma agricultura de base técnica, estruturando a modernização territorial. Assim, o estudo das tramas do poder são primordiais na compreensão do Cerrado como *locus* de reprodução do capital internacional.

#### **4 AS REDES DE PODER NAS DINÂMICAS TERRITORIAIS DO CERRADO**

A mundialização, simbolizada pelas redes de interligação entre vários países, faz a movimentação contínua de pessoas, capitais, mercadorias e informações. Para compreender os acontecimentos deste mundo globalizado, faz-se necessário um estudo das redes que delineiam os territórios a partir do contínuo movimento do poder.

As redes influenciam nos resultados dos processos políticos e sociais, assim como alteram estratégias e mesmo preferências de atores e grupos por dadas localidades do espaço terrestre. Elas atuam sobre as dinâmicas de localização estruturando os espaços.

A escolha do Cerrado para sediar um projeto de colonização agrícola, elaborado a partir dos ideais japoneses de segurança alimentar, insere-se no contexto das transformações que ocorreram no sistema de produção, assim como nos demais sistemas da sociedade. Processos esses coordenados por redes que regem a economia global. Deste modo, o que vai ser produzido, a localidade escolhida, onde e como, tem suas diretrizes comandadas por atores que atuam em redes locais, regionais, nacionais e mundiais.

O estudo das redes permite analisar como as ações do Estado combinam um conjunto articulado de instituições e padrões de relações de poder. Estas três estruturas se influenciam mutuamente de uma forma complexa, em especial, pela maneira como elas se associam, de contexto para contexto, mediado pelos agentes presentes, pelos instrumentos de poder, pelos padrões de relações em que estão inseridos e, sobretudo, pela própria dinâmica política, incluindo estratégias, ações e resultados (MARQUES, 2005).

O objetivo geral desta parte da tese é discutir a inserção do Cerrado na dinâmica territorial de produção capitalista, na perspectiva do sistema infraestrutural constituído pelo conjunto articulado das redes de transporte, tecnológica e condições naturais.

É preciso considerar que infraestrutura é compreendida como o conjunto de elementos naturais ou artificiais de uma dada localidade, região ou país e que serve de base para o desenvolvimento de atividades econômicas; elementos sem os quais não há como desenvolver adequadamente um setor da economia.

O ponto de partida da análise de redes de poder é a consideração de que as redes e o poder estruturam os campos de diversas dimensões do social, do político, do econômico, do cultural e do ambiental.

#### 4.1 Redes de Poder: Elementos da Construção Territorial

O termo redes suscita diferentes enfoques dependendo do ângulo visual abordado e da sua espacialização sobre o território. Essa questão leva-nos a parafrasear Haesbaert (2005), quando afirma que todo conceito, toda teoria, só tem validade quando considera a trama das relações entre sociedade e espaço, na construção territorial.

Pensando no estudo do território, enquanto conceito delimitado e definido por e a partir de relações de poder, é fundamental refletir sobre os processos geradores de poder e compreender como a expansão dessas relações, por intermédio das redes, tem criado novas territorialidades no espaço do Cerrado.

De acordo com a visão de Raffestin (1993), o poder controla e domina homens, coisas, e exerce sua ação por meio dos trunfos: a população, o território ou os recursos. A relação entre estes, ou ainda, o controle, domínio, apropriação ou influência do poder sobre um dos mesmos, materializa-se na transformação territorial.

As redes constituem um meio de produzir o território e foi acolhida no mundo científico, em grande parte, pelos progressos da informática e dos sistemas de telecomunicações. Portanto, possui sentido polissêmico (RAFESTIN, 1993).

Cada rede, estrutura presente no espaço geográfico e definida a partir de seus nós, conexões, fluxos, determinam as ações e relações que incidem sobre os territórios, fazendo avançar ou recuar a apropriação de um espaço pelo capital. Identificar e caracterizar as redes de poder é essencial na compreensão dos avanços da fronteira agrícola em direção ao Cerrado.

As diferentes formas de ler o território revelam relações de produção e consequentemente relações de poder, ou seja, é decifrando essas relações que se chega à essência da construção territorial.

Para Saquet (2007, p. 33), “O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. [...] está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas [...] se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas”. Deve ser compreendido na composição das relações e inter-relações baseadas em valores específicos e práticas que operam em dados contextos. Um campo é heterogêneo por definição e construído por forças em tensão (BOURDIEU, 1998).

A estrutura e dinâmica de cada grupo de atores que forma o campo de poder estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses, que são articulados através dos processos históricos de estruturação das redes (RIBEIRO, 2005).

Os agentes e instituições mais poderosos constroem os campos de poderes, que se constituem como territórios, compartimento do espaço, fruto da diversificação e organização dos poderes “*trampolim* para oportunidades” (SAQUET, 2007, p.27). Ou seja, o território possui significados distintos para as sociedades dependendo dos interesses sobre ele, domínio, portanto poder.

O Cerrado, por exemplo, “arquivo vivo e dinâmico de cores, sabores, sons, espessuras, cantos e relevos” (CHAVEIRO, 2010b) para o povo cerradeiro, possui outros valores e significados sob a ótica do poder do capital, fruto das disparidades entre os diferenciados nós de poder que operam dentro de uma rede de relações e se expressam concretamente no espaço apropriado. A força do poder vincula-se diretamente aos processos, através dos quais as redes são formadas e das características das intervenções institucionais decorrentes da busca de desenvolvimento pelos países, regiões ou localidades.

Para Arendt (2004, p. 213) o poder só terá validade se exercido coletivamente, não podendo ser armazenado para casos de emergência. Afirma, também, que é o poder exercido na esfera pública que mantém a organização do Estado. Faz uma diferenciação entre os conceitos de poder e força. Para ela “o poder, como a ação, é ilimitado; ao contrário da força, não encontra limitação física na natureza humana, na existência corpórea do homem”. Pondera que a violência é capaz de destruir o poder, mas jamais de substituí-lo.

O poder é sempre [...] um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam (ARENDR, 2004, p. 212).

Sobre poder, pode-se também fazer referência a Foucault (1975, 1976; 1978), que discute o conceito, enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos. O que pretende demonstrar é que não existem sociedades livres de relações de poder e que os indivíduos são resultado dessas relações.

Poder associado a saber é também a linha de raciocínio de Raffestin (1983) que trabalha na perspectiva da combinação de poder com energia e informação. Podendo ser a energia transformada em informação, conhecimento; quem domina o saber, é capaz de exercer controle sobre dado aspecto da realidade. Mas não só energia e informação representam poder, também o exercem a língua, a religião, o recenseamento populacional e as diferenciações raciais e étnicas.

Para Foucault, as relações sociais são exercidas conforme um conjunto de intencionalidades heterogêneas e conflituosas. Deste exercício resultam diferentes construções

sociais que mudam os significados do território, conforme se altera a compreensão das relações de poder.

O poder para Foucault (1978, p.10) é como uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa. Poder não existe, o que existe são relações de poder, isto é, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa, é uma prática social, e com tal, constituída historicamente”.

Outra perspectiva trabalhada por Foucault é a existência de uma rede de “micropoderes” que atravessam a estrutura social e se relacionam com um arcabouço maior do poder, o Estado. E que o poder possui uma funcionalidade, que dissemina por toda a estrutura social e a perpassa. “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1976, p. 89).

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 1978, p. 182).

Partilhando desse mesmo princípio de “poder difuso”, Raffestin (1983, p. 06) enfatiza que “o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo”. Já para Souza (1995), a origem do poder é múltipla, imana de toda relação social travada sobre o espaço, portanto elemento da construção do território.

A abordagem de “micropoderes” lembra os princípios do poder e Poder discutidos por Raffestin (1983). Para ele “poder” é um nome comum, fácil de ser reconhecido, manifesta-se por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controla a população, dominam os recursos. Já “Poder” é perene, não visível, consubstancial com todas as relações e, portanto, está em todo lugar, presente em todas as relações.

Para Ribeiro (2005, p. 02), em uma visão antropológica, poder refere-se à capacidade que o sujeito tem de controlar o curso da ação ou dos eventos que podem manter, modificar ou impedir as pessoas de se tornarem agentes ativos, “empoderados”. E complementa “as iniciativas de desenvolvimento estão ancoradas e atravessadas por situações onde desigualdades de poder abundam” e que “a dificuldade de realizar mudanças [...] está intimamente relacionada com o campo de poder”.



Correa (2006); Oliveira (1999); Raffestin (1993); Santos (1996) ponderam que as relações de poder se espacializam por intermédio das redes e podem ser identificáveis através dos objetos inseridos sobre o espaço social de produção. Essas relações são reveladas sobre o território, que “é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

A territorialidade do capital se expressa por intermédio das relações de poder sobre o espaço e das relações estabelecidas por uma sociedade em determinado espaço e ao longo do tempo. Esta territorialidade, conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, é capaz de garantir a apropriação e permanência em dado território de determinados agentes sociais, do Estado, de diferentes grupos sociais e empresas (CORREA, 1998).

O território se manifesta como instância de poder, através do uso que fazem dele, assim ele em si não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam (SANTOS 2000).

“O território define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2006, p.54). Mas relações múltiplas “do poder mais material das relações econômico - políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural” (HAESBAERT, 2004, p.79).

É possível afirmar que Haesbaert (2004, 2006), ao vincular território às relações de poder, que são relações sociais de produção, trabalha com a concepção de território e poder presentes em Raffestin (1993). E que o poder estabelecido a partir das relações sociais se espacializam, através das redes que têm a capacidade de organizar o território, escolhendo pontos e lugares que melhor se adaptam às novas lógicas de produção. Assim poder e redes se articulam na construção territorial.

#### 4.1.1 Redes: a Expressão Contraditória e Combinada das Relações de Poder

A reflexão sobre a trama das redes, na constituição territorial, apresenta múltiplas possibilidades de se conhecer as formas da vida econômica, social, política e cultural, notadamente, as territorializações do capital no espaço.

Para Chesnais (1996), essas territorializações do capital, denominada por ele de “andança” do capital pelo mundo, principalmente após a década de 1980, merece ser chamada de “mundialização do capital”, pois há um novo regime de acumulação capitalista em que

predomina a financeirização.

A expansão e a estruturação das diferentes redes de poder, internacionalmente dispersas e integradas, têm dado a tônica do modo pelo qual os países ou regiões têm sido inseridos no conjunto das relações de produção. É a nova Geografia da produção e comercialização, que produz conexões que se refletem na estrutura produtiva dos países, que são inseridos de forma mais dinâmica e ativa nos mercados, com vistas ao desenvolvimento econômico. Assim, países ou regiões, que estavam fora do circuito produtivo de itens de maior valor agregado e/ou conteúdo tecnológico, passam a ter espaço de atuação diferenciado moldados a partir da reestruturação e da racionalização das redes produtivas.

Exemplo pode ser trabalhado a partir do Cerrado que passa, a partir de 1970, a ser incorporado a um novo padrão tecnológico de produção, via redes estruturadas em períodos anteriores da história brasileira. Porém, é preciso pensar para além das redes produtivas, ou seja, compreender todo o conjunto de estruturas que ligam indivíduos ou organizações que compartilham de interesses comuns e temas específicos, ou, em um conjunto geral, de valores.

Castells (1999a, p. 499) argumenta que vivemos em uma sociedade composta por redes de produção, de poder e de experiência, construindo fluxos globais que transcendem o tempo. “Rede, conjunto de nós interconectados; [...] estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós [...]; sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio”.

Afirma, ainda, que a economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação e que “os processos de transformação social, sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede, ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção; afetam a cultura e o poder de forma profunda” (CASTELLS, 1999a, p. 504).

Para ele, temos uma *sociedade informacional*, cuja estrutura é apresentada em redes, divisão típica da nova sociedade em rede que vem sendo difundida sobre o planeta, reivindicando uma universalidade e não *sociedade da informação*, que recebe os impactos informacionais.

As redes, nesse sentido, moldam por completo a vida humana, a sociedade que também é influenciada e passa a ser controlada por todas as redes interativas, levando as pessoas a se agruparem de acordo com os seus costumes, crenças, etnias, cultura e formação educacional.

Castells (1999a) aponta que as sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser. Nessa condição, os padrões de comunicação social ficam sob tensão crescente. Quando a comunicação é interrompida, surge alienação entre os

indivíduos os quais passam a considerar o outro como estranho.

O sistema de redes também contribui para a propagação da fragmentação social. Em sua manifestação global, a sociedade informacional tende a especificar as culturas e o pensamento humano. Supõe-se a “aceitação total da individualização do comportamento e da impotência da sociedade ante seu destino” (CASTELLS, 1999a, p.24).

Podemos enfocar rede não só no sentido das telecomunicações, mas entendê-la no sentido que Raffestin (1993) e o próprio Castells (1999a) a concebe, ou seja, como um sistema de linhas que desenham tramas, podendo ser abstrata ou concreta, visível ou invisível.

“Toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder dos atores dominantes” (RAFFESTIN, 1993, p. 157), portanto entender território passa pela compreensão do poder e da articulação das redes o que pode determinar o controle do/no espaço. A rede pode ser compreendida enquanto a forma básica de organização, seja econômica ou de distribuição de poder sobre o território.

Na visão de Castells (1999a, p. 497), há uma heterogeneidade de redes que interligam o território. Algumas são visíveis, apresentam-se de forma concreta na superfície, outras se caracterizam por formas abstratas, imateriais. Porém, ambas podem interligar o território simultaneamente, constituindo-se em parte intrínseca de uma mesma rede ou de redes distintas. “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e da experiência, poder e cultura”.

Para Correa (1998, p. 131), as redes podem se constituir tanto por sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a ela associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede a uma grande empresa, “[...] há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre”.

O processo de construção territorial envolve relações de produção desiguais no tempo e no espaço. Essas relações manifestam diferentes formas de poder que se traduzem por tramas territoriais, cuja permanência depende das estratégias adotadas pelos atores sintagmáticos.

O poder se faz forte através de sua propagação, circulação, que são faces da mobilidade territorial. “O poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios” (RAFFESTIN, 1993, p. 1149). Esta afirmação nos leva a considerar que o poder se distribui pelo território a partir de um sistema de redes sendo também o limite entre diferentes territórios, fronteiras.

A superfície é passível de ser ‘tecida em malhas’, em um sistema não unívoco e que estabelece ao menos um caminho entre dois pontos dessa superfície, uma rede. A rede pode aprisionar ou liberar territórios. O Cerrado, por exemplo, aprisionado pelo capital, através de uma agricultura de base técnica, liberou-se do tradicional modo de produzir na terra, e passou a ser o lugar das mudanças territoriais, comandadas por elementos externos às vontades dos produtores locais. E um dos elementos que permitiu essa captura foi as redes que como afirma Raffestin (1993, p. 204), “são instrumentos por excelência do poder”.

Em um processo de relações sociais, o poder tem a capacidade, por intermédio das redes, de criar territorialidades, desterritorializar e reterritorializar; ou seja, estabelecer codificação, através de um sistema de pertencimento, abandonar o território ou ser expulso dele por forças hegemônicas e retornar ao território, mesmo que distante do anteriormente estabelecido.

As considerações tecidas por Saquet (2007) ao discutir a dinâmica territorial, conciliando a relação área - rede enfatiza a circulação e a comunicação, redes.

É um processo de relações sociais, de perda e reconstrução de relações. Ora, se a desterritorialização significa a perda do território, de limites e fronteiras (...). Ao mesmo tempo, o *espaço temporalizado* contém produções, inovações e informações e é comandado pelo processo *TDR*: significa movimento. É o ciclo [...] dinamizado pelas informações, que condiciona as *estruturas territoriais* (SAQUET, 2007, p. 78, grifos do autor).

Decifrar as redes, por meio de sua história e do território no qual estão instaladas, permite identificar os agentes de poder que atuam em sua estruturação, ou seja, “as redes são imbuídas da ideia de ligação, materializam-se por meio das conexões que se estabelecem no espaço (nós), entre aqueles que comandam as ações, nas diversas escalas espaciais, produzindo aprofundamento das relações e da interdependência entre os agentes (BARÉA, 2008, p. 36).

Conforme Dias (2007, p. 12), o que há de novo são formas de redes que emergem no limiar do século XXI, a rede e a promessa de transformação da sociedade não constituem uma forma recente e original de representar a realidade “na verdade é uma forma reatualizada a cada inovação técnica”.

Sobre as relações sociais, comandando as redes, é preciso afirmar que a fluidez das redes posta a serviço da competitividade, que hoje rege a economia, passa pelo “território usado [...], mas os objetos não nos dão senão a fluidez virtual, porque o real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas” (SANTOS, 1998b, p. 16).

Santos (1998b) compreende o território a partir das redes, mas argumenta que essas redes só se materializam a partir da ação humana, estabelecendo normas de circulação, ordenamento, podendo criar territórios contíguos ou em rede, integrados horizontal e verticalmente.

Dá poder falar em redes horizontais e verticais que atuam, materializando no território, diretrizes exógenas ou endógenas. As redes horizontais permitem a padronização dos produtos ou de soluções técnicas de maneira a assegurar a perenidade de um mercado. Já as redes verticais orientam o desenvolvimento em nível setorial, conduzido por forças externas, que suscitam o crescimento econômico, que muitas das vezes não condiz com o desenvolvimento territorial (BARÉA, 2008).

Segundo Santos (1998b), o conjunto ordenado de verticalidades e horizontalidades, permitem pensar o território. As horizontalidades entendidas como os domínios da contiguidade territorial e as verticalidades como pontos ligados por todas as formas e processos sociais, permitem pensar o território.

Neste eixo pode-se compreender território como movimento, ritmo, fluxo e fixo, como afirma Santos (1999), rede, conjunto articulado dotado de significado, de expressividade, ou seja, dotado de emoção determinada por quem o constrói e/ou para quem dele usufrui.

[...] território-rede [...] não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 287).

Para Santos (1999, p. 221)

As redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. Ativas e não-passivas, as redes não tem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social.

As redes possibilitam o alargamento da área de atuação do capital, produzindo mais em diferentes pontos da superfície terrestre. Os progressos técnicos e científicos que incluem as telecomunicações, estradas, fazem produzir, circular, distribuir e consumir de forma rápida e eficiente, constituindo territórios dinâmicos.

Segundo Santos (1998b), há um acontecer homólogo e hierárquico, em que no primeiro a informação se generaliza, como no caso do PRODECER, que se inicia no oeste de

Minas Gerais e se propaga para todas as áreas de Cerrado, capaz de receber o novo pacote de produção agrícola comandado pela técnica. Mas também, podemos falar de um acontecer hierárquico, em que a ação implantada no cotidiano é imposta de fora, comandada por uma informação privilegiada, uma informação, “segredo” e, portanto, poder.

O PRODECER foi criado por necessidades externas, no caso, especificamente, vontade japonesa. Este Programa, suas ações e reações, ordens e desordens é o reflexo da ação via rede, comandada pela ação integrada dos diversos setores da sociedade, que estabelecem diretrizes norteadoras das transformações em distintas escalas espaciais do território.

As formas de redes, que se estabeleceram no território brasileiro, remontam à instalação do sistema de produção e comercialização do Brasil, desde o período colonial, em que estas desfrutam da convivência e/ou do apoio do poder institucional, o qual ordenou o território para a reprodução do capital.

A trama das redes é coordenada, segundo as transformações no modo de produção, podendo sofrer alterações no decorrer do tempo, advindas de forças endógenas e exógenas. “Vistas como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam, quanto de processos que desestruturam territórios” (HAESBAERT, 2004, p.298).

Haesbaert (2004) identifica três grandes perspectivas para se pensar em território e rede. A primeira subordina a rede ao território; a segunda dicotomiza, separa território e rede e a terceira trabalha com binômio território-rede, historicamente construído, e a rede articulando ou desarticulando os territórios. A exemplo do que também discute Raffestin (1993).

Marques (2005, p. 03), por sua vez, afirma que “cada situação social conta com um conjunto de atores dotados de instrumentos de poder que disputam os resultados da distribuição de benefícios escassos, assim como de poder político, que [...] explica a possibilidade diferenciada de captura daqueles benefícios”.

Assegura ainda, que a maneira pela qual o conjunto articulado de atores, instituições e padrões de relação se associam, varia de contexto para contexto, mediado pelos atores presentes, pelos instrumentos de poder a que têm acesso, pelos padrões de relações em que estão inseridos e, sobretudo, pela própria dinâmica política, incluindo estratégias, ações e resultados (MARQUES, 2005).

Para ele, as redes explicam muito do tecido do Estado, ou seja, a superposição de redes de relações temáticas que circunscrevem as comunidades ligadas a cada uma de suas ações e

ocupam importante papel na ligação entre o Estado e grupos externos ao Estado, tanto interesses organizados quanto individuais. “As redes explicam uma parte importante das relações entre público e privado no Brasil” (MARQUES, 2005, p.22), na conformação da “permeabilidade do Estado<sup>36</sup>” (CARDOSO, 1974).

Santos (1997b), nesse sentido, compreende que a rede é constituída por agentes sociais e políticos, que transmitem ordens e valores socioculturais, por meio de mensagens, facilitadas pelo sistema informacional. Considera que são estes agentes que dão sentido e materialidade às redes. Do contrário, elas não se estabelecem no território.

Raffestin (1983, p. 207) complementa que “a rede é por definição móvel, no quadro espaço temporal. Ela depende dos atores que geram e controlam os pontos da rede, [...], da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são consumidos na rede ou nas redes”.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Souza (1995), afirma

Ao contrário do que se poderia pensar, o território não é uma prisão, a contrastar com a versatilidade das redes e se o território protege e a rede articula, dentro de uma dialética fechamento/abertura, em que os dois pólos são imprescindíveis. No território-rede ou em rede, podemos dizer, o controle (a proteção) é produzido através do movimento articulado (a rede). (p. 94)

O conceito de território assim permeia a concepção de redes e poder, ou seja, pensar em território hoje envolve articular a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar as redes. “A uma base material adequada para aumentar a fluidez territorial, soma-se a base normativa que facilita a porosidade do território a partir de regulações flexíveis” (ARROYO, 2006, p. 181). Essa análise tem como contexto as questões territoriais avaliando a vulnerabilidade dos territórios nacionais latino - americanos frente ao capital financeiro.

Cabe, portanto, não só pensar nas redes, mas em como elas se articulam pelo território e quem as comanda, o poder, determinando a circulação, os fluxos. Quem comanda os territórios, no sistema capitalista, é o capital, portanto quanto mais ampla for a diversidade de operações financeiras, facilitadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação, maior será o poder de ação e controle do território.

Para explicar o crescimento e aceleração dos fluxos financeiros deve-se entender o papel da porosidade dos territórios nacionais. Seu aprofundamento é resultante da interação combinada dos Estados e das grandes empresas a partir da criação de normas específicas em diferentes níveis geográficos (mundial, regional-supranacional e nacional) (ARROYO, 2006, p. 182).

---

<sup>36</sup> A permeabilidade do Estado indica a possibilidade potencial, perene no tempo e presente em todos os campos de ação do Estado, do efeito das redes presentes em todas as dimensões sociais para os locais onde ocorre o encontro (ou a superposição) do Estado com o privado.

É nesse contexto que o capital incorporado por diferentes agentes sociais, econômicos, políticos e culturais captura áreas (territórios) até então tradicionais, tornando-as produtivas ao molde do capitalismo internacional. “O conteúdo do território como um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida” (SANTOS, 2000, p. 104).

A citação refere-se ao poder do dinheiro, capital, na organização dos territórios, regulando e acentuando as diferenças e dependências. Assim, rompe com o anteriormente construído e introduz o novo hegemonicamente produzido.

O Cerrado deve ser considerado como um dos modelos mais claros da situação acima descrita. Ele teve sua produção agrícola (re) estruturada, ou desconsiderada, a partir da década de 1970, em detrimento de um modelo de produção altamente subordinado às vontades de mando e desmando do capital internacional. Este capital se torna hoje, século XXI, principal normatizador do território, tanto nacional como em suas frações.

Em todo o processo de mudança nas formas de produzir no Cerrado, o poder internacional do capital, as redes de poder foram fundamentais na efetivação dos novos paradigmas produtivos, incorporando novas áreas, mobilidade das fronteiras. As redes de poder podem ser caracterizadas como atores pragmáticos, fragmentados, disseminados, circunstanciais e até voláteis, mas que possuem o poder de mudar os espaços territoriais.

Saquet (2007, p. 47) fala de redes em termos de circulação, e nesse sentido assegura que “a circulação, especialmente, através de estradas, é determinante na organização do espaço, definindo redes que interligam diferentes centros. E essas redes são fundamentais na formação e coesão do território.” “As redes de circulação, na qualidade de sistemas sêmicos, constituem mediadoras indispensáveis à reprodução social [...]. Reprodução territorial que só se deu pelo estabelecimento de um sistema de circulação” (RAFFESTIN, 1993, p. 214, 215).

Nesta direção, analisa-se na sequência, as condições infraestruturais viárias, naturais e tecnológicas que permitiram ao Cerrado tornar-se o “celeiro do mundo”.

#### 4.2 Infraestruturais: Condição da Inserção do Cerrado ao Circuito Produtivo Capitalista

As redes de poder, constituídas por alianças e articulações do poder público e privado, foram fundamentais na estruturação das condições necessárias para a ocupação dos lugares que melhor pudessem remunerar ao capital. Assim, há uma forte relação entre as redes tecnológicas, infraestruturais de transportes, energia e as redes naturais, compostas pelas



condições edafoclimáticas e a expansão geográfica da fronteira, com a intensificação da produção agrícola em direção ao Cerrado brasileiro.

A construção das redes se coloca como estratégias, na organização e (re) estruturação do território ao articular o trinômio política, poder e estratégia, que se interagem permanentemente. A política marca o objetivo, o poder revela os meios disponíveis e a estratégia indica a melhor forma de aplicação dos meios.

O sistema de engenharia “conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho” (SANTOS, 1997a, p. 79), são capazes de transformar um território.

E ainda Santos (1997a, p.80) coloca que “quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transportam mais objetos em menos tempo”. Produz-se uma configuração territorial formada pelo meio natural mais os “recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes [...]”. (p.75).

Sistema de engenharia ou infraestrutura, que molda o território para a cristalização das ações do capital, que se expandem com e a partir do suporte dos meios de circulação. A evolução da infraestrutura viária e energética, a partir de meados do século XIX, com ápice a partir de 1950, oferece elementos para investigar a dinâmica de inserção do Cerrado no circuito capitalista de produção.

Fato corroborado por Diniz (2006, p. 120) ao afirmar “um dos aspectos mais importantes para o desenvolvimento agropecuário [...] dos Cerrados foi a construção de redes de transportes e de energia elétrica” capazes de suportar o escoamento da produção e atender às necessidades tecnológicas do novo padrão agrícola.

Para Santos (2001, p. 65), na segunda metade do século XX, a construção de diversas infraestruturas de circulação contribuiu para “a entrada em cena de grandes pedaços do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás ao serviço de uma agricultura científicizada”.

Na perspectiva de que as redes infraestruturais viária e elétrica foram o fio condutor do processo de modernização territorial do Cerrado, cabe destacar que o Estado foi o idealizador/construtor de todo esse aparato. No sistema de transporte, coube quase que exclusivamente a ele a edificação da maior parte da malha viária. Já no sistema energético, o Brasil passou por diferentes fases, oscilando entre a lógica de mercado da esfera privada e a lógica pública estatizante. A estas distinções de natureza político-econômicas, soma-se a peculiaridade do uso de energia elétrica no território brasileiro, fundado predominantemente na transformação da energia hídrica.

A metodologia de trabalho segue duas linhas. A primeira, de cunho analítico-descritivo, abrange o período de implantação das redes infraestruturais de transporte e energia, no Brasil, com extensão para o Cerrado. A segunda, enfatiza a forte interdependência entre essa rede e as demais redes tecnológicas e naturais, que articuladas viabilizam a inserção do Cerrado à dinâmica produtiva capitalista.

A construção da malha rodoviária nacional e a ampliação do sistema energético, a partir de 1950, oferecem subsídios para investigar a escolha de algumas áreas de Cerrado para sediar projetos de expansão do capital pelo interior do país.

#### 4.2.1 Transporte e Energia: as Veias do “Progresso”

A integração econômica do território, com a difusão de capitais e pessoas, foi fortemente condicionada pela organização política da malha rodoviária no Brasil. No auge da centralização do poder no Brasil, década de 1970, a região Centro-Oeste foi incorporada como área de expansão da fronteira, colocando-se como local propício à territorialização do capital por oferecer condições logísticas, energéticas e edafoclimáticas privilegiadas.

Para Martins e Lemos (2006); Mesquita e Martins (2008); Castro (1995); Hesse e Rodrigues (2004); Plá e Salib (2003), as redes de transporte exercem um efeito marcante sobre as decisões logísticas que determinam as direções da expansão da fronteira agrícola. A qualidade dos serviços e os respectivos custos resultantes do formato das redes quanto à qualidade, à densidade e à capilaridade das vias, influenciam na escolha de dadas localidades do espaço para sediar determinado projeto de desenvolvimento. É o que ocorreu com a escolha das áreas para sediar o PRODECER, no Cerrado brasileiro, considerado o projeto multiplicador do uso de tecnologias no Cerrado.

A ampliação da fronteira agrícola nos Cerrados; incentivo à expansão da produção de grãos; a mecanização da produção agrícola e o aumento da entrada de insumos para a agricultura foram as três diretrizes apresentadas como estratégia para o desenvolvimento agrícola. Para alcançar as metas, decidiu-se pela implementação da infraestrutura, por meio de investimentos públicos ou privados e/ou parcerias e realização de programas e projetos especiais, ampliação das pesquisas tecnológicas e a implementação de um mecanismo para extensão rural e difusão dos resultados obtidos.

Se território, como aborda Santos (2001) é construído “a partir de seus acréscimos de ciência e técnica e tais características o definem como um novo meio geográfico”, as redes elétricas e de transporte se constituem como parte integrante da modernização territorial, em

especial do Cerrado, pois oferecem uma visão do território interligado ao avanço tecnológico e ao sistema de redes de poder.

No período colonial, as localidades eram interligadas por meio de picadas abertas no meio da mata, com as mercadorias transportadas no lombo de burros. A navegação era precária, pois os rios da porção mais dinâmica do Brasil, região Sudeste, são de planalto o que dificultou a navegabilidade. Os portos eram usados somente para exportação. O sistema de transportes no Brasil só começa a desenvolver-se em meados do século XIX, através das ferrovias, principais veias de conexão entre os lugares.

Segundo Diniz (1987), durante aproximadamente três séculos e meio, desde a colonização do Brasil, os transportes terrestres baseavam-se na tropa de animais e no carro de bois, para curtas distâncias. A navegação de cabotagem era praticamente inexistente, pois não havia relações econômicas importantes entre as várias regiões ou as capitânicas, o sistema de navegação fluvial era precário e não havia canais. Inexistiam rodovias para veículos de tração animal.

Entre 1880 e 1930 houve um surto de expansão da rede ferroviária e elétrica brasileira, mas um sistema isolado, visando à ligação de pontos interiores com litoral para escoamento de produção. No caso da energia, esta atingia de forma precária somente as maiores cidades, abastecidas por companhias municipais, na maioria das vezes em consórcios com empresários locais, para iluminação pública e atendimento excepcional a pequenos produtores fabris.

Fato corroborado por Antas Jr (2009); Mercedes (2002); e Gomes et al. (2002) quando afirmam que o setor elétrico no Brasil fez-se um pouco à maneira francesa, fundado na expansão do consumo industrial e nas grandes cidades e pouco ao modo como se desenvolveu na Inglaterra, em cidades mais interiorizadas e pouco integradas ao mercado internacional, formando um conjunto de sistemas de produção e distribuição de energia elétrica não-integrado.

Inicialmente, as melhores e mais completas redes de energia elétrica e transportes se concentravam na região Sudeste, em especial São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, pois desde o princípio da ocupação do território nacional e até mesmo durante o período colonial, estas localidades receberam a maioria dos recursos e incentivos oferecidos pelo governo, tendo em vista a posição geográfica e as riquezas naturais presentes.

Somente no início do século XX é que os sistemas ferroviário e elétrico se expandiram e alcançaram outras regiões do país. “Com desenhos mais ou menos retilíneos interior-litoral nos Estados nordestinos [...], algumas ferrovias se complementam com trechos [...] paralelos à

costa marítima, unem cidades-sede de funções portuárias, políticas e econômicas” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.62).

As primeiras ferrovias construídas no Brasil serviam somente para interligar área produtora a portos de escoamento, constituindo-se como ramais e não como sistema integrado de transporte. Mesmo tendo alcançado o interior do país, na primeira metade do século XX, o que ocasionou certo desenvolvimento regional e possibilitou a circulação de capital para fora do eixo sudeste, não cumpriu o papel de integrar o território nacional. Fato que coube às rodovias.

A interligação entre o litoral e as demais áreas do território, por meio de um sistema viário considerado mais eficiente, rápido e menos oneroso, ocorreu em 1934, quando foi promulgado o primeiro Plano Nacional de Viação, PNV<sup>37</sup>. No entanto, pouco ou quase nada representou este plano, que acabou por não vigorar por falta de apoio institucional.

Sobre a preferência do governo pelo sistema rodoviário Plá; Salib (2003, p. 03) consideram que “o investimento na construção de rodovias era menor em comparação com o requerido pelas ferrovias, ao que deve acrescentar a maior flexibilidade do transporte rodoviário”. Somando-se a esses elementos, cabe ressaltar a pressão das montadoras automobilísticas que estavam sendo instaladas.

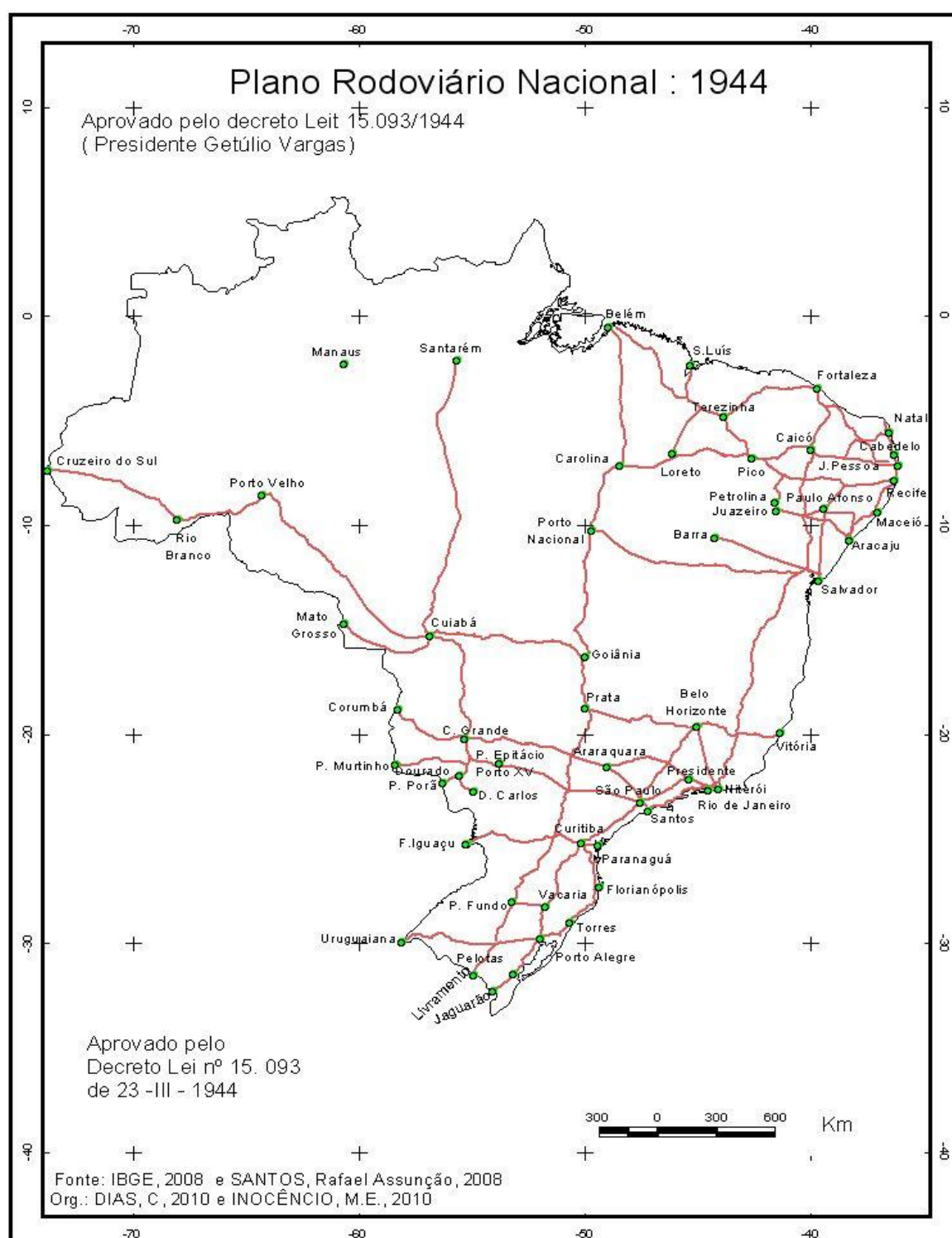
Na primeira metade da década de 1950, foram construídas importantes ligações de média e longa distância entre as principais capitais do país, ligando Norte-Sul ao longo da costa. A expansão rodoviária fazia parte do novo PNV, criado em 1944, promulgado em 1951 e que assumiu constitucionalmente a preferência da rodovia em relação às ferrovias; estabeleceu os critérios para a interligação dos diversos modos de transporte; subdividiu as rodovias federais em 4 grupos: radiais, longitudinais, transversais e diagonais (NIGRIELLO, 2009; CASTRO, 2002; SANTOS, 2008) (Mapa 07).

Em relação ao setor energético, data do fim do século XIX e início do século XX, a instalação dos primeiros sistemas elétricos. O fato foi desencadeado pela crise econômica, centrada na troca do modelo econômico de agrário pelo industrial, exigindo uma maior utilização da energia elétrica para a geração de riquezas.

Assim, a expansão do setor energético brasileiro esteve fortemente ligada à transição do modelo agrário-exportador, pelo urbano-industrial a partir de 1930 e mais fortemente após 1950, quando o Brasil insere-se no processo de industrialização dependente.

---

<sup>37</sup> Sobre os Planos Nacionais de Viação consultar a monografia de Rafael Assunção Santos: Planos Nacionais de Viação: a integração nacional através do caminho. Disponível em <[www.usp.br/fau/cursos/...planos-viacao/m4-planos-viacao.pdf](http://www.usp.br/fau/cursos/...planos-viacao/m4-planos-viacao.pdf)>. Acesso em 24/10/2009.



Mapa 07 - Plano Rodoviário Nacional 1944.

As primeiras concessionárias de energia a se instalarem no Brasil foram em 1899, “a canadense São Paulo Light and Power Company”[...] em São Paulo e em 1904 os mesmos capitais canadenses, em parceria com sócios americanos, criaram a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power. Em 1924, foi a American Foreign Power Company – Amforp, subsidiária da Bond and Share Co., que se alojou no interior de São Paulo e depois expandiu-se para outras localidades (SZMRECSANYI, 1986).<sup>38</sup>

O Código de Águas, criado em 1934, foi o marco regulatório do setor elétrico, ao mudar as regras das concessões dos serviços de energia e saneamento. Foi na década de 1940 e 1950, quando a maior parte do setor se encontrava em poder do capital estrangeiro e o país atravessava uma crise energética sem precedentes, devido a uma seca de cinco anos (1951 – 1956) somada à falta de investimentos das concessionárias, que a União passou a empreender uma intervenção inédita e direta em todo o setor.

São ícones dessa época e ilustra o poder do Estado na estruturação das redes infraestruturais elétricas, a criação da Companhia Elétrica do São Francisco (1945); da Companhia Elétrica de Minas Gerais (1951); Furnas Centrais Elétricas S.A (1957) e da Eletrobrás (1961), holding que atuou nas áreas de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e o Ministério de Minas e Energia (1961) (GOMES et al, 2002; SZMRECSANYI, 1986; CATÃO, 2008; GOMES; VIEIRA, 2009; LIMA, 2007).

Esses órgãos marcam o crescimento da capacidade instalada e da malha de transmissão do País que passariam a funcionar, gradativamente integradas, de forma a proporcionar o aproveitamento mais racional das fontes energéticas e melhor qualidade do serviço (VIANNA, 2004).

“A criação da Eletrobrás condicionou uma forte expansão do setor, por meio da federalização do sistema de energia elétrica no território brasileiro, com a fundação de empresas públicas em cada um dos estados e grandes investimentos na expansão das obras” (ANTAS JR., 2009, p. 9).

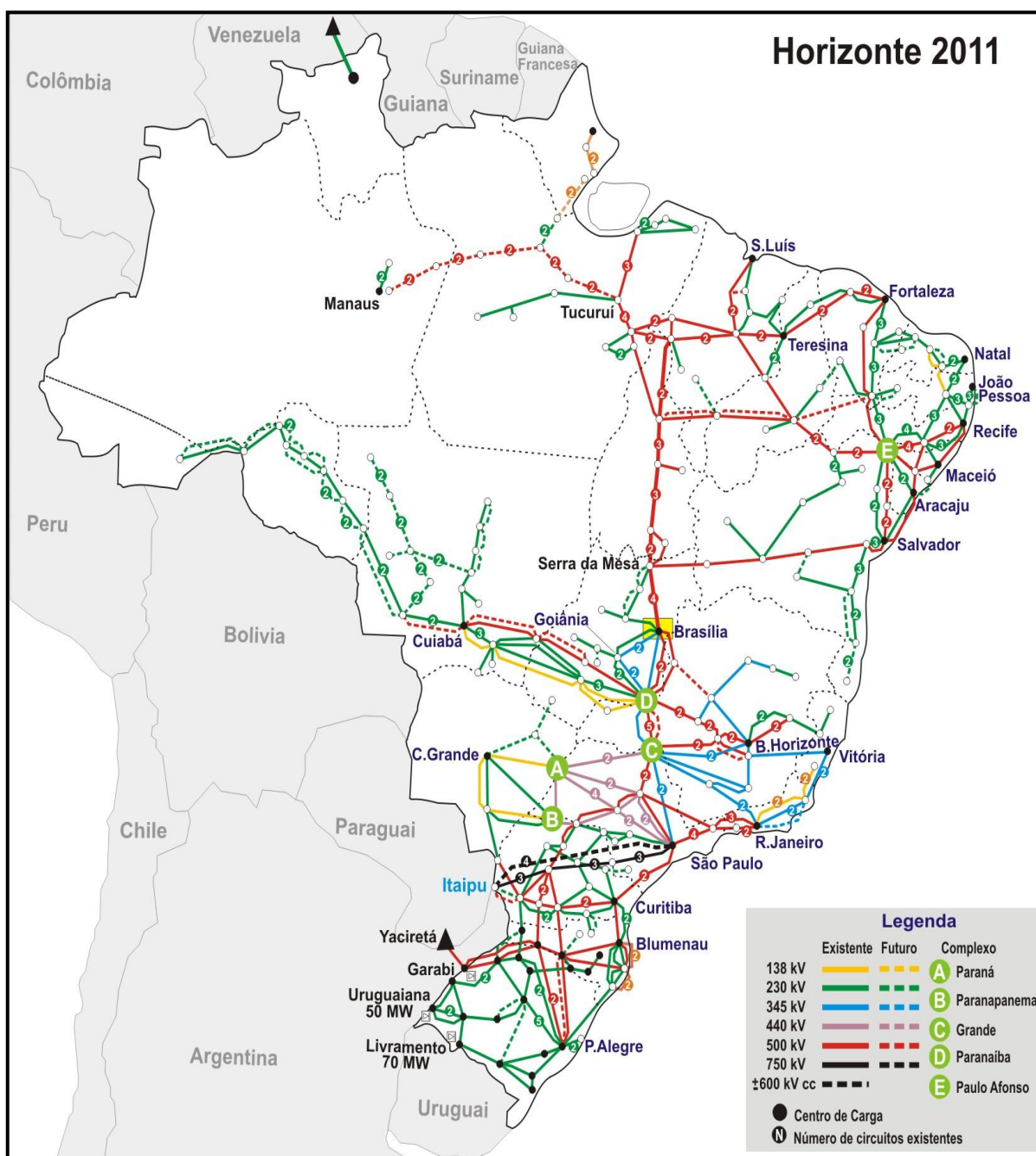
O principal financiador dos projetos de construção e expansão das redes de transporte e elétrica foi o BNDES, como forma de suportar os investimentos nos dois setores de estrangulamento econômico do país. Foi a partir desse contexto que ocorreu a efetiva ocupação e urbanização do território; o processo de industrialização; o aperfeiçoamento das

---

<sup>38</sup> Para maiores detalhes da instalação do setor elétrico no Brasil consultar [www4.fct.unesp.br/revistas/geografiaematos/rafaeln8v2.pdf](http://www4.fct.unesp.br/revistas/geografiaematos/rafaeln8v2.pdf).

técnicas de geração e transmissão de energia e a organização centralizada do setor elétrico. Este passou a interligar a maior parte dos sistemas isolados.

Fato corroborado por Santos (2001, p.69), ao afirmar que a interligação dos sistemas de produção de energia se deu em dois eixos: Norte/Nordeste a partir de 1955 com a construção da Usina de Paulo Afonso (1955) e Tucuruí (1984) e “o Sul/Sudeste/Centro-Oeste, interligado a partir de 1963, com a Usina de Furnas no Rio Grande e a interconexão do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais” (Mapa 08).



Mapa 08 - Sistema interligado de transmissão de energia no Brasil Horizonte 2011  
 Fonte: ONS/2009.

No decorrer dos anos da ditadura militar, continuou a centralização e participação do Estado na área de energia e transporte, tendo a década de 1970 marcado o aumento e a complexidade do sistema de atuação governamental por meio dos planejamentos estratégicos.

O sistema elétrico e rodoviário brasileiro, entre 1970 e 1980 vivenciou a constituição de uma capilaridade inédita, no que diz respeito à integração das principais bacias hidrográficas em sistemas centralizados de geração de energia e interiorização do sistema de transportes.

Para Antas Jr. (2009); Gomes; Vieira (2009); Catão (2008); e Mercedes (2002) um aspecto relevante do setor elétrico brasileiro é a tendência de adoção da força hídrica, o que ocasionou problemas no abastecimento com o “apagão de 2001<sup>39</sup>”. Houve um aumento substancial na quantidade de energia gerada no país, entre 1963 e 2004 (Tabela 05).

Tabela 05 - Brasil: Evolução da capacidade de geração de energia elétrica (MW)

Anos	Hidrelétrica	Termelétrica	Nuclear	Total
1963	4.479	1.876	0	6.355
1965	5.391	2.020	0	7.411
1970	8.835	2.213	0	11.048
1975	16.316	4.652	0	20.968
1980	27.649	5.863	0	33.472
1985	37.077	6.373	657	44.107
1990	45.558	6.835	657	53.050
1995	51.367	7.097	657	59.120
2000	60.755	10.400	1.967	73.122
2004	68.264	18.569	2.007	88.840

Fonte: ANTAS Jr., Ricardo Mendes. Uso soberano e uso corporativo das infraestruturas de energia elétrica no território brasileiro. Revista Estudos Amazônidas: Fronteiras e Territórios, Vol. 1, n° 01 (2009).

A análise das redes rodoviárias e energéticas nacionais não pode deixar de considerar o Plano de Metas de JK, que investiu no sistema infraestrutural e o regime militar que implantou estratégias geopolíticas de integração territorial. Foi no decorrer do governo JK que houve um novo impulso para o crescimento econômico voltado ao processo de

<sup>39</sup> “Apagão” foi uma crise energética ocorrida no Brasil entre 2001 e 2002, que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica. Teve como causa uma soma de fatores: forte estiagem, baixando o nível de água dos reservatórios e reduzindo a capacidade de geração de energia das usinas hidrelétricas; falta de planejamento e ausência de investimentos em geração e distribuição de energia. Tais fatos obrigaram os brasileiros a racionar energia.



industrialização, assistido pela evolução dos equipamentos de transporte, material elétrico, setor de comunicações, mecânico e siderúrgico (LIMA, 2007).

Para Nigriello (2009) e Diniz (2006), o Plano de Metas pode ser colocado como a base dos principais programas de construção de infraestrutura rodoviária, de telecomunicações e de energia elétrica que permitiram a inserção do Cerrado ao circuito produtivo capitalista. A malha rodoviária federal, em direção ao interior do Brasil, foi sendo tecida através dos diversos Planos criados com o propósito de ampliar as rodovias brasileiras e através delas atingir outras regiões além das tradicionais Nordeste e Sudeste.

Os anos de 1990 marcaram a criação do Plano Nacional de Desestatização, e o consequente processo de privatização em massa dos setores de energia e transporte no Brasil, marcando o retorno de setores estratégicos da economia à lógica do mercado. A desestatização produziu novas relações para o consumo de energia, agora mais elitizada e estratificada devido à maximização dos lucros das empresas.

Antes, sob domínio do poder público, a energia elétrica era oferecida à população como um bem de direito e a política tarifária se dava em função da manutenção e da expansão do sistema técnico, e não fundada em estabelecimento de preços para remuneração do capital (ANTAS JR., 2009).

Além dos setores de energia, rodoviário, ferroviário e portuário, as telecomunicações e a mineração, representada pela CVRD, empresa pioneira no setor dentro do País, foram privatizados. A privatização faz parte do Programa de Modernização e de Arrendamento de áreas e instalações.

Mais recentemente, o sistema viário nacional passa a ser parte integrante do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC (2007-2010), que dentre outras medidas propõe novos investimentos na área de infraestrutura. O uso da energia elétrica e a implantação das ferrovias e rodovias no Brasil criaram um leque de possibilidades de investimentos para a compra de equipamentos mais modernos, instituindo demandas a partir do uso de novas técnicas de produção e novos produtos. Abre o território ao uso do meio técnico científico e informacional.

Uma rede unificada de transportes foi apresentada sempre como a única forma de assegurar a integridade do território brasileiro, sonhada desde os tempos coloniais. “Todavia, foi somente após a Independência que começou a se manifestar explicitamente no Brasil a preocupação com o isolamento das regiões como um obstáculo ao desenvolvimento econômico” (GALVÃO, 1996).

Diniz (2006, p. 120) reforça a tese de que a construção de uma rede de transportes e um sistema de energia elétrica foi importante na consolidação e expansão da fronteira agrícola no Cerrado, pois “foi capaz de dar conta do escoamento da produção e atender às necessidades tecnológicas do padrão agrícola da região”. E nesse sentido merece destaque a energia rural.

#### 4.2.2 A Eletrificação Rural no Brasil: Elemento da Modernização Territorial

O processo de eletrificação rural foi gradativo, lento e, muitas vezes, considerou somente os interesses das concessionárias, deixando em segundo plano os reais interessados na ampliação da rede de energia para o campo.

A eletrificação rural despontou no Brasil em 1923, por iniciativa privada de um fazendeiro no município de Batatais (SP), que solicitou a instalação de energia elétrica à Indústria Ignarra Sobrinho & Cia (que mais tarde se tornou a Companhia Paulista de Eletricidade).

As primeiras tentativas de abordar a problemática energética rural como uma perspectiva nacional foram infrutíferas. São Paulo e Minas Gerais foram os primeiros Estados a iniciarem programas nesse sentido. O Serviço Especial de Eletrificação Rural (SEER), em São Paulo deu-se em 1959. Já em Minas Gerais o programa foi implementado por meio de uma concessão em 1962, quando estabelece-se o ERMIG, Eletrificação Rural de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2001).

Mas o marco legal no que se refere à eletrificação rural no Brasil, foi o Estatuto da Terra de 1964, que em seu artigo 89 da seção IX estabelece que “os planos nacional e regional de Reforma Agrária incluirão, obrigatoriamente, as providências de valorização, relativos à eletrificação rural e outras obras de melhoria de infraestrutura, tais como [...] drenagem, irrigação, [...] além do sistema viário indispensável à realização do projeto.” Os projetos deveriam ser financiados com recursos do BNCC, tendo o sistema cooperativista como prioritário na instalação e recebimento dos recursos a nível municipal, estadual e federal (BRASIL, 1964).

Nesse contexto, como alternativa para viabilizar a eletrificação do campo, foram organizadas as primeiras cooperativas de eletrificação rural, que se desenvolveram de forma mais acentuada no Rio Grande dos Sul sob a influência dos imigrantes alemães e italianos. Mas foi em 1968, como fruto do I Simpósio Nacional de Eletrificação Rural, organizado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), hoje INCRA, que definiu-se os

parâmetros da eletrificação rural e a regulamentação técnica e jurídica para a produção e consumo de energia elétrica pelas cooperativas (OLIVEIRA, 2001).

Entende-se por eletrificação rural a prestação de serviços de energia elétrica aos consumidores rurais individualizados ou integrantes de cooperativas de eletrificação rural e que desenvolvam “atividade relativa à agropecuária, inclusive o beneficiamento ou conservação dos produtos agrícolas oriundos da mesma propriedade” (BRASIL, 1968a, p.5).

Em 1970, quando o Brasil já era um país industrializado, foi criado o Grupo Executivo de Eletrificação rural (GEER), vinculado ao INCRA e que deveria gerir e movimentar os fundos do I Plano Nacional de Eletrificação Rural (I PNER), suprido com recursos provenientes do Fundo de Eletrificação Rural (FUER), instituído através de um contrato de empréstimo celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assim distribuídos: 50% BID; 30% fundos da União e 20% cooperativas de eletrificação (OLIVEIRA, 2001).

Nessa década, também foi criado o Departamento de Eletrificação Rural (DEER), no âmbito da ELETROBRÁS, que ampliou o sistema de fornecimento de energia rural para 116.000 propriedades em 16 estados e no Distrito Federal. No período entre choques do petróleo (1973 – 1979) iniciou-se o II Programa Nacional de Eletrificação Rural em que a energia foi considerada insumo produtivo; substituto dos derivados do petróleo na geração de força motriz, com apoio a áreas produtivas irrigadas ou irrigáveis e elemento de fixação do homem no campo (BRASIL, 1968a).

Contudo, a situação da eletrificação rural no Brasil ainda era crítica no início da década de 1980 e decorreu longo período até que fosse definido um novo programa de eletrificação em âmbito nacional. Entretanto, a partir dessa análise histórica, pode-se apontar três esferas de desigualdades no âmbito dos programas nacionais de eletrificação rural: regiões, tipos de culturas e escalas de produção.

Esses três elementos direcionaram os investimentos para o setor de produção de energia rural e determinaram as regiões, tipos de propriedades e produtores que seriam beneficiados pelos programas.

Foram priorizadas as áreas que possuíam cultivos destinados ao mercado externo e ao processo industrial, como as culturas de grãos no Sul e Centro-Oeste e de frutas para exportação, produzidas em “ilhas” do sertão nordestino. A distribuição de créditos privilegiou os grandes produtores, em detrimento dos pequenos e médios, o que diferenciou o nível de penetração da eletricidade nos diferentes espaços rurais (OLIVEIRA, 2001).

Dentre os recentes programas de eletrificação rural merece destaque o Luz no Campo, lançado em 1999, tendo como principal objetivo eletrificar 1 milhão de propriedades rurais em 4 anos. É composto pelo: Programa Nacional de Eletrificação Rural (PER), que se subdivide em Fontes Alternativas e Eficiência Energética nas Instalações Rurais. Os recursos foram provenientes da Reserva Global de Reversão<sup>40</sup>, com participação de governos estadual e municipal.

A história das relações entre a sociedade e a natureza é, em todos os sentidos, a substituição de um meio natural, pertencente a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, a criação de uma natureza humanizada, a partir de instrumentos técnicos cada vez mais sofisticados. Neste sentido, a utilização da energia elétrica, no meio rural, representa um processo importante da territorialização do capital no Cerrado. Essa realidade subsidia o estudo das áreas incorporadas pelo PRODECER como localidade, que possuem condições especiais para serem ocupadas.

O conjunto das técnicas, em qualquer fração do espaço-tempo, foi a variável que permitiu a evolução do meio natural. Neste sentido, é que a viabilidade do cerrado para a agricultura, através de pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA, foi uma das técnicas mais importantes da década de 1970 permitindo a inserção do Cerrado nos circuitos nacionais e mundiais de produção.

A técnica interfere de maneira direta sobre todos os elementos do espaço, mudando-o, segundo as normas capitalistas de produção. “Os investimentos, em forma de capital fixo, modificam o meio ecológico, através de sistemas de engenharia que superpondo uns aos outros, vão modificando o próprio meio ecológico, adaptado às condições emergentes da produção” (SANTOS, 1997b, p. 8).

Os japoneses escolhem o Cerrado para investir, pois ao avaliarem-no, em conjunto com a EMBRAPA, o CPAC e técnicos japoneses que vieram ao Brasil, chegaram à conclusão de que as condições naturais e artificiais eram favoráveis ao tipo de agricultura que pretendiam implantar e suportavam o conjunto de técnicas necessárias à produção moderna.

Não há como conceber as técnicas isoladas do meio natural, pois este é a base sobre a qual elas se desenvolvem. O PRODECER foi criado para o Cerrado pois encontrou água em abundância, para irrigação; relevo de plano a ondulado com solos profundos e bem drenados, o que permitiu o uso maciço de máquinas; clima tropical com estações bem definidas, que

---

<sup>40</sup> A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica.

controla plantio e colheita, sem risco de perdas de produção e, o sistema de transportes, fortalecido a partir de 1970, que permite escoamento da produção.

É claro que o meio natural não determinou a ocupação do Cerrado, mas permitiu que esta região, em especial, algumas localidades, fossem escolhidas, em detrimento de outras. Assim a análise reúne os elementos naturais na primeira abordagem por entender que eles são partes indissociáveis do todo que compõe o espaço; base para o desenvolvimento dos instrumentos técnicos.

Pois, como considera Santos (1997b, 1-2),

Cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento.

Pode-se afirmar que o espaço não pode ser considerado apenas como natural formado pelo ar, solo, clima, relevo, vegetação, hidrografia, pois os objetos geográficos, estradas, energia etc., também o contêm e está contido dentro dele. O meio natural constituído pelas águas, solo, relevo, vegetação, também foi elemento significativo para que o Cerrado fosse integrado ao processo produtivo capitalista. Se o solo necessitou correção, a água, o relevo e a vegetação, foram fatores que somados às técnicas, viabilizaram a ocupação do solo do cerrado, de forma a integrá-lo ao ciclo modernizador de produção.

Para que a fronteira avance, outros elementos, além dos viários, são necessários para suportar a expansão. Nesse contexto, as condições edafoclimáticas do Cerrado e os estudos de órgãos públicos brasileiros, envolvidos em pesquisas agronômicas, como a EMBRAPA, viabilizaram uma oportunidade ímpar no cenário mundial: “ocupar o Cerrado brasileiro, área de cerca de 204 milhões de hectares, dos quais aproximadamente 127 milhões de hectares aptos à agricultura de grande porte” (BRASIL, 2002).

Cabe, no entanto, menção aos projetos geopolíticos nacionais de integração territorial, vias eixos rodoviários em direção ao interior do país. A leitura dos geopolíticos brasileiros sobre a necessidade de expansão do território nacional para o Oeste, influenciados pelas teorias de poder aéreo, marítimo e, principalmente, pelo poder terrestre de Mackinder foram importantes para a inserção do Cerrado às demais áreas economicamente dinâmicas do País. Foram as leituras geopolíticas do território realizadas pelos Generais Mario Travassos, Golbery do Couto e Silva e Meira Mattos, que alicerçaram a elaboração de diversas políticas de planejamento do ordenamento territorial.

A eletrificação brasileira e a construção do sistema de transporte são tomados aqui como processos que buscam desvendar o jogo do poder inerente ao processo de modernização territorial do Cerrado. Entretanto há necessidade de ampliar a identificação das razões que levaram à escolha do Cerrado como área de expansão da fronteira agrícola, o que envolve discuti-lo na perspectiva de sua integração ao território nacional.

As decisões logísticas determinaram os sentidos da fronteira, mas a cooperação técnica e financeira estabelecida entre Brasil e Japão, baseada no princípio de reciprocidade, ou seja, na ideia de que o Japão carece de recursos naturais, e o Brasil, rico desses recursos, porém deficiente em recursos financeiros e em tecnologia, sustentou as bases de seu desenvolvimento econômico.

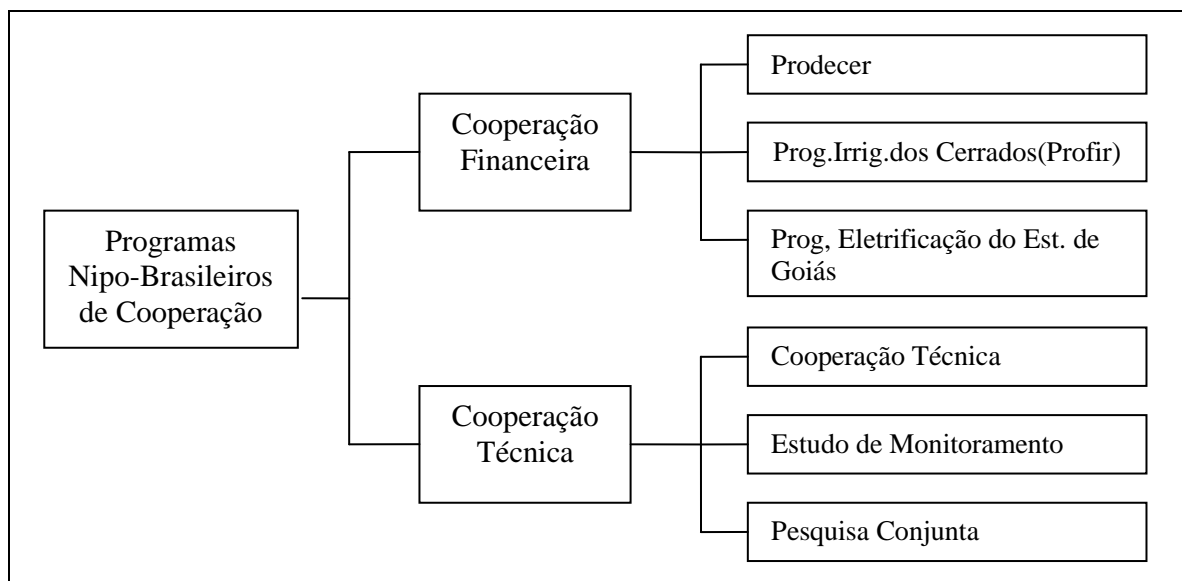
Esse acordo técnico atendia, principalmente, à perspectiva japonesa de encontrar áreas capazes de sustentar o fornecimento de alimentos no mercado mundial e assim equilibrar a balança comercial em seu favor, tendo em vista a grande dependência do mercado externo. Mas do lado brasileiro, em especial o setor agrícola, esse momento representou a oportunidade de industrializar-se, por meio da criação e formação das agroindústrias, com vistas à exportação de produtos com valores agregados.

Os acordos nipo-brasileiros considerados pelo governo e por aqueles que estavam no processo como a “porta para o futuro”, foi oportunidade para desenvolver a região central do País, ao mesmo tempo em que explorava novas fronteiras agrícolas e abria diferentes horizontes para o futuro. (BRASIL, 2002). O principal órgão ligado ao governo japonês e que financiou a abertura de novas áreas para a agricultura foi ODA (Official Development Assistance) que passou a coordenar dois tipos de cooperação: a técnica e a financeira (Organograma 02).

Na categoria técnica, foram implementados 18 projetos direcionados ao Brasil, dos quais 07 voltados para o desenvolvimento agrícola dos Cerrados. Quanto à cooperação financeira<sup>41</sup>, foram realizados quatro projetos, sendo três relacionados à instalação da infraestrutura para o sistema de produção agrícola dos Cerrados, “cujo orçamento correspondeu a 72% do valor total do financiamento” (BRASIL, 2002, p. 2-33). Esse valor corresponde a U\$ 413.769.049,698.

---

<sup>41</sup> Os projetos foram financiados com empréstimos em moeda japonesa, atingindo o valor total de 52, 1 bilhões de ienes, ou seja, U\$ 574.679.235,69. (Cotação oficial Banco Central dia 12/11/2009 referente a valores de venda).



Organograma 02 - Acordos de Cooperação Técnica e Financeira entre Brasil/Japão

Fonte: JICA/MAPA 2002, p. 2-33.

Org. Maria Erlan Inocência

Nesse contexto merecem destaque o Projeto de Eletrificação Rural do Estado de Goiás e o Programa de financiamento da Irrigação, ambos executados na década de 1970 e com capitais japoneses.

#### 4.2.3 PROFIR e a Eletrificação Rural em Goiás

O Programa de Financiamento de Equipamentos para Irrigação, PROFIR, teve dois segmentos: o PROFIR Nacional com atuação em todo o território brasileiro e o PROFIR OECF hoje JBIC, específico para a região dos Cerrados, o qual passamos a analisar.

“O objetivo desse programa foi contribuir para o desenvolvimento econômico, por meio do aumento da produção de alimentos básicos como milho, feijão, etc, bem como da soja e trigo, buscando, nestes últimos casos, aumentar o índice de autosuficiência.” (BRASIL, 2002, p. 4-27). Visava a recursos para a aquisição de equipamentos de irrigação, como o pivô central, aspersão convencional, autopropeleido etc., para produtores do Cerrado.

Os recursos aplicados foram da ordem de 12 bilhões e 100 mil ienes, aproximadamente, 130.726.015,56<sup>42</sup> milhões de dólares. Teve como tomador do empréstimo o Banco Central do Brasil e o órgão executor foi o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária<sup>43</sup> e o acordo foi assinado em março de 1985. Os contratos *a posteriori* foram firmados com os demais bancos participantes. (Tabela 06).

<sup>42</sup> Data cotação utilizada: 26/03/2010 Taxa: 92,56 IENE (470) = 1 DOLAR-DOS-EUA (220). Banco Central do Brasil.

<sup>43</sup> Hoje Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Tabela 06 - Número de contratos do PROFIR por banco financiador

Banco	Nº de Contratos (%)
BB	65%
BNCC	14%
CREDIREAL	11%
Outros	10%
Total	100%

Fonte:BRASIL, 2002.

Org. Maria Erlan Inocêncio

O Banco do Brasil foi responsável pela maior parte dos contratos. Isto se deve ao fato deste banco ser o principal agente financeiro e de fomento do governo brasileiro, na área agrícola, além de ter a maior rede de agências no interior do País com atuação no setor agropecuário.

Ao Ministério, coube a coordenação/execução do programa como um todo; o Banco Central/Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional) ficaram encarregados do controle financeiro, conjuntamente com a EMBRAPA, que certificava os equipamentos de irrigação e as Emater's que elaboravam o estudo de viabilidade necessário à contratação dos financiamentos.

Foram assinados 596 contratos de empréstimos da ordem de U\$ 137,5 milhões, dos quais aproximadamente U\$ 87,5 milhões (64%) seriam alocados pelo governo brasileiro e o restante, aproximadamente U\$ 50 milhões (36%) seriam alocados com financiamento da OECF (BRASIL, 2002).

De acordo com os dados publicados pelo Relatório JICA/MAPA (BRASIL, 2002), os maiores beneficiados pelo PROFIR foram os grandes e médios proprietários que eram considerados “bons produtores, e com viabilidade técnica e econômica”, razão pela qual os pequenos, que não possuíam garantias, foram beneficiados em menor escala. (Tabela 06).

O Projeto de Eletrificação Rural, no Estado de Goiás, assinado em 1991, foi executado tendo como abrangência uma área de Cerrado com 200 mil Km<sup>2</sup>, correspondendo a 60% do território do Estado de Goiás, com ênfase nas regiões Sul do Estado. O objetivo era a “construção de instalações de fornecimento de energia elétrica ampliando o atendimento da demanda do setor agrícola, para aumentar o índice de eletrificação, especialmente, a ampliação do fornecimento de energia para os equipamentos de irrigação” (BRASIL, 2002, p. 4-32).



Tabela 07 – Número de contratos do PROFIR por porte do produtor

<b>Produtor</b>	<b>Nº de Contratos</b>	<b>%</b>
Mini/pequeno	77	12,9
Médio	217	36,4
Grande	300	50,3
Outros	2	0,4
Total	596	100

Fonte: JICA/MAPA, 2002.

Os empréstimos foram da ordem de 12.832 bilhões de ienes, 138.634.399,31<sup>44</sup> milhões de dólares, necessários à aquisição de materiais e equipamentos para eletrificação rural. O tomador do empréstimo foi a CELG, Centrais Elétricas de Goiás, tendo o aval do Governo brasileiro (BRASIL, 2002).

Os principais resultados foram: crescimento do índice de propriedades rurais atendidas por energia elétrica; desenvolvimento do setor agropecuário que aumentou a produção e a produtividade pela expansão da área irrigada. A eletrificação proporcionou um custo menor para a operação dos equipamentos de irrigação que eram movidos à energia, produzida a partir da queima de óleo diesel (Tabela 08).

É importante observar que o grau de eletrificação rural e o aumento das áreas irrigadas em Goiás caminharam juntos, o que leva a considerar que sem energia elétrica, que atenda de forma adequada ao meio rural, é impossível um processo moderno de produção.

Tabela 08 – Goiás: evolução do índice de eletrificação rural e área irrigada

<b>Anos</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Área irrigada (ha) (1000)</b>
1991	36,3	38,1
1992	39,7	46,8
1993	46,3	54,6
1994	49,7	62,0
1997	66,8	66,8

Fonte: BRASIL, 2002.

Org. Maria Erlan Inocência

Nos espaços agrícolas brasileiros onde a modernização ocorreu com mais vigor, foi notável a importância da infraestrutura de distribuição de energia, transporte, comunicação e

<sup>44</sup> Data cotação utilizada: 26/03/2010 Taxa: 92,56 Iene (470) = 1 DOLAR-DOS-EUA (220). Banco Central do Brasil.

produção. Como resultado, da aplicação da energia associada à irrigação, consolidaram-se dois modelos na agricultura: o tradicional, com reduzida capacidade de investimento, composto de pequenos e médios produtores de gêneros alimentícios; e o moderno, concentrado na produção de culturas de exportação, com maior capacidade de investimento.

Entretanto, outros elementos também interferiram nessa escolha além das rodovias e o sistema elétrico que foram capazes de interligar efetivamente os vários espaços nacionais, refletindo claramente os padrões de avanço da fronteira. Assim, por mais que o desenvolvimento de uma região exija meios adequados e eficientes de transporte, e energia elétrica, estes funcionam apenas como um fator de facilitação, e não, necessariamente, como causa do avanço da fronteira.

As mudanças técnicas sempre foram reveladoras dos momentos históricos e, ao findar do século XX e início do século XXI, alavancadas pelo processo de acumulação capitalista, subsidiária do avanço científico e pelos processos transnacionais da informação, trouxeram consequências profundas na organização e/ou desorganização do espaço agrário, com especial destaque para o campo agrícola. Portanto, discutir a situação particular do Cerrado, na perspectiva de sua integração ao território nacional perpassa, certamente, pela técnica, que também, direcionou os sentidos da fronteira agrícola.

#### 4.3 A Técnica a Serviço do Capital: O Cerrado Viabilizado

Se considerada como “conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1999, p. 25); presente na conformação do território, através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado, ela é condição *sine qua non* no avanço das fronteiras agrícolas em direção ao interior do Brasil.

Desigual, pois a técnica não é homogênea e nem sua difusão ocorre de modo uniforme, pois ela se insere desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço, sendo a “chave para entender a produção e a transformação de um meio geográfico, as condições de organização social e geográfica, necessárias à introdução de uma nova técnica” (SANTOS, 1999, p. 33).

Sob o domínio do capital, os espaços, que reuniam as melhores condições de aplicação e desenvolvimento da técnica, foram primeiro inseridos ao processo moderno de produção. Mas, como bem pondera Santos (1999, p.38; p.46 respectivamente), a técnica sozinha é apenas um valor relativo “só identificado no interior de um sistema da realidade e de um

sistema de referências elaboradas para entendê-la”, ou seja, é preciso conhecer a história embutida na técnica, “como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz”, para assim desvendar a configuração do território.

Se, espaço e território são pares dialéticos e o espaço é o conjunto de fixos e fluxos, ações e objetos, o território é a materialidade da técnica fluindo por meio das redes, fluxos, que “permitem que o capital seja transportado de um lado para outro entre economias em curtíssimo tempo” (CASTELLS, 1999a, p.143).

O capital funciona como motor desencadeador das mudanças técnicas que irão propiciar a sustentação do poder econômico, político e social, portanto poder territorial, que demarca dimensões nunca antes experimentadas, rearranjando o espaço produtivo, redesenhando a paisagem do território, comandando a instalação de novos fixos, ou seja, dota o espaço de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações em que a cada época novos objetos e novas ações vêm juntar-se a outras, modificando o todo, tanto em suas formas quanto em seu conteúdo (SANTOS, 1998b).

Observa-se, assim, que o Cerrado foi inserido à dinâmica de produção capitalista global, a partir do incremento das modernas técnicas agrícolas que expandem permanentemente a área produtiva. Dessa forma, é notório que, para entender a reestruturação produtiva no Cerrado, seja necessário estabelecer o conjunto de condições favoráveis que permitiram o investimento produtivo e a ampliação dos lucros.

Fato corroborado por Ferreira (2008, p.116) ao afirmar que “as inovações técnico-científicas no âmbito biológico, químico e mecânico determinam o movimento de expansão da agricultura moderna nos cerrados, sustentado pelo grande capital. Também a apropriação dos recursos físicos pelos recursos técnicos [...]”.

Ao tratar de produção de novas técnicas direcionadas ao campo, há que se destacar o papel da EMBRAPA, que se colocou como empresa estratégica na produção de tecnologia agropecuária, principalmente no cultivo do Cerrado. Como destaca Cabral<sup>45</sup> (2005) “sendo o processo de produção agropecuária um complexo que envolve aspectos físicos, biológicos, econômicos e sociais, a Empresa [...] se conveniente, importará tecnologia, realizando as adaptações necessárias em cada caso [...]”; atuará na execução “de projetos estratégicos de incentivo às atividades de pesquisa na Região Amazônica, no Nordeste e nas zonas de Cerrados” (p.27, 31).

---

<sup>45</sup> J. Irineu Cabral publicou, sob o patrocínio da UNESCO, em 2005 o livro: *Sol da Manhã: memória da EMBRAPA*, que narra o itinerário e a trajetória da Embrapa.

A mudança da base técnica do solo do cerrado foi fruto da descoberta da solução para a baixa fertilidade do solo e elevada acidez. “De recurso natural, herdado, os solos de cerrados transformaram-se em capital artificialmente produzido” (CUNHA et al, 1994, p. 124). Nota-se contudo, que melhoria de aptidão agrícola dos cerrados aliou-se também à descoberta de novas variedades de sementes, tendo na soja o exemplo mais notável.

A EMBRAPA foi, com certeza, a principal incentivadora do processo de inserção de novas sementes sob o discurso de “adotar uma posição pragmática de acordo com as necessidades do desenvolvimento social [...]” não descuidando dos “modernos mecanismos da informação e documentação científica existentes no país e no exterior” (CABRAL, 2005, p. 27, 31).

A técnica colocada à disposição de determinados setores sociais, aqueles dotados de maiores poderes, permitiu a expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado, para a produção de grãos, sobretudo soja, destinados à exportação. A rapidez dessas mudanças produziram o uso intensivo do solo, com consequente aumento da produção e da produtividade, mas “acarretou consequências de enorme alcance, já que sua utilização universal, quase sempre sem relação com os recursos naturais e humanos locais, é causa de graves distorções” (SANTOS, 1997a, p. 17).

A “ciência, a técnica e a tecnologia se torna assim uma força produtiva” a favor do capital e contra a natureza. A técnica representou o aumento da área cultivada no Brasil que estava concentrada no Sul e Sudeste; ampliou a capacidade produtiva; elevou a produção de *commodities*; criou circuitos produtivos; mas trouxe erosão; perda de nutrientes do solo; contaminação dos mananciais de água; extinção da fauna e flora de diversas partes do mundo, etc.

O setor agrícola era visto como atrasado e sempre em desvantagem, por oferecer matéria-prima ao setor industrial como os alimentos ao mercado interno, a preços baixos. A fim de solucionar este desajuste, a principal medida lançada pelo governo, com o objetivo de aumentar a produção, foi a industrialização da agricultura, ou seja, o campo passou a buscar no setor industrial todos os subsídios para a produção

O governo, ao sustentar a tese de que o campo ao trabalhar com técnicas tradicionais de produção emperrava o desenvolvimento do país, em consequência da falta de infraestrutura, de recursos para a aquisição de bens de produção e de capital (PND, 1974), abre os precedentes para o processo de modernização da agricultura.

A realidade, construída sob o jugo do capital, propiciou avanços técnicos, encontro do engenho humano com um determinado pedaço da natureza (SANTOS, 2000), e foi fundante

na ocupação do solo do Cerrado por agricultura moderna. O progresso tecnológico passa a deter o poder de comandar o direcionamento dos empreendimentos econômico-financeiros no mundo atual e tem no “processo de implantação/expansão da agricultura em bases empresariais, no Cerrado brasileiro” um exemplo claro dessa tendência (FERREIRA, 2008, p. 14).

Quando se discute geração de energia, tendo como modelo predominante a hidráulica e irrigação, o fator água é condição *sine qua non* para que os processos de tecnificação da agricultura ocorram. Além do elemento água em abundância, o clima, o relevo e o tipo de solo também foram importantes para a instalação de uma agricultura moderna no Cerrado.

O solo representa a base para o planejamento de uso das terras. Conhecer suas propriedades bem como os cuidados que devem ser tomados para que ele não seja degradado é parte importante no processo produtivo. Convém ressaltar que o solo não é um recurso natural isolado dos demais. A sua conservação está ligada à conservação dos recursos naturais a ele associados como a água, vegetação e fauna, essas duas últimas consideradas a nível macro e micro.

Da análise do solo partem todos os princípios de suas condições agrícolas. O solo propício ao cultivo não deve apresentar problema de fertilidade, deficiência de água e oxigênio; não deve ser susceptível à erosão e nem oferecer impedimentos à mecanização; ser bem drenado, com leves inclinações e profundo, permitindo a aplicação das modernas técnicas de produção.

Os solos do Cerrado originaram-se de rochas antigas, com idades que variam de 570 milhões a 4,7 bilhões de anos. São ricos em argila e óxido de ferro que lhe dão a característica cor avermelhada. Aproximadamente 90% dos solos são distróficos, ou seja, ácidos, de baixa fertilidade e pequena concentração de matéria orgânica. Mas é rico em nutrientes: cálcio, magnésio, fósforo e potássio e alta concentração de ferro e alumínio (ALHO; MARTINS, 1995) (Tabela 09).

De acordo com a tabela (09) é possível afirmar que predomina no Cerrado o latossolo que corresponde a 43% da área total e que, embora ocorra essa predominância, os solos, são subdivididos em vários outros tipos, porém, de modo geral, carecem de nutrientes químicos e contêm alto grau de acidez. Os latossolos são solos minerais, acentuadamente drenados, muito bem desenvolvidos. São bem permeáveis, muito porosos, com horizontes espessos e de pouca diferenciação entre si.

A baixa fertilidade do solo é agravada pelas chuvas, fortes e concentradas, que carreiam os nutrientes para as profundidades do solo, aumentando a deficiência destes junto à

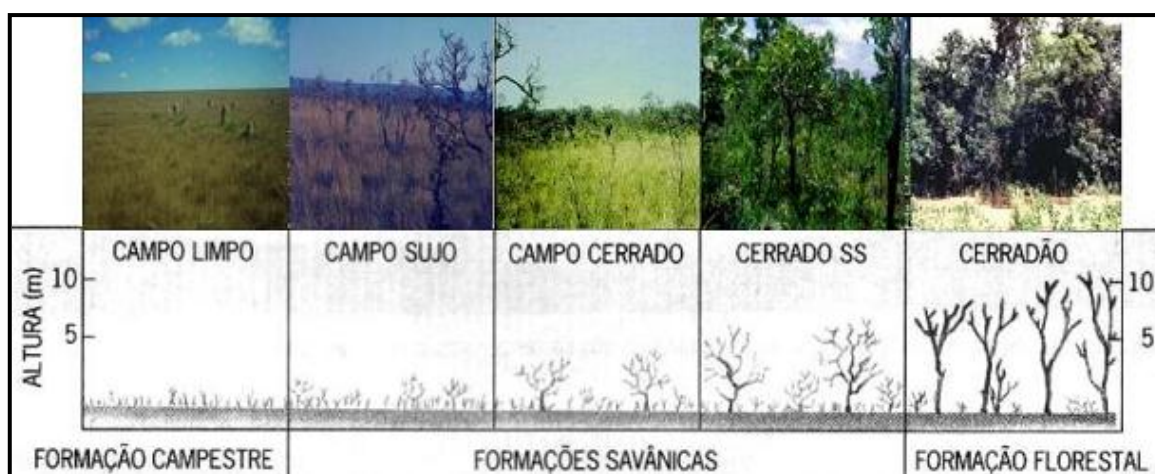
superfície cultivável. Tal deficiência em solos ácidos como os do Cerrado, pode limitar o crescimento de plantas, principalmente de culturas. Como cada tipo de solo apresenta diferentes teores de nutrientes e de acidez, há também variados tipos de cobertura vegetal. (Croqui 01).

Tabela 09 - Ocorrência das classes de solos dos Cerrados

Classe de solos	Ocorrência (%)
Latossolos	43,1
Latossolos roxos	3,5
Terra roxa estruturada	1,7
Podzólicos	15,0
Cambissolos	3,0
Solos litólicos	7,2
Plintossolos	8,9
Hidromórficos	2,3
Areias quartzosas	15,1
Outros	0,2
Total	100,0

Fonte: JICA/MAPA, 2002.

E ainda, a alta concentração de alumínio pode inibir a absorção de nutrientes pelas raízes, ou mesmo causar toxidez às plantas. No cerrado, o alumínio combina com o fósforo formando uma substância chamada fosfato de alumínio. Este se precipita no solo e não pode ser absorvido pelas raízes das plantas, fazendo com que a concentração de fósforo seja diminuída, exigindo a correção da acidez ( $p^H$ ), o que geralmente é feito com calcário.



Croqui 01 - Tipos fitofisionômicos do Cerrado

Fonte: Osório, Alexandre S. Disponível: [www.scribd.com/.../Geografia-PPT-Biomas-Brasileiros-Cerrado-Brasileiro](http://www.scribd.com/.../Geografia-PPT-Biomas-Brasileiros-Cerrado-Brasileiro). Acesso 06/03/2010.

As áreas de Cerrado, escolhidas pelo PRODECER, deveriam apresentar as seguintes características de solo: localização próxima à cidade âncora, no caso todas as cidades dos municípios onde o projeto fosse instalado; solo argiloso com  $p^H$  superior a 4,5 com alta capacidade de retenção de umidade; terreno plano ou com suave declividade, adequado à mecanização; presença de rios perenes durante todo o ano para obtenção de água para irrigação; preço do terreno acessível e com escritura garantida.

Além dos aspectos naturais, os elementos artificiais como infraestrutura de estradas, linhas de transmissão de energia elétrica com garantia de implantação pelos governos federal/estadual (BRASIL, 2000), deveriam estar presentes nas áreas. Algumas dessas características podem se visualizadas na imagem de Irai de Minas (MG) e Barreiras (BA), que foram municípios selecionados para implantação do PRODECER. (Mapa 09 e 10)

Para o uso agrícola do solo, o regime pluviométrico é fator determinante. A estiagem e a precipitação são de extrema importância para a tomada de decisão sobre o quê, onde e quando plantar, com maior chance de sucesso. Além de o período seco determinar a necessidade de irrigação. A oferta pluviométrica da área dos Cerrados situa-se entre 1200 mm/ano a 1800 mm/ano. As regiões mais secas têm uma média pluviométrica de 600 a 800 mm/ano. Esta é a faixa de transição entre o Cerrado e a caatinga no sul do Piauí (Tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição das alturas pluviométricas nos cerrados brasileiros

Classe (mm)	Superfície/ha	(%)	(%) acumulado
<800	2.621.040	1,3	1,3
800-1000	18.351.710	9,0	10,3
1000-1200	38.407.650	18,90	29,1
1200-1400	53.954.080	26,4	55,1
1400-1600	61.613.240	30,0	85,5
1600-1800	20.470.480	10,0	95,5
1800-2000	1.630.040	0,8	96,3

Fonte: Assad, 1994.

No subsistema natural as chapadas<sup>46</sup> compõem grande parte da área ocupada pelo projeto, porém em Pedro Afonso, PRODECER III, tem-se área de vale, localizada entre os rios do Sono e Tocantins (Mapa 11). As demais áreas são de relevo plano a ondulado, como em Balsas (MA) (Mapa 12).

<sup>46</sup> O termo chapada refere-se a grandes superfícies, por vezes horizontais, e a mais de 600 m de altitude, que aparecem na região Centro-Oeste do Brasil. (Guerra, 1993, p. 90).

Os produtores do PRODECER de Ipameri e Campo Alegre de Goiás, afirmaram no decorrer das entrevistas que “a planura do solo, foi fator essencial para a escolha do Cerrado e facilitou o trabalho das máquinas”. Na análise da imagem desses municípios fica evidente que a área ocupada é de topografia plana e a disponibilidade de água facilitou a instalação dos pivôs de irrigação (Mapa 13).

Relevo, clima, precipitação e disponibilidade hídrica foram essenciais na determinação das áreas do PRODECER. O relatório conjunto Brasil-Japão de avaliação do projeto assim se refere às terras do Cerrado

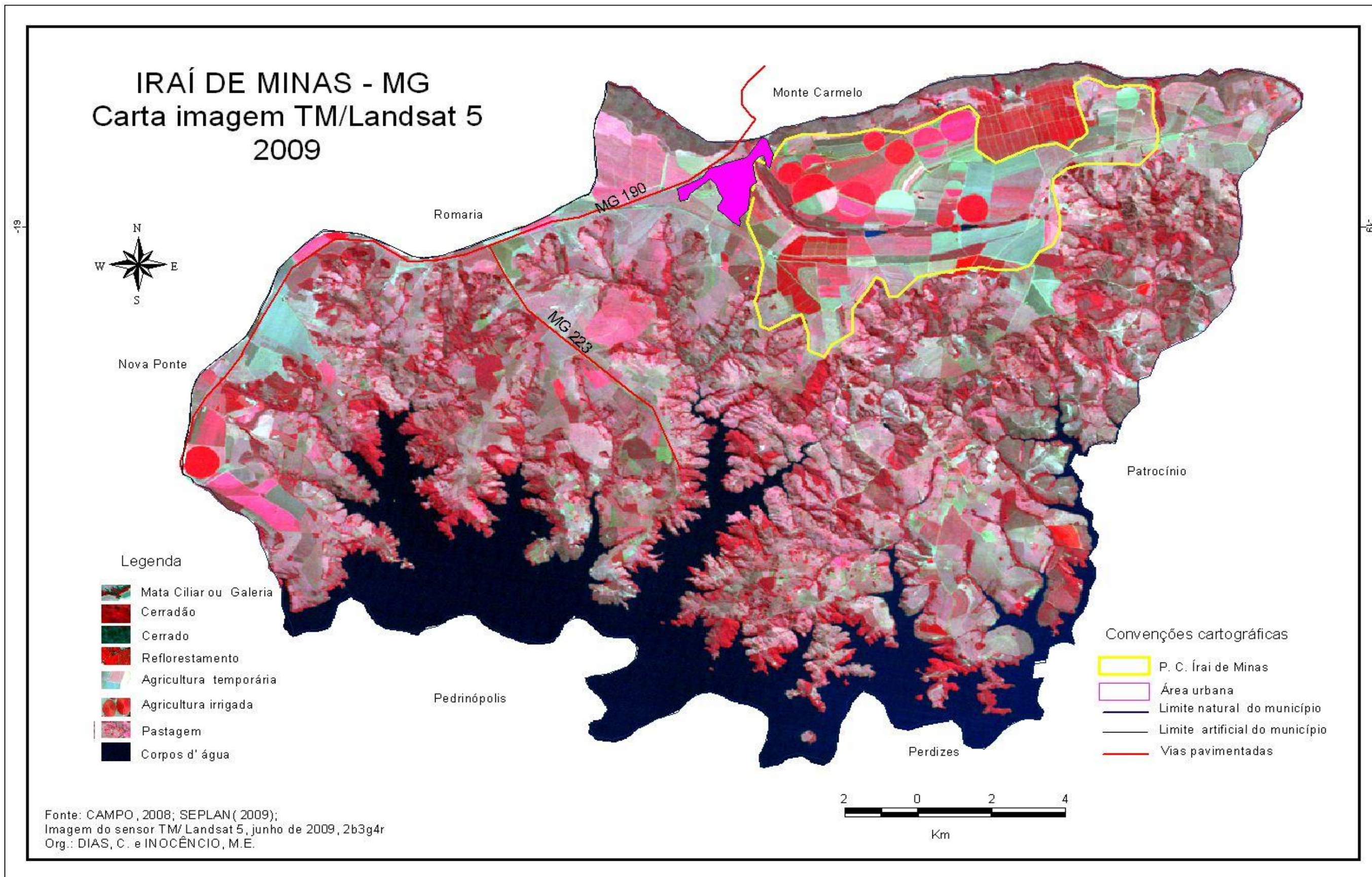
Todas as áreas do PRODECER estão, evidentemente, na Região dos Cerrados e, portanto, seus solos apresentam forte acidez. Esses solos são, predominantemente, classificados como latossolos. Quimicamente, há carência de nutrientes e, portanto, a fertilidade natural é baixa, mas sua estrutura física, no geral, é uma característica favorável (BRASIL, 2002, p. 3-24).

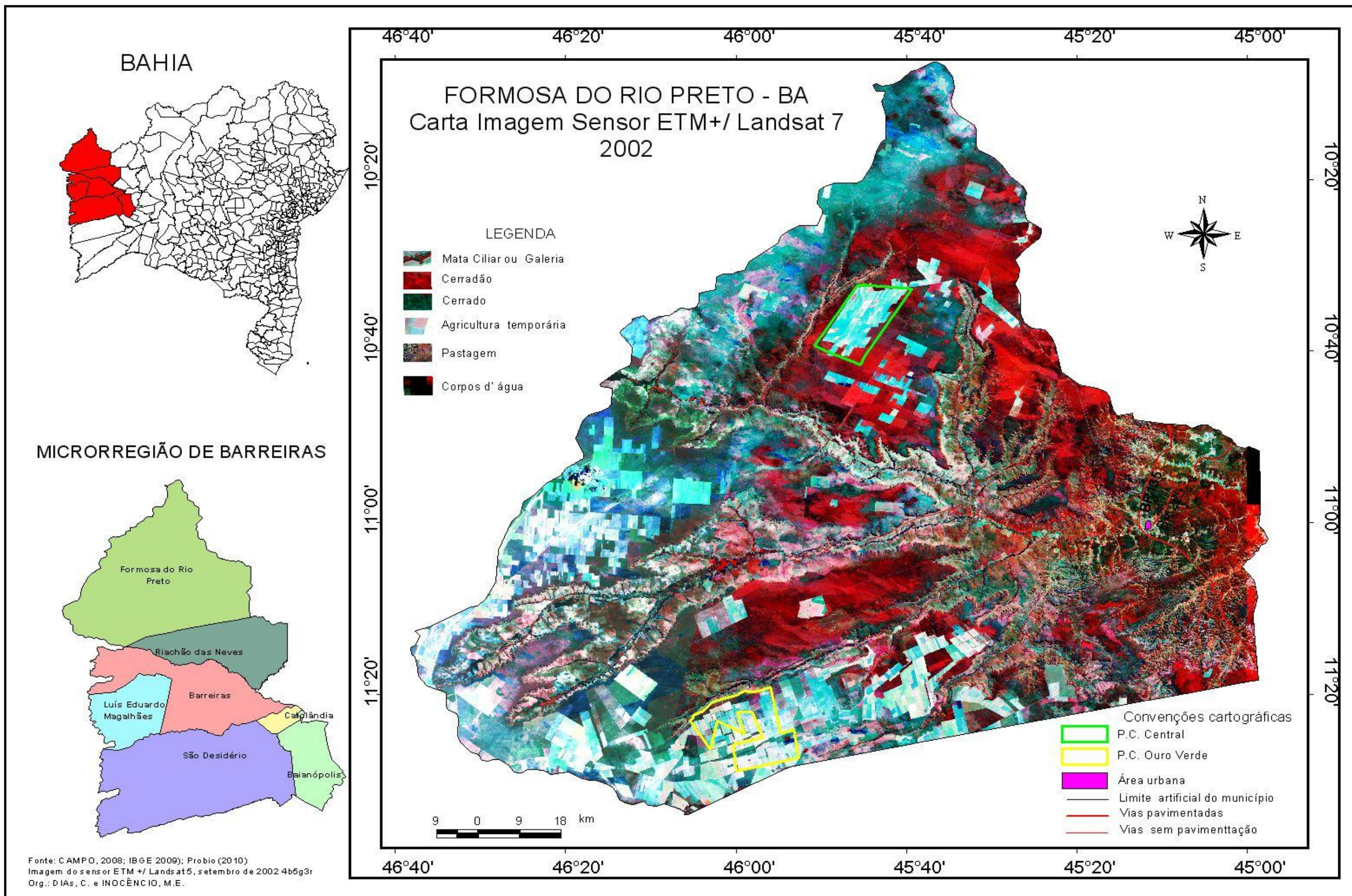
As características físicas dos municípios onde os projetos do PRODECER foram implantados demonstram que a escolha, dessas áreas, ocorreu após criteriosos estudos, pois diante a soma dos recursos aplicados, não poderia haver nenhum empecilho à plena realização do capital investido. A rentabilidade deveria ser garantida. E nesse aspecto os elementos do meio foram essenciais. (Quadro 03) (Fotos 08, 09, 10, 11, 12 e 13).

As veredas ocorrem com maior frequência, no Projeto de Pedro Afonso (TO) e Paineiras (GO); ora menos recorrente, como em Paracatu (MG), no projeto PCPER II. Mas em todos os lugares elas são aproveitadas para a construção de represamento de água. Esses barramentos são utilizados na irrigação das lavouras, geralmente feitos por pivô central (Fotos 14, 15 e 16). Em Paracatu, PCPER II a captação de água para o processo de irrigação é feito através de canais (Foto 17).

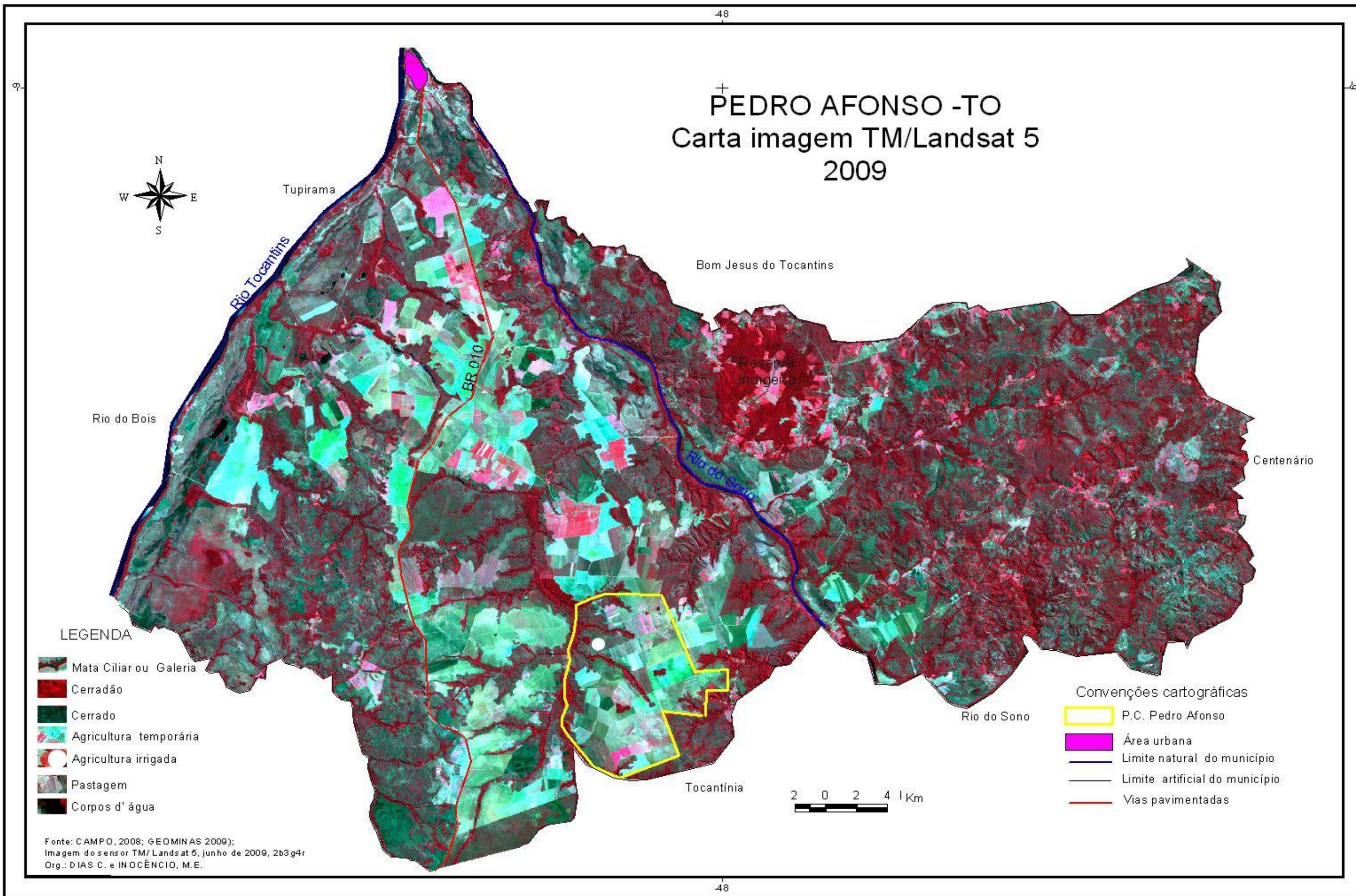
Água é fator fundamental para a ocupação de uma área por agricultura moderna. Ela, além de ser fonte de saúde, sendo um dos principais indicadores do nível e qualidade de vida de uma comunidade, presta-se à geração de energia elétrica e, na agricultura, ao processo de irrigação.



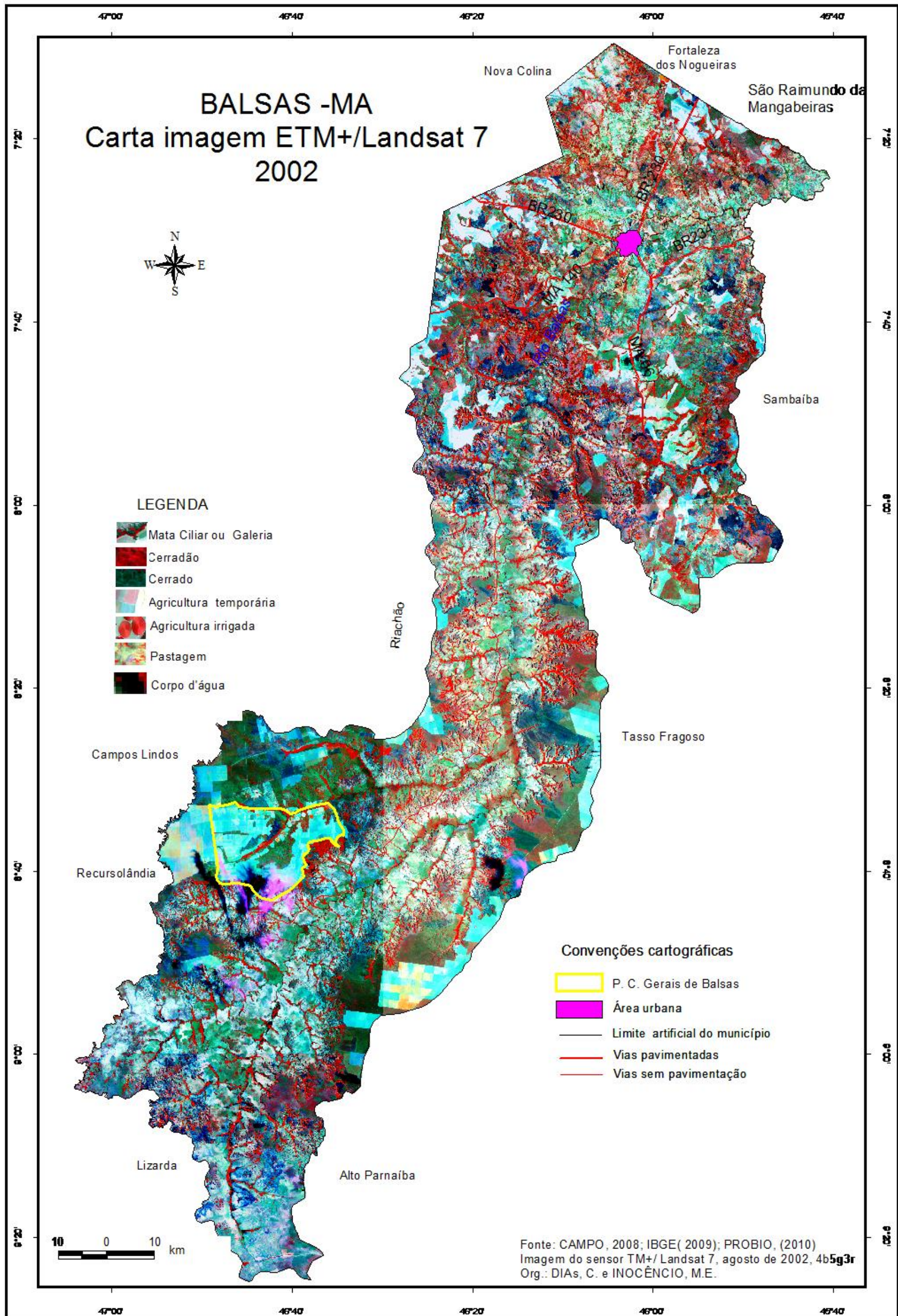




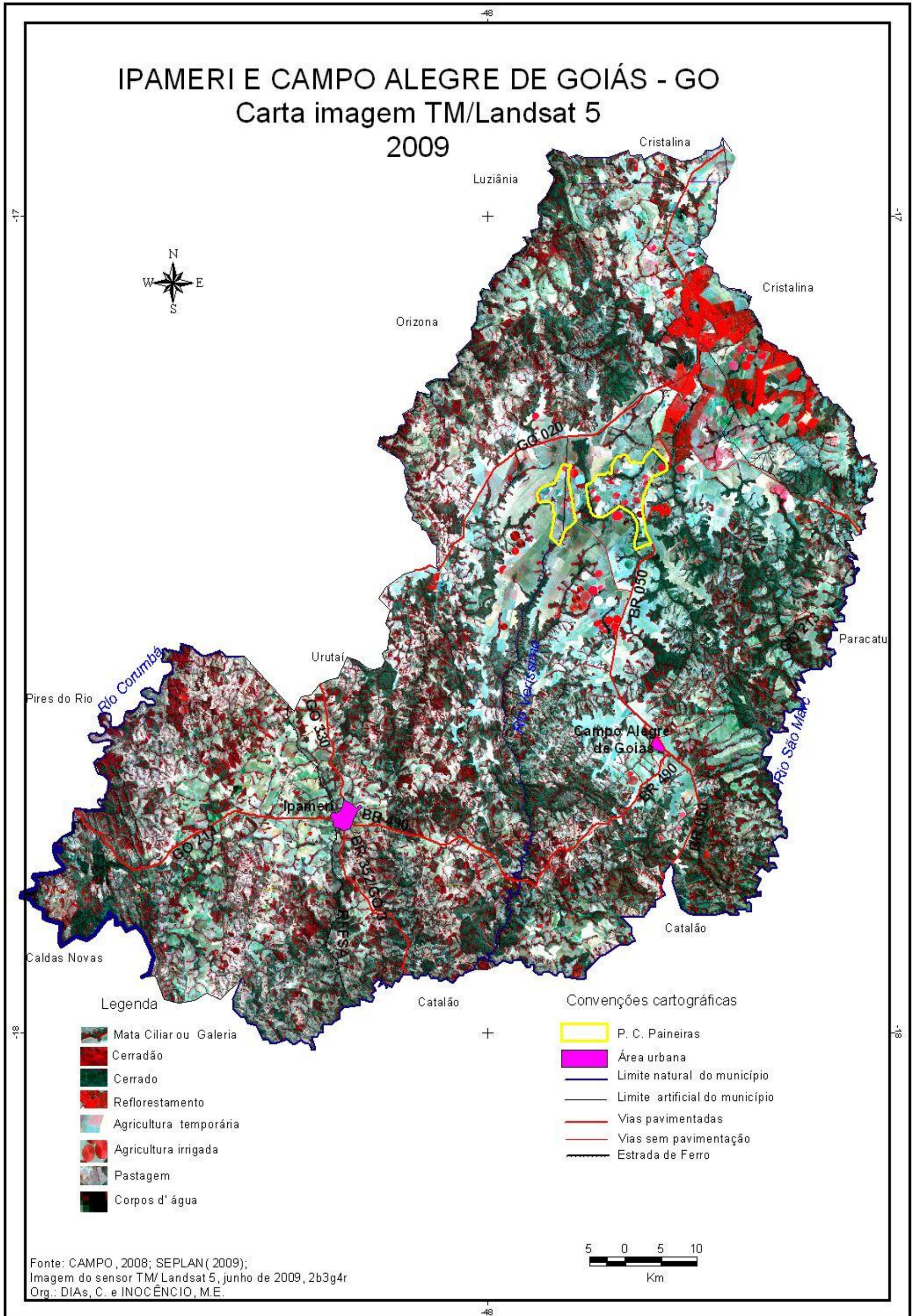
Mapa 10 – Formosa do Rio Preto (BA) – Carta Imagem Sensor ETM+/Landsat 7 (2002)



Mapa 11 – Pedro Afonso (TO): Carta imagem TM/Landsat 5 (2009)



Mapa 12 – Balsas (MA) – Carta Imagem ETM+/Landsat (2002)



Mapa 13 - Ipameri e Campo Alegre de Goiás (GO) – Carta imagem TM/Landsat 5 (2009)